

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia

sob o nº Único de Matrícula e Identificação Fiscal 506 035 034

Capital Social: 253 319 797,26 euros

Sociedade Aberta

RELATÓRIO ANUAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 201

5 abril 2018

Índice

Relatório de Gestão

Anexos ao Relatório de Gestão e Participações Qualificadas

Anexo a que se refere o art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais

Participações qualificadas

Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Informação a que se refere o art.º 14 do Regulamento 5/2008 da CMVM

Relatório do Governo da Sociedade

Demonstrações Financeiras separadas

Demonstração de Posição Financeira

Demonstração de Resultados

Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria e do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira separada e consolidada
Relatório do Conselho Fiscal

Sonae Indústria, SGPS, SA

Sociedade Aberta

Capital Social € 253 319 797.26

Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº Único
de Matrícula e Identificação Fiscal 506 035 034

SONAE INDÚSTRIA

Relatório de Gestão 2017

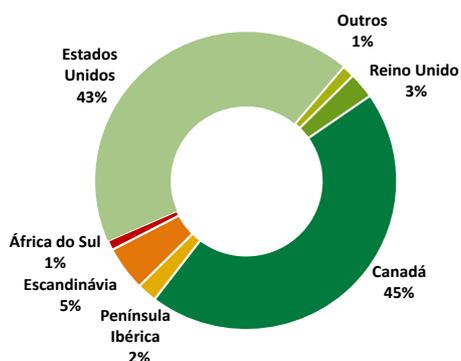
5 abril 2018

ÍNDICE

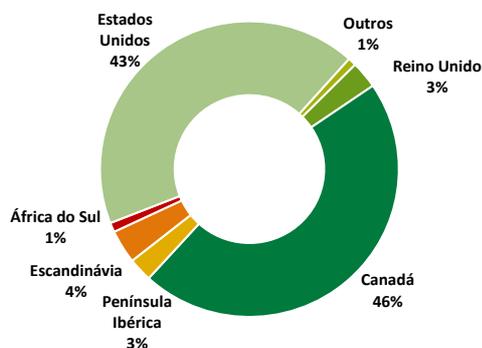
PRINCIPAIS INDICADORES	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	4
1. A SONAE INDÚSTRIA.....	6
1.1. NEGÓCIO.....	6
1.2. HISTÓRIA.....	9
1.3. PRODUTOS	10
1.4. ESTRATÉGIA	12
1.5. INICIATIVA <i>IMPROVING OUR WORK</i> (IOW)	14
1.6. PRINCIPAIS EVENTOS EM 2017	15
2. ANÁLISE SETORIAL.....	16
3. ANÁLISE DE ATIVIDADE.....	19
3.1. VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE	19
3.2. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	20
3.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	20
3.2.2. INVESTIMENTO	21
3.2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA (DCPF)	22
3.3. RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE INDÚSTRIA, SGPS.....	23
3.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	23
3.5. INDICADORES PROPORCIONAIS (NÃO AUDITADOS E PROFORMA).....	23
3.6. PERSPETIVAS FUTURAS PARA 2018	25
3.7. INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES E EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO	26
3.8. TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS	28
3.9. POLÍTICA DE DIVIDENDOS.....	28
3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	28
4. GESTÃO DE RISCOS	29
4.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DE CRÉDITO	29
4.2. RISCOS DE MERCADO.....	29
4.3. RISCOS LEGAIS	31
4.4. RISCOS OPERACIONAIS	31
5. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA (NÃO AUDITADO).....	32
5.1. RELATÓRIO SOCIAL	32
5.2. RELATÓRIO AMBIENTAL	38
6. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS.....	42
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	43
ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS.....	43
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	44
DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	45
GLOSSÁRIO	46

PRINCIPAIS INDICADORES

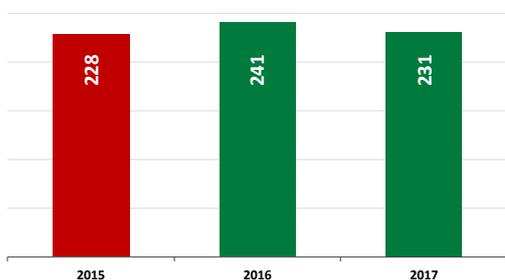
**Volume de Negócio por mercado
2016**



**Volume de Negócio por mercado
2017**

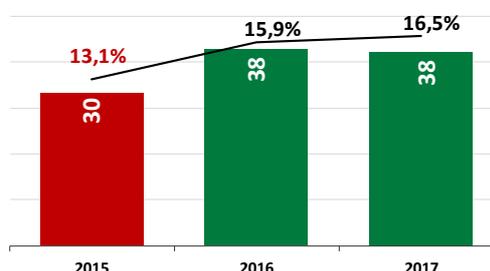


Volume de Negócios
Milhões de Euros



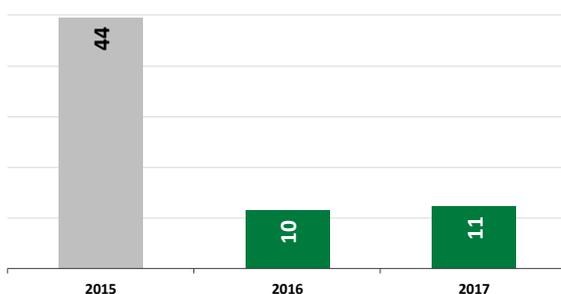
■ 2015 Recalculado de modo a apresentar valores comparáveis.

EBITDA Recorrente
Milhões de Euros e margem



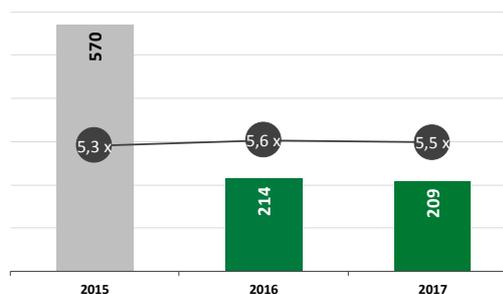
■ 2015 Recalculado de modo a apresentar valores comparáveis.

Fundo de Maneio
Milhões de Euros



■ Valores de 2015: antes da parceria Sonae Arauco.

Dívida líquida e Dívida líquida/EBITDA recorrente
Milhões de Euros



■ Valores de 2015: antes da parceria Sonae Arauco.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2017 foi outro ano de desempenho positivo dos nossos principais negócios mas, infelizmente, foi também um ano em que vivemos dois eventos marcantes que deixaram tristeza nas nossas mentes e corações: o falecimento de Belmiro de Azevedo, meu pai e líder e fundador da Sonae Indústria; e a lamentável tragédia ocorrida em duas das nossas fábricas, em Portugal, devido aos incêndios florestais.

Durante 2017, a Sonae Indústria consolidou e adotou a sua nova dupla função corporativa: gestão da parceria estratégica na Sonae Arauco e gestão dos negócios detidos integralmente, América do Norte e Laminados e Componentes.

Beneficiando de um contexto económico global mais forte e, conseqüentemente, de melhores condições de procura, os resultados foram positivos nos nossos principais negócios e permitiram à Sonae Indústria apresentar um resultado líquido positivo pelo segundo ano consecutivo, melhorando o desempenho consolidado de 2016. Considerando a participação de 50% na Sonae Arauco, o EBITDA Recorrente Proporcional atingiu cerca de 89 milhões de euros com uma margem de 14,0%. A Dívida Líquida Proporcional situou-se nos 301 milhões de euros, com um rácio de alavancagem de 3,4x.

Gostaria ainda de salientar a melhoria na estrutura de capital da Sonae Indústria, durante 2017, sustentada por uma diminuição da Dívida Líquida e pelo reforço dos Capitais Próprios devido à melhoria registada no resultado líquido.

O nosso negócio na América do Norte apresentou novamente um desempenho forte em 2017, apesar da descida dos volumes de produção e do aumento do custo das matérias-primas, em particular do custo dos químicos. A nossa coleção VIVA com tecnologia de motivos de relevo, lançada na segunda metade de 2016, obteve muito sucesso no mercado, em 2017, sendo outra demonstração do nosso forte posicionamento em soluções decorativas para os nossos clientes. Continuámos a investir na nossa unidade industrial na América do Norte, em 2017, para garantir a sua sustentabilidade de longo-prazo e vamos continuar a procurar oportunidades de crescimento do nosso negócio nesta região, nomeadamente através do reforço da nossa oferta de produtos para satisfazer os requisitos dos nossos clientes.

O desempenho do nosso negócio de Laminados e Componentes foi afetado, durante a segunda metade de 2017, pela descida dos volumes de vendas no negócio de Laminados, em particular para a região nórdica. Desde então, têm sido postas em prática ações para recuperar esses volumes e melhorar a rentabilidade do negócio de Laminados. Em relação ao negócio de Componentes, a nova linha de orlagem ficou completamente operacional no 4T17 e, como reportado, permitirá uma melhoria significativa da nossa competitividade industrial e oferta aos clientes.

Na Sonae Arauco, apresentámos um conjunto sólido de resultados e fizemos progressos ao melhorar a sustentabilidade do nosso negócio, nomeadamente através do reforço do enfoque no cliente e na qualidade do serviço, e na modernização dos nossos ativos industriais.

Em 2017, a Sonae Arauco reforçou o seu posicionamento de mercado com maior enfoque na diferenciação de produtos e na criação de valor para o cliente. Dois novos acabamentos em MFC, *Fusion* e *Stucco*, foram introduzidos na nossa coleção de produtos decorativos Innovus. Procedemos também ao *rebranding* da Sonae Arauco combinando todas as marcas corporativas anteriores numa identidade única para refletir a sua missão, visão, estratégia e posicionamento de mercado desejado.

A execução do plano de investimento industrial plurianual da Sonae Arauco também progrediu, em 2017, e vai continuar em 2018. O plano tem como objetivo produzir melhores produtos para os nossos clientes, criando oportunidades de mercado nomeadamente em segmentos de maior valor acrescentado, e melhorar a competitividade das nossas unidades industriais.

Referindo-me agora aos tristes e trágicos acontecimentos ocorridos no ano passado.

O ano foi marcado pelo falecimento de Belmiro de Azevedo, líder da Sonae Indústria durante 50 anos. Ele tinha um espírito empreendedor e uma visão e estilo de liderança únicos que o fizeram destacar-se no negócio de painéis derivados de madeira, com base num sólido modelo de gestão e de recursos humanos, na inovação e num forte conjunto de valores profundamente incorporados. Sentiremos muito a sua falta e faremos o nosso melhor para honrar o seu legado.

Os incêndios florestais em outubro de 2017 afetaram gravemente as nossas fábricas de Oliveira de Hospital e de Mangualde e as vidas pessoais de alguns dos nossos colaboradores. A este respeito, e em resultado do forte compromisso das nossas equipas e do suporte dos nossos *stakeholders*, em abril ambas as fábricas estarão novamente operacionais, com melhoria dos ativos industriais e processos de produção. Mais uma vez quero agradecer aos nossos colaboradores de Oliveira de Hospital e de Mangualde pela sua coragem e dedicação com a empresa em circunstâncias extremas vividas durante os incêndios.

Por fim, quero expressar o meu agradecimento aos nossos colaboradores, equipas de gestão e órgãos estatutários pelo seu contributo no ano passado para tornar a Sonae Indústria uma empresa mais sustentável e rentável para todos os *stakeholders*.

Paulo Azevedo

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria

1. A SONAE INDÚSTRIA

1.1. NEGÓCIO

Parceria estratégica com a Arauco

A 31 de maio de 2016 foi concluída uma parceria estratégica entre a Sonae Indústria, SGPS,S.A. e a Inversiones Arauco Internacional, Limitada (Arauco) através da “Sonae Arauco”, uma parceria 50/50 que engloba as operações de painéis derivados de madeira e atividades relacionadas que a Sonae Indústria detém na Europa e África do Sul, nomeadamente todas as suas unidades de produção de painéis derivados de madeira, químicos e papel impregnado. Esta parceria tem como objetivo criar uma empresa forte nos mercados Europeus e Sul-Africanos e reforçar o seu compromisso de longo prazo com a indústria de painéis derivados de madeira.

2017 foi o primeiro ano completo da parceria estratégica Sonae Arauco.

Negócios detidos integralmente

Além da participação de 50% na Sonae Arauco, a Sonae Indústria detém a propriedade integral do negócio de painéis derivados de madeira na América do Norte e do negócio de Laminados e Componentes, em conjunto com alguns bens imóveis na Europa.



PB Painéis de aglomerado de partículas; **MDF** Painéis de aglomerado de fibras de média densidade; **OSB** Painéis de aglomerado de partículas longas e orientadas; **MF** Painéis revestidos com papel melamínico; **FL** Pavimentos laminados; **C** Componentes; **R** Resinas; **HPL** Laminado decorativo de alta pressão; **CPL** Laminado decorativo de processo contínuo; **DP** Painéis de aglomerado de fibras pintados; **IMP** Impregnação de papel; **WV** Folheados de madeira; **VFB** Painéis de aglomerado revestidos a folha de madeira.

Capacidade de Produção instalada ('000 m³)

SONAE INDÚSTRIA	900
SONAE ARAUCO	4185

SONAE INDÚSTRIA

- Portugal**
- Maia **HPL**
 - Vilela – Paredes **C**
- Alemanha**
- Horn **HPL + CPL + C**
- Canadá**
- Lac-Mégantic **PB + MF**

SONAE ARAUCO

- Portugal**
- Castelo de Paiva **WV**
 - Mangualde **MDF + VFB**
 - Oliveira do Hospital **PB + MF + IMP**
 - Sines **R+IMP**
- Espanha**
- Linares **PB+MF+IMP**
 - Valladolid **MDF+MF+DP**
- Alemanha**
- Beeskow **PB+MF+MDF**
 - Elweiler **MDF+MF+FL**
 - Kaisersesch **IMP**
 - Meppen **MDF**
 - Nettgau **PB+OSB+MF**
- África do Sul**
- Panbult **PB+MF**
 - White River **PB+MDF+MF**

A Sonae Indústria opera atualmente um total de 17 fábricas localizadas em 5 países, distribuídos por 3 continentes, das quais quatro¹ são integralmente detidas e as restantes 13 são parte da parceria Sonae Arauco, totalizando 3,264 colaboradores no final de 2017. Considerando apenas os negócios detidos integralmente (isto é sem incluir a contribuição da Sonae Arauco) o volume de negócios atingiu 231 milhões de Euros em 2017.

Painéis derivados de madeira

Os painéis derivados de madeira são uma alternativa valiosa à madeira maciça, com algumas claras vantagens, nomeadamente porque permitem uma utilização mais eficiente das matérias-primas. Outra vantagem particular consiste na sua flexibilidade dimensional que, em contraste com a madeira maciça, permite a produção de

¹ Incluindo a unidade industrial de Horn laminados e os bens imóveis cujo interesse económico pertence à Sonae Indústria (no âmbito do acordo celebrado entre a Sonae Indústria e a Arauco), apesar destes ativos pertencerem à GHP GmbH, atual subsidiária da Sonae Arauco.

produtos de dimensões feitas-à-medida, as quais podem ser adaptadas aos requisitos das aplicações dos clientes. Assim, hoje em dia, assistimos à substituição da madeira maciça pelos painéis derivados de madeira num número crescente de aplicações.

Comparando com outros materiais de construção, tais como o aço e o betão armado, a madeira tem impactos ambientais adversos significativamente inferiores, quando utilizada como material de construção. Por conseguinte, os painéis derivados de madeira têm um efeito positivo no aquecimento global através da melhoria da eficiência energética, o que permite aos proprietários das habitações uma redução significativa da sua fatura de energia. Para além disso, quando utilizados para fins relacionados com a construção, estes materiais funcionam como armazenadores de carbono, ajudando, deste modo, a mitigar as emissões de CO₂. No final da sua vida útil, os painéis derivados de madeira podem ser reciclados e transformados em novos produtos, reentrando, assim, num ciclo contínuo de reciclagem. Por este motivo, é expectável que a procura de madeira e de produtos derivados de madeira para a indústria da construção tenha um crescimento sólido com o passar do tempo.

Em tempos em que os eventos climáticos extremos, como inundações e secas, sinalizam que a mudança climática é muito mais do que uma discussão científica teórica, as sociedades em geral – e as empresas em particular – estão constantemente à procura de formas alternativas que permitam combater estes novos cenários climáticos e estas novas realidades.

Os produtos derivados de madeira têm um papel importante a desempenhar nesta realidade. A Sonae Indústria acredita que utilizar mais madeira representa um forte contributo para combater as alterações climáticas, porque pode, por um lado, reduzir as fontes de CO₂, e por outro lado, aumentar os sumidouros de CO₂ e o armazenamento de carbono. A redução das fontes de CO₂ resulta da madeira ser um material que armazena energia, podendo substituir, em diversas aplicações, outros materiais que usam mais energia – e geram mais emissões – durante a sua produção. A utilização da madeira pode também aumentar os sumidouros de CO₂ e o armazenamento de carbono, uma vez que a própria floresta tem um papel único no sequestro de carbono da atmosfera – as florestas ao crescer, absorvem mais CO₂, e os produtos florestais mantêm o carbono armazenado durante a sua vida útil. A utilização de produtos de madeira estimula um maior crescimento da floresta, e um mercado eficiente para produtos de madeira oferece um incentivo financeiro para investir na gestão ativa da floresta. Adicionalmente, quando os produtos de madeira são reutilizados ou reciclados, o armazenamento de carbono é prolongado numa nova vida útil, evitando emissões de CO₂ para a atmosfera.

PRÉMIOS

SONAE INDÚSTRIA - LISTED COMPANY, BEST PERFORMANCE



A Sonae Indústria venceu o *Euronext Lisbon Award* na categoria "*Listed Company - Best Performance*". Os *Euronext Lisbon Awards* distinguem emitentes, intermediários financeiros, outras instituições e pessoas que desempenharam um papel importante no mercado de capitais.

Este prémio foi recebido em Fevereiro de 2018 em relação à evolução do preço das ações durante 2017. Para uma descrição pormenorizada do desempenho das ações, consultar a Informação sobre Participações e Evolução da Cotação.

SONAE ARAUCO E BASF - PRÉMIOS DE INOVAÇÃO AVK



A SONAE ARAUCO e a BASF receberam o PRÉMIO DE INOVAÇÃO AVK na Alemanha, na categoria de "Produtos inovadores/compósitos ou aplicações", com um produto desenvolvido em conjunto por ambas as marcas: os compósitos de fibra de madeira moldável 3D.

O produto premiado é um produto diferenciador que vai fornecer à indústria de mobiliário um compósito estável que permite o processamento por moldagem a quente.

As empresas trabalharam em conjunto para desenvolver compósitos de fibra de madeira

moldável 3D, que permitirão a criação de novas opções de *design*. Os compósitos de fibra de madeira moldável 3D são um produto inovador produzido à base de madeira e com a particularidade de ser pós-moldável. Têm como origem a nova tecnologia de aglutinantes da BASF, a acForm.

SONAE ARAUCO - PRÉMIO INOVAÇÃO NA CONSTRUÇÃO



A SONAE ARAUCO recebeu o PRÉMIO INOVAÇÃO NA CONSTRUÇÃO 2017 em Portugal, com os acabamentos *Innovus Stucco* e *Fusion* eleitos os melhores na categoria de Materiais e Produtos.

Este prémio é o reconhecimento do desenvolvimento contínuo de novos produtos, combinando inovação com a funcionalidade, com a qualidade e com o *design* do próprio produto, sempre com o objetivo de oferecer uma gama de soluções mais ampla para os diferentes segmentos.

Os prémios Inovação na Construção surgiram em 2014 com o objetivo de divulgar as boas práticas e o empenho por parte das empresas no desenvolvimento de novos materiais, equipamentos e produtos.

PROJETOS INOVADORES

Projeto DecoChrom

O Projeto DecoChrom é um projeto de 48 meses que foi iniciado em janeiro de 2018. Ao elevar os produtos gráficos impressos para a era da interatividade, este projeto capacita as indústrias criativas com o conjunto de ferramentas e de materiais avançados e inovadores para projetar e construir interfaces humanos práticos e esteticamente agradáveis para bens de consumo e ambientes inteligentes. O consórcio DecoChrom, do qual a Sonae - Indústria de Revestimentos, S.A. é um membro, desenvolve dispositivos eletrónicos impressos (EC) como a solução gráfica interativa com um consumo de energia ultra-reduzido, compatível com a indústria de impressão, para inteligência ambiental. Este projeto reúne um forte consórcio interdisciplinar com 15 parceiros, equilibrado entre indústria e pesquisa, com *backgrounds* de última geração em *design*, química, impressão, revestimentos e laminados, integração de sistemas eletrónicos e soluções completas de eletroquímica. Este projeto foi financiado pelo programa de investigação e inovação *Horizon 2020* da União Europeia.



Mais informações em www.decochrom.com

Projeto FlexComp



O Projeto FlexComp iniciou-se em novembro de 2017 como um projeto de 24 meses e resulta de uma necessidade identificada nos mercados de transportes e mobiliário, de substituir os metais e polímeros presentes nas suas estruturas por outros com características mais leves, resistentes e sustentáveis. O uso de materiais compósitos é uma alternativa atrativa, na medida em permitem não só a redução do consumo de combustível como das emissões de gases poluentes, e incluem a especificidade adicional de serem mais recicláveis. Por conseguinte, a Sonae – Indústria de Revestimentos, S.A. pretende ir de encontro às necessidades identificadas, disponibilizando um compacto pós-deformável, destinado às indústrias automóvel, ferroviária e aeroespacial, com pequenas alterações no seu processo produtivo. Para além disso, o projeto FlexComp visa desenvolver compactos pós-deformáveis com a capacidade de adoptar geometrias mais complexas com o aumento da temperatura e pressão nos processos de moldagem. Este projeto aborda o desafio social “Transportes Inteligentes, Ecológicos e Integrados”, proposto na estratégia Europa 2020, numa dupla perspectiva: a redução do peso com impacto direto na queda das emissões de gases poluentes e a reciclabilidade através da possibilidade de reutilizar o mesmo material de forma mais sustentável.

1.2. HISTÓRIA

A SONAE foi fundada em 1959 na Maia, onde tem a sua sede. A sua primeira atividade foi a produção de laminados decorativos de alta pressão.

O processo de diversificação da SONAE iniciou-se em 1971, ao assumir o controlo da Novopan, uma fábrica de aglomerado de madeira situada em Rebordosa, perto do Porto. Na mesma altura instalou-se também a primeira linha de revestimento melamínico e iniciou-se a produção de componentes para mobiliário e decoração de interiores.

Ao longo da década de 90 e até 2007, a Sonae Indústria realizou aquisições e efetuou investimentos significativos em projetos de raiz no Brasil, Canadá, África do Sul, Portugal, Espanha e Reino Unido. Importa também destacar o spin-off, em 2005, da sua até então acionista Sonae SGPS, S.A.

Entre 2008 e 2015, e já num contexto de crise económica e financeira a nível mundial, a Sonae Indústria passou por um processo de reestruturação que originou uma redução significativa da capacidade instalada através do desinvestimento em ativos e encerramento de fábricas, que resultou no perímetro atual, com operações industriais em Portugal, Espanha, Alemanha, Canadá e África do Sul.

Em maio de 2016 foi concluída uma parceria estratégica entre a Sonae Indústria, SGPS, S.A. e a Inversiones Arauco Internacional, Limitada (Arauco) através da parceria 50/50, “Sonae Arauco”, que engloba as operações de painéis derivados de madeira, químicos e papel impregnado que a Sonae Indústria detém na Europa e África do Sul.

2017 foi o primeiro ano completo da parceria estratégica com a Arauco na Sonae Arauco.

Ainda em 2017, a Tafisa Canada celebrou o seu 25º aniversário. 25 anos de sucesso, que tornaram a Tafisa num líder mundial em decorações de interiores futuristas e excelência operacional graças aos seus colaboradores dedicados, parceiros de negócios e principais clientes na América do Norte. Para destacar o 25º aniversário, a Tafisa Canada organizou uma visita à unidade industrial em Lac-Mégantic para os seus colaboradores e familiares. Esta iniciativa foi bem recebida e os colaboradores ficaram orgulhosos de mostrar às suas famílias o seu dia-a-dia de trabalho.

1.3. PRODUTOS

Produtos crus e técnicos

Os nossos produtos base, denominados de “produtos crus e técnicos”, compreendem:



- **Aglomerado de partículas (PB)**, um produto muito versátil e indicado para a generalidade das utilizações nas indústrias de mobiliário e construção;



- **Painéis de fibras de média densidade (MDF)**, um excelente substituto da madeira maciça e ideal para o mobiliário, pavimentos e indústria da construção;



- **Painéis de fibras orientadas (OSB)** um produto altamente resistente e indicado para aplicações estruturais e não-estruturais na indústria da construção. Devido à sua semelhança natural com a madeira, tem vindo também a ser utilizado de forma crescente em aplicações decorativas, principalmente em espaços públicos e lojas.

Mais de 50% da nossa produção é transformada em produtos de valor acrescentado, tais como os **painéis revestidos a melamina (MFC)**, painéis acústicos e outros. Estes, por sua vez, são utilizados numa enorme variedade de aplicações, tais como: mobiliário de casa e escritório, armários de cozinha e de casa de banho, portas, painéis de parede, embalagens e decoração de interiores.

Produtos Decorativos

UMA GAMA MAIS FORTE DE PRODUTOS DECORATIVOS NA AMÉRICA DO NORTE: Viva™ *The true touch of wood*™

Em 2016, na sequência do investimento na nova linha de produção de revestimento a papel melamínico com tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (*Embossed in-register*), a Tafisa Canada criou duas séries de produtos, *Prelude*™ e *Sommet*™, incluindo uma nova textura *Viva*™ *Embossed In-register* com 10 *designs* inovadores.

Em 2017, a Tafisa Canada introduziu cinco novas cores na *Isola texture* da *Prelude*™ *series*. Com a aparência de um acabamento pintado ou lacado, a Tafisa acompanhou as necessidades do mercado. Para além da introdução de duas novas cores *Viva*™, a Tafisa Canadá também reforçou o seu posicionamento de mercado como líder em *design* com a coleção *VIVA*™, agora com 12 cores requintadas.

O lançamento da coleção no outono de 2017 foi extremamente bem recebido por parte dos nossos clientes e superou todos lançamentos de coleção anteriores. Este é apenas o início de produtos *Embossed In-register* inovadores para serem colocados no mercado.

Mais informação em www.tafisa.ca.

UMA GAMA COMPLETA DE PRODUTOS DECORATIVOS NA EUROPA: INNOVUS®



INNOVUS®, a marca europeia de produtos decorativos, disponível nas mesmas decorações e acabamentos que os produtos decorativos de placas revestidas (Aglomerado e MDF) e laminados e compactos. A coleção global do INNOVUS®, com mais de 220 possibilidades decorativas, oferece inspiração e soluções ilimitadas para todas as necessidades produtivas e criativas.

A coleção INNOVUS® também inclui uma gama abrangente de produtos especiais, nomeadamente:

INNOVUS® Coloured MDF, um produto que combina a força e as propriedades técnicas do Painel de Fibras de Média Densidade (MDF) com a atração visual de uma versátil gama de cores. O INNOVUS® Coloured MDF pode também ser combinado com as últimas tendências de melaminas decorativas do INNOVUS®, o que resulta numa solução decorativa única e verdadeiramente distinta.

INNOVUS® ESSENCE, uma gama de produtos que utiliza a tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (Embossed in Register – EIR®) para obter painéis decorativos com o toque e aparência natural da madeira em painéis revestidos a papel melamínico. O INNOVUS® ESSENCE com as suas duas estruturas – Rústica e Autêntica – e nove desenhos de madeira foi desenvolvido a pensar numa variedade de aplicações tais como portas, mobiliário de sala e painéis de parede, aplicações que realmente valorizam o efeito natural da madeira.

INNOVUS® MAGNETIC, uma gama de laminados que permite utilizar ímanes e/ou escrever com giz ou marcadores na sua superfície. Esta solução funcional e decorativa é ideal para divisórias e painéis de parede, para lojas, escritórios, escolas e infantários ou mesmo em casa.

Durante 2017, a Sonae Arauco lançou dois novos acabamentos *Innovus: Stucco* e *Fusion*. Com estes novos acabamentos, a marca *Innovus* vai diversificar a sua gama de produtos e refletir as mais recentes tendências do mercado. Os produtos que contam com os acabamentos *Stucco* e *Fusion* estão preparados para serem aplicados num amplo leque de espaços, tais como quartos, salas, cozinhas, casas de banho, restaurantes ou hotéis, bem como em revestimentos ou portas.

***Stucco*, a textura de cimento/cerâmica**

O acabamento *Stucco* inspira-se nos ambientes industriais, *lofts* urbanos e materiais de origem natural. Tem uma textura igual à do cimento com um toque cerâmico numa superfície estruturada, que é confortável, tátil e com um brilho equilibrado. O acabamento *Stucco* pode ser utilizado para recriar ambientes que remetem para paisagens rochosas. Este acabamento está disponível em cinco novos decorativos e é ambientalmente sustentável pois, sem usar o cimento, recria a sua estética. O *Stucco* encontra-se ainda disponível noutros quatro decorativos da gama *Innovus*.

***Fusion*, a textura da madeira**

Por sua vez, o acabamento *Fusion* conta com uma textura quente e natural, que nos remete para a madeira trabalhada à mão. Este acabamento foi desenvolvido para ser utilizado em todos os tipos de materiais, permitindo criar ambientes calorosos e acolhedores. Além de sete novos decorativos, o *Fusion* está igualmente disponível em dez outros decorativos já conhecidos no mercado.

Mais informações em www.sonaearauco.com.

SONAE ARAUCO: NOVA MARCA E IMAGEM CORPORATIVA

Com a conclusão da parceria uma nova empresa nasceu e foi estabelecido como objetivo em 2017 a criação de uma nova marca e imagem corporativa. O desafio foi criar uma nova marca que reunisse as forças e singularidades de cada acionista mantendo uma forte alma industrial.

Assim, a Sonae Indústria e a Arauco uniram forças para criar uma história mais forte para transmitir ao mundo. A Sonae Arauco nasceu para ser uma marca de derivados de madeira forte. Um nome único para representar a identidade comercial e corporativa para o futuro, unificando e unindo. A Sonae Arauco nasceu com a ambição de ser a empresa de eleição para os seus colaboradores, parceiros e clientes e de criar produtos derivados de madeira inovadores para melhorar a vida das pessoas.



TAKING WOOD FURTHER

A marca Sonae Arauco foi criada para comunicar uma nova identidade de empresa distinta. O logotipo da empresa foi construído com letras únicas projetadas em cada nome, exemplificando a adaptabilidade, flexibilidade e capacidade de evoluir como parte importante do ADN da empresa.

O slogan “*taking wood further*”, além de ilustrar a paixão da Sonae Arauco por madeira, é também uma poderosa ferramenta de comunicação que se transcende. “*Together, we take anything further*”.

THE WOOD WORLD INSPIRATION



A MOVING WOOD WORLD



Mais informações em www.sonaearauco.com.

1.4. ESTRATÉGIA

O modo como nos vemos como empresa, como agimos e nos relacionamos com outros e com o mundo à nossa volta, representa uma cultura corporativa de melhoria contínua – desafiemo-nos constantemente para termos um melhor desempenho – que é sustentada pela nossa Missão, Visão e Valores.

VISÃO:

Ser reconhecido como um líder mundial sustentável no sector dos painéis derivados de madeira, proporcionando de forma consistente, aos nossos clientes, os melhores produtos, mantendo os mais elevados níveis de serviço e promovendo práticas empresariais e ambientais responsáveis.

MISSÃO:

O nosso objetivo é retirar o máximo potencial dos painéis derivados de madeira para benefício dos nossos clientes, acionistas, colaboradores e da sociedade em geral.

As nossas atividades estão assentes em boas práticas de governo de sociedades, na melhoria contínua da eficiência das operações e na promoção ativa de inovação, proporcionando um ambiente de trabalho motivador, seguro e justo.

VALORES E PRINCÍPIOS

Os nossos valores representam a pedra basilar sobre a qual o nosso negócio é construído e são os princípios orientadores do nosso comportamento. O nosso sistema de valores enfoca-se em quatro importantes princípios: Ambicioso, Inovador, Autêntico e Responsável, que podem depois ser subdivididos nos valores e aptidões ilustradas na figura abaixo.



ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS:

- 1) Continuar a melhorar o *mix* de produtos e o serviço ao cliente com enfoque na definição de tendências em soluções decorativas *premium* para o mercado da América do Norte tirando partido do posicionamento de mercado da Tafisa Canada no fornecimento de acabamentos melamínicos.
- 2) Desenvolver o negócio de Laminados e melhorar a rentabilidade aproveitando as oportunidades de crescimento com atuais, novos clientes e novos mercados e reforçando as parcerias para o fornecimento de laminados condizentes com os produtos da Tafisa Canada e da Sonae Arauco. Melhorar significativamente a nossa competitividade industrial e oferta aos clientes nos Componentes beneficiando da nova linha de orlagem.

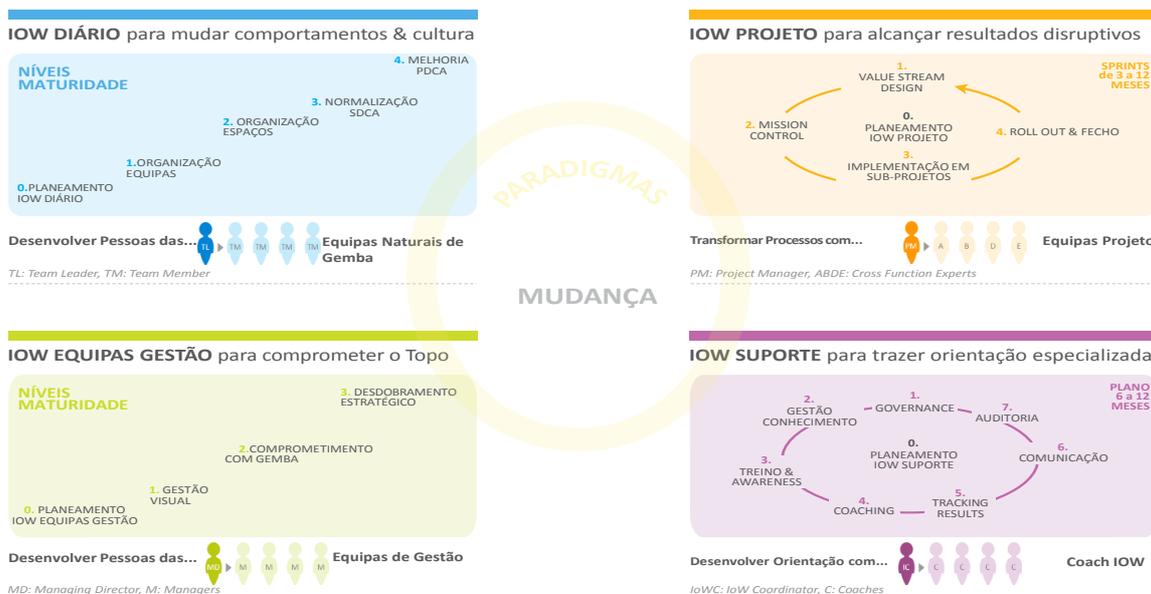
- 3) Apoiar a Sonae Arauco a alcançar os seus objetivos estratégicos focados no investimento em produtividade e flexibilidade, melhorando a qualidade dos produtos e o nível dos serviços oferecidos aos clientes e melhorando a sua oferta de produtos decorativos.
- 4) Procurar uma estrutura de capital mais equilibrada e flexível para financiar o crescimento futuro da empresa.

1.5. INICIATIVA IMPROVING OUR WORK (IoW)

A iniciativa IoW (*Improving our Work*) é um pilar da cultura e do modo de trabalhar da Sonae. É uma poderosa filosofia e metodologia de procura da produtividade e da qualidade, todos os dias, em qualquer lugar, por parte de todos, criando valor sustentável para os *stakeholders* da Sonae.

Tendo por base o ciclo de melhoria, o modelo IoW está estruturado em torno de 4 pilares:

- **IoW Diário:** Melhorar as Equipas Naturais e promover a cultura de melhoria contínua;
- **IoW Projeto:** Aperfeiçoar processo com equipas multidisciplinares;
- **IoW Líderes:** Desenvolver, acompanhar e apoiar a implementação da estratégia com as equipas de gestão;
- **IoW de suporte:** Apoio a todas as atividades de IoW por equipas de IoW.



O objetivo do modelo IoW é de desenvolver a capacidade de mudança na organização, fomentando alterações nos comportamentos e melhorias nos processos de negócio, ao mesmo tempo que procura assegurar a excelência operacional para melhorar o nosso desempenho global.

A Sonae Indústria adotou o programa IoW de uma forma entusiástica, pois acredita ser o meio para “Melhorar a nossa empresa”.

Quatro anos após a implementação do nosso sistema de Melhoria Contínua (Programa IoW), a Sonae Indústria continua a sua jornada com o IoW.

O pilar “IoW Diário” continua a ser o nosso principal enfoque, permitindo a todas as equipas potenciar a utilização das ferramentas do IoW, de acordo com as suas necessidades específicas e com o enfoque em extrair valor e apresentar resultados. A satisfação interna e externa dos clientes é o principal impulsionador. As equipas naturais encontram-se a implementar rotinas do IoW Diário, como reuniões padronizadas, ferramentas 5S, e a trabalhar na normalização de processos e melhoria contínua das equipas.

Durante 2017, também organizamos e iniciamos a implementação do IoW Projeto, para gerir melhor as iniciativas de longo prazo e mais disruptivas.

Na Sonae Arauco, também reforçamos o envolvimento da nossa gestão de topo com o programa de formação loW Líderes e estendemos as atividades de loW de suporte como formação, *coaching* e avaliação. Acreditamos claramente que o esforço colocado na formação dos nossos colaboradores, assegurando uma linguagem comum e melhorando as suas competências é um fator de sucesso chave.

2017 foi um ano para consolidar o que já vinha sendo implementado e para melhorar o processo de implementação, tendo como base o conhecimento ganho nos últimos anos. Como próximo passo, pretendemos assegurar que as melhorias alcançadas são sustentáveis, partilhadas e consideradas como parte da nossa forma de trabalhar.

1.6. PRINCIPAIS EVENTOS EM 2017

21 março 2017	Comunicado dos resultados consolidados do exercício de 2016
9 maio 2017	Comunicado sobre deliberações da Assembleia Geral Anual de Acionistas
9 maio 2017	Comunicado dos resultados consolidados do 1º trimestre de 2017
22 maio 2017	Comunicado sobre registo comercial da redução de capital social
13 julho 2017	Comunicado sobre operação de reagrupamento de ações
28 julho 2017	Comunicado sobre registo comercial de alteração do pacto social
7 setembro 2017	Comunicado dos resultados consolidados do 1º semestre de 2017
12 outubro 2017	Comunicado sobre a alienação de participação por sociedade participada a 50%
16 outubro 2017	Comunicado sobre incêndios que afectam fábricas de participada a 50%
27 outubro 2017	Atualização sobre impacto dos incêndios florestais nas unidades industriais da Sonae Arauco
16 novembro 2017	Comunicado dos resultados consolidados dos primeiros nove meses de 2017

2. ANÁLISE SETORIAL

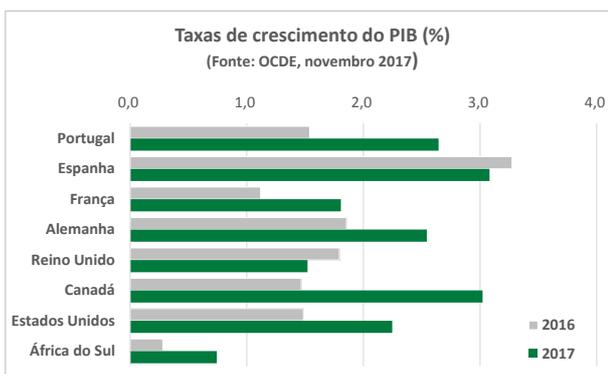
Contexto macroeconómico

A recuperação económica na União Europeia continuou com um crescimento esperado de 2,3%² em 2017, com o consumo privado como principal motor de crescimento. A melhoria do desempenho no mercado de trabalho, combinado com uma política monetária acomodatória visando uma maior acessibilidade no acesso ao crédito (as taxas de juro de curto prazo para a Zona Euro continuam negativas), contribuiu para o crescimento do consumo privado. Os níveis de investimento também aumentaram, apoiados pela política monetária acomodatória e níveis mais elevados de confiança das empresas. De uma perspectiva comercial, a Zona Euro apresentou mais uma vez um excedente da balança corrente.

Relativamente à economia Norte-Americana, 2017 representou outro ano de crescimento económico. O aumento dos níveis de confiança das empresas e dos consumidores e o desempenho positivo do mercado de trabalho (taxas de desemprego baixas e criação sustentável e relevante de emprego) contribuíram para níveis mais elevados de investimento e do consumo privado que foram motores de crescimento importantes.

Breve análise por região:

- 2017 representou o quarto ano de crescimento na Península Ibérica com taxas de crescimento positivas do PIB³, esperando-se um crescimento de cerca de 3,1% em Espanha e 2,6% em Portugal. Apesar das taxas de desemprego ainda elevadas em ambos os países, estas têm diminuindo continuamente e o mercado de trabalho continua a melhorar. De uma perspectiva comercial, Portugal e Espanha registaram um excedente na balança corrente, em linha com os últimos cinco anos. Não obstante, as taxas de inflação mais elevadas, as despesas de consumo privado acompanharam as perspetivas mais otimistas e continuaram a crescer, sustentando o crescimento económico nesta região. O setor residencial da construção, bastante correlacionado com o ambiente económico, manteve a tendência positiva de 2016, como indicado pelo aumento do número de licenças de habitação atribuídas face ao ano anterior em ambos os países (20%⁴ em Portugal e um crescimento ainda mais substancial em Espanha, aumentando cerca de 26%⁵).



- Na Alemanha é esperado um crescimento de 2,5% em 2017 (cerca de 0,7 p.p. acima vs. 2016), apoiado em níveis mais elevados de consumo e investimento e o excedente persistente na balança corrente. A melhoria do desempenho no mercado de trabalho e a maior acessibilidade no acesso ao crédito contribuíram para um aumento dos níveis de consumo privado e de investimento. No entanto, a apreciação do euro e o aumento dos salários podem afetar a competitividade. O ambiente macroeconómico positivo tem desempenhado um papel crucial na recuperação estável do setor da construção residencial, que evidenciou um aumento excepcional em 2016, face ao ano anterior, do

² Fonte: *International Monetary Fund, World Economic Outlook Database*, janeiro 2018

³ PIB: Produto Interno Bruto.

⁴ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, março 2018 (“Nova habitação residencial”, evolução acumulada a dezembro de 2017 para o período de 12 meses).

⁵ Fonte: *Ministerio de Fomento*, fevereiro 2018 (Total de “Novas Habitações”, evolução acumulada a dezembro de 2017 para o período de 12 meses).

número de licenças de habitação atribuídas (21%⁶ acima) que foi ligeiramente revertido pela diminuição de 5%⁷ em 2017, face ao ano anterior.

- Na América do Norte, tanto o Canadá com os Estados Unidos continuaram a crescer em 2017. Por conseguinte, para 2017 é esperado um crescimento do PIB de 2,2% para a economia Norte-Americana e para a economia Canadiana espera-se um crescimento de 3,0%, cerca de 0,8 p.p. e 1,6 p.p. acima de 2016, respectivamente. O desempenho positivo do consumo privado e do investimento tem estimulado o crescimento económico em ambos os países, apoiado por um mercado de trabalho mais robusto e níveis mais elevados de confiança dos consumidores. No Canadá, o número de novas construções aumentou 5,9%⁸ face ao ano anterior, e nos EUA o número de novas construções aumentou 3,9%⁹, face ao ano anterior.
- Para a África do Sul, as estimativas da OCDE apontam para um crescimento estagnado do PIB de 0,7% (cerca de 0,5 p.p. acima vs. 2016). Este aumento moderado deveu-se principalmente a uma recuperação no setor agrícola e uma evolução favorável nos preços das *commodities*. A baixa confiança dos consumidores e das empresas e o elevados níveis de desemprego (cerca de 28%¹⁰ em 2017) contribuíram para níveis de investimento menores e contrastaram com o aumento do consumo privado. A combinação destes fatores conduz a um crescimento fraco num contexto de incertezas macroeconómicas, resultando num pano de fundo positivo para o setor residencial da construção, como evidenciado pelo ligeiro aumento de cerca de 2%¹¹, face ao ano anterior, do número de licenças de habitação residenciais.

Painéis derivados de madeira

América do Norte (Tafisa Canada)

Procura por produto

Apesar das boas condições económicas globais no Canadá e nos EUA, o consumo de aglomerado na América do Norte não aumentou em 2017. As estimativas disponibilizadas pela *Composite Panel Association* (CPA) indicam que as remessas totais de aglomerado na América do Norte estagnaram em 2017 quando comparado com 2016.

Informação sobre a Oferta

Principais investimentos de *players* chave na América do Norte anunciados desde 2015:

- Arauco: investimento de \$400 milhões de dólares numa nova unidade industrial de aglomerado em Michigan (EUA), com uma capacidade esperada de 0,8 milhões m³, devendo começar a produzir durante a segunda metade de 2018.
- Kronospan: investimento total de \$363 milhões de dólares na sua unidade industrial de MDF/HDF em Alabama (EUA), adicionando uma linha de aglomerado, capacidade de revestimento a melamina, impregnação e potencialmente produção de resinas. Comissionamento esperado para o início de 2019.

⁶ Fonte: *German Federal Statistics Office*, março 2018 (“Licenças para nova construção, habitações”, evolução acumulada a dezembro de 2016).

⁷ Fonte: *German Federal Statistics Office*, março 2018 (“Licenças para nova construção, habitações”, evolução acumulada a dezembro de 2017 para o período de 12 meses).

⁸ Fonte: *Canada Mortgage and Housing Corporation*, março 2018 (“*Building permits* (unidades)”, evolução acumulada a dezembro de 2017 para o período de 12 meses).

⁹ Fonte: *United States Census Bureau*, janeiro 2018 (“*Housing units started*”, evolução acumulada a dezembro de 2017 para o período de 12 meses).

¹⁰ Fonte: *OECD Statistics, Economic Outlook No 102 dataset* - novembro 2017

¹¹ Fonte: *Statistics South Africa*, março 2018 (“*Building plans for residential buildings* (número)”, evolução acumulada a dezembro de 2017 para o período de 12 meses).

- Swiss Krono: investimento total de \$230 milhões de dólares na sua unidade industrial de HDF/MDF em South Carolina (EUA): linha de 0,28 milhões m³ de HDF/MDF e expansão dos pavimentos laminados.
- Egger: investimento na Carolina do Sul de EUR 260 milhões relacionado com a primeira fase de um plano de investimento de longo prazo. A primeira fase incluiu aglomerado e painéis revestidos com papel melamínico e a produção deve começar em 2020.

Europa (Sonae Arauco)

Procura por produto

Em 2017, nos países membros da EPF¹², é esperado que o consumo aparente de **aglomerado** cresça 1,2%¹³, totalizando 29,5¹³ milhões de m³. No geral, é esperado um crescimento sólido do aglomerado com a captação da construção global e do imobiliário (com a contribuição positiva da demografia e da urbanização).

Espera-se que o consumo de painéis de **MDF** na Europa tenha aumentado ligeiramente 1,2%¹³ em 2017 para 11,2¹³ milhões de m³. A Alemanha manteve-se como maior consumidora europeia de painéis de MDF em 2017, com um consumo de cerca de 3,4¹³ milhões de m³, seguida da Polónia e do Reino Unido. Não se prevê que nenhum país registe um declínio no consumo de painéis MDF durante 2017.

Em relação ao **OSB**, após vários anos de contração e uma melhoria acentuada em 2016, espera-se que o consumo tenha aumentado significativamente em 2017.

Informação sobre a Oferta¹⁴

A produção de **painéis de aglomerado** nos países europeus manteve a tendência positiva desde 2014, levando a um crescimento esperado de 5,9% em 2017. Contudo, este nível de produção ainda se encontra distante do pico de produção de 37,8 milhões de m³, registado em 2007.

Espera-se que a capacidade de produção de **MDF** na Europa tenha aumentado 0,9% em 2017.

Estima-se que a produção europeia de **OSB** tenha aumentado 5,2% em 2017. Espera-se que os investimentos em capacidade de OSB continuem em 2018, sobretudo nos países da Europa Oriental

Considerando especificamente os mercados europeus onde a Sonae Indústria tem presença industrial através da Sonae Arauco, estima-se que a capacidade de aglomerado na Península Ibérica seja cerca de 3,7 milhões de m³, em 2017, com um aumento esperado de cerca de 0,2 milhões de m³, em 2018. Deve também referir-se o aumento da pressão devido às exportações da Polónia, onde a Egger está a investir numa nova fábrica de aglomerado com uma capacidade anual de 0,65 milhões de m³ (a qual deve começar a produção no final de 2018) e a Forte investiu numa nova linha de aglomerado com uma capacidade anual de 0,5 milhões de m³ que começou a produção em fevereiro de 2018.

Laminados

O mercado de Laminados cresceu moderadamente durante os últimos anos na Europa. O ICDLI¹⁵ espera que o europeu de HPL tenha um crescimento de mercado de 2%, tanto em 2017 como em 2018. A estrutura de mercado na Europa é caracterizada por ser fragmentada, sem posições dominantes. Nos próximos anos é esperada uma consolidação, juntamente com o foco contínuo dos produtores na diferenciação dos produtos e na inovação para manter a posição de mercado.

¹² Federação Europeia de Painéis (EPF)

¹³ Fonte: EPF: Federação Europeia de Painéis, Relatório Anual 2016/2017

¹⁴ Fontes: Estimativas internas da Sonae Arauco e informação pública dos concorrentes.

¹⁵ *International Committee of the Decorative Laminates Industry*

3. ANÁLISE DE ATIVIDADE

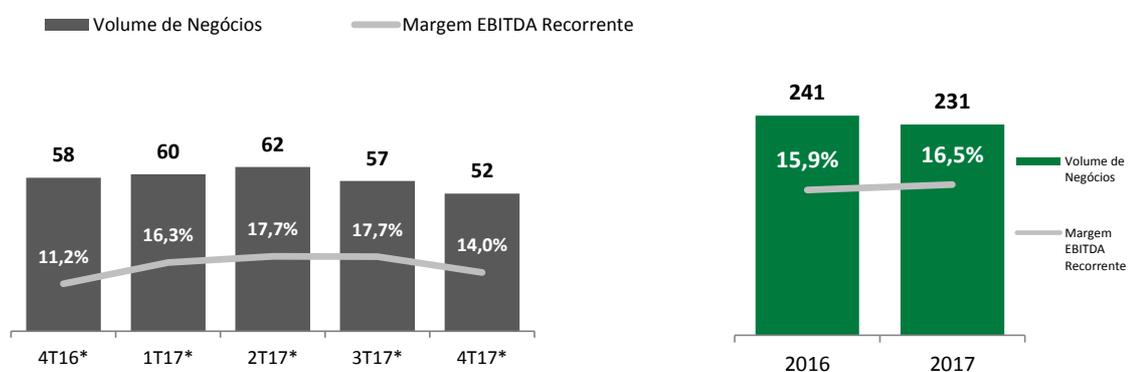
COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados considera todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação da Sonae Arauco classificadas como “Operações Descontinuadas” até maio de 2016 e contabilizadas através do método de equivalência patrimonial a partir de 1 de junho.

3.1. VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE

VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE

Milhões de Euros



*Informação trimestral não auditada.

O **Volume de Negócios consolidado** atingiu cerca de 231,0 milhões de euros em 2017, uma redução de cerca de 9,9 milhões de euros (-4,1%) face a 2016. A redução do volume de negócios consolidado deveu-se principalmente à descida dos **volumes de vendas** no negócio da América do Norte que mais do que compensaram o aumento nos **preços médios de venda** no mercado do Canadá, mas também à redução nas vendas para os mercados nórdicos no negócio de Laminados e Componentes durante a segunda metade do ano.

Os **custos variáveis por metro cúbico** aumentaram em cerca de 2,8%, quando comparados com o ano anterior, sobretudo devido ao aumento do custo dos químicos. No quarto trimestre, os custos variáveis por metro cúbico diminuíram quando comparados com os do 4T16 que foi afetado por custos de manutenção elevados.

O **EBITDA Recorrente** de 2017 foi de 38,1 milhões de euros, marginalmente abaixo de 2016 (cerca de -0,3 milhões de euros ou -0,7%), devido à diminuição na contribuição do negócio na América do Norte, afetado pelo aumento do custo dos químicos e menores volumes de vendas. No entanto, a **margem EBITDA recorrente** de 2017 atingiu 16,5%, mais cerca de 0,6 p.p. que em 2016.

O **EBITDA** consolidado para 2017 atingiu 39,3 milhões de euros, cerca de 1,1 milhões de euros superior face ao ano passado, beneficiando de itens não recorrentes positivos em 2017. O EBITDA consolidado do 4T17 foi de cerca de 8,7 milhões de euros, um aumento de cerca de 2,3 milhões de euros face ao 4T16, devido ao já mencionado aumento no EBITDA Recorrente combinado com itens não recorrentes positivos este ano.

3.2. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

3.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS								
Milhões de Euros								
	2016	2017	2017 / 2016	4T16	3T17	4T17	4T17 / 4T16	4T17 / 3T17
				Não auditado	Não auditado	Não auditado		
Volume de Negócios	240,9	231,0	(4,1%)	58,2	57,0	52,2	(10,4%)	(8,4%)
Outros Proveitos Operacionais	5,8	7,1	22,6%	1,2	1,1	3,2	-	-
EBITDA	38,3	39,3	2,8%	6,4	10,0	8,7	35,5%	(13,0%)
Items não-recorrentes	(0,1)	1,2	-	(0,1)	(0,1)	1,4	-	-
EBITDA Recorrente	38,4	38,1	(0,7%)	6,5	10,1	7,3	11,3%	(27,8%)
Margem EBITDA Recorrente %	15,9%	16,5%	0,6 pp	11,2%	17,7%	14,0%	2,7 pp	-3,7 pp
Amortizações e depreciações	(12,1)	(12,6)	(4,1%)	(3,2)	(3,1)	(3,3)	(3,0%)	(6,3%)
Provisões e Perdas por Imparidade	(3,6)	(3,8)	(6,0%)	(4,0)	0,0	(3,8)	4,4%	-
Resultados Operacionais	22,6	23,0	1,5%	(0,7)	6,9	1,6	-	(76,1%)
Encargos Financeiros Líquidos	(16,5)	(11,6)	29,7%	(3,2)	(2,6)	(2,9)	9,2%	(12,7%)
dos quais Juros Líquidos	(13,1)	(8,2)	37,7%	(2,5)	(2,0)	(2,0)	18,8%	(3,2%)
dos quais Diferenças de Câmbio Líquidas	(0,1)	(0,7)	-	0,1	0,2	(0,1)	-	-
dos quais Descontos Financeiros Líquidos	(1,8)	(1,7)	2,0%	(0,5)	(0,4)	(0,4)	8,6%	(0,2%)
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos - Res. Líq.	5,5	12,8	132,5%	(0,7)	4,4	(0,8)	(13,4%)	-
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos - Outros	0,0	(2,5)	-	0,0	0,0	(2,5)	-	-
Resultado antes de Impostos	11,6	21,7	86,6%	(4,7)	8,7	(4,6)	2,0%	-
Impostos	(8,6)	(6,5)	24,6%	(1,7)	(1,9)	(1,1)	38,1%	42,2%
dos quais Impostos Correntes	(8,9)	(7,1)	20,2%	(1,4)	(2,2)	(1,0)	28,8%	52,7%
dos quais Impostos Diferidos	0,3	0,7	88,7%	(0,3)	0,3	(0,1)	80,7%	(121,0%)
Resultado de operações continuadas	3,1	15,3	-	(6,4)	6,9	(5,6)	(11,8%)	-
Resultado de operações descontinuadas	7,9	0,0	(100,0%)	38,7	0,0	0,0	(100,0%)	-
Resultado Líquido consolidado do período	11,0	15,3	38,7%	32,3	6,9	(5,6)	(117,5%)	-

O valor total de **custos fixos**, em 2017, representou cerca de 16,5% do volume de negócios, uma redução de 0,4 p.p. quando comparado com 2016, apesar da redução do volume de negócios, beneficiando de ajustamentos pontuais em acréscimos, que foram negativos no 4T16 e positivos no 1T17.

O **número total de colaboradores** da Sonae Indústria, no final de dezembro de 2017, era de 486 FTEs, excluindo a Sonae Arauco, que compara com 485 FTEs, no final de dezembro de 2016.

Os custos com **amortizações e depreciações** em 2017 foram de cerca de 12,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,1% quando comparado com 2016, sobretudo explicado pelos maiores custos de depreciações na nossa operação na América do Norte que contemplam para todo o período de 2017, o investimento na nova linha de produção de revestimento a papel melamínico concluído no 2T16.

As **provisões e perdas por imparidade** para 2017 representaram um custo de cerca de 3,8 milhões de euros, 0,2 milhões de euros superior face a 2016. No 4T17 foram registadas provisões e perdas por imparidade de cerca de 3,8 milhões de euros que incluem o reconhecimento de cerca de 3,3 milhões de euros de provisões (líquidas) relacionadas essencialmente com o legado de pagamentos solicitados ao abrigo a lei da concorrência na Alemanha.

Os **encargos financeiros líquidos** em 2017 foram de 11,6 milhões de euros, cerca de 4,9 milhões de euros abaixo de 2016. Esta redução é essencialmente explicada por uma diminuição de 5,0 milhões de euros nos juros líquidos resultante de uma redução da dívida líquida e do custo da dívida e também pelo facto dos valores de 2016 incluírem o reconhecimento de custos de financiamento anteriormente diferidos de 1,9 milhões de euros.

Os **resultados relativos a empreendimentos conjuntos – res. líquido** correspondem a 50% dos resultados líquidos da Sonae Arauco durante o período (contabilizados através do método de equivalência patrimonial). Estes totalizaram 12,8 milhões de euros em 2017 o que compara com 5,5 milhões de euros registados em 2016 que só incluíam os últimos sete meses daquele ano (o período depois da conclusão da parceria Sonae Arauco).

Os **resultados relativos a empreendimentos conjuntos - outros** totalizaram cerca de -2,5 milhões de euros em 2017. Deve realçar-se que, segundo o acordo com a Arauco, algumas das despesas e passivos contingentes da Sonae Arauco são da responsabilidade da Sonae Indústria e, por conseguinte, a Sonae Indústria compensa a Sonae Arauco através de contribuições pecuniárias pelo montante total pago ou incorrido relativo a essas despesas. No entanto, visto que 50% destas despesas já estão refletidos na demonstração de resultados da Sonae

Indústria através dos resultados líquidos da Sonae Arauco, os restantes 50% estão refletidos em resultados relativos a empreendimentos conjuntos - outros. Em 2016, não houve valores registados neste item.

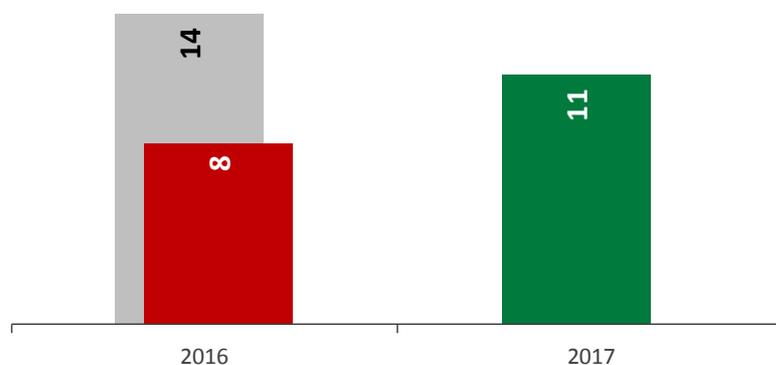
O valor de **impostos correntes** foi de 7,1 milhões de euros para 2017, uma diminuição de cerca de 1,8 milhões de euros quando comparado com 2016, sobretudo devido à diminuição dos impostos no Canadá.

Os **Resultados líquidos** de 2017 foram positivos em cerca de 15,3 milhões, uma melhoria de cerca de 4,3 milhões de euros quando comparado com os 11,0 milhões de euros registados em 2016. Deve realçar-se que, os resultados das Operações Descontinuadas em 2016 incluíram tal como então reportado, cerca de 2,1 milhões de euros de efeitos contabilísticos positivos relacionados com a conclusão da parceria Sonae Arauco. A melhoria nos resultados líquidos, quando comparado com 2016, é sobretudo explicada pela redução dos encargos financeiros líquidos anteriormente referida e também por menores impostos.

3.2.2. INVESTIMENTO

ATIVO FIXO BRUTO ADICIONAL

Milhões de Euros



■ Recalculado para apresentar valores comparáveis.

O aumento de ativos fixos tangíveis foi de 11,3 milhões de euros durante 2017, cerca de 3,1 milhões de euros superior quando comparado com 2016, numa base comparável considerando o perímetro atual de sociedades. O valor registado em 2017 inclui, para além dos investimentos executados na nossa unidade industrial na América do Norte, o investimento na nova linha de orlagem e furação de painéis na unidade industrial de Componentes em Portugal que possibilitará a melhoria da oferta de serviços e produtos aos clientes adaptando-a aos requisitos do mercado e aos padrões de alta qualidade.

3.2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA (DCPF)

COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA

A partir de junho de 2016, a DCPF representa a posição da Sonae Indústria sob o perímetro atual com a participação de 50% na Sonae Arauco contabilizada através do método da equivalência patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA			
Milhões de Euros			
	2016	9M17 Não auditado	2017
Ativos não correntes	352,8	352,4	360,2
Ativos fixos tangíveis	148,1	142,5	146,5
Investimentos em empreendimentos conjuntos	195,9	201,3	205,6
Ativos por impostos diferidos	1,4	1,4	1,5
Outros ativos não correntes	7,4	7,2	6,6
Ativos correntes	44,7	45,7	40,9
Existências	18,1	17,2	17,0
Clientes	15,2	19,0	13,6
Caixa e investimentos	4,8	2,8	4,1
Outros ativos correntes	6,6	6,7	6,2
Ativos não correntes classificados como disponíveis para venda	1,5	1,5	0,0
Total do Ativo	399,0	399,7	401,0
Capitais Próprios e Interesses que não controlam	110,3	125,9	126,1
Capitais Próprios	110,3	125,9	126,1
Interesses que não controlam	0,0	0,0	0,0
Passivo	288,7	273,8	274,9
Dívida remunerada	218,3	212,8	212,7
Não corrente	216,0	204,0	198,5
Corrente	2,3	8,7	14,2
Fornecedores	23,1	22,0	19,6
Outros passivos	47,3	39,0	42,5
Total do Passivo, Capitais Próprios e Int. que não controlam	399,0	399,7	401,0
Dívida Líquida	213,5	209,9	208,7
Fundo de Maneio	10,3	14,2	11,0

O investimento em empreendimentos conjuntos (participação de 50% na Sonae Arauco) atingiu 205,6 milhões de euros, cerca de 9,7 milhões de euros acima do valor registado no final de 2016 para este investimento. Os principais aumentos, em 2017, são 12,8 milhões de euros da nossa participação nos resultados da Sonae Arauco, menos cerca de 5,7 milhões de euros do dividendo pago, mais o 50% do montante das contribuições pecuniárias efetuadas pela Sonae Indústria à Sonae Arauco (referidas nos resultados relativos a empreendimentos conjuntos - outros).

O fundo de maneio consolidado atingiu cerca de 11,0 milhões de euros, uma diminuição de 3,2 milhões de euros quando comparado com setembro de 2017, devido a uma diminuição do saldo de clientes e das existências que mais do que compensou a diminuição do saldo de fornecedores.

A Dívida líquida era de cerca de 208,7 milhões de euros, no final de dezembro de 2017, uma diminuição de cerca de 1,3 milhões de euros face a setembro de 2017 e uma diminuição de cerca de 4,9 milhões de euros quando comparada com o final de 2016.

O valor total dos **Capitais Próprios**, no final de dezembro de 2017, totalizava 126,1 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 15,8 milhões de euros quando comparado com 2016, sobretudo devido aos resultados líquidos positivos no ano.

3.3. RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE INDÚSTRIA, SGPS

Em 2017, a Sonae Indústria, SGPS, SA, enquanto empresa gestora das participações sociais do grupo, com base nas contas individuais, gerou um Resultado Líquido positivo no exercício de 36.149.789,54 Euros.

No resultado do exercício encontra-se já refletido o montante de 108.258,00 euros, destinado à remuneração variável de curto prazo do administrador delegado que auferir diretamente a sua remuneração na Sonae Indústria, SGPS, SA, na modalidade de distribuição de lucros do exercício, nos termos do disposto no nº2 do artigo 32º dos estatutos da sociedade e sob proposta da Comissão de Vencimentos, a quem compete a concretização da política de retribuição aprovada na Assembleia Geral de acionistas de 9 de maio de 2017.

Aquele Resultado Líquido deve-se principalmente a resultados relativos a investimentos em subsidiárias e empresas associadas de 46,8 milhões de euros, que compreendem maioritariamente uma reversão de imparidade no valor do investimento na Sonae Arauco de cerca de 32,1 milhões de euros, dividendos da Megantic BV de cerca de +15,6 milhões de euros e dividendos da Sonae Arauco de cerca de +5,7 milhões de euros líquidos de cerca de -4,9 milhões de euros de prestações pecuniárias da Sonae Indústria para a Sonae Arauco.

3.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados individuais do exercício, positivos no montante de 36.149.789,54 Euros, da Sonae Indústria, SGPS, SA, sejam aplicados da seguinte forma:

Valor em euros	2017
Reservas legais	1.807.489,48
Reservas livres	34.342.300,06

3.5. INDICADORES PROPORCIONAIS (NÃO AUDITADOS E PROFORMA)

COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE OS INDICADORES PROPORCIONAIS

Devido ao facto de nas contas auditadas um dos principais ativos da Sonae Indústria (a participação de 50% na Sonae Arauco) ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial desde 1 de junho de 2016, apresentam-se **Indicadores Proporcionais** não auditados e proforma, de modo a possibilitar uma visão mais compreensiva do negócio subjacente da Sonae Indústria e para efeitos de análises de resultados financeiros, do alavancamento financeiro e de avaliação.

Estes Indicadores Proporcionais consideram a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco. Os Indicadores Proporcionais são proforma porque consideram reportadas a 1 de janeiro de 2015 as alterações no perímetro de consolidação que ocorreram em 2016 e consideram a consolidação proporcional das entidades da Sonae Arauco desde 1 de janeiro de 2015, não após 31 de maio de 2016 quando a parceria foi estabelecida.

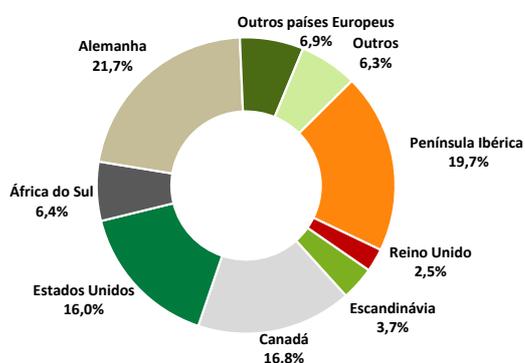
Os Indicadores Proporcionais não são auditados. Relativamente aos Indicadores Proporcionais, o trabalho dos auditores externos da Sonae Indústria consistiu na análise da consistência dos pressupostos e dos valores considerados pela Sonae Indústria no cálculo dos Indicadores Proporcionais.

INDICADORES FINANCEIROS (não auditados e proforma)	2016	2017
Volume de Negócios Proporcional	639	630
EBITDA Recorrente Proporcional	90	89
Margem EBITDA Recorrente Proporcional	14,1%	14,0%
RÁCIO DE DÍVIDA LÍQUIDA PARA O EBITDA RECORRENTE		
Dívida Líquida Proporcional	312	301
Rácio de Dívida Líquida para o EBITDA Recorr. (Proporcional)	3,5 x	3,4 x
LOAN TO VALUE		
Dívida Líquida da Sonae Indústria	214	209
Asset Value ²	500	496
LTV (Dívida Líquida da Sonae Indústria / Asset Value)	43%	42%

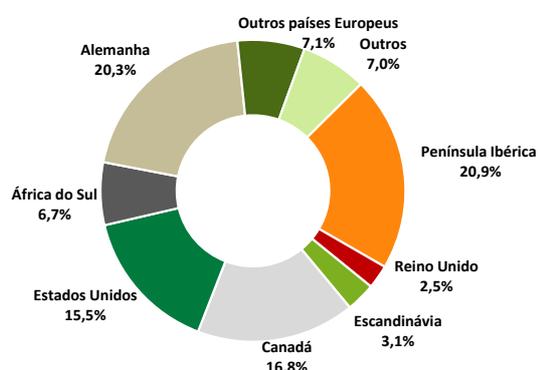
² Calculado conforme descrito no Glossário. Este valor compara com um “Asset Value” consensus de EUR 522M baseado na média das avaliações dos ativos da Sonae Indústria (reportadas ao final de 2018) por soma das partes, realizadas por duas entidades independentes dedicadas à análise de ações.

Em 2017, o rácio **Dívida líquida para o EBITDA Recorrente Proporcional** foi de 3,4x, o que representa uma melhoria de cerca de 0,1x face a 2016, devido a uma redução da Dívida líquida. O “**Loan to Value**” também melhorou face a 2016, diminuindo para 42% no final de 2017.

VOL. NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO – 2016

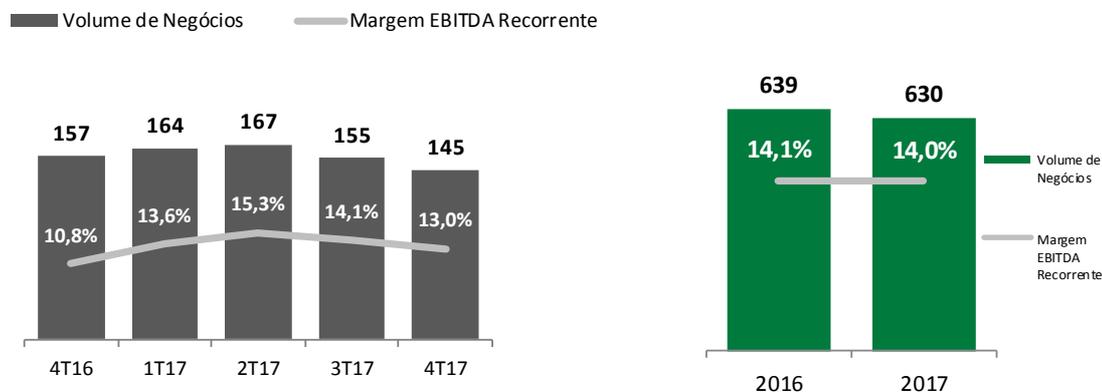


VOL. NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO – 2017



VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE PROPORCIONAIS (não auditados e proforma)

Milhões de Euros



O **Volume de Negócios Proporcional** em 2017 atingiu 630 milhões de euros, cerca de 1,4% abaixo quando comparado com 2016, numa base comparável. Esta evolução é principalmente explicada pelas já mencionadas menores vendas nos negócios detidos integralmente uma vez que o Volume de Negócios da Sonae Arauco aumentou marginalmente quando comparado com 2016, apesar do impacto negativo no volume de negócios dos incêndios florestais que provocaram a paragem das fábricas de Oliveira do Hospital e Mangualde desde meados de outubro (visto que as compensações do seguro não foram contabilizadas no volume de negócios).

Os **custos médios variáveis unitários (por m³)** aumentaram, face ao ano anterior, no Canadá e em todas as regiões onde a Sonae Arauco opera, um reflexo do aumento do custo dos químicos.

O **número total de colaboradores da Sonae Indústria**, no final de dezembro de 2017, era de 3,264 FTEs incluindo 100% das operações da Sonae Arauco.

3.6. PERSPETIVAS FUTURAS PARA 2018

Durante 2018, esperamos que o ambiente macroeconómico geral na Europa e na América do Norte permaneça robusto, sustentando a procura para os nossos produtos. Do lado da oferta, deverá surgir alguma capacidade nova tanto na Europa Oriental como na América do Norte.

Na América do Norte, vamos continuar a procurar oportunidades de crescimento do nosso negócio, nomeadamente reforçando a oferta de produtos, melhorando a qualidade dos produtos e o nível dos serviços e reforçando as nossas soluções decorativas com o lançamento previsto de novas cores melamínicas e acabamentos durante 2018.

No negócio de Laminados, vamos focar-nos em aumentar os volumes de vendas e melhorar os níveis de rentabilidade. Vamos também procurar reforçar a parceria com a Sonae Arauco para o fornecimento de laminados compatíveis para a sua oferta de decorativos e vamos procurar oportunidades para vender laminados no mercado da América do Norte. Para o negócio de Componentes, vamos tirar partido da nova linha de orlagem e furação de painéis para melhorar significativamente a nossa competitividade industrial e oferta aos clientes e aumentar os volumes de vendas.

Em relação à Sonae Arauco, esperamos continuar a aumentar os níveis de rentabilidade operacional porque se espera uma continuação de procura saudável pelos nossos produtos na Europa combinada com os benefícios dos nossos investimentos recentes em *debottlenecking* da capacidade e melhoria da produtividade. Na África do Sul, espera-se que a situação macroeconómica permaneça desafiante o que, tal como em 2017, deve continuar a afetar os níveis de rentabilidade nesta região. Após a conclusão dos planos de recuperação em curso,

esperamos ser capazes de reiniciar totalmente a produção nas nossas fábricas portuguesas durante a primeira metade de 2018.

Manteremos o enfoque na procura de oportunidades para monetização dos nossos ativos imobiliários e equipamentos relacionados com as nossas unidades inativas e nos esforços para reduzir os custos correntes destas unidades industriais inativas.

Com o apoio contínuo dos nossos *stakeholders*, esperamos reforçar o compromisso de crescimento a longo prazo da empresa bem como a sua posição competitiva na indústria de painéis de derivados de madeira.

3.7. INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES E EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO

A Sonae Indústria, SGPS, SA é uma empresa cotada na NYSE Euronext Lisbon, com um acionista maioritário – a EFANOR – que atualmente detém aproximadamente 68,6% do capital social.

Redução do Capital Social

Em maio de 2017 a Sonae Indústria reduziu o seu capital social de 812.107.574,17 euros para 253.319.797,26 euros, para cobertura de prejuízos evidenciados nas contas da sociedade no montante de 558.787.776,91 euros, sem alteração do número de ações então existentes, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Anual realizada no dia 9 de maio de 2017.

Deste modo, o capital social da Sonae Indústria é atualmente 253.319.797,26 Euros.

Operação de Reagrupamento de Ações

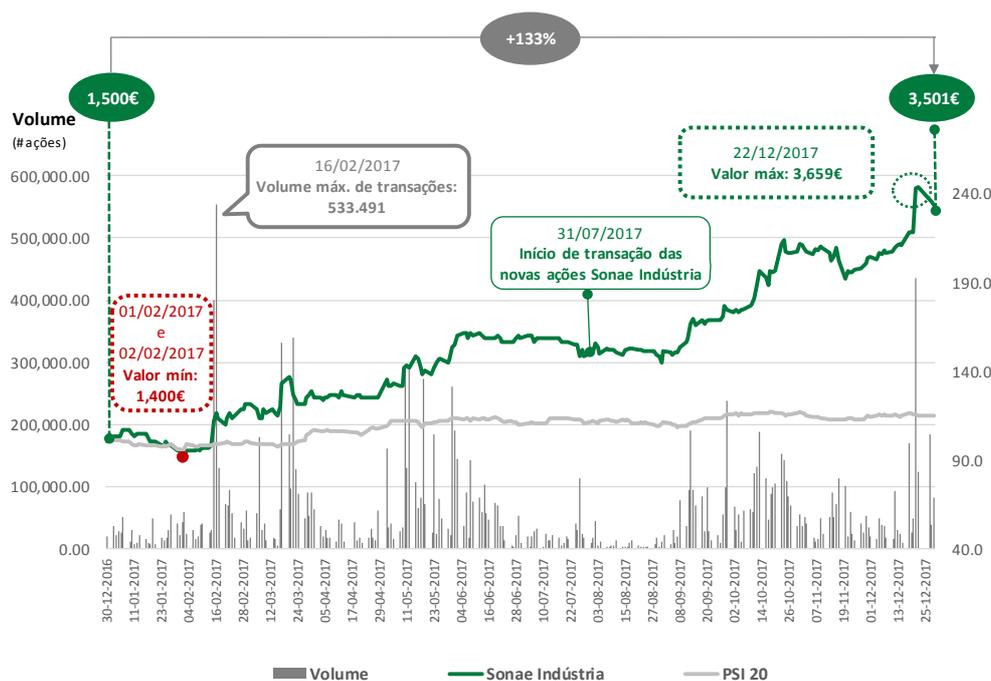
Na Assembleia Anual de Acionistas realizada no dia 9 de maio de 2017, os acionistas aprovaram: (i) a doação de 167 ações representativas do capital social da Sonae Indústria e proceder à extinção das mesmas sem redução do capital social e (ii) proceder ao reagrupamento, nos termos do disposto no art.º 23.º-E do Código dos Valores Mobiliários, das restantes 11.350.757.250 ações representativas do capital social da Sonae Indústria, mediante a aplicação de um coeficiente de reagrupamento de 250, correspondendo a cada 250 ações 1 nova ação, com arredondamento por defeito para o número inteiro mais próximo. As ações com o código ISIN PTS3POAM0017 foram negociadas em bolsa até ao dia 28 de julho de 2017, inclusive e a negociação em bolsa das ações com o novo código ISIN PTS3POAM0025 teve início no dia 31 de julho de 2017, data de produção de efeitos do reagrupamento das ações. Desde a operação de reagrupamento de ações o capital social da Sonae Indústria é representado por 45.403.029 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.

2017 | SONAE INDÚSTRIA RELATÓRIO DE GESTÃO

Desempenho das ações

Código ISIN **PTS3POAM0025** (Até 28/07/2017: Código ISIN PTS3POAM0017)
 Código Bloomberg **SONI**
 Código Reuters **SONI.LS**

	2014	2015	2016	2017
Capital Social	812,107,574.17	812,107,574.17	812,107,574.17	253,319,797.26
Número de ações	11,350,757,417	11,350,757,417	11,350,757,417	45,403,029
Resultados Líquidos	-115,720,185	-36,004,592	11,008,954	15,265,731
Resultados Líquidos por ação	-0.010	-0.003	0.001	0.336
Devidendos por ação	0.00	0.000	0.000	0.000
Cotações				
Máximo ano	0.8660	0.0097	0.0079	3.6590
Mínimo ano	0.0059	0.0058	0.0043	1.4000
Média ano	0.4552	0.0077	0.0054	2.2956
Cotação a 31-Dec	0.0064	0.0080	0.0060	3.5010
Capitalização Bolsista a 31-Dec	72,644,847	90,806,059	68,104,545	158,956,005
Volume médio de transações diário (ações)	4,390,031	8,037,786	8,455,716	57,761



* Dados até 31/07/2017 foram recalculados considerando a operação de reagrupamento de ações.

O desempenho da Sonae Indústria é bastante dependente dos ciclos económicos, dada a correlação com as indústrias da construção residencial e mobiliário. Desta forma, a evolução do preço das ações da Sonae Indústria é historicamente afetada pelos ciclos económicos.

Durante 2017, o valor da cotação da Sonae Indústria registou um aumento significativo, contrastando com uma apreciação menos pronunciada do Índice de Mercado de Capitais Português (PSI 20). Por conseguinte, o valor da cotação da Sonae Indústria aumentou 133% desde o final de 2016 até ao final de 2017 (com o índice PSI 20 a aumentar 15%).

O volume diário de transações mais elevado das ações da Sonae Indústria foi registado no dia 16 de fevereiro (533.491¹⁶ transações).

Em termos do valor da cotação da ação, durante 2017, o mínimo foi registado em duas sessões consecutivas: nos dias 1 e 2 de fevereiro (1,400€¹⁶). Por outro lado, o valor máximo da cotação da ação foi alcançado no dia 22 de dezembro (3,659€).

Em relação à liquidez, as ações da Sonae Indústria tiveram, durante 2017, um volume médio de transações de 57.761¹⁶ ações por dia.

Na sequência da evolução do preço das ações da Sonae Indústria em 2017, a sociedade recebeu o prémio “Listed Company – Best Performance”, nos Euronext Lisbon Awards 2018.

3.8. TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. não detinha quaisquer ações próprias em 31 de dezembro de 2017. Não obstante, deve mencionar-se que a esse respeito, como anunciado pela sociedade na sequência da aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas em 2017 e para permitir a operação de reagrupamento de ações, a Sonae Indústria aceitou a doação de 167 ações representativas do seu capital social e procedeu à extinção das mesmas sem redução do capital social. Para além disso, no âmbito da operação de reagrupamento de ações e utilizando a possibilidade prevista no n.º 5 do artigo 23.º- E do Código dos Valores Mobiliários, a Sonae Indústria indicou o Banco BPI, S.A. para adquirir aos respetivos acionistas as ações sobranes do processo de arredondamento inerente ao reagrupamento de ações.

3.9. POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração definiu como objetivo a distribuição aos acionistas de 50% dos lucros anuais da empresa.

O rácio de pagamento real é proposto pelo Conselho de Administração em cada ano, tendo em consideração a sustentabilidade da estrutura de capitais da empresa e as fontes de financiamento disponíveis, bem como os planos de investimentos existentes.

3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Das três linhas de produção de painéis crus que pararam na sequência dos incêndios florestais que afetaram as fábricas da Sonae Arauco em Portugal em outubro de 2017, a linha 1 e a linha 2 de MDF de Mangualde retomaram a produção em janeiro e março, respetivamente, e em relação à linha de PB de Oliveira do Hospital é esperado que retome a produção no início de abril. O horizonte temporal para a conclusão do investimento na nova linha de MDF em Mangualde não foi afetado pela interrupção na sequência dos incêndios florestais e é esperado que a nova linha esteja operacional no final do 3T18.

¹⁶ Valores já ajustados considerando a operação de reagrupamento de ações que ocorreu em julho.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DE CRÉDITO

a) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da política de gestão de riscos de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, as empresas do Grupo:

- Criaram uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;
- Implementaram processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criaram mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

Para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas, a Sonae Arauco promove, numa base anual, um "fórum de Gestão de Risco de Crédito de Clientes". Durante 2017 a Sonae Arauco também implementou um projeto para rever e otimizar as práticas atuais do grupo.

b) Ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, as empresas do Grupo detêm outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiras usadas pelas empresas do grupo.

4.2. RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a empresa está exposta ao risco de taxa de juro.

Regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceção a esta política geral, a Sonae Indústria pode contratar certos derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os riscos e valorização desses

derivados possam ser avaliados com rigor pela empresa. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados de taxa de juro com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

b) Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, presente em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio. As Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira e a Demonstração de Resultados encontram-se expostas a risco de câmbio de translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

Como regra do Grupo, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais.

Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados cambiais com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Pressupõe-se também que a cobertura de transações não acrescentaria valor a longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de *cash flows* positivos e negativos em subsidiárias não Euro são contabilizados como Capitais Próprios na rubrica de “Outro Rendimento Integral Acumulado”.

c) Risco de Liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

4.3. RISCOS LEGAIS

A Sonae Indústria e as suas subsidiárias estão obrigadas e promovem ativamente o respeito pelas leis aplicáveis nos países e regiões em que operam. Mudanças nesses enquadramentos legais podem traduzir-se em alterações, ou mesmo restrições, às condições atuais de exploração e podem originar custos acrescidos.

A Sonae Indústria, SGPS, SA é, e pretende continuar a ser, reconhecida pela forma como age de acordo com as regras e os valores da concorrência com base no mérito, na força dos mercados livres e no respeito ilimitado pelo consumidor. Para atingir esse objetivo, estão em vigor medidas para reforçar a promoção e divulgação das iniciativas de conformidade existentes dentro do Grupo. Tais medidas incluem formação para os colaboradores, a fim de garantir que todas as partes da nossa organização, em todas as geografias, têm uma consciência mais profunda e mais completa e um respeito mais rigoroso perante as suas obrigações legais.

4.4. RISCOS OPERACIONAIS

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, decorrente nomeadamente de eventuais acidentes envolvendo incêndio e explosão. Consequentemente, a gestão de risco operacional é uma preocupação central da empresa e temos uma postura ativa na implementação de normas e de melhores práticas, bem como na escolha de sistemas e soluções de ponta capazes de reduzir os riscos industriais.

Para uma descrição pormenorizada destes riscos e das iniciativas desenvolvidas para os mitigar, consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade.

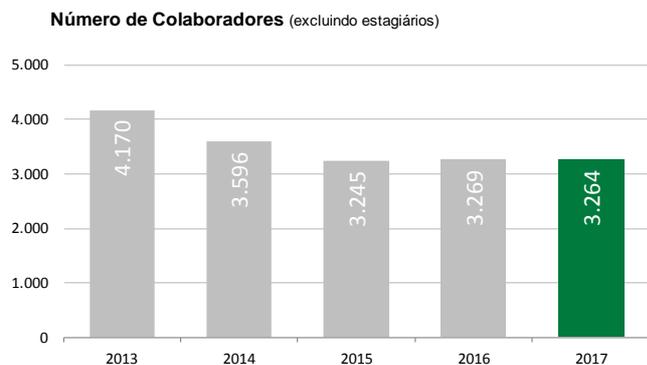
5. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA (NÃO AUDITADO)

Nota: a informação desta secção inclui a atividade da Sonae Arauco na sua totalidade o que significa que os dados agregados consideram 100% dos valores da Sonae Arauco também em 2016 e 2017.

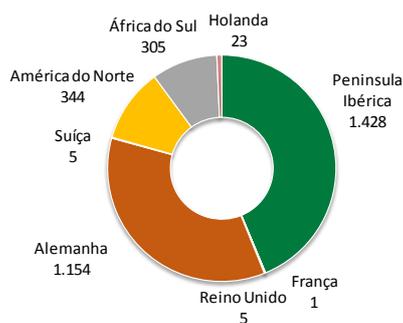
5.1. RELATÓRIO SOCIAL

PESSOAS

Na Sonae Indústria, acreditamos que as pessoas são o recurso chave para impulsionar a mudança e garantir um negócio mais rentável e sustentável no futuro. Preocupamo-nos com a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores e esforçamo-nos por apoiar o seu desenvolvimento pessoal e profissional para poderem concretizar as suas próprias aspirações de carreira. Cada colaborador é um indivíduo único e é esta diversidade que constitui a riqueza da cultura da Sonae Indústria. Expressamos o nosso empenho para com as nossas pessoas nos valores empresariais de Cooperação, Não-discriminação e Saúde e Segurança.

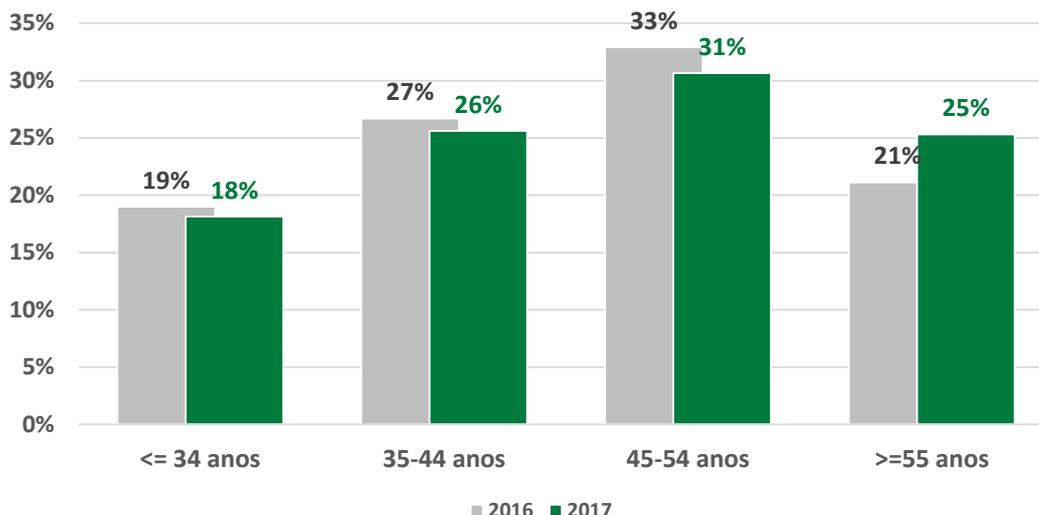


Colaboradores por país/ região (excluindo estagiários)



No final de 2017 a Sonae Indústria empregava um total de 486 colaboradores (excluindo estagiários) o que compara com 485 colaboradores no final de 2016. Considerando 100% da Sonae Arauco, o número de colaboradores atingiu um total de 3.264 pessoas em 10 países diferentes, um valor similar ao registado no final de 2016. A redução no número de colaboradores entre 2013 e 2015 explica-se essencialmente pela reestruturação que ocorreu entre 2008 e 2015, na sequência da crise económica e financeira a nível mundial. Desde 2016 a Sonae Indústria manteve uma estrutura de colaboradores estável.

Força de trabalho por idade



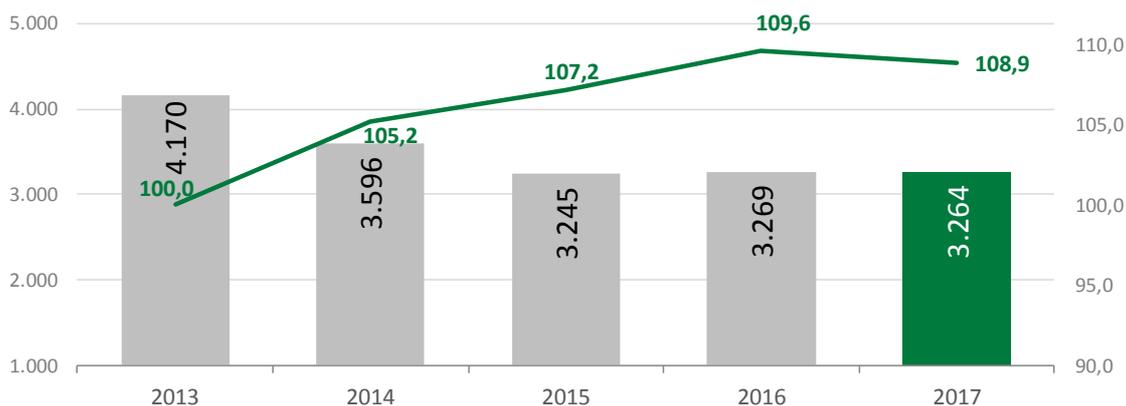
O grupo etário mais representativo da Sonae Indústria (incluindo 100% da Sonae Arauco) corresponde às idades entre 45 e 54 anos (correspondente a 31% da totalidade dos colaboradores). Deve ainda assinalar-se que as mulheres representam cerca de 17% da força de trabalho total da empresa, a mesma percentagem registada para 2016.

Produtividade ¹⁾

Entre 2013 e 2016, a produtividade aumentou acentuadamente, particularmente motivada pelo processo de reestruturação que foi desencadeado na empresa até 2015. Em 2017 a produtividade foi marginalmente menor (-0,7%) face a 2016.

Número de Colaboradores ²⁾

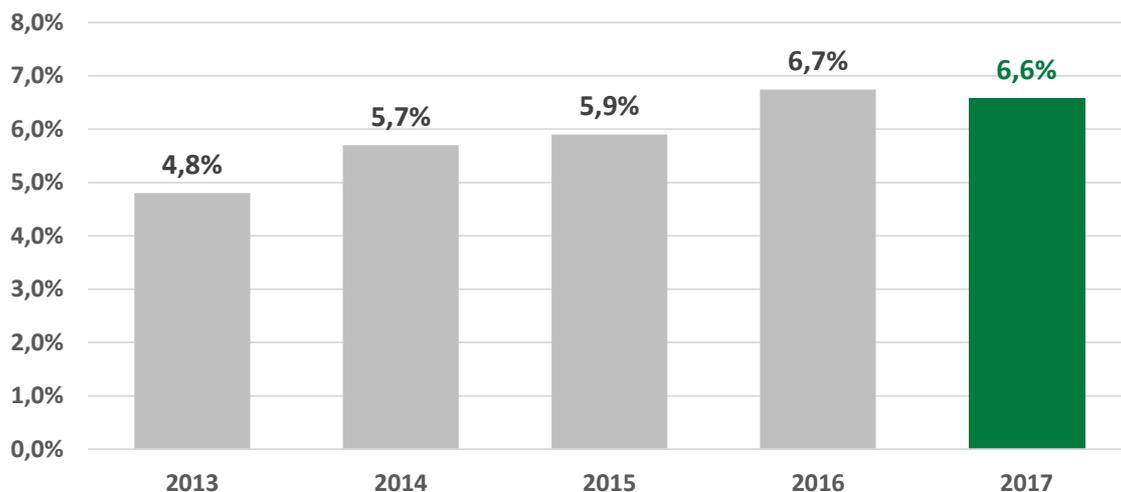
Produtividade
BASE 100: 2013



1) Produtividade baseada em valores agregados, i.e., incluindo 100% do volume de negócios e dos colaboradores da Sonae Arauco

2) Nº de colaboradores, excluindo estagiários

Taxa de Absentismo (%)



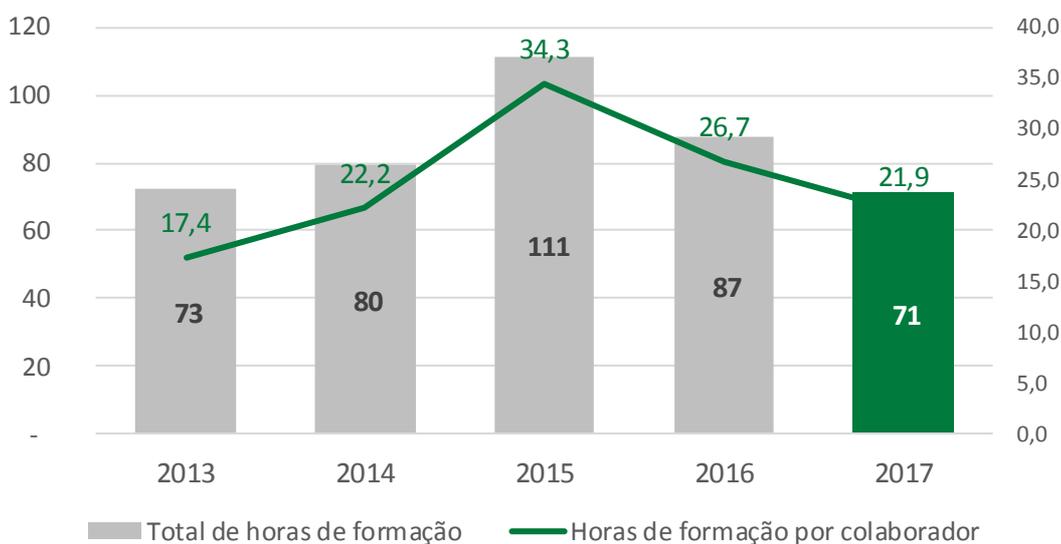
O absentismo foi aumentando ao longo dos últimos anos, devido, principalmente, a baixas por doença de longa duração. Com o envelhecimento da força de trabalho da Sonae Indústria verifica-se o crescimento das baixas prolongadas devido a doenças naturais.

Devido a estes resultados, a Sonae Indústria, em 2014, tomou a decisão de constituir um grupo de trabalho dedicado a este tema no sentido de reduzir os níveis de absentismo de uma forma responsável. O grupo já identificou algumas medidas corretivas, que começaram a ser implementadas durante 2016, com efeitos esperados nos anos subsequentes. Em 2017, a taxa de absentismo média para a Sonae Indústria diminuiu ligeiramente para 6,6%.

Total de Horas de formação e Horas de formação por colaborador

Milhares de horas

horas



Em 2015, o número de horas de formação por colaborador aumentou significativamente, essencialmente em resultado das iniciativas de formação associadas à implementação do programa IoW (Improving our Work), que envolveram um número significativo de participantes e de horas de formação. Estes programas de melhoria contínua, que no passado foram apoiados por entidades externas, são desde 2014 suportados por atividades de formação interna e pela partilha de melhores práticas em fóruns específicos. Como uma grande parte dos

colaboradores da Sonae Indústria já estavam no final de 2015 formados em IoW, o número de horas de formação diminuiu em 2016 e 2017, registando um valor médio de 21,9 horas por colaborador durante este ano.

PARCERIAS COM UNIVERSIDADES

Com o objetivo de desenvolver e melhorar as características dos nossos produtos e de criar um Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CIDI), foi desenvolvida uma parceria com cinco universidades portuguesas; a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a Escola Superior Tecnológica de Viseu (ESTV), a Universidade de Aveiro (UA), a Universidade Nova de Lisboa (UNL) e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), assim como com quatro Institutos de investigação, a Associação Rede de Competência em Polímeros (ACRP), o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP), o Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CENTI) e a *TechMinho*. Esta parceria é um motor de promoção de inovação de produtos e processos no grupo e fomenta as relações e a cooperação entre a nossa empresa e a comunidade estudante. De momento, e inserido no enquadramento de competências definido, os principais objetivos do nosso centro de investigação são os seguintes:

- G0 – Novos Polímeros - Investigação fundamental;
- G1 – Resinas - controlo e monitorização industrial;
- G2 – Derivados de Madeira - desenvolvimento de novos produtos, caracterização do desempenho físico-mecânico, e avaliação da performance de sistemas de colagem;
- G3 – Papéis Impregnados e Termolaminados - impregnação, caracterização de desempenho, desenvolvimento de novos produtos/processos
- G4 – Emissões - análise de emissões COV¹⁷, em particular de Formaldeído

Tendo em conta os objetivos expostos em cima, a Sonae Indústria, através de suas participadas, tem vários equipamentos e instalações no campus da Universidade do Porto.

Com esta parceria, a Sonae Indústria tem deste modo acesso privilegiado à faculdade, equipamentos e técnicas, ao conhecimento científico dos investigadores, ao desenvolvimento de novas tecnologias e métodos e acesso permanente a técnicos de elevado potencial para eventuais processos de recrutamento de quadros para as suas empresas.

ENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE LOCAL

A maioria dos colaboradores da Sonae Indústria tem um desejo inerente de melhorar as condições dos mais necessitados nas comunidades locais em que estão presentes. Em algumas situações específicas, os colaboradores envolveram-se em instituições sociais ou de caridade e a empresa incentiva os seus colaboradores a participarem ativamente nestas iniciativas.

Nos diversos países em que a Sonae Indústria opera, as necessidades específicas de ajuda e de apoios variam muito, conforme os níveis de bem-estar das comunidades, a existência de sistemas de segurança social, assim como a cultura e os valores dos cidadãos locais. Por conseguinte, as atividades relacionadas com a comunidade são priorizadas e geridas ao nível local.

SONAE ARAUCO

A Sonae Arauco abriu as portas, tanto na sede social como nas unidades de produção, a estudantes do ensino secundário e superior, permitindo aos estudantes adquirir uma breve noção das tarefas diárias realizadas nestas instalações, e para terem uma melhor compreensão do seu negócio.

Durante o mês de dezembro, ocorreu a tradicional Campanha de Natal e, mais uma vez, os colaboradores demonstraram a sua solidariedade através da doação de alimentos, que foram recolhidos e oferecidos a instituições locais.

¹⁷ Compostos orgânicos voláteis.

Ao longo do ano, as unidades industriais ofereceram várias doações a escolas, instituições e universidades. Foram também distribuídos produtos a instituições como escolas, departamentos de bombeiros, associações culturais e sociais, “Rotary clubs” e associações desportivas.

Desde Julho de 2017, a unidade industrial da Sonae Arauco de Valladolid este envolvida no projeto de mentores para o desenvolvimento de talento STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, e Matemática) e a promoção de vocações científicas e tecnológicas especificamente em mulheres visando inspirar e fortalecer a próxima geração de mulheres líderes na ciência e tecnologia.

Na África do Sul, a Sonae Arauco envolveu-se em várias ações, não só através da assistência financeira, mas também através de parcerias ativas, promovendo e participando em campanhas de consciencialização. Os principais focos foram a Educação (incluindo bolsas de estudo e competências), iniciativas de educação dirigidas a professores, e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Em 2017 sete professores foram selecionados a participar na Conferência internacional anual “Creativity Educators” e 12 alunos oriundos de meios desfavorecidos concluíram os seus estudos e completaram o 1º ano do programa de aprendizes (Furntech), estando agora preparados para abrir o seu próprio negócio ou conseguir um emprego no setor da fabricação de madeira – uma importante conquista para estes estudantes.

TAFISA CANADA

Em 2017, a Tafisa Canada e os seus colaboradores continuaram a dar suporte à “*Fondation du Centre de Santé et Services Sociaux du Granit*” (Fundação do Centro de Saúde e dos Serviços Sociais) através de doações voluntárias. Esta parceria tem, nos últimos 14 anos, ajudado a manter e a melhorar os serviços de saúde prestados a toda a população de Lac-Mégantic e das comunidades circundantes. Por cada dólar doado por colaborador, a Tafisa Canada contribuiu em igual montante para a fundação.

Pelo segundo ano consecutivo, um grupo de colaboradores participou na corrida *Enbridge® Ride to Conquer Cancer®*, um evento épico de ciclismo de dois dias, abrangendo mais de 200 quilómetros. O dinheiro arrecadado ajuda a financiar a pesquisa sobre o cancro e de cuidados no *Segal Cancer Centre* no Hospital Geral Judaico e em todo o Quebec.

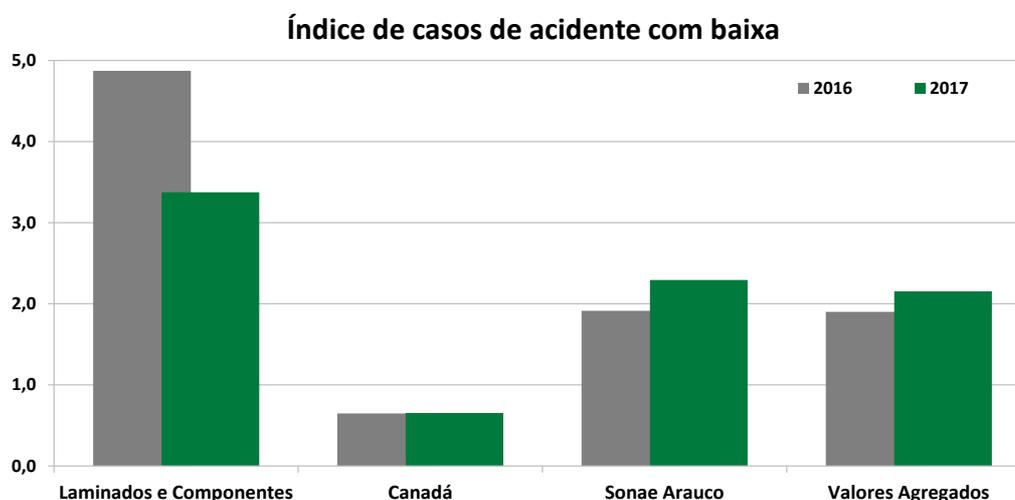
Também pelo segundo ano consecutivo, os colaboradores da Tafisa participaram na corrida de caridade “*dragon boat*” para arrecadar fundos para a “*La Maison La Cinquième Saison*”, uma organização sem fins lucrativos dedicada ao cuidado de pessoas que estão em fase terminal. O torneio tipo festival durou todo o dia e consistiu em corridas de barco entre equipas de empresas locais e organizações comunitárias. Este extraordinário trabalho em equipa está a tornar-se uma tradição na comunidade. A Tafisa Canada fez com orgulho um donativo em nome dos seus colaboradores que ganharam a corrida na sua categoria.

A Tafisa Canada e os seus colaboradores permaneceram dedicados ao seu papel como bons cidadãos corporativos. Como líderes na comunidade, a sociedade procura contribuir através de suporte monetário e dedicação voluntária. Os recursos foram direcionados para o suporte de eventos comunitários de longa data tais como a “*annual family bike tour*”, a “*snow kite competition*”, o “*winter Carnival*” e a “*world cup 10 km swimming FINA competition*”. Em julho de 2017, a cidade da Lac-Mégantic também organizou o primeiro “*Man/Women Extreme Triathlon*” na América do Norte em Julho de 2017, um dos triatlos de distância total mais difíceis do mundo, comparável aos similares na Noruega, Escócia, Alasca e Suíça. Vários colaboradores da Tafisa Canada participaram numa versão mais curta do evento extremo e a Tafisa Canada foi um dos patrocinadores da corrida.

A sociedade apoiou vários desportos juvenis, programas de educação e o banco alimentar local, assim como várias atividades e causas de caridade envolvendo os colaboradores e suas famílias.

PRINCIPAIS INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA

Os números que se seguem representam o índice de casos de acidente com baixa (LWC - *Lost Workday Cases*)¹⁸:



Durante 2017, o índice de LWC global da Sonae Indústria deteriorou 16% (comparado com o índice de 2016), essencialmente devido a duas fatalidades que ocorreram em duas unidades industriais da Sonae Arauco.

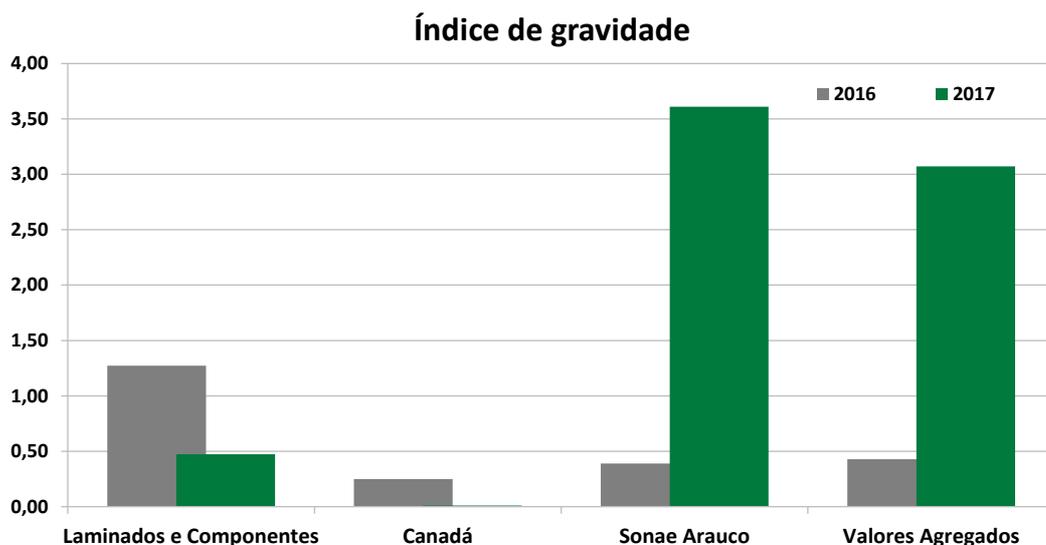
A Sonae Arauco tem uma forte dedicação e trabalha arduamente para assegurar a segurança dos seus colaboradores e operações. Um ambiente de trabalho saudável e seguro é sempre uma prioridade absoluta e nunca nos comprometemos nesta área. A saúde e segurança está profundamente enraizada nas nossas rotinas diárias com uma abordagem proactiva e preventiva. Todos os dias cada equipa analisa o seu desempenho, debate sobre condições e atividades inseguras e partilha os ensinamentos adquiridos de outras unidades industriais do grupo. Esta metodologia luta por uma responsabilidade comum ao criar e manter condições e locais de trabalho seguros.

Apesar de todas as medidas e dedicação, lamentamos profundamente o falecimento de dois trabalhadores em acidentes de trabalho que ocorreram em duas fábricas europeias da Sonae Arauco em 2017. Ambos os acidentes envolveram máquinas industriais para a movimentação de matéria-prima e procedimentos de segurança que não foram seguidos. Após a primeira fatalidade, a sociedade implementou um plano de emergência que em menos de 20 dias avaliou todos as fábricas com o mesmo potencial de acidente. Uma equipa de 90 pessoas identificou cerca de 700 ações destinadas a tentar assegurar que eventos trágicos como estes não voltarão a ocorrer. Este plano foi monitorizado de perto, com acompanhamentos semanais em cada fábrica, visando acompanhar a evolução e aumentar a consciencialização da importância das iniciativas.

Em relação aos resultados do índice de LWC dos outros negócios principais, uma melhoria relevante foi alcançada nos Laminados e Componentes (com uma redução de cerca de 30%) com apenas uma deterioração marginal nos valores do Canadá.

¹⁸ **Casos de acidentes com baixa:** fatalidade, lesão decorrente do trabalho ou doença profissional que impeça o colaborador de se apresentar ao trabalho no turno subsequente e calendarizado. Uma morte é considerada acidente com baixa, independentemente do tempo que medeia entre o acidente e o falecimento em consequência da doença.

Índice de casos de acidentes com baixa = (Número de casos de acidentes com baixa x 200.000) / Número de horas trabalhadas calculado numa base de 200.000 horas por colaborador (100 colaboradores a tempo inteiro, a trabalhar 50 semanas, 40 horas por semana).



O índice de Gravidade está relacionado com a gravidade dos acidentes com base nos dias perdidos. As duas fatalidades já mencionadas registadas nas fábricas europeias da Sonae Arauco tiveram um impacto significativo neste indicador, evidenciado pela sua evolução¹⁹ muito negativa face a 2016. Como referido, inspeções e planos de ação abrangentes foram desenvolvidos em todas as fábricas da Sonae Arauco para garantir que as mesmas condições não voltarão a ocorrer em nenhuma das unidades industriais.

Numa análise a nível individual, comparado com 2016 os outros dois negócios alcançaram excelentes melhorias, os Laminados e Componentes uma melhoria de 61% e o Canadá uma melhoria de 96% neste indicador.

5.2. RELATÓRIO AMBIENTAL

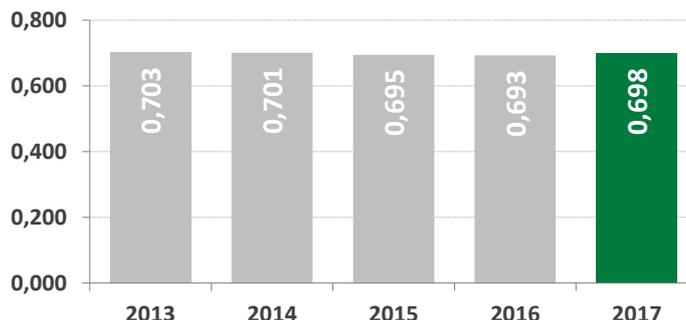
Consumo de Madeira (ton. seca / m³)

A madeira é a principal matéria-prima da Sonae Indústria, considerando o negócio no Canadá e a Sonae Arauco. Como grande utilizador deste material natural, renovável e reciclável, acreditamos que usar madeira reciclada e subprodutos da madeira na nossa produção faz parte do nosso contributo sustentável para atenuar as emissões de CO₂ e as mudanças climáticas.

O gráfico abaixo considera as operações de placas (valores agregados para o Canadá e para a Sonae Arauco) e apresenta a evolução global do consumo do mix de madeira e os valores da eficiência da utilização da madeira, que ilustram os nossos esforços permanentes nesta área operacional fundamental.

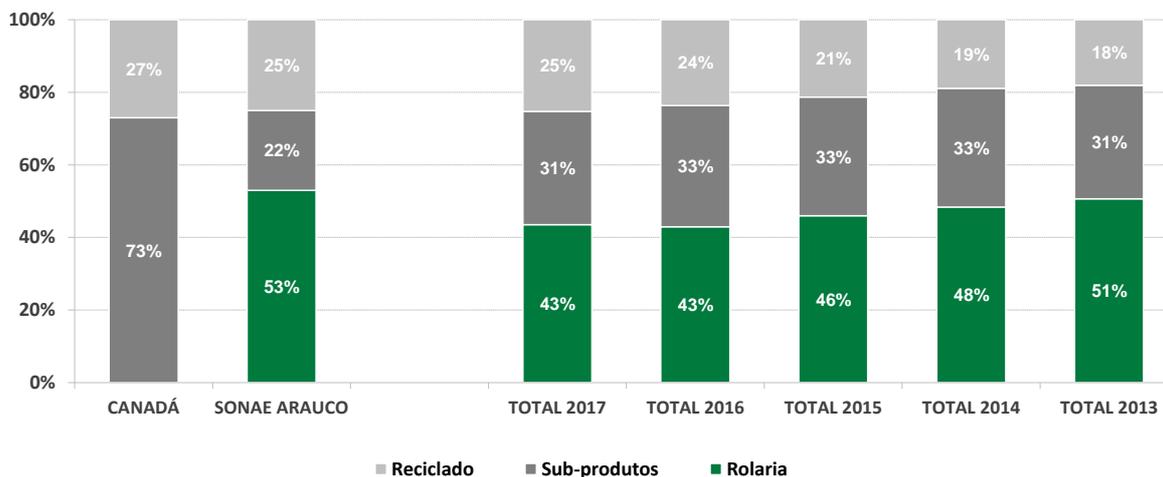
¹⁹ Índice de Gravidade = Número de dias de trabalho perdidos devido a casos de acidentes com baixa x 1.000 / Número de horas trabalhadas. Uma fatalidade é considerada adicionando 7.500 dias ao numerador.

Consumo de madeira por metro cúbico produzido (tonelada seca/m³)



O consumo específico de madeira do portfólio da Sonae Indústria registou um aumento marginal quando comparado com 2016. Apesar do aumento no consumo de madeira per metro cúbico produzido, o consumo total de madeira reduziu uma vez que houve uma redução na produção (parcialmente explicada pela paragem das fábricas de PB e MDF da Sonae Arauco na sequência dos incêndios florestais em outubro).

Consumo de madeira por tipo



À semelhança dos últimos anos, a *mix* de fornecimento de madeira global da Sonae Indústria para as operações de placas continua a revelar um aumento do material reciclado em detrimento de sub-produtos e rolária.

Em 2017, alcançamos uma incorporação de material reciclado de 25% (aumento de 1 p.p., face a 2016). Este resultado deve-se, principalmente, às operações da Sonae Arauco, em particular, em Oliveira do Hospital (Portugal), Linares (Espanha) e Nettgau (Alemanha) que, em linha com o passado mais recente, continuaram a investir no desenvolvimento constante dos processos industriais para permitir um aumento do consumo de madeira reciclada. A operação no Canadá manteve os níveis de incorporação de reciclado e de sub-produtos, dentro dos mesmos valores de 2016.

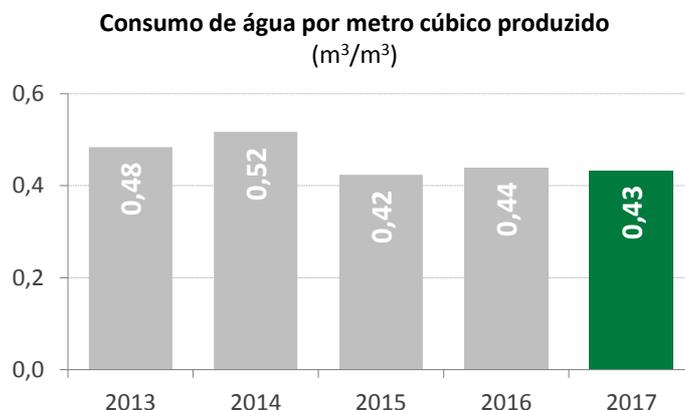
Consumo de Água (m³ /m³)

Água municipal, de superfície e subterrânea

Os processos de produção de placas da Sonae Indústria necessitam de água. Por conseguinte faz parte dos objetivos ambientais da empresa realizar permanentes esforços sustentáveis para reutilizar águas residuais tratadas e medir e reduzir os níveis de consumo de água tanto quanto possível.

No geral, o consumo específico de água diminuiu ligeiramente durante 2017, quando comparado com 2016, devido principalmente ao efeito da redução do peso da produção de MDF, durante o ano transato, na carteira global de produção.

No âmbito das operações da Sonae Arauco, o facto das fábricas portuguesas afetadas pelos incêndios florestais terem estado paradas desde outubro também contribuiu para a redução no consumo de água, em particular em Mangualde que é um forte consumidor de água.

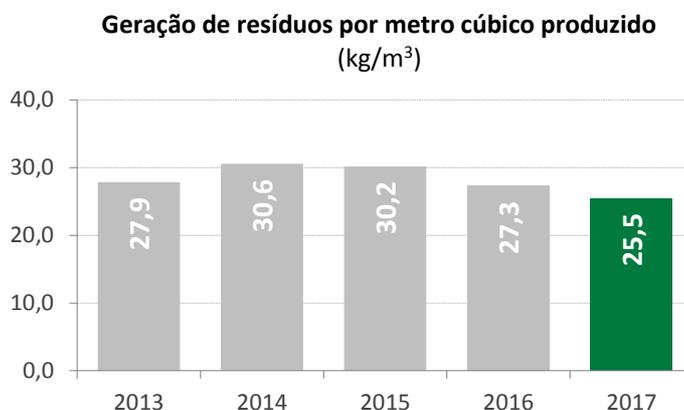


Geração de Resíduos (kg/m³)

Resíduos perigosos e não perigosos

O indicador global, sobre geração de resíduos específicos, também registou uma redução de 7% quando comparado com o desempenho de 2016.

Apesar de este indicador apresentar uma redução em 2017, isto é meramente uma indicação porque como consequência dos danos extensivos suportados pelas fábricas portuguesas da Sonae Arauco e a respetiva reconstrução em progresso, várias toneladas de resíduos têm sido geradas nas duas fábricas. Devido a questões relacionadas com o seguro, no final de 2017 nenhum resíduo foi autorizado a sair das fábricas. Estas quantidades serão refletidas no exercício do próximo ano.



SISTEMAS DE GESTÃO

Os sistemas de gestão da qualidade, ambiente e de saúde e segurança são uma parte importante do modo estandardizado de funcionamento da Sonae Indústria.

A situação das certificações dos sistemas de gestão das subsidiárias e associadas da Sonae Indústria, no final de 2017, era a seguinte:

	Qualidade	Ambiente	Energia	Produtos florestais cadeira de responsabilidade		Segurança e saúde
	ISO 9001	ISO 14001	ISO 50001	PEFC	FSC	OHSAS 18001
Maia*	✓	✓		✓	✓	
Vilela**	✓	✓		✓	✓	
Horn	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Lac-Mégantic	✓	✓			✓	✓
Mangualde	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Oliveira do Hospital	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sines***	✓	✓		✓	✓	✓
Castelo de Paiva****	✓	✓		✓	✓	✓
Linares	✓	✓		✓	✓	✓
Valladolid	✓	✓		✓	✓	✓
Cuellar*****	✓	✓		✓	✓	✓
Meppen	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Eiweiler	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Nettgau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Beeskow	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Kaisersesch*****	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Panbult	✓	✓			✓	✓
White River	✓	✓			✓	✓

- * Unidade de Laminados de alta pressão
- ** Unidade de componentes de mobiliário
- *** Unidade de resinas e de papel impregnado
- **** Unidade de produção de emenda de folha
- ***** Serração
- ***** Unidade de papel impregnado

6. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS

Atividade desenvolvida pelos Membros Não-Executivos do Conselho de Administração

Com a exceção do Presidente, todos os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração da Sonae Indústria são membros de uma das Comissões do Conselho de Administração (para uma descrição pormenorizada da composição e das principais funções de cada comissão, consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade). Nesse contexto, aqueles Membros do Conselho de Administração analisam as matérias que são da competência da respetiva Comissão, dando diretrizes à empresa sobre as mesmas e apresentando propostas ao Conselho de Administração.

Os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam ativamente nas reuniões do Conselho de Administração, intervindo nas discussões e questionando as matérias em análise e as decisões tomadas. De acordo com a experiência profissional que possuem, os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam igualmente na análise de projetos de otimização industrial, de projetos de expansão e de reestruturação, e no desenvolvimento de contactos internacionais relevantes com possíveis parceiros e autoridades, no âmbito das áreas geográficas em que a empresa está atualmente presente ou em que equaciona poder vir a investir.

Agradecimentos

O Conselho de Administração gostaria de agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio da Sonae Indústria pelo seu envolvimento constante e a confiança que mais uma vez demonstraram em relação à organização.

O Conselho de Administração gostaria igualmente de agradecer sinceramente a todos os nossos colaboradores o esforço, empenho e dedicação demonstrados ao longo de um ano particularmente desafiante.

5 abril 2018,

O Conselho de Administração,

Paulo Azevedo

Carlos Moreira da Silva

Albrecht Ehlers

José Romão de Sousa

Javier Vega

Christopher Lawrie

Louis Brassard

ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017 Quantidade
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Migracom, SA (2)						Dominante	
<hr/>							
	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017 Quantidade (**)
		Quantidade (*)	Valor Md. €	Quantidade (*)	Valor Md. €		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA							19 370 549
Pareuro, BV (3)	28.07.2017	108	0,009			Dominante	
(2) Migracom, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA	26.07.2017			167	ações doadas à Sonae Indústria		38 931
	28.07.2017	60	0,009				
Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						Minoritário	
(3) Pareuro, BV							
Sonae Indústria, SGPS, SA	28.07.2017	248	0,009				11 730 752
(4) Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA	28.07.2017	248	0,009				120 396

(*) o número de ações indicado respeita a ações antes da operação de reagrupamento de ações efetuada em 2017

(**) o número de ações indicado respeita a ações após a operação de reagrupamento de ações efetuada em 2017

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Cumprimento do disposto no Artº 8º, nº 1, alínea b) do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Accionista	Nº de ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)			
Diretamente	19,370,549	42.6636%	42.6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA)	11,730,752	25.8369%	25.8369%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	4	0.000009%	0.000009%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	38,931	0.0857%	0.0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	10,030	0.0221%	0.0221%
Total de Imputação	31,150,266	68.6083%	68.6083%

(1) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

Em 22 de Fevereiro de 2016, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 1.702.620.000* ações representativas de 15% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de Abril de 2018. Posteriormente a referida sociedade comunicou à Sonae Indústria que a opção de compra será efetuada com liquidação física e que o seu capital social é detido em 98,725% pela TEAK Capital, BV, na qual o Eng. Carlos Moreira da Silva detém ações que lhe conferem 40% dos direitos de voto e a Dra. Fernanda Arrepia (com aquele casada com separação de pessoas e bens) ações que lhe conferem 45% dos direitos de voto.

*o número de ações indicado respeita a ações antes da operação de reagrupamento de ações efetuada em 2017, correspondendo a 6.810.480 das ações atuais.

DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do Artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA declaram que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- b) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Carlos António da Rocha Moreira da Silva

Albrecht Olof Luther Ehlers

José Joaquim Romão de Sousa

Javier Vega de Seoane Azpilicueta

George Christopher Lawrie

Louis Brassard

GLOSSÁRIO

Asset Value	O Asset Value é calculado da seguinte forma: $[6,5 \times \text{LTM EBITDA Recorrente dos negócios que consolidam integralmente (100\%)] + [\text{o valor de mercado dos bens imóveis das unidades inativas detidos a 100\% pela Sonae Indústria}] + [50\% \times (6,5 \times \text{LTM EBITDA Recorrente da Sonae Arauco} - \text{Dívida Líquida da Sonae Arauco})]$
CAPEX	Investimento em Ativos Fixos Tangíveis
Custos Fixos	Custos gerais de estrutura + Custos com Pessoal (internos e externos); <i>conceito de contas de gestão</i>
Dívida Líquida	Endividamento bruto – Caixa e equivalentes de caixa
Dívida Líquida Proporcional (não auditado e proforma)	A Dívida Líquida Proporcional considera a contribuição total da Dívida Líquida dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Dívida Líquida da Sonae Arauco.
EBITDA	Resultados Operacionais + Depreciações & Amortizações + (Provisões e perdas por imparidade – Perdas por imparidade de dívidas a receber + Reversão de perdas por imparidade em terceiros)
EBITDA recorrente	EBITDA, excluindo proveitos e custos operacionais não recorrentes
Endividamento bruto	Empréstimos bancários + empréstimos obrigacionistas + credores por locações financeiras + outros empréstimos + empréstimos de partes relacionadas
FTEs	Equivalentes a tempo completo; equivalente ao trabalho de uma pessoa em tempo integral, de acordo com o horário laboral de cada país onde a Sonae Indústria tem presença operacional.
Fundo de Maneio	Existências + Clientes – Fornecedores
Loan to Value	Dívida Líquida da Sonae Indústria / Asset Value
LTM	Últimos doze meses (<i>Last Twelve Months</i>)
Margem EBITDA recorrente	EBITDA recorrente / Volume de negócios
Nº de colaboradores	Nº de colaboradores (FTEs), excluindo estagiários
Proporcional: Volume de Negócios e EBITDA Recorrente (não auditados e proforma)	O Volume de Negócios Proporcional e o EBITDA Recorrente Proporcional considera, no que diz respeito ao Volume de Negócios e ao EBITDA Recorrente, a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco
Rácio de Dívida Líquida para o EBITDA recorrente Proporcional (não auditado e proforma)	Dívida Líquida proporcional / LTM EBITDA Recorrente proporcional

Cumprimento do disposto no nº 7 do art. 14º do Reg. 5/2008 da CMVM

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Quantidade (*)	Valor €	Quantidade (*)	Valor €	31.12.2017
					Quantidade (**)
Efanor Investimentos, SGPS, SA (sociedade que domina, direta e indiretamente, a Sonae Indústria e da qual Paulo Azevedo é administrador) Sonae Indústria,SGPS, SA					
28-07-2017	108	0.009			19,370,549
Pareuro BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos) Sonae Indústria,SGPS, SA					
28-07-2017	248	0.009			11,730,752
Migracom, SGPS, SA (sociedade dominada por Paulo Azevedo) Sonae Indústria,SGPS, SA					
26-07-2017					38,931
28-07-2017	60	0.009	167	ações doadas à Sonae Indústria	
Linhacom, SGPS, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos Cláudia Azevedo) Sonae Indústria,SGPS, SA					
28-07-2017	100	0.009			10,030
Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA (Paulo Azevedo e Cláudia Azevedo são administradores desta sociedade) Sonae Indústria,SGPS, SA					
28-07-2017	248	0.009			120,396

* o número de ações indicado respeita a ações antes da operação de reagrupamento de ações efetuada em 2017

** o número de ações indicado respeita a ações após a operação de reagrupamento de ações efetuada em 2017

SONAE INDÚSTRIA

**Relatório do
Governo da
Sociedade
2017**

5 abril 2018

ÍNDICE

PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE.....	3
A. ESTRUTURA ACIONISTA.....	3
I. Estrutura de Capital.....	3
II. Participações Sociais e Obrigações Detidas.....	4
B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	6
I. Assembleia Geral.....	6
a) Composição da mesa da assembleia geral.....	6
b) Exercício do Direito de Voto.....	6
II. Administração e Supervisão.....	7
a) Composição.....	7
b) Funcionamento.....	11
c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.....	14
III. Fiscalização.....	17
a) Composição.....	17
b) Funcionamento.....	19
c) Competências e funções.....	20
IV. Revisor Oficial de Contas.....	21
V. Auditor Externo.....	22
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	23
I. Estatutos.....	23
II. Comunicação de Irregularidades.....	23
III. Controlo interno e gestão de riscos.....	25
IV. Apoio ao Investidor.....	38
V. Sítio de Internet.....	39
D. REMUNERAÇÕES.....	40
I. Competência para a determinação.....	40
II. Comissão de remunerações.....	41
III. Estrutura das remunerações.....	41
IV. Divulgação das Remunerações.....	47
V. Acordos com Implicações Remuneratórias.....	48
VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (Stock Options).....	48
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	49
I. Mecanismos e procedimentos de controlo.....	49
II. Elementos relativos aos negócios.....	50
F. POLÍTICA DE DIVERSIDADE APLICADA RELATIVAMENTE AOS SEUS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO.....	50
PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	51
1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado.....	51
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado.....	51

PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

- 1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245º-A, nº1 al. a))**

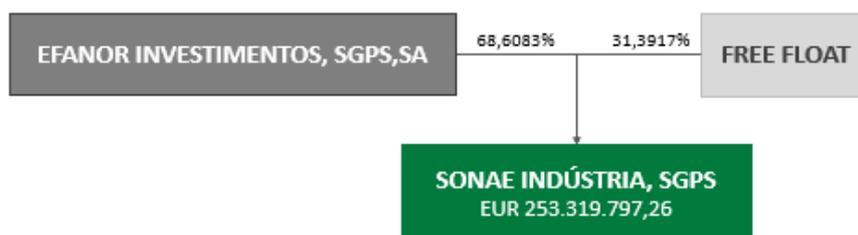
O capital social da Sonae Indústria é de 253.319.797,26 euros e é representado por 45.403.029 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Em maio de 2017 a Sonae Indústria reduziu o seu capital social de 812.107.574,17 euros para 253.319.797,26 euros, para cobertura de prejuízos evidenciados nas contas da sociedade no montante de 558.787.776,91 euros, sem alteração do número de ações então existentes, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Anual realizada no dia 9 de maio de 2017.

Considerando que o elevado número de ações representativas do capital social da Sonae Indústria provocava, em termos de liquidez, que qualquer pequena alteração da cotação implicava, em termos percentuais, variações significativas, os acionistas na Assembleia Geral Anual aprovaram o reagrupamento das ações representativas do seu capital social, nos termos do disposto no artigo 23º-E do Código dos Valores Mobiliários.

O reagrupamento das ações ocorreu no final de julho de 2017, através da aplicação de um coeficiente de reagrupamento de 250, tendo correspondido a cada 250 ações uma nova ação, com arredondamento por defeito para o número inteiro mais próximo (previamente tinham sido extintas, sem redução de capital social, 167 ações doadas pela acionista Migracom, SA). A Sonae Indústria indicou o Banco BPI, S.A. para adquirir, aos respetivos titulares, as ações sobranes do processo de arredondamento inerente ao reagrupamento, mediante o pagamento da contrapartida de 0,0079 euros.

O capital social da Sonae Indústria encontra-se distribuído da seguinte forma (estando a participação qualificada imputada à Efanor Investimentos no quadro abaixo, melhor explicitada no ponto 7 do presente relatório):



- 2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art. 245º - A, nº1 al. b))**

Não existem quaisquer restrições relativamente à transferência ou venda de ações da sociedade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245º-A, nº1 al. a))

A sociedade à data de 31 de dezembro de 2017 não detinha quaisquer ações próprias.

Com vista a permitir o reagrupamento das ações representativas do capital social da sociedade, realizado em 2017, a acionista Migracom, SA doou - lhe 167 ações, as quais foram extintas sem redução do capital social.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245º - A, nº 1, al. j)

O montante total em dívida a 31 de dezembro de 2017 em financiamentos relativamente aos quais os respetivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida no caso de mudança do controlo acionista era de cerca de 165 milhões de euros (79% do valor contabilístico do endividamento líquido consolidado).

	Milhões de € ¹	Nº Contratos
Total	165	5

1) Valor nominal dos empréstimos.

O acordo parassocial celebrado entre a Sonae Indústria e a sociedade Inversiones Arauco Internacional, Ltda, (Arauco) relativo à Sonae Arauco, SA, confere o direito à Arauco de exercer uma opção de compra sobre a totalidade da participação detida pela Sonae Indústria na Sonae Arauco, em caso de mudança do atual controlo acionista da Sonae Indústria e à Sonae Indústria um direito de opção de compra em caso de alteração do atual controlo acionista da Arauco.

5. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245º -A, nº1, al.g))

Quanto é do conhecimento da sociedade não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão dos seus valores mobiliários ou direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245º - A, nº1, als c) e d) e Art. 16º) com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas da imputação

Acionista	Número de Ações	% do Capital Social	% Direito de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A (1)			
Directamente	19,370,549	42.6636%	42.6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor)	11,730,752	25.8369%	25.8369%
Através de Maria Margarida Canalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor)	4	0.00009%	0.0000%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor, Paulo Azevedo)	38,931	0.0857%	0.0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor, Cláudia Azevedo)	10,030	0.0221%	0.0221%
	31,150,266	68.6083%	68.6083%

Em 22 de Fevereiro de 2016, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 1.702.620.000* ações representativas de 15% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de abril de 2018. Posteriormente a referida sociedade comunicou à Sonae Indústria que a opção de compra será efetuada com liquidação física e que o seu capital social é detido em 98,725% pela TEAK Capital, BV, na qual o Eng. Carlos Moreira da Silva detém ações que lhe conferem 40% dos direitos de voto e a Dra. Fernanda Arrepiá (com aquele casada com separação de pessoas e bens) ações que lhe conferem 45% dos direitos de voto.

* o número de ações indicado respeita a ações antes da operação de reagrupamento de ações efetuada, correspondendo a 6.810.480 das ações atuais

(1) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Os administradores da Sonae Indústria detinham as seguintes ações da sociedade, a 31 de dezembro de 2017:

Número de Ações/Posição		Número de Ações/Posição	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	(3) Migracom, SA		
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)	Minoritário	Sonae Indústria, SGPS, SA	38,931
Migracom, SA (3)	Dominante	Imparfin, Invest. e Part. Financ., SA (4)	Minoritário
		(4) Imparfim, Invest. e Part. Financ., SA	
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA		Sonae Indústria, SGPS, SA	120,396
Sonae Indústria, SGPS, SA	19,370,549		
Pareuro, BV (2)	Dominante		
(2) Pareuro, BV			
Sonae Indústria, SGPS, SA	11,730,752		

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245º - A, nº1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos

O Conselho de Administração da Sonae Indústria pode deliberar aumentar o capital social da sociedade até ao montante de mil e duzentos milhões de euros, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos estabelecidos na lei. Estes poderes foram renovados na Assembleia Geral realizada no dia 4 de abril de 2014 e podem ser exercidos durante o prazo de cinco anos a contar daquela data, sem prejuízo da assembleia geral poder renovar novamente estes poderes.

O Conselho de Administração no uso dos referidos poderes deliberou em 2014, com o parecer favorável do Conselho Fiscal da sociedade, proceder a um aumento de capital social de até 150.000.000 de euros, limitado às subscrições recolhidas, as quais atingiram o montante de 112.107.574,17 euros.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato

A atual Mesa da Assembleia Geral foi eleita na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Sonae Indústria, realizada em 31 de março de 2015 para o mandato 2015-2017 e é composta por:

- Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena - Presidente
- Maria Daniela Farto Baptista Passos – Secretária

b) Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245º - A, nº1, al. f))

Nos termos dos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral é constituída apenas pelos acionistas com direito a voto, que, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

Nos termos do disposto no artigo 23º-C do Código dos Valores Mobiliários têm direito a participar nas assembleias gerais e aí discutir e votar, quem, na data de registo, a qual corresponde às 0 horas do 5º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto.

Nos termos dos estatutos da Sonae Indústria, os acionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos estabelecidos na lei e nos constantes do respetivo aviso convocatório.

Os estatutos da Sonae Indústria, preveem que, para que a Assembleia Geral de Acionistas possa funcionar em primeira reunião, é necessário que se encontrem presentes ou representados acionistas titulares de mais de 50% do capital social.

Os estatutos da sociedade estabelecem que, enquanto a sociedade for considerada «sociedade com o capital aberto ao investimento do público», os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todas as matérias constantes da ordem de trabalhos, estabelecendo as regras a que o exercício do voto por correspondência se encontra sujeito. Estabelecem, nomeadamente, os estatutos da sociedade que só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista e que os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. A Sonae Indústria disponibiliza um modelo específico de voto por correspondência, tanto no seu sítio na Internet, www.sonaeindustria.com, como na sua sede social.

Os estatutos da Sonae Indústria preveem que o voto por correspondência possa ser exercido por via eletrónica, se esse meio for colocado à disposição dos acionistas e constar do aviso convocatório. Esta possibilidade foi colocada à disposição dos acionistas para as assembleias gerais anuais realizadas nos anos de 2016 e 2017, tendo sido utilizada por um acionista na assembleia geral de 2017.

A informação preparatória para a Assembleia Geral e as propostas a apresentar pelo Conselho de Administração são disponibilizadas na data da divulgação da convocatória.

A sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do art. 20º

A cada ação corresponde um voto, sem qualquer limitação.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas e indicação dessas maiorias

As deliberações são tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir outra maioria.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Os estatutos da Sonae Indústria definem um modelo de governação da sociedade constituído por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração analisa anualmente as vantagens e os possíveis inconvenientes da adoção deste modelo.

O Conselho de Administração entende que o referido modelo defende os interesses da sociedade e dos seus acionistas, mostrando-se eficaz, não tendo deparado com quaisquer constrangimentos ao seu funcionamento.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (Art. 245º - A, nº1, al.h))

Nos termos dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de cinco e no máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para mandatos de três anos.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Grupos de acionistas, representando entre 10 e 20% do capital social da sociedade, podem apresentar uma proposta independente, enviada previamente à Assembleia Geral de Acionistas, para nomear um Administrador. O mesmo acionista não pode apoiar mais de uma lista de Administradores e cada lista tem de identificar, pelo menos duas pessoas elegíveis, para cada cargo a preencher. Se forem apresentadas listas por mais de um grupo de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou incapacidade temporária ou permanente de qualquer um dos Administradores, o Conselho de Administração é responsável pela sua substituição. Se o Administrador em causa tiver sido nomeado pelos acionistas minoritários, terá de ser realizada uma eleição separada.

17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2017 era composto por 7 administradores efetivos, existindo um lugar em aberto. Todos os seus membros foram eleitos na Assembleia

Geral Anual realizada em 31 de março de 2015 para o mandato 2015-2017, com exceção do administrador Louis Brassard que foi cooptado pelo Conselho de Administração em reunião realizada a 8 de junho de 2016.

Data da primeira designação dos atuais administradores da Sonae Indústria:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – 15 de dezembro de 2005;
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – 12 de novembro de 2014;
- Albrecht Olof Lothar Ehlers – 8 de setembro de 2011;
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta – 29 de março de 2012;
- José Joaquim Romão de Sousa – 31 de março de 2015;
- George Christopher Lawrie – 12 de abril de 2013.
- Louis Brassard – designado inicialmente a 15 de dezembro de 2005, deixou de exercer o cargo de administrador da sociedade em 28 de abril de 2009, tendo sido cooptado, até ao termo do mandato em curso (2015-2017), a 8 de junho de 2016.

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2017 tinha a seguinte composição:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – Presidente (Não executivo)
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – Vice-presidente (Não Executivo e Independente)
- Albrecht Olof Lothar Ehlers (Não Executivo e Independente)
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta (Não Executivo e Independente)
- José Joaquim Romão de Sousa (Não Executivo e Independente)
- George Christopher Lawrie (Administrador Delegado)
- Louis Brassard (Administrador Delegado)

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Dos sete (7) administradores, dois (2) são administradores delegados e cinco (5) são membros não-executivos, conforme indicado no parágrafo anterior.

Dos Administradores não-executivos, quatro (4) são independentes, também conforme indicado no parágrafo anterior.

19. Qualificações Profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração

Paulo Azevedo (Presidente do Conselho de Administração): Licenciatura em Engenharia Química - *EPF Lausanne* (Suíça) e Pós-graduação em Estudos Empresariais (MBA) – Porto Business School (ex-EGP). Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Optimus – Telecomunicações, S.A., entre 1998 e 2000; Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A., entre 2000 e 2007, Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS, S.A, entre maio 2007 e abril de 2015, Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae SGPS, S.A desde abril de 2015. Desempenha diversas funções de gestão e administração no grupo Efanor/Sonae.

Javier Vega (Independente): Licenciatura em Engenharia de Minas pela *Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas* de Madrid e Licenciatura em *Business Management* pela *Glasgow Business School* (UK). Foi membro do Conselho de Administração de diversas sociedades, tais como Robert Bosh, Red Electrica de España, SEAT e Grupo Ferrovial. Atualmente exerce outros cargos de administração.

Albrecht Ehlers (Independente): Advogado, licenciatura em Direito pela Universidade de Münster (Alemanha). De 1987 a 2000 desempenhou diversas funções nas áreas legal e de recursos humanos, na Glunz AG, tendo em 1995 sido designado para integrar o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade, com responsabilidades em diversas áreas nomeadamente recursos humanos e departamento legal. Entre 2000 e 2004 foi vice-presidente sénior da Hochtief AG (Alemanha) com responsabilidade nomeadamente nas áreas de recursos humanos e serviços corporativos. A partir de 2004 e até 2009 integrou o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade. A partir do ano 2010 ocupa funções de chanceler na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha).

Carlos Moreira da Silva (Vice-Presidente do Conselho de Administração e Independente): Licenciatura em Engenharia Mecânica - Universidade do Porto, MSc em *Management Sci. and Operational Research* (Universidade de Warwick – UK) e Phd em *Management Sciences* (Universidade de Warwick – UK). Foi professor auxiliar da Faculdade de Engenharia da U.P. entre novembro de 1982 a março de 1987, foi administrador da EDP, Electricidade de Portugal, E.P. (entre março 1987 a agosto 1988), ocupou diversos cargos em sociedades do Grupo Sonae/Grupo Sonae Indústria entre setembro de 1988 a janeiro de 2000, tendo posteriormente em 2003 ocupado o cargo de presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA cargo que exerceu até abril de 2005, bem como em outras sociedades do Grupo Sonae Indústria. Foi membro do Advisory Board da 3i Spain (2005-2012), membro do Conselho de Supervisão da Jeronimo Martins Dystrybcuja, SA (2009 a 2012) e Presidente do Conselho de Administração da La Seda de Barcelona (2010-2014). Exerce atualmente as funções de Presidente do Grupo BA e é membro do Conselho de Administração da Gascan, SA.

José Romão de Sousa (Independente): BSc em Engenharia Química e Industrial pelo Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa e Doutoramento em Engenharia Química (PhD) pela *Imperial College*, Universidade de Londres (UK). Ampla experiência na indústria de transformação, em particular na área dos químicos (resinas de base de formaldeído, adesivos e resinas de base aquosa) e dos plásticos (vinil e extrusão e calandragem de poliolefina). Exerceu diversos cargos de administração no grupo ProHolding, sendo ainda hoje Presidente não executivo de diversas sociedades do grupo e empresas associadas, incluindo num novo projeto na área de fungicidas biológicos. Experiência no sector financeiro, nomeadamente em private equity, gestão de carteiras e numa empresa corretora de bolsa. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Promotor SGPS, SA e da Epoli-Espumas de Polietileno SA, entre outras sociedades.

Christopher Lawrie (Administrador Delegado): BA (Honours) Degree em Gestão e Finanças na Universidade de Greenwich, em Inglaterra. Possui uma vasta experiência na banca de investimentos, tendo passado pela Schroders, BZW e Credit Suisse onde desempenhou a função de Diretor da área de Corporate Finance no sector das telecomunicações para o Sul da Europa. Em 2001, integrou o Grupo Sonae/Efanor, onde exerceu funções de CFO na Sonaecom e, posteriormente, foi nomeado CEO da Sonae Retail Properties. Assumiu a função de CFO da Sonae Indústria em 2013, exercendo atualmente a função de administrador delegado e presidente da *Management Committee*.

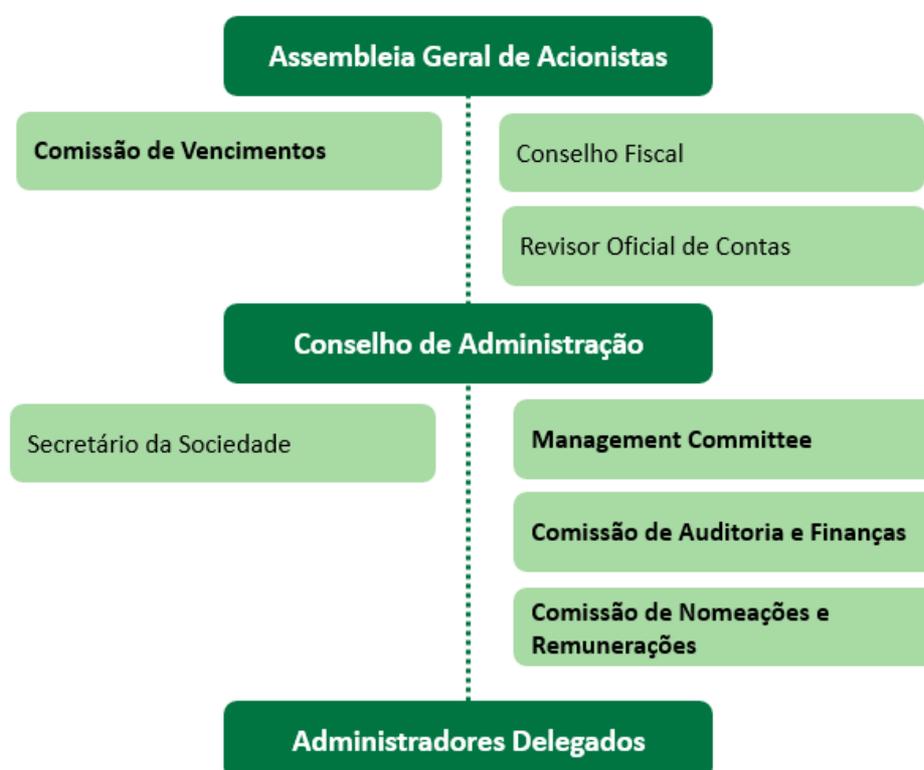
Louis Brassard (Administrador Delegado): Licenciatura em Engenharia Industrial – *Montreal Polytechnic School* (Quebec, Canada); MBA em Finanças e Marketing - Universidade de Montreal. Integra o Grupo Sonae Indústria desde 1994, onde exerceu diversos cargos, é COO da Tafisa Canada e membro da *Management Committee*.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Paulo Azevedo é administrador e acionista da Efanor Investimentos, SGPS, SA a quem é imputado o controlo da maioria dos direitos de voto na Sonae Indústria.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

A repartição de competências entre os vários órgãos sociais e comissões da sociedade é a seguinte:



O Conselho de Administração nomeou dois administradores delegados, nos quais delegou os mais amplos poderes de gestão da sociedade, incluindo todas as competências que, legal e estatutariamente, estão atribuídas ao Conselho de Administração, com exceção das seguintes:

- eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- cooptação de administradores;
- pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- aprovação de quaisquer relatórios e contas;
- prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade;
- deliberação de mudança de sede e de aumento de capital social;
- deliberação sobre projetos de fusão, cisão e transformação da sociedade;
- aprovação do *business plan* e do orçamento anual da sociedade;

- i) definição das políticas de recursos humanos, assim como decisões sobre a compensação individual de quadros de topo;
- j) definição ou alteração de políticas contabilísticas sempre que a sociedade em causa esteja integrada no perímetro de consolidação do Grupo;
- k) compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de cinco milhões de euros por cada transação;
- l) subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de vinte milhões de euros;
- m) investimento em novas sociedades;
- n) outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de dez milhões de euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- o) desinvestimentos ou alienação de ativos desde que resulte da referida transação um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a dois milhões de euros) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afete os postos de trabalho de mais de cem trabalhadores;
- p) definição da estratégia e das políticas gerais da Sonae Indústria e do Grupo Sonae Indústria;
- q) definição da estrutura empresarial do Grupo Sonae Indústria.

O Conselho de Administração nomeou igualmente uma *Management Committee*, composta pelos administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes. A *Management Committee* tem por principal objetivo dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração e a *Management Committee* possuem regulamentos de funcionamento que podem ser consultados no sítio da sociedade, www.sonaeindustria.com.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas

Durante o exercício de 2017, o Conselho de Administração reuniu 5 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações. A assiduidade dos membros do Conselho de Administração foi de 100% (presença física, meios telemáticos ou por meio de representação).

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Compete à Comissão de Vencimentos da sociedade, em diálogo com a Comissão de Nomeações e Remunerações, proceder à avaliação de desempenho dos administradores executivos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Os critérios de avaliação de desempenho dos administradores executivos são pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio

desempenho individual. Estes critérios estão melhor especificados no ponto deste relatório relativo às Remunerações.

Os referidos critérios de avaliação dos administradores executivos, que se encontram pré-determinados, são os seguintes: critérios objetivos relacionados com o grau de sucesso de implementação das iniciativas e ações acordadas a implementar no ano em questão; e critérios subjetivos que estão relacionados com o contributo em termos de experiência e conhecimento para as discussões do Conselho de Administração, a qualidade da preparação das reuniões e da contribuição para as discussões do Conselho de Administração e dos comités, e compromisso com o sucesso da companhia, entre outros.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Os administradores delegados dedicam-se a tempo inteiro à administração da Sonae Indústria e das sociedades suas participadas.

Os demais membros do Conselho de Administração, atualmente, acumulam a função de membros do Conselho de Administração e de fiscalização de outras sociedades, aqui listadas.

DUARTE PAULO TEIXEIRA DE AZEVEDO

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA (Presidente do Conselho de Administração)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (Administrador)
- Sonae - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Center Serviços II, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Investimentos – SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Sierra, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Specialized Retail, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Capital, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Imparfin-Investimentos e Participações Financeiras, S.A.
- Migracom, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

CARLOS MOREIRA DA SILVA

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA

Cargos exercidos noutras sociedades:

- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- BA GLASS, BV
- Fim do Dia, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Lynx Finance GP, LLC
- Gascan S.A.

ALBRECHT EHLERS

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco Deutschland GmbH (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Erich-Brost-Institut für Journalismus in Europa GmbH (membro do conselho de administração)
- PROvendis GmbH (órgão de fiscalização e comissão de acionistas)
- Salus BKK (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Invite GmbH (vice-presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Durable Hunke & Jochheim GmbH & Co. KG (Presidente do Conselho Geral)
- TechnologieZentrumDortmund GmbH (Membro da Comissão de Acionistas)
- Studierendenwerk Dortmund AöR (Membro do Conselho Geral)
- University Alliance Ruhr
- Technische Universität Dortmund University (Chanceler)

JAVIER VEGA

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA

Cargos exercidos noutras sociedades:

- DKV Seguros (Presidente)
- Gestlink, SA (Presidente)
- Inversiones Vedegane, SA (Presidente)
- Fujitsu (Presidente do Conselho Consultivo)

JOSÉ ROMÃO DE SOUSA

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Promotor SGPS, SA (Presidente)
- Epoli-Espumas de Polietileno, SA (Presidente)
- Epoli (Czechia) sro (Presidente)
- CEV-Consumo em Verde Biotecnologia das Plantas SA (Presidente)
- Converde SA (Presidente)
- Monte das Janelas Verdes – Sociedade Agrícola SA (Presidente)

GEORGE CHRISTOPHER LAWRIE

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Frases e Frações-Imobiliária e Serviços, SA
- Glunz (UK) Holdings, Ltd.

- Isoroy SAS
- Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
- Megantic BV
- Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, SA
- Novodecor (PTY) Ltd.
- Parcelas e Narrativas – Imobiliária, SA
- Poliface North America Inc.
- Serradora Boix, SL
- Sonae Arauco, SA
- Sonae-Indústria de Revestimentos, SA
- Sonae Indústria – Management Services, SA
- Spanboard Products, Ltd.
- Tafisa Canada Inc.
- Tafisa France, SAS

LOUIS BRASSARD

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Isoroy, SAS
- Megantic, BV
- Poliface North America Inc
- Tafisa Canada Inc
- Tafisa France, SAS

c) **Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados**

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

O Conselho de Administração nomeou dois administradores delegados, Christopher Lawrie e Louis Brassard. Com o objetivo principal de dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração, o Conselho de Administração nomeou uma *Management Committee*, composta pelos dois administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes.

O Conselho de Administração nomeou igualmente duas comissões de competência especializada, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.

COMISSÕES COM COMPETÊNCIAS ESPECIALIZADAS

MANCOM Management Committee

Christopher Lawrie
(Presidente e Adm. Delegado)
Louis Brassard (Adm. Delegado
e COO Canadá)
Frederico Moniz (COO
Laminados e Componentes)

BAFC Comissão de Auditoria e Finanças

Javier Vega (Presidente, Ind.)
José Romão de Sousa (Ind.)
Albrecht Ehlers (Ind.)

BNRC Comissão de Nomeações e Remunerações

Carlos Moreira da Silva
(Presidente, Ind.)
José Romão de Sousa (Ind.)
Albrecht Ehlers (Ind.)

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e o regulamento de funcionamento da *Management Committee*, podem ser consultados no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

- Conselho de Administração:
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regul%20CA%20PT_22062016.pdf
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/BoD%20Regulation%20ENG_22062016.pdf
- *Management Committee*:
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regul%20Mancom%20PT_22062016.pdf
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/ManCom%20Regulation%20ENG_22062016.pdf

28. Composição da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

Os administradores delegados da sociedade são Christopher Lawrie e Louis Brassard.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

O Conselho de Administração nomeou três comissões com competências especializadas.

Management Committee (MANCOM)

A *Management Committee* é composta pelos dois administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes:

- Christopher Lawrie (Presidente-Administrador Delegado);
- Louis Brassard (Administrador Delegado-COO Tafisa Canada);
- Frederico Moniz (COO Laminados & Componentes).

A MANCOM é responsável por apoiar os Administradores Delegados, no âmbito da respetiva delegação de poderes, levando a cabo as seguintes funções:

- controlo da implementação pelo Grupo Sonae Indústria das linhas estratégicas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo das finanças e contabilidade do Grupo Sonae Indústria;
- controlo das atividades operacionais do Grupo Sonae Indústria;
- análise de novas oportunidades de negócio.

Antes de tomar qualquer decisão sobre os seguintes temas, os Administradores Delegados deverão obter a opinião prévia e não vinculativa da MANCOM, sobre:

- implementação de qualquer operação financeira;
- compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros por cada transação;
- subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros;
- outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- reorganizações do Grupo Sonae Indústria, incluindo qualquer aumento ou redução de capital social, fusão, liquidação ou alterações aos estatutos;

A MANCOM deve prestar, em tempo útil e de forma adequada, as informações solicitadas por membros dos demais órgãos sociais da Sonae Indústria.

Cabe ao Presidente da MANCOM:

- garantir que toda a informação relativa à atividade e decisões da MANCOM são disponibilizadas aos membros do Conselho de Administração;
- garantir que todos os temas fora do âmbito das competências da MANCOM, bem como todos os temas que, apesar de se encontrarem no âmbito das competências da MANCOM, os membros desta não tenham chegado a um acordo, são submetidos a decisão do Conselho de Administração;
- enviar todas as atas da MANCOM ao Vice-Presidente.

A MANCOM reuniu 12 vezes no ano 2017 e fez constar de ata as respetivas deliberações.

Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC)

O BAFC é composto pelos seguintes Administradores Não-executivos:

- Javier Vega (Presidente, Independente);
- José Romão de Sousa (Independente);
- Albrecht Ehlers (Independente).

O BAFC reúne, ordinariamente, pelo menos 5 vezes por ano, tendo as seguintes atribuições principais:

- proceder à análise e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e as apresentações de resultados, a publicitar ao mercado, com vista a apresentar as suas conclusões ao Conselho de Administração;
- analisar a gestão de risco, controlar internamente os processos e negócios;
- analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa;
- analisar a evolução dos principais rácios financeiros e alterações dos ratings formais e informais da sociedade, incluindo reportes das agências de rating;
- analisar e aconselhar sobre quaisquer alterações nas políticas e práticas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das normas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das obrigações legais e estatutárias, em particular no âmbito financeiro.

Durante 2017, o BAFC reuniu 5 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações.

As competências atribuídas ao BAFC, como comissão especializada do Conselho de Administração, são desenvolvidas numa ótica de gestão da sociedade não se sobrepondo às funções do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização. O BAFC é uma comissão a quem compete, dentro do Conselho de Administração e dos poderes de gestão que este possui, analisar detalhadamente as demonstrações financeiras, analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa, os processos de gestão de risco, e a evolução dos principais rácios financeiros, entre outros temas, emitindo recomendações para deliberação final em sede do Conselho de Administração, operacionalizando assim melhor o seu funcionamento.

Comissão de Nomeações e Remunerações (BNRC)

O BNRC é composto pelos seguintes Administradores não-executivos:

- Carlos Moreira da Silva (Presidente e Independente);
- José Romão de Sousa (Independente);
- Albrecht Ehlers (Independente).

Esta Comissão reúne, normalmente, pelo menos, duas vezes por ano, sendo a sua atribuição principal a de analisar e apresentar propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração, relativas à

remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e analisar e aprovar propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração, à Comissão de Vencimentos, relativas à remuneração e outras compensações de outros quadros de topo do Grupo Sonae Indústria, em função da atividade por estes desenvolvida.

O BNRC faz a ligação com a Comissão de Vencimentos da Sonae Indústria, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício, atendendo a que a Comissão de Vencimentos não acompanha de perto a atividade desenvolvida pelos administradores, não possuindo assim o necessário conhecimento que lhe permite exercer as funções que lhe competem de forma correta. O BNRC pode também solicitar assessoria de entidades externas, desde que estas se comprometam a manter sigilo absoluto sobre a informação obtida em resultado dessa cooperação.

Em 2017, o BNRC reuniu duas vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas reuniões.

III. FISCALIZAÇÃO
a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O órgão de fiscalização da sociedade é o Conselho Fiscal eleito em Assembleia Geral.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal da sociedade pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, devendo existir um ou dois suplentes, consoante a sua composição seja de, respetivamente, três ou mais elementos, sendo eleitos para mandatos de três anos.

O Conselho Fiscal da sociedade atual foi eleito na Assembleia Geral Anual de 2015, para o mandato 2015-2017 e tem a seguinte composição:

- Manuel Heleno Sismeiro – Presidente
- Óscar José Alçada da Quinta -Vogal
- António Augusto Almeida Trabulo – Vogal
- Paulo Manuel Carvalho da Silva – Vogal Suplente

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos pela primeira vez, nas seguintes datas:

- Manuel Heleno Sismeiro – abril 2009
- Óscar José Alçada da Quinta – maio 2007, como membro suplente e março 2015, como membro efetivo
- António Augusto Almeida Trabulo – março 2015
- Paulo Manuel Carvalho da Silva – março 2015

32. Independência dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414º, nº5 do Código das Sociedades Comerciais

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidades previstas no nº1 do artigo 414º-A e os critérios de independência previstos no nº5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Com vista a garantir a cada momento a independência dos membros do Conselho Fiscal, os respetivos membros, previamente à respetiva designação, emitiram declarações atestando que: (i) não incorriam em nenhuma das

incompatibilidades previstas no artigo 414º-A do Código das Sociedade Comerciais, bem como que não se encontravam em qualquer circunstância que afete a sua independência nos termos do disposto no nº5 do artigo 414º do mesmo diploma legal; (ii) comunicariam à sociedade a ocorrência de qualquer facto que, no decurso do mandato, determine incompatibilidade ou perda de independência.

O Regulamento do Conselho Fiscal também estabelece expressamente que, se durante o mandato, se verificar, relativamente a qualquer um dos seus membros, uma situação que determine a perda de independência ou uma incompatibilidade, deverá, o respetivo membro dar conhecimento de imediato desse facto ao Presidente do Conselho de Administração da sociedade. A superveniência de algum motivo de incompatibilidade estabelecido na lei determina a caducidade da designação do respetivo membro.

33. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal

MANUEL HELENO SISMEIRO (Presidente do Conselho Fiscal): Licenciatura em Finanças, ISCEF (Portugal), Contabilista, ICL (Portugal). Atualmente exerce funções de Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno e é Presidente do conselho fiscal da OCP Portugal Produtos Farmacêuticos SA, da Sonae Indústria, SGPS, SA e da Sonae Capital, SGPS, SA. Foi sócio da Coopers & Lybrand e da Bernardes, Sismeiro & Associados e de 1998 a 2008 da PricewaterhouseCoopers - auditores e revisores oficiais de contas e responsável pela auditoria e revisão oficial de contas nos mais diversos sectores da atividade económica. Foi igualmente responsável pela gestão do escritório do Porto das referidas sociedades e Diretor da Divisão de Auditoria, no período 1998 – 2002, e membro do órgão de gestão da PricewaterhouseCoopers, no mesmo período.

OSCAR ALÇADA DA QUINTA (Vogal do Conselho Fiscal): Licenciatura em Economia - Universidade do Porto. Ocupou diversas funções na área administrativa e financeira em diversas sociedades (1982-1986), desde 1986 prestação de serviços no âmbito da auditoria externa a Revisores Oficiais de Contas e a sociedade com aquela atividade e em 1990 obtém a inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas, função que passou a exercer em regime de exclusividade, primeiro individualmente e posteriormente como sócio da Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC.

ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA TRABULO (Vogal do Conselho Fiscal): Licenciatura em Economia – Universidade do Porto, Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais – Universidade Aberta (Portugal), Diploma de Suficiência Investigadora na área de Economia Financiera y Contabilidad – Universidad de Valladolid (Espanha), Doutorando em Gestão e Administração de Empresas – Universidade de Valladolid, com parte curricular concluída (em fase final de conclusão de Tese), Revisor Oficial de Contas. Atualmente exerce funções de Revisor Oficial de Contas, sócio da sociedade Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC.

PAULO MANUEL CARVALHO DA SILVA (Vogal Suplente do Conselho Fiscal): Bacharel em Contabilidade e Administração - ISCAP, Bacharel Perito Aduaneiro - ISCAP, Licenciatura em Administração e T. Aduaneira – ISCAP, Curso CEOG da Universidade Católica. Desde 1992 é Membro da Velosa, Silva, Marques e Trabulo SROC.

Todos os membros do Conselho Fiscal possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regulamento%20do%20Conselho%20Fiscal_PT_FINAL.pdf

http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Statutory%20Audit%20Board%20Regulation_EN_FINAL.pdf

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

Em 2017, o Conselho Fiscal reuniu 7 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações, e com uma assiduidade de 100% de todos os membros.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal no decurso do exercício

Os membros do Conselho Fiscal acumulam as suas funções com o exercício de outros cargos a seguir elencados e com outras atividades, conforme referido no ponto 33.

Funções exercidas pelos membros do Conselho Fiscal à data de 31 de dezembro de 2017:

Manuel Heleno Sismeiro

Em sociedades fora do Grupo Sonae Indústria

- Sonae Capital, SGPS, SA (Conselho Fiscal)
- Sonae, SGPS, SA (Conselho Fiscal)
- OCP Portugal Produtos Farmacêuticos SA (Presidente do Conselho Fiscal)

Óscar Alçada da Quinta

Em sociedades fora do Grupo Sonae Indústria

- Sonaecom - SGPS, S.A. (Conselho Fiscal)
- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A. (Conselho Fiscal)
- Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, SA (Conselho Fiscal)
- Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC (Administração)

Em sociedades fora do Grupo Sonae Indústria

- Sonae Investimentos, SGPS, SA (Conselho Fiscal)
- VAA-Grupo Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA (Conselho Fiscal)
- Velosa, Silva, Marques e Trábulo, SROC (administrador)
- ACAT-Consultoria de Gestão, Lda (gerente)
- Sonaecom-SGPS, SA (Conselho Fiscal)

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

O Conselho Fiscal deve aprovar a contratação, pela sociedade ou por sociedades por si dominadas, do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para a prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria.

Assim e caso a Sonae Indústria ou alguma sociedade do Grupo pretender contratar os serviços do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles estejam em relação de grupo, o Conselho Fiscal deverá ser previamente informado, com vista a que este verifique se a contratação dos serviços em causa não afeta a independência do auditor externo e não tem, no conjunto dos serviços prestados, relevância significativa face aos serviços de auditoria. O Conselho Fiscal deverá igualmente verificar se estão reunidas as condições que garantam que os serviços adicionais em causa serão prestados com autonomia e independência, relativamente aos serviços de auditoria.

38. Outras funções do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal tem como principais competências:

- a) fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) vigiar pela observância da lei e dos estatutos da Sociedade;
- c) verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- f) verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g) elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- h) convocar a assembleia geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes, sem violar a sua independência;
- j) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;

- k) contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- l) fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- m) seleccionar os revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- n) fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas da sociedade, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, enquanto autoridade competente pela supervisão da auditoria;
- o) verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- p) cumprir as demais atribuições constantes da lei e dos estatutos da sociedade;
- q) aprovar a contratação do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para a prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria.
- r) Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo.

Além daquelas competências o Conselho Fiscal da sociedade deve emitir parecer prévio relativamente a qualquer transação com acionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (acionistas de referência), nos termos explicitados no ponto 91.

No Relatório do Conselho Fiscal, disponibilizado no sítio da sociedade conjuntamente com os demais documentos de prestação de contas, o Conselho Fiscal descreveu a atividade de fiscalização desenvolvida, não tendo referido quaisquer constrangimentos detetados.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio do revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a PriceWaterHouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por Hermínio António Paulos Afonso.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A PriceWaterhouseCoopers é o revisor oficial de contas da sociedade desde a Assembleia Geral Anual de 2006, e está no seu quarto mandato de três anos.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

Durante o ano de 2017, a PriceWaterHouseCoopers prestou outros serviços de garantia de fiabilidade a sociedades participadas pela Sonae Indústria.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo

O auditor externo da sociedade é a PriceWaterHouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por Hermínio António Paulos Afonso, registada na CMVM com o nº 9077.

43. Permanência de Funções

A PriceWaterhouseCoopers é auditor externo da sociedade desde 2006. O seu representante atual, Hermínio Afonso, representa-a desde 20 de setembro de 2011.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

A Sonae Indústria tinha adotado o princípio de apenas não proceder à rotação do auditor externo ao fim de três mandatos, se, após ser efetuada uma avaliação rigorosa, o Conselho Fiscal concluísse que a manutenção em funções, para além do referido período, não colidia com a independência do auditor externo e a ponderação entre os custos e os benefícios da sua substituição aconselhassem à renovação do respetivo mandato.

Na proposta de nomeação de revisor oficial de contas da sociedade que o Conselho Fiscal apresentou na Assembleia Geral Anual de 2015, o Conselho Fiscal, considerou que a qualidade do trabalho desenvolvido e a experiência acumulada no setor de atividade onde a Sonae Indústria se integra, quer da sociedade de revisores oficiais de contas cujo eleição estava a propor, quer das entidades que integram a mesma rede daquela nos países onde a Sonae Indústria detém, direta ou indiretamente, sociedades participadas, compreendidas nas suas contas consolidadas e onde aquelas entidades são os auditores externos daquelas sociedades, constituam uma mais-valia que tinha de ser considerada, a qual aliada à dimensão dos encargos a suportar numa eventual substituição, aconselhavam a manter o mesmo revisor oficial de contas. A assembleia geral aprovou a proposta apresentada.

Com a publicação da Lei 140/2015 de 7 de setembro, a Sonae Indústria irá, no mínimo, cumprir com o estabelecido na mesma, assim como cumpre com o estabelecido na lei relativamente ao sócio revisor oficial de contas, efetuando sempre uma avaliação que garanta a manutenção da independência de ambos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do auditor externo e a execução dos trabalhos do mesmo ao longo de cada exercício, reunindo sempre que assim o entende, com o mesmo. Para além disso, procede anualmente a uma avaliação global do auditor externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46. Identificação de trabalhos destintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Durante o ano de 2017, serviços relacionados com a implementação de um sistema para apoio à criação do reporte do CbCr (*Country-by-Country reporting*) foram prestados à Efanor Investimentos (através da sua subsidiária Sonae Center Serviços II, S.A.). O montante total faturado, no ano de 2017, foi 9.500 euros. O Conselho Fiscal da Sonae Indústria autorizou a referida contratação.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem

Os valores pagos à PriceWaterhouseCoopers pela Sonae Indústria e pelas sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo foram os seguintes no exercício de 2017:

Pela Sociedade	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	12.375 € / 12,4%

Por outras entidades que integram o grupo	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	75.954€ / 76,08%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	2.000 € / 2,00%
Valor de outros serviços	9.500 € / 9,52%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245º - A, nº1, al. h))

As regras aplicáveis a alterações dos estatutos da sociedade são as estabelecidas na lei. Cabendo assim, à assembleia geral de acionistas deliberar sobre a alteração dos estatutos da sociedade, podendo contudo, o Conselho de Administração deliberar sobre a alteração da sede social dentro do território nacional, bem como deliberar aumentar o capital social por novas entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite de mil e duzentos milhões de euros.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades

A Sonae Indústria possui um Código de Conduta, que contém uma política de comunicação de irregularidades, que se encontra disponível no sítio, www.sonaeindustria.com. Com o Código de Conduta e a política de comunicação de irregularidades, a Sonae Indústria visa criar o clima e a oportunidade necessários para que os seus colaboradores e prestadores de serviços manifestem preocupações genuínas em relação a qualquer comportamento ou decisão que, no seu entender não respeite a ética ou o Código de Conduta da Sonae Indústria. Com a extinção, em junho de 2016, da Comissão de Responsabilidade Social, Ambiente e Ética, a sua subcomissão de ética foi também extinta. Contudo em 2017 concluiu-se que a existência de uma comissão de ética composta pelo presidente da Comissão de Auditoria e Finanças e pelo responsável do departamento legal do Grupo permite um tratamento mais adequado de qualquer denúncia recebida. A Comissão de Ética é composta por Javier Vega e por Júlia Moreira da Silva.

A denúncia deve ser enviada por e-mail ou por correio para um dos seguintes endereços:

Por e-mail: ethics.committee@sonaeindustria.com

Por correio: Sonae Industria SGPS, S.A.
Att. Comissão de Ética
Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 1096
4470-177 Maia Codex
Portugal

Quando solicitado, poderá ser marcada uma reunião para clarificar o possível caso com a Comissão de Ética.

Cada irregularidade será recebida pela Comissão de Ética que terá a responsabilidade de iniciar e supervisionar a investigação de todas as denúncias. Concluída a investigação e caso se verifique que a irregularidade comunicada corresponde a um comportamento faltoso, a Comissão de Ética, deverá comunicar ao superior hierárquico do colaborador em causa ou à entidade patronal do prestador de serviços a situação em causa a fim de serem aplicadas as ações corretivas e/ou serem instaurados procedimentos disciplinares.

Dado que a sociedade pretende encorajar a comunicação em boa-fé de qualquer possível caso de irregularidade, evitando ao mesmo tempo danos para a reputação de pessoas inocentes à partida indicadas como possíveis suspeitos de conduta inadequada, não são aceites denúncias anónimas. A investigação será realizada de forma confidencial e a sociedade garante que não haverá qualquer tipo de ação discriminatória ou de retaliação contra qualquer colaborador ou prestador de serviços que comunique em boa-fé um possível caso de irregularidade. No caso de qualquer colaborador ou prestador de serviços considerar que sofreu algum tipo de retaliação por ter efetuado uma denúncia ou por ter participado numa investigação deve dar conhecimento desse facto de imediato à Comissão de Ética.

A sociedade disponibiliza na sua intranet um formulário de comunicação de irregularidades.

A Comissão de Ética informa o Conselho Fiscal de qualquer denúncia recebida.

A sociedade mantém registos de todas as denúncias e processos investigados, bem como das respetivas conclusões, os quais estão acessíveis para consulta pelos órgãos sociais e pela Comissão de Ética.

O **Código de Conduta** da Sonae Indústria contém um conjunto de normas baseadas nos valores partilhados, que regem as atividades do Grupo Sonae Indústria. É aplicável a todas as pessoas contratadas pelo Grupo, incluindo membros dos órgãos estatutários, e diretores das sociedades do Grupo, administradores, quadros superiores, colaboradores e pessoas cujo estatuto é equivalente ao de colaboradores, tais como trabalhadores temporários e prestadores de serviços. O Código de Conduta define linhas de orientação de natureza ética empresarial que devem ser seguidas por todos os colaboradores e prestadores de serviços durante o desempenho das respetivas funções.

A Sonae Indústria adota e promove de forma ativa as mais exigentes normas éticas de conduta profissional a todos os níveis do Grupo. O compromisso relativamente a normas de conduta deve partir dos níveis mais elevados da empresa. Assim, os gestores de topo da Sonae Indústria devem constituir um exemplo para toda a organização através das suas ações, liderando de forma ativa a adoção destas normas e controlando a sua aplicação, constituindo sua obrigação garantir, na sua área de responsabilidade, o rigoroso cumprimento da lei, mantendo uma constante monitorização desse cumprimento, e transmitindo claramente aos seus colaboradores que o não cumprimento de qualquer lei que seja aplicável, poderá, para além de outras consequências legais, ter consequências disciplinares.

É particularmente importante que um compromisso em relação a estas normas seja aceite por todos os colaboradores e prestadores de serviços em todo o Grupo, onde quer que estes desenvolvam a sua atividade. Em cada organização local também devem ser adotados princípios e ações adequados para lidar com questões éticas específicas que possam surgir nos respetivos países.

O Código de Conduta da Sonae Indústria foi elaborado de forma a explicitar claramente a conduta desta perante todas as suas partes interessadas, bem como a relacionar esta conduta com os valores da própria empresa. O Código de Conduta está estruturado da seguinte forma:

Relacionamento com colaboradores e prestadores de serviços

- Partilha de conhecimento e desenvolvimento pessoal
- Inovação e iniciativa
- Respeito, responsabilização e cooperação
- Confidencialidade e responsabilidade
- Sustentabilidade
- Conflito de interesses
- Saúde e Segurança no Trabalho
- Consciência Social
- Comunicação
- Cumprimento

Relacionamento com acionistas e outros investidores

- Criação de valor
- Transparência
- Cumprimento

Relacionamento com governos e comunidades locais

- Comportamento Ético
- Consciência Social
- Diretriz Fiscal
- Consciência Ambiental

Relacionamento com parceiros de negócios

- Foco no Cliente
- Integridade
- Comportamento Ético
- Transparência

Relacionamento com concorrentes

- Observância das leis da concorrência
- Comportamento Ético

O documento integral do Código de Conduta pode ser consultado no sítio da empresa através do endereço, www.sonaeindustria.com.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Auditoria Interna e a Gestão de Risco para a Sonae Indústria encontram-se atualmente a ser prestados por equipas de Auditoria Interna e de Gestão de Risco da Sonae Arauco que reportam as suas atividades e conclusões apuradas à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal.

De modo a cumprir com as melhores práticas comportamentais relacionadas com as regulações “*anti trust*” para os negócios na América do Norte, o suporte da equipa da Sonae Arauco à Tafisa Canada foi ajustado e algumas das atividades de Auditoria Interna e de Gestão de Risco foram internalizadas pela Tafisa Canada. As funções de Gestão de Risco Operacional para a Tafisa Canada foram também internalizadas pela Tafisa Canada. Pelas mesmas razões, os sistemas de Tecnologia da Informação da Sonae Arauco e da Tafisa Canada foram segregados. Deve ainda ser realçado que a respeito da contabilidade e das funções administrativas, a Tafisa Canada mantém a sua independência como anteriormente, uma vez que o Canadá nunca tinha sido incluído no âmbito do Centro de Serviços Partilhados (que agora se encontra sob a responsabilidade da Sonae Arauco).

O controlo interno e a gestão de riscos são importantes componentes da cultura da Sonae Indústria e encontram-se integrados nos processos de gestão e da responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, em todos os níveis da organização. São apoiados e suportados por funções transversais ao Grupo com destaque para a Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento e Controlo de Gestão, através de equipas especializadas.

A função de **Gestão de Risco** tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades. Têm ainda por objetivo promover a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio do Grupo.

A função de **Auditoria Interna** tem por missão identificar e avaliar de forma independente e sistemática o adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, assim como a efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, devendo também informar e alertar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes e identificando oportunidades de melhoria.

A função de **Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas. Este departamento, apoiado em sistemas de informação, produz relatórios e análises com informações operacionais, financeiras e relacionadas com questões de conformidade. Através do seu Manual de Procedimentos, garante e define um conjunto de regras e procedimentos relativamente aos processos de planeamento, reporte, contas de gestão e processo de aprovação de investimentos.

Existe um conjunto de atividades de controlo, tais como: aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança dos ativos e segregação de funções. A informação pertinente é identificada, recolhida e comunicada, num determinado prazo e de tal forma que permita que os colaboradores possam cumprir as suas responsabilidades.

A Sonae Indústria mantém uma equipa corporativa responsável para o Planeamento e Controlo de Gestão, em paralelo com a equipa da Sonae Arauco e cada unidade de negócio integra na sua equipa um *controller* que garante que os procedimentos do grupo são devidamente implementados.

Como acontece com a Auditoria Interna e a Gestão de Risco, a Contabilidade, Administração e Serviços de transação são prestados pelos serviços de contabilidade centralizados da Sonae Arauco e pelo **Centro de Serviços Partilhados (SSC)**, fornecendo serviços de contabilidade e de administração a todas as sociedades participadas da Sonae Indústria, com a exceção da Tafisa Canada, ajudando assim a garantir o alinhamento de políticas e reforçando os procedimentos e controlos.

Os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

A Sonae Indústria tem um nível razoável de confiança no sistema de controlo interno implementado. A comunicação da Visão, Valores e Princípios na organização reforça a importância do comportamento ético. A existência de um Código de Conduta, de um instrumento *whistleblower* (comunicação de irregularidades) e da Comissão de Ética aumentam a cultura de controlo da organização.

Em 2017 a Sonae Arauco também aprovou um Código de Ética (divulgado aos seus colaboradores em janeiro de 2018) com os objetivos de reforçar o conhecimento da Visão, Valores e Princípios da Sonae Arauco e de incentivar a boa conduta dos seus colaboradores.

A equipa de Auditoria Interna e de Gestão de Risco integra e participa periodicamente nas reuniões e atividades de duas comissões das "Empresas Sonae" (compostas por representantes de várias empresas Sonae): a Comissão de Auditoria e o Grupo Consultivo de Gestão de Risco. A participação nestes órgãos contribui para o reforço dos processos e para aumentar a eficácia das atividades de auditoria interna e gestão de risco das sociedades representadas.

51. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

É da responsabilidade do Conselho de Administração a criação das estruturas e serviços necessários a garantir que o sistema de controlo interno e de gestão de riscos funciona adequadamente. Para esse efeito, o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

As funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco reportam ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças cujo presidente é um administrador independente. Estes órgãos podem, a seu critério, solicitar-lhe reuniões para discussão e revisão dos assuntos de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e podem também solicitar-lhe as informações e esclarecimentos, que entendam por conveniente.

No âmbito das competências do Conselho Fiscal inclui-se a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria, tendo este órgão acesso a todos os documentos que solicite e o contacto que entender com os responsáveis dos respetivos departamentos, recebendo os relatórios relativos aquelas atividades.

São apresentados ao Conselho Fiscal os planos anuais de trabalho da atividade de Auditoria Interna e Gestão de Risco, podendo o Conselho Fiscal pronunciar-se sobre os mesmos, bem como sobre a adequação dos recursos afetos a estas atividades.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A Sonae Indústria é uma organização que assenta na integridade dos seus princípios e em valores éticos, descritos no código de conduta da empresa que foi distribuído por todos os seus colaboradores, que são também promovidos pelo topo da hierarquia.

Os diversos órgãos de gestão da sociedade são o resultado de uma filosofia de gestão e estilo de atuação que se baseia numa forte estrutura organizativa com uma atribuição adequada de autoridade e de responsabilidades. Políticas e procedimentos adequados na área de recursos humanos e a existência do Código de Conduta constituem parte integrante desta estrutura.

A Sonae Indústria enfrenta uma diversidade de riscos, internos e externos, que têm de ser avaliados, e a este respeito a empresa tem implementado uma cultura de prevenção e de deteção preventiva. Foi concebido um sistema integrado de gestão transversal de risco (*Enterprise-Wide Risk Management Framework*), o qual é atualizado periodicamente. Adicionalmente, é da responsabilidade de cada uma das áreas funcionais do Grupo o controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

- **Riscos Macroeconómicos**

A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está condicionada pela conjuntura macroeconómica e pelos perfis dos mercados onde atua. Os produtos das participadas da Sonae Indústria são fundamentalmente *commodities*, com a natureza de bens duráveis, que se destinam maioritariamente aos setores da construção e do mobiliário. Deste modo, a atividade operacional do Grupo é cíclica, estando positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com a evolução dos referidos setores. Nesta medida, os negócios da Sonae Indústria e das suas participadas podem ser negativamente afetados por períodos de recessão económica, em particular, pela deterioração do nível de consumo das famílias que, por sua vez, é influenciado, entre outros, pelas políticas salariais praticadas, pelos níveis de desemprego existentes, assim como pelos níveis de confiança e de proteção social prevaletentes. A disponibilidade de crédito na economia, pelo impacto potencial que tem no mercado imobiliário, também é relevante para o negócio da Sonae Indústria. A Sonae Indústria, através das suas subsidiárias, está fortemente presente em mercados internacionais, tendo como mercados mais importantes a Zona Euro, América do Norte (nomeadamente Canadá e Estados Unidos) e África do Sul. Estes mercados apresentam perfis macroeconómicos, políticos e sociais distintos e, como tal, vêm registando padrões diferentes de reação às crises económicas e financeiras e aos ciclos económicos. Os mercados relevantes para o negócio da Sonae Indústria estão expostos a fatores de risco macroeconómicos diversificados que o Grupo não controla. De igual modo, a eventual ocorrência de tensões políticas e/ou sociais e/ou religiosas em qualquer dos mercados poderá ter impactos materiais nas operações e na situação financeira da Sonae Indústria que não é possível estimar.

- **Concorrência**

A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está sujeita a desafios importantes no quadro do setor mundial de painéis derivados de madeira, na medida em que está sujeita a uma forte concorrência em todos os mercados onde se encontra presente (nomeadamente na Península Ibérica, na Alemanha, na América do Norte e na África do Sul), a qual pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados do Grupo na medida em que o aumento de capacidade ou a abertura de novas fábricas por parte de concorrentes e/ou a adoção de uma política de preços mais agressiva por esses concorrentes pode vir a implicar uma diminuição do volume de negócios e/ou a necessidade de revisão dos níveis de preços praticados pelas participadas da Sonae Indústria, com impacto na rentabilidade e sustentabilidade das suas operações. A base diversificada de ativos da Sonae Indústria, com exposição geográfica a diversos mercados Europeus mas também ao mercado da América do norte, sul-africano e ainda a outros mercados servidos pela via de exportações, o esforço de focalização em produtos de maior valor acrescentado como forma de diferenciação e o esforço de contenção de custos como parte de uma estratégia já a ser implementada, poderão permitir defender a posição competitiva da Empresa e o cumprimento dos seus objetivos enquanto *player* de referência no setor mundial dos painéis derivados de madeira.

- **Risco de continuidade dos negócios**

Alguns dos negócios desenvolvidos pela Sonae Indústria poderão necessitar de investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro, pelo seu nível atual de endividamento e pela evolução da sua atividade e das suas participadas. O financiamento da componente adicional poderá ser efetuado por recurso a capitais próprios e/ou alheios. A Sonae Indústria não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas. No caso da necessidade de recurso a capitais alheios, o enquadramento macroeconómico e financeiro pode apresentar constrangimentos quer ao nível da liquidez disponível e quer ao nível do custo de financiamento, que pode condicionar ou inviabilizar o acesso ao crédito. Mesmo num caso de retoma, o ritmo e forma como a mesma se efetuar reveste-se de um grau de incerteza considerável, pelo que o financiamento de eventuais investimentos futuros da Sonae Indústria e/ou das suas participadas não pode ser dado como garantido.

- **Risco da estrutura de custos**

Estando a atividade industrial no sector dependente da existência de unidades fabris de dimensão considerável, a estrutura de custos consolidada da Sonae Indústria apresenta uma componente fixa significativa, ou seja, não dependente do maior ou menor volume de vendas conseguido, e sobre a qual o Grupo apenas consegue atuar através de iniciativas de reestruturação ou de aumento da eficiência. Um volume de negócios ou uma margem bruta de vendas insuficientes para compensar os custos fixos existentes poderão determinar o registo de perdas pela Sonae Indústria e suas participadas.

Por outro lado, a estrutura de custos variáveis das participadas da Sonae Indústria, nomeadamente no que se refere às matérias-primas, entre as quais se destaca a madeira, químicos e papel seco, está exposta a fatores externos (não controlados pela empresa) que impactam positiva ou negativamente a disponibilidade dessas mesmas matérias-primas, bem como os respetivos preços de aquisição. Em particular, o risco de acesso a madeira, como matéria-prima essencial ao processo produtivo, em condições de quantidade, tipo, qualidade e preço adequados pode condicionar não só a capacidade dessas empresas para fornecer aos seus clientes os produtos no momento e nas condições acordadas, como também afetar a rentabilidade esperada aquando da definição do preço de venda dos produtos aos seus clientes. Num cenário extremo, a impossibilidade de acesso a madeira em quantidades suficientes poderá determinar a interrupção temporária de produção na unidade industrial afetada, com consequências relevantes na sua rentabilidade operacional. Como forma de mitigar este risco, a Sonae Indústria tem procurado diversificar as fontes de fornecimento e os tipos de madeira utilizada, nomeadamente através da utilização de resíduos reciclados, da introdução nos processos de diferentes espécies de madeira e subprodutos alternativos.

- **Riscos tecnológicos**

A capacidade da Sonae Indústria em desenvolver e oferecer produtos de maior valor acrescentado, em condições competitivas a nível mundial, assume-se cada vez mais como um objetivo crucial no contexto atual do setor de derivados de madeira. Estes desenvolvimentos estão dependentes de evoluções tecnológicas, que podem ser difíceis de prever e acompanhar. A eventual incapacidade de a Sonae Indústria acompanhar ou de se antecipar ao avanço tecnológico, ou de prever a receptividade de novos produtos, poderá afetar o seu negócio e os resultados das suas operações.

- **Riscos operacionais**

Na sua atividade, a Sonae Indústria está sujeita a determinados riscos operacionais, sobretudo ao nível da produção industrial das suas participadas. Múltiplos fatores, não diretamente controláveis pela Sonae Indústria, nem pelas suas participadas, poderão levar a interrupções de produção com efeitos potencialmente negativos na respetiva operação e, conseqüentemente, na sua situação financeira e nos seus resultados. O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, por estar sujeito a acidentes envolvendo incêndio e explosão. Conseqüentemente, a gestão de risco operacional é uma preocupação central da Sonae Indústria, que assume uma postura ativa na implementação de normas e das melhores práticas, bem como na escolha de sistemas capazes de reduzir os riscos industriais. Para além destes, falhas materiais nas políticas de gestão e controlo dos riscos operacionais podem vir a afetar o negócio Grupo e os resultados das suas operações.

- **Riscos financeiros**

O principal **risco financeiro** que o negócio da Sonae Indústria enfrenta, é o **risco de crédito** associado à sua carteira de clientes. O risco de crédito da carteira de clientes, essencialmente por falta de liquidez, consiste no risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens ou serviços adquiridos. Os sistemas de controlo de risco de crédito do Grupo Sonae Indústria têm como principal objetivo garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas. Entre outros procedimentos implementados pela Sonae Indústria para mitigar este risco, a Sonae Indústria utiliza o seguro de crédito, que surge como ferramenta obrigatória para a mitigação deste risco em todas as geografias onde se encontra e onde este instrumento está disponível. Nas situações pontuais em que não conseguimos mitigar o risco via seguro de crédito, são procuradas soluções alternativas e/ou complementares (tais como garantias

bancárias, cartas de crédito e *confirming*, entre outras) com os nossos clientes visando a concretização de maiores volumes de negócio num ambiente de risco controlado e mínimo. Se não for possível obter-se qualquer cobertura de risco para um determinado cliente ou operação, um processo interno detalhado e pormenorizado foi desenvolvido visando analisar toda e cada uma das vertentes de um negócio em particular de modo a podermos tomar uma decisão informada e completa sobre a assunção de um eventual auto-risco de crédito.

Nenhum cliente da Sonae Indústria, incluindo os clientes da Sonae Arauco representa mais do que cerca de 7% do seu volume de negócios agregado (considerando 100% do volume de negócios da Sonae Arauco).

A **existência de covenants** nos contratos de financiamento da Sonae Indústria também representa um risco financeiro. O principal contrato de financiamento da Sonae Indústria inclui um nível máximo do rácio "Dívida Líquida para o EBITDA" da sociedade participada Tafisa Canada, calculado com base nas suas contas auditadas individuais, bem como um nível máximo de endividamento financeiro da Sonae Indústria (tendo como base as suas contas individuais). Num outro contrato de financiamento, a Sonae Indústria compromete-se a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Capitais Próprios para o Total do Ativo"), calculado com base nas suas contas consolidadas auditadas. O não-cumprimento destes rácios financeiros poderia determinar uma situação de incumprimento nos respetivos contratos de financiamento, tendo como consequência a sua resolução antecipada, incluindo o reembolso imediato da dívida associada.

- **Riscos económicos**

Os **riscos económicos** em que a Sonae Indústria incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O **risco da taxa de juro** advém da proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros. Regra geral a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria um *hedging* natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria. Como exceção a esta política geral sobre gestão de risco de taxa de juro, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, os quais devem respeitar uma série de princípios que se identificam (i) não utilização com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos; (ii) contratação preferencial com instituições financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*; (iii) replicar exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base; e (iv) o seu custo financeiro máximo (derivado + exposição subjacente) deverão ser sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

O **risco da taxa de câmbio** resulta do facto da Sonae Indústria constituir um Grupo geograficamente presente em três continentes diferentes existindo, por isso, transações e saldos em libra inglesa, rand sul-africano, dólar canadiano, dólar americano, franco suíço e zloty polaco. As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio ao valor do capital investido em subsidiárias de fora da Zona Euro. As subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas ao risco associado às transações comerciais efetuadas em divisa diferente da sua divisa local.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respetivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* cambial natural, reduzindo o risco de transação do Grupo. Alinhado com este princípio, geralmente as subsidiárias da Sonae Indústria apenas contratam dívida financeira denominada na respetiva divisa local. Adicionalmente, sempre que existem fluxos de negócio relevantes denominados em uma divisa diferente da divisa local da subsidiária, uma estratégia natural de cobertura pode ser implementada, se viável de uma perspetiva de negócio, procurando compensar as compras (pagamentos) ou vendas (recebimentos) nessa mesma divisa, com as vendas (recebimentos) e compras (pagamentos) na mesma divisa para montantes similares. Em situações onde existe risco da taxa de câmbio relevante, em resultado da atividade operacional envolver divisas diferentes das divisas

de cada subsidiária, o que não pode naturalmente ser coberto, o risco cambial deve, regra geral, ser mitigado pela subsidiária exposta ao risco da taxa de câmbio, pela contratação de derivativos cambiais.

O risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos ativos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas devido ao facto de a conversão ser efetuada em períodos diferentes a taxas de câmbio diferentes.

O **risco de liquidez** emerge quando uma empresa não tem as disponibilidades ou o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis. A gestão do risco de liquidez na Sonae Indústria concentra-se principalmente: no planeamento financeiro consistente, na diversificação de fontes de financiamento, na diversificação de maturidades da dívida emitida e em acordos para garantir comprometidas linhas de crédito com bancos de relacionamento. Ainda, com vista à mitigação do risco de liquidez, é objetivo da Sonae Indústria a exclusão, sempre que possível, dos seus acordos de empréstimo de rácios financeiros baseados em indicadores de rentabilidade como a Dívida Líquida para o EBITDA. Este objetivo tem em conta a ciclicidade do setor dos painéis derivados de madeira, o que se traduz em níveis de rentabilidade altamente variáveis com impactos nos referidos rácios financeiros, em diferentes fases do ciclo económico.

- **Riscos Legais e Regulatórios**

Relativamente aos **riscos jurídicos**, o principal risco da atividade do Grupo prende-se com alterações legislativas que possam ocorrer ao nível do exercício da atividade (legislação ambiental e do trabalho, entre outras) que podem onerar o exercício da atividade afetando a sua rentabilidade.

As atividades da Sonae Indústria e suas subsidiárias e empresas associadas estão, enquanto atividades industriais, sujeitas a uma moldura regulatória em vários domínios, que inclui regulamentação nacional, diretivas emitidas pela União Europeia e acordos internacionais, a cujo cumprimento a Sonae Indústria se encontra obrigada e que poderão influenciar as suas decisões de gestão e estratégia. Com efeito, a Sonae Indústria, através das suas subsidiárias e empresas associadas, não só está sujeita a enquadramentos legais distintos, como está sujeita a legislação em diferentes domínios como o da atividade industrial e florestal, ambiental, trabalho, segurança e saúde, construção e habitação, urbanismo, entre outros. O não cumprimento de tais regulamentações poderá resultar em restrições operacionais, necessidades de investimento ou até na revogação de licenças, autorizações ou concessões e/ou em sanções. Eventuais alterações regulatórias, legislativas, da respetiva interpretação por qualquer entidade competente, de posicionamento das autoridades ou dificuldades no cumprimento de novas leis e regulação poderão vir a impor custos de adaptação acrescidos, nomeadamente fabris e operacionais, ou limitar as respetivas receitas de exploração, o que poderá ter um impacto adverso na atividade e resultados das operações da Sonae Indústria e das suas participadas. São dignas de referência as revisões regulamentares em curso referentes à reclassificação da perigosidade da substância formaldeído, no âmbito da Regulamentação REACH¹, assim como a definição das melhores técnicas disponíveis, no âmbito da implementação da Diretiva Europeia relativa às Emissões Industriais². No caso da revisão da classificação do formaldeído – substância utilizada no fabrico das resinas de base ureia-formaldeído, que integram a maioria dos produtos que compõem o portfólio da Sonae Indústria – existe já uma reclassificação desta substância como cancerígena, da categoria 1B (substância potencialmente cancerígena para o ser humano, sobretudo com base em provas obtidas com animais). A reclassificação da substância entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016. Esta reclassificação poderá ter consequências tanto na definição dos atuais sistemas de tratamento das emissões para a atmosfera das operações industriais da Sonae Indústria, como ao nível das restrições em termos de concentrações desta substância em ambientes de trabalho. Estes tipos de alterações podem conduzir a necessidades adicionais de investimentos por parte da Sonae Indústria nas suas unidades industriais. Embora a proibição de utilização industrial da substância formaldeído seja um cenário teórico possível, não se considera

¹ *Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals*; Regulamento (CE) n.º 1907/2006, de 18 de dezembro ou Decreto-lei n.º 293/2009, de 13 de outubro.

² Diretiva n.º 2010/75/EU.

provável, sendo de esperar que as alterações regulamentares se foquem na imposição de restrições tais como as que foram descritas anteriormente. No caso da definição das melhores técnicas disponíveis para o sector de produção de painéis derivados de madeira, a Sonae Indústria admite a possibilidade de tais alterações poderem conduzir a necessidades adicionais de investimento, num período de dois a três anos, com o objetivo de incorporar algumas das técnicas preconizadas para o sector que não são ainda prática corrente.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

A Gestão dos riscos é um pilar importante da cultura da Sonae Indústria e é apoiada, principalmente, pelas funções de Auditoria Interna e de Gestão de Risco.

A **Auditoria Interna** é desenvolvida como uma atividade independente e objetiva, que visa auxiliar a Sonae Indústria a atingir os seus objetivos, participando no processo de criação de valor. Utiliza uma abordagem sistemática e estruturada para avaliar e melhorar a eficácia da gestão de risco, dos processos de controlo interno e do governo da sociedade.

A Auditoria Interna atua em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (*International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*), estabelecidas pelo Instituto de Auditores Internos (*Institute of Internal Auditors*), incluindo o respetivo Código de Ética.

A Auditoria Interna reporta à Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e ao Conselho Fiscal.

O planeamento da atividade da Auditoria Interna é essencialmente desenvolvido com base numa avaliação prévia dos riscos sistemáticos dos negócios da Sonae Indústria. Um plano anual da atividade de Auditoria Interna é apresentado e discutido com a Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e o Conselho Fiscal.

Relatórios descritivos da atividade de Auditoria Interna são preparados e enviados à Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e ao Conselho Fiscal da Sonae Indústria, os quais incluem o resumo das principais deficiências de controlo interno e de incumprimentos dos procedimentos e políticas definidas pela sociedade.

O sistema de reporte implementado garante um *feedback* regular, uma revisão adequada das atividades desenvolvidas e a possibilidade de ajustar o plano de atividades às necessidades emergentes.

A Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e o Conselho Fiscal são responsáveis por supervisionar a eficácia da função de Auditoria Interna. Nesse sentido, a Auditoria Interna desenvolveu um programa de garantia e promoção da qualidade, que contempla análises contínuas, bem como avaliações regulares e periódicas da qualidade conduzidas a nível interno e externo.

A **Gestão de Risco** é uma das componentes da cultura da Sonae Indústria, está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores, aos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco compreende os processos de identificação dos riscos potenciais, analisando o seu possível impacto nos objetivos estratégicos da organização e prevendo a probabilidade da sua ocorrência, de modo a determinar a melhor forma de gerir a exposição a esses riscos.

A gestão do risco encontra-se compreendida na função de **Auditoria Interna e de Gestão de Riscos**.

Este departamento está focado na promoção de uma cultura de consciência de risco ao longo da organização e em coordenação com as atividades de gestão de risco e os respetivos relatórios de resultados. É ainda responsável pela implementação da metodologia *Enterprise Wide Risk Management* (EWRM), identificando, avaliando e priorizando os riscos e o seu potencial impacto nas atividades da organização.

O Modelo de Risco da empresa agrega os riscos do negócio em três categorias (Riscos de Envolvente de Negócio, Riscos do Processo de Negócio e Riscos da Informação para a Tomada de Decisão), e contém a quantificação da Relevância (impacto no EBITDA e na eficiência operacional), assim como da Probabilidade (a frequência da ocorrência do acontecimento ou do cenário) de riscos críticos para a Sonae Indústria.

A gestão dos riscos financeiros, enquadrada nos riscos do processo do negócio, é efetuada e monitorizada no âmbito da atividade da função financeira.

A gestão do risco também coopera com a gestão de seguros, a qual tem como objetivo assegurar uma gestão mais eficiente e efetiva das várias políticas de seguros do Grupo, de forma a mitigar os riscos de seguros.

Realiza-se uma abordagem geral que procura assegurar uma cobertura adequada e equilibrada do risco operacional, através da transferência deste para os nossos parceiros de seguros. A Sonae Indústria desenvolveu vários programas de seguro para colocação do risco no mercado, visando a cobertura de:

- Danos patrimoniais (incluindo avaria de máquinas) e Perdas de Exploração;
- Danos nos transportes;
- Danos causados a terceiros (Responsabilidade de produto, civil e ambiental);
- Risco de Crédito;
- Acidentes de trabalho.

A Sonae Indústria adota apólices de seguro globais como suporte aos processos de gestão de risco, que melhor abordem riscos e tópicos específicos e está empenhada em melhorar, quer a proteção dos seus ativos, quer os níveis de prevenção, para reforçar a parceria com o mercado segurador.

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, quer de incêndio, quer de explosão. Consequentemente, a gestão de risco operacional é atribuído a um departamento específico, o qual desenvolve a sua atividade na implementação de normas e na escolha de sistemas passíveis de redução dos riscos das unidades industriais.

Os serviços de Auditoria Interna e a Gestão de Risco, incluindo a Gestão de Risco Operacional, para todas as entidades da Sonae Indústria, exceto para a Tafisa Canada que internalizou estas funções, são provisionados por equipas da Sonae Arauco.

A Sonae Indústria manteve o foco na **Melhoria Contínua**, um programa apoiado por uma equipa da Sonae Arauco especializada em Melhoria Contínua, que promove a implementação das melhores práticas de melhoria contínua que potenciam a eficiência e a produtividade em todo o grupo, mudando gradualmente a cultura de todos os colaboradores da empresa. O seu objetivo é promover, através dos seus colaboradores, que todas as funções sejam desempenhadas de forma mais rápida e eficiente, não só nas áreas industriais, mas também nas áreas de suporte e comerciais.

A Gestão de Risco Operacional:

À semelhança de outros processos da Sonae Indústria, os nossos procedimentos industriais são constantemente desafiados de modo a alcançar práticas mais eficientes, sustentáveis e seguras. A necessidade de avaliar e mitigar o risco operacional das operações é uma preocupação e focamos a nossa atividade em aumentar o nível de consciencialização de novos riscos e promover mudanças para melhor endereçar os riscos atuais.

As atividades de Gestão de Risco Operacional em 2017 foram, mais uma vez, orientadas para consolidar o planeamento e diretrizes definidos, com um claro enfoque em atingir um ambiente de risco controlado.

Dados todos os riscos identificados associados a uma atividade industrial como a nossa, a proteção dos ativos principais, bem como as atividades de prevenção de perdas, são uma preocupação constante e foram definidas como prioridades em 2017.

Os serviços de Gestão de Risco Operacional, para todas as participadas da Sonae Indústria, são prestados por equipas da Sonae Arauco, com a única exceção da Tafisa Canada, que internalizou esta função com recurso a equipas independentes e dedicadas.

Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS)

As Normas Corporativas de Risco Operacional são reconhecidas como uma ferramenta importante para uma orientação clara e para a homogeneização do programa de Gestão de Riscos. Estes programas foram

desenvolvidas com referência às normas internacionais, como NFPA³ e/ ou fichas da FM⁴, tendo sido consideradas as melhores práticas de engenharia de proteção para a indústria de madeira. Estas foram validadas em conjunto com técnicos externos de vários níveis e especialistas da gestão de risco e do mercado de seguros.

As Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS) estão divididas em três áreas:

1. Programas de Gestão e Procedimentos:

- Melhores práticas da indústria no que se refere a medidas de Prevenção de Perdas que envolvem o elemento humano;
- Preparação para emergências;
- Programas de Gestão (manutenção, equipamento para inspeções, formação, subcontratados, limpeza).

2. Sistemas de Proteção contra Incêndios:

- Referência a normas reconhecidas internacionalmente, nomeadamente NFPA;
- Requisitos gerais na deteção e proteção contra incêndio em instalações industriais, especificações do abastecimento de água para incêndios e características dos materiais de construção;
- Integração de um componente para práticas de vigilância (*hardware*).

3. Riscos Especiais:

- Conhecimento desenvolvido mundialmente na deteção de incêndios e proteção inerente à indústria de painéis de madeira: manuseamento e transporte de partículas molhadas e secas, secadores, prensas quentes, etc.;
- Questões específicas como as referentes às instalações de óleo térmico e hidráulico, armários e quadros elétricos ou transformadores.

Com o objetivo de complementar as normas acima foram sendo desenvolvidas, em cooperação com o departamento de Gtech (*"Group Technology"*), normas específicas que definem o conceito de proteção ideal por tipo de equipamento industrial. Este reforço do pilar de Gestão de Riscos reflete as melhores práticas e as recomendações dos fornecedores de equipamentos. Estas normas agilizam o processo de aprovação de investimentos, uma vez que as unidades industriais já têm a especificação necessária à instalação, e promovem a normalização dos sistemas.

No âmbito do pilar de Melhoria Contínua, as seguintes duas áreas de extrema importância foram o foco em 2017: primeiro as melhorias feitas em diversas fábricas para desenvolver a proteção contra risco de explosões (projeto que contempla investimentos plurianuais); segundo o envolvimento com uma empresa especializada na área de tratamento e recuperação de óleo térmico. Os sistemas de óleo térmico são ativos críticos para o nosso negócio e uma identificação de risco adequada requer um grau de conhecimento industrial e especializado para tornar mais seguras a instalação e a operação do sistema.

INSPEÇÕES

Inspeções Externas

Tal como nos anos anteriores, as unidades industriais foram avaliadas por engenheiros de risco especializados das companhias de seguro líderes responsáveis pelas políticas em cada país. Dependendo do país, e da companhia de seguro, a frequência da avaliação de risco varia de carácter anual ou bianual.

Os resultados das avaliações traduzem-se em recomendações que são incorporadas no Plano de Risco de cada unidade industrial.

³ National Fire Protection Association.

⁴ Factory Mutual.

Inspeções Internas

Durante 2017, não houve uma Inspeção de Risco Interna formal, principalmente como resultado de mudanças organizacionais realizadas, mas também devido ao facto de estar em curso o desenvolvimento de um *software* para a Inspeção Interna de Riscos.

No entanto, foram realizadas visitas internas com foco na avaliação e auditoria da conformidade das Normas Corporativas de Risco Operacional em algumas fábricas em específico.

Plano de Risco

Para além das recomendações emitidas pelos engenheiros de risco externos, cada fábrica também identifica medidas a serem implementadas para alcançar o cumprimento das Normas Corporativas de Risco Operacional, das diretrizes corporativas ou das recomendações resultantes das inspeções internas. Os principais objetivos são:

- Melhorar o nível de risco das instalações da Sonae Indústria, aumentando a segurança das pessoas e dos ativos, e minimizando períodos de interrupção de negócio;
- Obter um retorno financeiro, refletido no prémio do seguro (a demonstração real da preocupação com a prevenção de danos);
- Constituir a base para a preparação do orçamento anual para o investimento em medidas de Prevenção de Danos e estabelecer prioridades, com base no impacto na Prevenção de Danos.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245º - A, nº1 al. m))

Para a Sonae Indústria, o ambiente de **controlo interno** implementado e que abrange também o processo de elaboração e de divulgação de informação financeira, é um conjunto transversal de procedimentos implementados pelos órgãos executivos do Grupo, que suportados em princípios de coerência, consistência, transparência, responsabilização, honestidade, integridade, fiabilidade e relevância, visa verificar a fiabilidade, a exatidão e a fidedignidade da informação financeira, o cumprimento das normas e regulamentos contabilísticos, sem deixar de promover a eficácia operacional. O sistema de controlo interno procura garantir as boas práticas de gestão e procedimentos, o cumprimento das políticas estabelecidas pela gestão e assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

Neste sistema global de controlo interno, o primeiro ponto de controlo do Grupo tem a ver com a organização, com os procedimentos e com as tarefas relacionadas com os processos de decisão e execução e que acabam por se traduzir, numa lógica sistemática, controlada e validada à autorização das operações pela gestão.

Cabe depois tentar assegurar que essas operações de gestão se traduzem em procedimentos e movimentos relacionados com registos contabilísticos e financeiros que, em resultado, são elaborados no sentido de proporcionar um nível de certeza razoável de que as operações são executadas de acordo com uma autorização geral ou específica da gestão, que as operações são registadas de forma a permitir a adequada preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e de forma a manterem o registo contabilístico adequado da situação financeira da sociedade. A evidência contabilística da situação financeira da sociedade é comparada, em intervalos de tempos frequentes, com os ativos e passivos existentes e medidas apropriadas são tomadas sempre que quaisquer diferenças materialmente relevantes sejam verificadas.

A fiabilidade, independência, integridade e a oportunidade da informação financeira são garantidas quer através da clara separação entre quem executa as operações, prepara a informação e os seus utilizadores internos (e naturalmente externos), quer pela realização de diversas atividades de controlo ao longo do processo de preparação, validação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado. Os riscos, tarefas e controlos associados estão identificados, individualizados e segregados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- A utilização de princípios contabilísticos consistentes e conformes com as normas em vigor, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras e que constam de documento formal da sociedade - “Políticas Contabilísticas do Grupo”- permanentemente atualizado e validado pela Comissão de Auditoria e Finanças e aprovado pelo Conselho de Administração;
- Os planos, procedimentos e registos das sociedades do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização adequada da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as sociedades mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira, contabilística e de gestão, é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de elaboração e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas no documento de políticas contabilísticas do Grupo e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das sociedades individuais, com a exceção da Tafisa Canada que realiza o seu próprio registo contabilístico, os registos contabilísticos são assegurados pelo Centro de Serviços Partilhados da Sonae Arauco que garante o controlo e consistência do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. A preparação das demonstrações financeiras é assegurada pelas diferentes funções dos serviços administrativos. O cumprimento das normas e do cronograma acima apresentado garante a transversalidade consistente dos critérios e a deteção atempada de eventuais desvios ou imprecisões em registos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das sociedades e revistas pelas funções de Controlo de Gestão, da Consolidação e ainda pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Conselho Fiscal da Sonae Indústria;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade mensal. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as sociedades do Grupo;
- No processo de avaliação de risco da sociedade, o *Management Committee* identifica permanentemente os riscos relevantes à preparação de demonstrações financeiras de forma a assegurar que estas apresentam, em tudo o que for entendido como relevante, uma imagem verdadeira e apropriada da situação em cada momento da sociedade. A análise pormenorizada mensal das demonstrações financeiras visa assegurar que, no que é materialmente relevante, estas refletem os riscos, eventos e circunstâncias externos e internos que impactam no período de reporte.
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relações com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é também preparado pelo mesmo departamento mas em estreita colaboração com o departamento legal;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da *Management Committee*. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Indústria, já depois de terem sido preliminarmente verificados com o Revisor Oficial de Contas. Depois da aprovação, os documentos são formalmente enviados ao

Revisor Oficial de Contas, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa e que são objeto de análise aprofundada e deliberação do Conselho Fiscal;

- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira. Pontualmente, e sempre que ocorrem situações cujo impacto material na apresentação das contas seja relevante, o Revisor Oficial de Contas reúne com o Conselho Fiscal para apreciação, discussão e validação das implicações dessas situações na apresentação de contas;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre os fatores de risco que podem afetar materialmente a elaboração e a divulgação do reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estes estão associados sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado e suportados em boas práticas de preços de transferência.
- Cumprimento e atualização de normas e políticas contabilísticas – As políticas contabilísticas emanadas pelos diferentes reguladores estão permanentemente em atualização. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as últimas versões existentes e sempre que tal impacte nos relatórios de informações financeiras a divulgar, de forma a prevenir que as demonstrações financeiras sejam de alguma forma incompletas, imprecisas ou inoportunas, como referido nas notas às demonstrações financeiras da sociedade.
- Sistemas de informação novos ou revistos ou a sua descontinuidade – A adoção de novos sistemas de informação ou as constantes atualizações dos sistemas de informação existentes poderão impactar na apresentação atempada da informação financeira e na sua fiabilidade e consistência. A atualização permanente dos sistemas de informação de suporte à tomada de decisão é acompanhada por equipas multidisciplinares internas e externas que propiciam um ambiente adequado de controlo. Por outro lado, o risco de a sociedade não estar dotada de uma infraestrutura de tecnologias de informação eficaz e redundante no âmbito dos processos utilizados para definir, desenvolver, manter e operar um ambiente de tratamento de informação adequado e atempado, pode conduzir a situações de perda de informação e/ou de disponibilidade de sistemas e de informação para ser reportada de forma completa em tempo útil. Para minimizar este eventual risco, a sociedade tem vindo a desenvolver e a implementar soluções técnicas de tecnologias de informação que lhe permitem encarar este risco de forma controlada.
- Fraude e Erros Humanos – A situação de fraude em que um indivíduo, ou um grupo de pessoas em conluio, nomeadamente aquelas com cargos de maior responsabilidade na gestão, se envolve na prática de atos fraudulentos relacionados com a preparação da informação financeira podem ser difíceis de detetar, principalmente quanto maior for o nível hierárquico dos intervenientes. A existência de diferentes destinatários internos da informação, nomeadamente ao nível da gestão de topo, do Controlo de Gestão, do departamento de Relações com Investidores e das equipas locais possibilita controlos redundantes e sucessivos que permitem a identificação de eventuais situações de fraude e de erros humanos.

- Relação custo/benefício da existência de um processo de controlo interno - A implementação de um sistema de controlo interno sobre a elaboração e divulgação de informação financeira pode representar um custo que é necessário avaliar face ao benefício. É necessário existir uma relação direta entre os benefícios (segurança) que a sociedade pretende atingir com a implementação de um sistema de controlo interno e a segurança razoável que este poderá proporcionar. A otimização dos processos de negócio, nos quais se insere o processo de elaboração e divulgação de informação de negócio, tem vindo a ser objeto de análise e atualização permanentes, em termos de otimização de processos e ambiente de controlo interno.
- Transações pouco comuns à sociedade – Por vezes ocorrem transações pouco comuns à sociedade, que por serem excecionais, podem não ser detetadas e sinalizadas atempadamente pelo sistema de controlo interno uma vez que este pode não estar desenhado para lidar com as mesmas. Sempre que essa situação excecional ocorrer, ela é imediatamente identificada a nível local ou consolidado, analisada por diversos departamentos internos e, se for caso disso, com confirmação externa normalmente junto do Auditor externo e/ou peritos.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao Investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

A Sonae Indústria tem um Departamento de Relações com os Investidores, responsável por gerir a relação entre a Sociedade e os acionistas, investidores, analistas e autoridades de mercado, incluindo a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Trimestralmente, este departamento é responsável por coordenar a preparação da apresentação de resultados a ser divulgada ao mercado, assim como esclarecer, sempre que necessário, quaisquer factos relevantes ou eventos, que possam influenciar o preço da ação. Este departamento está permanentemente disponível para responder a qualquer questão formulada pelo mercado. A sociedade está disponível para reunir com investidores, quer em *roadshows*, em reuniões individuais, que lhe sejam solicitadas, quer em conferências em que participe.

O Departamento de Relações com Investidores é composto por 1 colaborador, sendo o seu diretor João Mangerição. Este Departamento pode ser contactado por e-mail, investor.relations@sonaeindustria.com ou por telefone: +351 220 106 359.

57. Representante para as relações com o mercado

O representante legal da Sonae Indústria para as Relações com o Mercado de Capitais é o seu administrador delegado Christopher Lawrie, que pode ser contactado via Departamento de Relações com Investidores, ou, se pretendido, através do e-mail: chris.lawrie@sonaeindustria.com.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

A sociedade mantém um registo dos pedidos apresentados ao Departamento de Apoio ao Investidor e do tratamento que lhe foi dado. Durante o ano de 2017, o Departamento de Relações com Investidores recebeu contactos e pedidos de esclarecimento por parte de 27 investidores, dos quais 6 não residentes. Em termos globais, o prazo médio de resposta aos pedidos de informação dos investidores foi inferior a 48 horas. Não existiam quaisquer pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço

O sítio da sociedade na Internet é www.sonaeindustria.com.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais

A firma, qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,155> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,155> (versão em inglês)

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Os estatutos da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,31> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,31> (versão em inglês)

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração, *Management Committee* e Conselho Fiscal podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,29> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,29> (versão em inglês)

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,29> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,29> (versão em inglês)

A informação relativa ao representante para as relações com o mercado pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,30> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,30> (versão em inglês)

A informação relativa ao Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,55> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,55> (versão em inglês)

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

Os documentos de prestação de contas da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,42> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,42> (versão em inglês)

http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit_contas.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A

(versão em português)

http://web3.cmvm.pt/english/sdi/emitentes/emit_contas.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A

(versão em inglês)

O calendário semestral de eventos societários encontra-se disponível nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,53> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,53> (versão em inglês)

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias das assembleias gerais e toda a informação preparatória e subsequente à mesma são disponibilizadas nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,99> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,99> (versão em inglês)

http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit_convocatorias.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A
(versão em português)

http://web3.cmvm.pt/english/sdi/emitentes/emit_convocatorias.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A
(versão em inglês)

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico das deliberações tomadas em assembleia geral, o capital representado e os resultados das votações, podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,99> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,99> (versão em inglês)

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da sociedade

Conforme estabelecido nos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral de Acionistas é responsável por fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais ou de eleger uma comissão para esse efeito. No que respeita aos membros do Conselho de Administração, a Comissão de Vencimentos dialoga com a Comissão de Nomeações e Remunerações do Conselho de Administração, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos da sociedade é eleita em Assembleia Geral para mandatos de três anos, tendo sido eleita na Assembleia Geral de 31 de março de 2015 para o mandato 2015-2017. Atualmente a Comissão de Vencimentos é composta pela Efanor Investimentos - SGPS, SA, representada por Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, pela Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA, representada por José Fernando Oliveira de Almeida Côte-Real e pelo Professor José Manuel Neves Adelino.

O Professor José Manuel Neves Adelino é um membro independente da Comissão de Vencimentos.

A participação de Paulo de Azevedo, que é também Presidente do Conselho de Administração, na Comissão de Vencimentos, corresponde à representação do interesse acionista na Comissão de Vencimentos, nela intervindo nessa qualidade. Paulo de Azevedo não participa na discussão nem está presente no ponto da reunião em que é deliberada a sua própria remuneração, garantindo-se assim a necessária imparcialidade e transparência do processo.

Não foi contratada qualquer empresa para apoiar a Comissão de Vencimentos ou a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Para efeitos de *benchmark* no nível salarial dos membros do Conselho de Administração, aquelas comissões utilizam estudos multi-empresa elaborados por consultores internacionais presentes em Portugal e disponibilizados no mercado.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

O representante da Imparfin, José Corte Real trabalha para o Grupo Efanor na área de Recursos Humanos; os seus amplos conhecimentos e vasta experiência na área de Recursos Humanos, nomeadamente em matéria de política de remuneração contribuem muito positivamente para o trabalho da Comissão de Vencimentos.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 2017 a Comissão de Vencimentos apresentou uma declaração relativa à política de remuneração e compensações dos órgãos sociais e dos dirigentes

A política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da Sonae Indústria e dos seus dirigentes, adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, com vista à sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus, nomeadamente os elaborados pelo consultor especializado *Hay Group* e, por outro lado, as sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação comparáveis.

A remuneração fixa dos administradores é fixada em função do nível de responsabilidade do administrador, é objeto de revisão anual e posiciona-se na mediana em circunstâncias comparáveis.

Além da remuneração fixa, os administradores executivos participam de um plano de incentivos, com uma componente variável que se divide em três elementos, um de curto prazo, outro de médio prazo e outro de longo prazo. A remuneração total posiciona-se no que diz respeito à remuneração fixa, na mediana, e no nono decil no que diz respeito à componente variável, sendo que a remuneração total se posiciona no terceiro quartil em circunstâncias comparáveis.

As remunerações fixas e o plano de incentivos são deliberados pela Comissão de Vencimentos em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração.

O plano de incentivos, aplicável aos membros executivos, está sujeito a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos membros executivos em cada exercício social.

Este plano de incentivos é estabelecido com base num conjunto de indicadores de desempenho, a nível do negócio, de cariz essencialmente económico e financeiro, também designados por “*Key Performance Indicators of Business Activity*” (ou *Business KPIs*), como também a nível individual, designados por “*Personal Key Performance Indicators*” (ou *Personal KPIs*). O conteúdo dos indicadores de desempenho e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos para a organização e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Para o apuramento do plano de incentivos é efetuada uma avaliação individual de desempenho pela Comissão de Vencimentos, em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Esta avaliação tem lugar após serem conhecidos os resultados da sociedade.

Assim, e relativamente a cada exercício social, são avaliadas a atividade da empresa e o desempenho e os contributos individuais para o sucesso coletivo que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada administrador executivo.

Na aplicação da Política de Remuneração e Compensação, é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

A Política de Remuneração e Compensação da sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Não integra a Política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, sem prejuízo da Comissão de Vencimentos ter a faculdade de proceder ao pagamento de parte das quantias devidas através da atribuição de planos de poupança reforma.

Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação, os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

No desenho da política de remuneração e compensação dos membros dos órgãos sociais da sociedade é objetivo primordial a captação de talento com elevado nível de desempenho que represente contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da sociedade. Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na Euronext Lisbon, sendo os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos

sociais os seguintes, por referência ao mercado:

Conselho de Administração	Componentes		Posicionamento no mercado	Circunstâncias em que montantes são devidos
Administradores Executivos	Fixa	<i>Vencimento base</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
	Variável	<i>Elemento variável de curto prazo</i>	<i>Nono quartil</i>	<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos</i>
		<i>Elemento variável de médio prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
		<i>Elemento variável de longo prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
Administradores não executivos	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
Conselho Fiscal	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
Revisor Oficial de Contas	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>

A sociedade não assumirá quaisquer responsabilidades de natureza contratual que tenham por objeto e efeito a exigibilidade de quaisquer pagamentos relativos à destituição ou cessão de funções de administradores, sem prejuízo do regime da responsabilidade legal aplicável em matéria de destituição de administradores sem justa causa.

No que respeita ao órgão de administração da Sonae Indústria, a política aprovada estabelece o seguinte:

Administradores Executivos (AE)

A política de remuneração e compensação dos administradores executivos incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* se encontrar limitado a um valor máximo.

A remuneração dos administradores executivos inclui, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base, que é paga por referência ao período de um ano (os vencimentos são pagos em 12 meses) e um subsídio de responsabilidade anual, (ii) uma componente variável, que engloba três elementos: (ii.1) um primeiro elemento de Curto Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele que diz respeito, subordinado à concretização dos objetivos fixados no ano anterior, pago imediatamente após a sua atribuição, (ii.2) um segundo elemento de Médio Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano a que respeita, condicionado à concretização de objetivos e pago após um diferimento pelo período de 3 anos, e (ii.3) um terceiro elemento de Longo Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele a que diz respeito, condicionado à concretização de objetivos fixados em cada um dos cinco anos seguintes e pago 5 anos após a atribuição.

(i) A componente fixa da remuneração (RF) dos AE é definida em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada AE e é objeto de revisão anual. A cada AE é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os AE estão classificados nos grupos funcionais “*Group Leader*”, “*Group Senior Executive*” e “*Senior Executive*”. As classificações funcionais estão estruturadas

tendo por base o modelo internacional *Hay* de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

(ii) A componente variável da remuneração (RV), visa orientar e recompensar os AE pelo cumprimento de objetivos pré-determinados e reforçar o alinhamento dos AE com os interesses dos acionistas e aumentar a consciencialização quanto à importância do respetivo desempenho se orientar de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. Estes objetivos devem basear-se em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a responsabilidade do AE e do seu próprio desempenho individual. Esta componente variável será atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho.

(a) Prémio Variável de Curto Prazo

O valor objetivo do prémio variável de curto prazo equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total.

O valor do prémio variável dos AE sem responsabilidade geográfica específica, assenta nos resultados dos KPI's consolidados da sociedade, sendo que 60% resultam do Operational Cash Flow, 20% dos Custos Fixos e 20% de outros indicadores de performance a definir anualmente pela Comissão de Vencimentos. Estes resultados serão depois sujeitos a um fator multiplicador decorrente da avaliação de desempenho, podendo variar de 0 a 150%, consoante a classificação do desempenho individual atribuída ao AE.

No que diz respeito aos AE com responsabilidades geográficas, o cálculo é semelhante ao anteriormente descrito, mas o resultado combinado do Operational Cash-Flow e dos Custos Fixos consolidados da sociedade tem um peso de 25%, distribuídos em 20% para o Operational Cash-Flow e 5% para os Custos Fixos, o peso da geografia representa 55%, com 40% atribuídos ao Operational Cash-Flow e 15% aos Custos Fixos e os remanescentes 20% dependem de outros indicadores de performance, nomeadamente relativos à performance das equipas funcionais sobre orientação do AE, a definir anualmente pela Comissão de Vencimentos. O fator multiplicador decorrente da avaliação de desempenho individual aplica-se da mesma forma.

(b) Prémio Variável de Médio Prazo (Diferido por 3 anos)

O prémio variável de médio prazo (PVMP) dos AE equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total, destina-se a reforçar o alinhamento dos AE com os objetivos estratégicos da sociedade e com os interesses dos acionistas. O pagamento do valor atribuído será diferido por 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita, e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de Ebitda Recorrente).

(c) Prémio Variável de Longo Prazo (Diferido por 5 anos)

O prémio variável de longo prazo (PVLP) dos AE destina-se a aumentar a consciencialização da importância do desempenho de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. É de valor igual em euros ao do Prémio Variável de Curto Prazo atribuído, será diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

Considerando todos os elementos de curto, médio e longo prazo, da componente variável, o valor do objetivo pré-definido varia entre 50% e 70% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da componente variável).

No que se refere ao apuramento de resultados e no que respeita ao Prémio Variável de Curto Prazo e ao Prémio Variável de Médio Prazo, o valor total a receber tem como limite mínimo 0% e máximo 200% do objetivo previamente definido para aquelas componentes variáveis.

Os pagamentos podem ser efetuados por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstos na lei e nos estatutos, a critério da Comissão de Vencimentos, podendo nomeadamente a Comissão de Vencimentos, a seu livre critério, determinar o recebimento de qualquer uma das partes da componente variável, através da alienação de ações da Sonae Indústria, SGPS, SA a desconto. Esse desconto corresponde a uma participação na aquisição das ações a suportar pelas pessoas a quem foi atribuída a componente variável da remuneração, a qual será correspondente a uma percentagem do valor da cotação das ações, à data da transmissão dos títulos, com o limite máximo de 5% daquele valor.

O direito de recebimento das partes diferidas da componente variável da remuneração, caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a sociedade antes da data do seu vencimento.

O direito manter-se-á, contudo em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do membro, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

Administradores Não Executivos (ANE)

A remuneração dos administradores não executivos (ANE) é estabelecida em função de dados do mercado, segundo os princípios: (1) atribuição de uma remuneração fixa (cerca de 15% está dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração ou de alguma das suas Comissões); (2) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. A remuneração fixa pode ser incrementada até 5% para os ANE que presidam a uma Comissão do Conselho de Administração. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

No que respeita aos demais órgãos sociais e aos Dirigentes, a política estabelece o seguinte:

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente por uma componente fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado e que inclui um subsídio de responsabilidade anual.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob supervisão do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade consiste numa quantia fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado.

Dirigentes

São considerados dirigentes nos termos do parágrafo 25 do nº1 do artigo 3º do Regulamento (EU) nº 596/2014 de 16 de Abril, para além dos membros dos órgãos sociais acima referidos, os responsáveis de alto nível que possuem um acesso regular a informação privilegiada direta ou indiretamente relacionada com o emitente e têm o poder de tomar decisões de gestão que afetam a evolução futura e as perspetivas empresariais do emitente.

A política de remuneração aplicável às pessoas que sejam, nos termos da lei, consideradas dirigentes, será equivalente à adotada para a remuneração de outros quadros do mesmo nível de funções e responsabilidades sem a atribuição de qualquer benefício adicional face ao que decorre do respetivo grupo funcional.

São também elegíveis para efeitos de atribuição da componente variável, os administradores executivos das sociedades dominadas pela Sonae Indústria, bem como e de acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração são igualmente elegíveis para a atribuição daquele componente os colaboradores, a quem por via dessa política seja aplicável o plano de incentivos.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

No que respeita aos administradores não executivos, a atribuição de apenas uma remuneração fixa, conforme explicitada no ponto anterior, permite o alinhamento dos interesses desses administradores com os interesses de longo prazo da sociedade.

Já no que respeita aos administradores executivos a atribuição de uma remuneração composta por uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última componente aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho e o peso específico destes na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da sociedade e desincentiva a assunção de riscos. O resultado da avaliação de desempenho de cada um dos administradores executivos serve como fator multiplicador dos demais KPI's definidos (para uma melhor compreensão do funcionamento dos diversos KPI's ver o ponto anterior).

71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Conforme já referido nos dois pontos anteriores a remuneração dos administradores executivos é composta por uma componente variável, tendo a avaliação de desempenho impacto na mesma (para uma melhor compreensão do impacto da avaliação de desempenho na componente variável da remuneração ver o ponto 69).

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

O Prémio Variável de Médio Prazo é diferido pelo período de 3 anos e o Prémio Variável de Longo Prazo é diferido pelo período de 5 anos.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2017 não contempla a atribuição de remuneração variável em ações. Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da política de remuneração e compensação os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento

A sociedade não atribui opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais constam da política de remunerações constante do ponto 69.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A sociedade não tem implementado qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

2017	Total da Remuneração Anual Fixa		Total do Prémio Variável de Curto Prazo		Total do Prémio Variável de Médio Prazo		Total do Prémio Variável de Longo Prazo		Total	
	2016	2017	2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2016 (e)	2017 (f)	2016	2017
Paulo Azevedo	51,800	51,800							51,800	51,800
Javier Vega	29,940	29,140							29,940	29,140
Albrecht Ehlers (g)	41,400	40,600							41,400	40,600
Carlos Moreira da Silva	35,400	35,700							35,400	35,700
José Romão de Sousa	30,600	28,700							30,600	28,700
Christopher Lawrie	223,220	223,220	110,633 ⁽¹⁾	110,374 ⁽³⁾	108,258	108,258	110,633	110,374	552,744	552,226
Louis Brassard (h)	108,315	187,949	117,032 ⁽²⁾	95,810 ⁽⁴⁾	71,686	71,763	117,032	95,810	414,065	451,332
Total do Conselho de Administração	520,675	597,109	227,665	206,184	179,944	180,021	227,665	206,184	1,155,949	1,189,498

(a) relativo a 2016, valor aprovado e pago em 2017.

(b) relativo a 2017, valor estimado face aos KPIs alcançados mas pendente de aprovação pela Comissão de Vencimentos.

(c) valor inicial relativo a 2016, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(d) valor inicial relativo a 2017, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(e) relativo a 2016, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(f) relativo a 2017, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(g) Do montante auferido em 2016, 29.100 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Sonae Arauco Deutchshland GmbH.

Do montante auferido em 2017, 28.300 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Glunz AG.

(h) Relativo a 7 meses de 2016. Valores em euros correspondentes aos valores em dólares canadianos.

(1) Fixado a partir do montante objetivo de 108.258 euros.

(2) Fixado a partir do montante objetivo de 92.167 euros.

(3) Fixado a partir do montante objetivo de 108.258 euros.

(4) Fixado a partir do montante objetivo de 92.267 euros.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Os montantes pagos por outras sociedades do grupo encontram-se explicitados no quadro anterior.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

Os prémios pagos aos administradores executivos encontram-se explicitados no quadro constante do ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

Os membros do Conselho Fiscal no ano de 2017 auferiram, as remunerações a seguir indicadas:

Membro Conselho Fiscal	Remuneração/Euros
Manuel Heleno Sismeiro (Presidente)	9.900
António Trábulo	7.900
Óscar Quinta	7.900
TOTAL	25.700

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas auferiu em 2017, a remuneração total de 5 000 euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

A Política de Remuneração e Compensação aprovada na Assembleia Geral de Acionistas mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, associadas à cessação de mandato, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes na aceção do nº3 do artigo 248º - B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (art. 245º - A, nº1, al.1)

Não foram celebrados quaisquer acordos entre a sociedade e os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (STOCK OPTIONS)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A atual política de remunerações aprovada em Assembleia Geral não contempla qualquer remuneração variável em ações.

86. Caracterização do plano

Não existe qualquer plano de atribuição de ações em vigor.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (“Stock options”) de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa

A sociedade não possui planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245º - A, nº1, al.e)

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos de controlo num sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

Os mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas pautam-se por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de verificação e controlo.

Todos os meses, todas as transações e saldos operacionais com partes relacionadas são identificadas e verificadas por uma equipa própria do Centro de Serviços Partilhados que presta serviços à sociedade e validadas, quando se tratam de operações externas, com as equipas administrativas das sociedades relacionadas.

As transações de carácter menos regular são objeto de um escrutínio mais detalhado e ad-hoc sendo envolvidos os departamentos da sociedade ou prestadores de serviços mais adequados (sempre com o envolvimento da área Fiscal para assegurar o cumprimento das políticas de preços de transferência em vigor na sociedade) para suportar os eventuais valores das transações. No caso, por exemplo, de transferências/alienações de ativos, estes são objeto de uma avaliação externa independente que suporta a operação em causa.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

A sociedade não efetuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração, bem como com os do Conselho Fiscal.

As operações com partes relacionadas fazem parte da atividade normal da sociedade e foram realizadas em condições normais de mercado e a preços que respeitam as normas sobre preços de transferência.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Qualquer transação com acionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (acionistas de referência), que envolva valor superior a 10 milhões de euros deve ser submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal. O pedido de parecer deve ser acompanhado de todos os elementos necessários que permitam uma análise comparada com o mercado e a forma como serão geridos potenciais conflitos de interesse.

Qualquer transação que for contratada com acionistas de referência deve ser resultado de um processo comparativo de propostas, não estando sujeita a parecer prévio do Conselho Fiscal qualquer transação de valor inferior a 10 milhões de euros devendo contudo, ser prestada informação ao Conselho Fiscal, nos seguintes termos:

O presidente da *Management Committee* é responsável por informar o Conselho Fiscal:

- a) trimestralmente, de todas as transações com acionistas de referência que ultrapassem 1 milhão de euros e quaisquer outras operações que sejam consideradas particularmente "sensíveis" pela administração.
- b) Numa base anual, transações com acionistas de referência com valores acumulados anuais que excedam 5 milhões de euros.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação relativa aos negócios com partes relacionadas consta de Nota nº 36 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

F. POLÍTICA DE DIVERSIDADE APLICADA RELATIVAMENTE AOS SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A Sonae Indústria reconhece que a diversidade na composição dos seus órgãos de administração e de fiscalização, principalmente no que respeita ao Conselho de Administração, impulsiona a criatividade e apoia a tomada de decisões informadas com base em diferentes perspetivas.

A Sonae Indústria tem como objetivo conseguir reunir nos seus órgãos de administração e de fiscalização, um conjunto diversificado de competências, conhecimentos, experiências e perspetivas relevantes, aliado a um conhecimento do seu negócio e a uma elevada integridade para, desta forma, os membros daqueles órgãos sociais cumprirem efetivamente as suas responsabilidades.

Assim, os membros daqueles órgãos sociais devem possuir as habilitações académicas necessárias para o exercício das respetivas funções. Em particular, procura-se ter membros no conselho de administração, que em conjunto possuam competências em diferentes profissões e áreas indústrias, de forma a garantir a tomada de decisões informadas.

Ao tratar-se de um Grupo internacional procura-se que o conselho de administração integre pessoas de diferentes nacionalidades e consequentemente de diferentes culturas, em regra pessoas naturais de algum dos países onde a Sonae Indústria tem presença. Desta forma, consegue-se trazer para o conselho de administração a perspetiva cultural e social daqueles países.

No que respeita aos membros do conselho fiscal procura-se sempre que os mesmos tenham as qualificações exigidas pela lei, i.e. conhecimentos de auditoria e/ou contabilidade por se entender serem os mais relevantes para o exercício das respetivas funções.

Não se considera a idade um fator determinante para a escolha dos membros daqueles órgãos sociais.

A Sonae Indústria reconhece e apoia o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização nas sociedades cotadas em bolsa, publicado em 1 de Agosto de 2017. Consequentemente na próxima Assembleia Geral eleitoral que se realizará em 2018, a proposta a ser apresentada deverá no mínimo cumprir com o estabelecido naquele diploma legal, no que à proporção de pessoas de cada sexo nos órgãos de administração e fiscalização, respeita.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Sonae Indústria, SGPS, SA adotou o Código de Governo das Sociedades publicado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários em 2013, o qual se encontra publicado no endereço www.cmvm.pt.

A escolha do Código de Governo das Sociedades da CMVM justifica-se pelo facto de o mesmo assegurar um grau adequado de proteção dos acionistas e de transparência do governo societário, sendo por outro lado o Código do Governo com o qual os investidores estão mais familiarizados.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Sonae Indústria cumpriu todas as recomendações constantes do Código de Governo acima identificado, durante o exercício de 2017. Além do cumprimento das obrigações legais e das recomendações do referido Código a Sonae Indústria, consciente da importância de um bom governo corporativo, quer para os seus negócios, quer para os seus acionistas, procura constantemente adotar as melhores práticas em todas as áreas em que atua, tendo elaborado o seu próprio código de conduta, o qual pode ser consultado no sítio da sociedade www.sonaeindustria.com.

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1 As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Cumpre	12 e 13
I.2 As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumpre	14
I.3 As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Cumpre	12
I.4 Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem	Cumpre	13

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contem todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.</p>		
<p>I.5 Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.</p>	Cumpre	4
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1 Supervisão e Administração		
<p>II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	Cumpre	21, 27 e 28
<p>II.1.2. O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Cumpre	21
<p>II.1.3 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo societário, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p>		
<p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p>	Cumpre	15 e 27 a 29
<p>b) Refletir sobre sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos</p>		

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.		
II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Cumpre	50 a 52
II.1.6 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Cumpre	17 e 18
II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i> .		
A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:		
<ul style="list-style-type: none"> a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Cumpre	18

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Cumpre	29
<p>II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.10 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	Não aplicável	
II.2. Fiscalização		
<p>II.2.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras, deve ser independente, de acordo com o critério aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.</p>	Cumpre	32 e 33
<p>II.2.2 O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	Cumpre	45
<p>II.2.3 O órgão de fiscalização deve avaliar o anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	Cumpre	45
<p>II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.</p>	Cumpre	51
<p>II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.</p>	Cumpre	51
II.3 Fixação de Remunerações		

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>II.3.1 Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.</p>	Cumpre	67 e 68
<p>II.3.2 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Cumpre	67
<p>II.3.3 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:</p> <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p> <p>c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	Cumpre	69
<p>II.3.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.</p>	Não aplicável	
<p>II.3.5 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.</p>	Não aplicável	
III. REMUNERAÇÕES		
<p>III.1 A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.</p>	Cumpre	69
<p>III.2 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de</p>	Cumpre	69

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.		
III.3 A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Cumpre	69
III.4 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Cumpre	69 e 72
III.5 Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Cumpre	69
III.6 Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Cumpre	69
III.7 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8 Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente exigida não seja devida.	Cumpre	83
IV. AUDITORIA		
IV.1 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Cumpre	51
IV.2 A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Cumpre	46 e 47
IV.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou	Cumpre	44

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.		
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1 Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Cumpre	90
V.2 O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº1 do art.º. 20º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Cumpre	91
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1 As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e em inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Cumpre	59 a 65
VI.2 As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Cumpre	56 e 58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Demonstração Separada de Posição Financeira

Demonstrações Separadas de Resultados por Naturezas

Demonstrações Separadas do Rendimento Integral

Demonstrações Separadas de Alterações dos Capitais Próprios

Demonstrações Separadas dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Separadas

Sonae Indústria,SGPS,SA

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em EUR)

ATIVO	Notas	31.12.17	31.12.16
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativo Fixo Tangível	3	65	265
Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	5	448.765.104	419.431.549
Investimentos disponíveis para venda	5/4	121.425	122.990
Ativos por Impostos diferidos	6	281.811	223.353
Outros Ativos não correntes	7/4	18.286.113	9.412.467
Total de Ativos não correntes		<u>467.454.518</u>	<u>429.190.624</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	8/4	173.689	176.451
Outras dívidas de terceiros	8/4	4.876.328	12.546.236
Ativo por imposto corrente	8	613.260	826.041
Outros Ativos correntes	9/4	623.878	495.976
Caixa e equivalentes de caixa	10/4	80.338	161.532
Total de Ativos correntes		<u>6.367.493</u>	<u>14.206.235</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>473.822.011</u></u>	<u><u>443.396.859</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		253.319.797	812.107.574
Reservas Legais		0	3.131.757
Outras reservas e resultados acumulados		36.149.790	-561.919.534
Outro rendimento integral acumulado			-23.641
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	11	<u>289.469.587</u>	<u>253.296.157</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	12/4	159.536.306	179.422.837
Benefícios pós-emprego	13		91.528
Outros passivos não correntes	14	317.547	1.399.949
Total de passivos não correntes		<u>159.853.853</u>	<u>180.914.314</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	12/4	11.900.000	
Empréstimos bancários correntes	12/4	1.750.000	1.750.000
Fornecedores	15/4	157.506	167.285
Outras dívidas a terceiros	16/4	5.742.537	5.792.204
Passivos por imposto corrente	16	22.602	83.885
Outros impostos e contribuições	16	20.939	28.832
Outros passivos correntes	17/4	1.629.268	1.364.183
Provisões	18	3.275.719	
Total de passivos correntes		<u>24.498.571</u>	<u>9.186.388</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>184.352.424</u>	<u>190.100.702</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>473.822.011</u></u>	<u><u>443.396.859</u></u>

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

Sonae Indústria,SGPS,SA
DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em EUR)

	Notas	31.12.17	31.12.16
Rendimentos operacionais:			
Prestações de serviços	23	293.832	458.768
Outros rendimentos e ganhos	24	1.109.870	5.378.428
Total de rendimentos operacionais		1.403.702	5.837.196
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e Serviços externos		-849.866	-583.381
Gastos com o pessoal	21/22	-752.753	-2.791.407
Amortizações e depreciações	3	-200	-438
Provisões e perdas por imparidade	18	-3.275.719	0
Outros gastos e perdas	24	-166.926	-3.385.464
Total de gastos operacionais		-5.045.464	-6.760.690
Resultados operacionais		-3.641.762	-923.493
Resultados financeiros	25	-6.907.025	-12.553.002
Gastos financeiros		-8.617.677	-16.389.028
Rendimentos financeiros		1.710.652	3.836.027
Ganhos ou perdas relativos a investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	26	46.822.657	-113.804.445
Resultado antes de impostos		36.273.870	-127.280.940
Imposto sobre o rendimento - imposto corrente	27	-182.540	146.930
Imposto sobre o rendimento - imposto diferido	6/27	58.458	-2.429.114
Resultado depois de impostos		36.149.790	-129.563.124
Resultado Líquido do exercício	28	36.149.790	-129.563.124
RESULTADOS POR ACÇÃO			
Basico	28	0,79620	-,01141
Diluido	28	0,79620	-,01141

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em EUR)

		31.12.17	31.12.16
Resultado Líquido do exercício	11/28	36.149.790	-129.563.124
Outro Rendimento Integral do período			
Remensurações de planos de benefício definidos		23.641	-23.641
Outro rendimento integral líquido do período			-225.852
		23.641	-249.493
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO PERÍODO		36.173.431	-129.812.617

As Notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

Sonae Indústria,SGPS,SA



DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Montantes expressos em euros

	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e Resultados acumulados	Remensurações de planos de benefício definidos	Outro rendimento integral líquido do período	Subtotal	Total dos Capitais Próprios
Notas							
Saldo em 01.01.17	812.107.574	3.131.757	-561.919.534	-23.641		-23.641	253.296.157
Cobertura de prejuízos		-3.131.757	3.131.757				
Rendimento integral total							
Resultado líquido do exercício			36.149.790				36.149.790
Outro rendimento integral do exercício				23.641		23.641	23.641
Total			36.149.790	23.641		23.641	36.173.430
Redução capital	-558.787.777		558.787.777				
Saldo em 31.12.17	<u>253.319.797</u>	<u>0</u>	<u>36.149.789</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>289.469.586</u>
Saldo em 01.01.16	812.107.574	3.131.757	-432.356.410		225.852	225.852	383.108.773
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior							
Rendimento integral total							
Resultado líquido do exercício			-129.563.124				-129.563.124
Outro rendimento integral do exercício				-23.641		-23.641	-23.641
Total			-129.563.124	-23.641	0	-23.641	-129.586.764
Outros					-225.852	-225.852	-225.852
Saldo em 31.12.16	<u>812.107.574</u>	<u>3.131.757</u>	<u>-561.919.534</u>	<u>-23.641</u>	<u>0</u>	<u>-23.641</u>	<u>253.296.157</u>

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

Sonae Indústria, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Montantes expressos em EUR)

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas	2017	2016
Recebimento de Clientes		296.594	307.741
Pagamentos a fornecedores		752.280	310.659
Pagamentos ao Pessoal		1.033.369	1.336.033
Fluxo Gerado Pelas Operações		-1.489.055	-1.338.951
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		-139.952	-2.164.243
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional		14.395	971.233
Fluxo das atividades operacionais [1]		-1.334.708	1.796.525
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	5.1.1	4.000.070	36.604.032
Empréstimos concedidos	8,9	1.562.000	429.601.447
Dividendos	26	22.396.693	101.472.142
		27.958.763	567.677.621
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	5	9.543.068	191.247.624
Empréstimos concedidos	8,9	2.354.851	176.564.844
		11.897.919	367.812.468
Fluxo das atividades investimento [2]		16.060.844	199.865.153
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Juros e custos similares		1.232.419	21.966.739
Empréstimos obtidos	12.2	837.055.145	929.754.000
		838.287.564	951.720.739
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		8.336.293	16.432.367
Empréstimos obtidos	12.2	844.800.000	1.136.952.925
Outros		-41.399	1.153.385.292
		853.094.894	1.153.385.292
Fluxo das atividades de financiamento [3]		-14.807.330	-201.664.554
Variação de caixa e seus equivalentes		-81.194	-2.876
Caixa e seus equivalentes início exercício	10	161.532	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10	80.338	161.532
Variação de caixa e seus equivalentes		-81.194	-2.876

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A. (“Empresa”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2017 adotadas pela União Europeia.

2.1.1 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, entraram em vigor as seguintes normas e interpretações que foram adotadas pela União Europeia:

IAS 7 (alteração), Demonstração dos Fluxos de Caixa (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram e as que não deram origem a movimentos de caixa, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa;

IAS 12 (alteração), Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de ativos por impostos diferidos sobre perdas potenciais (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar

ativos por impostos diferidos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, de estimar os lucros tributáveis futuros quando existirem diferenças temporárias dedutíveis e de avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos quando existirem restrições na lei fiscal.

A aplicação destas normas não produziu efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras separadas.

2.1.2. A 31 de dezembro de 2017 estavam emitidas e adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações que não foram aplicadas, dado apenas serem de aplicação obrigatória em exercícios posteriores:

IFRS 4 (alteração), Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer em Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes de a nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora.

IFRS 9 (nova), Instrumentos Financeiros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma substitui as diretrizes incluídas na IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura;

IFRS 15 (nova), Rédito de Contratos com Clientes, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade registe o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos cinco passos”;

IFRS 15 (alteração), Rédito de contratos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de adoção pela União Europeia. Estas alterações referem-se às

indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição;

IFRS 16 (nova), Locações (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

A Sociedade estima que a futura adoção destas normas não provocará alterações significativas nas suas demonstrações financeiras separadas.

2.1.3. À data de 31 de dezembro de 2017, estavam emitidas as seguintes normas, de aplicação em exercícios posteriores, que ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

IAS 40 (alteração) Transferência de propriedades de investimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência;

IFRS 2 (alteração), Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal;

IFRS 9 (alteração), Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados;

IAS 28 (alteração), Investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração esclarece que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estejam a ser mensurados através do método da equivalência patrimonial, são contabilizadas segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas antes de ser efetuado qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo;

IFRS 17 (nova), Contratos de Seguros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma irá revogar a norma IFRS 4 – Contratos de seguros e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva;

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28;

Melhorias às normas 2015 – 2017, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11;

IFRIC 22 (nova), Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

IFRIC 23 (nova), Incerteza no Tratamento de Imposto sobre o Rendimento (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento que se refere aos requisitos de mensuração e registo a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o Rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no valor esperado ou no valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

A Sociedade estima que a futura adoção destas normas não provocará alterações significativas nas suas demonstrações financeiras separadas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor.

2.2. Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

As partes de capital em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos são registadas ao custo de aquisição. É feita uma avaliação dos investimentos em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o Ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Sonae Indústria, tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Os empreendimentos conjuntos são entidades das quais a Sonae Indústria detém o controlo conjunto com outro parceiro, sob uma determinada atividade económica (representada por um acordo contratual).

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento na subsidiária /empreendimento conjunto, a Sonae Indústria reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária/empreendimento conjunto

As entidades que qualificam como subsidiárias e empreendimento conjunto encontram-se listadas na Nota 5.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os Ativos adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	5<x<20
Equipamento administrativo	4

Os gastos com reparação e manutenção de Ativos são considerados como custo no exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos Ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais.

2.4. Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os Ativos Intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o Ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de “Software” são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como Ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando o ativo se encontra disponível para uso e são calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimada o qual varia entre 3 a 6 anos.

2.5. Loações

Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Imparidade dos Ativos não financeiros

É efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final do exercício sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o Ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o Ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do Ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o Ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica de Provisão e Perdas por Imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.7. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de Ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do Ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do Ativo e é interrompida quando o Ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

2.9. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos detidos pela sociedade classificam-se como segue:

- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a sociedade adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira da sociedade como investimentos correntes.

A sociedade classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimento detidos até à maturidade.

Os Investimentos disponíveis para venda são classificados como Ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de relato.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago (investimentos disponíveis para venda).

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os ativos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do relato, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na rubrica Resultados Financeiros da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a sociedade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

As dívidas de terceiros são apresentadas no balanço como Ativos correntes, exceto quando a respetiva maturidade é superior a doze meses da data de relato, situações em que são apresentadas como Ativos não correntes.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo, pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica Resultados Financeiros da demonstração de resultados, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.13. A parcela do juro efetivo, relativa a comissões com a emissão de empréstimos, é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo, caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

f) Instrumentos derivados

A sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela sociedade, definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro (“swaps”) de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de Resultados Financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios, na rubrica Reservas de cobertura, incluída na rubrica Reservas e resultados transitados da demonstração da posição financeira, sendo transferidas para a rubrica Resultados Financeiros da demonstração de resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data do relato, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contábilístico do Ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem; as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos financeiros derivados em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados ao justo valor posteriormente reavaliados, sendo as variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados, nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contábilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados são apresentados nas rubricas Outros Ativos não correntes, Outros Ativos correntes, Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes da demonstração da posição financeira.

Para os períodos apresentados, a empresa não tem instrumentos financeiros derivados negociados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em Outras reservas incluída em Outras reservas e resultados acumulados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na demonstração de posição financeira.

2.10. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio e longo prazo

A Sociedade atribuí, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, um prémio pecuniário definido em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, que será pago após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuído, se manter em funções no final deste período.

A responsabilidade é registada nas rubricas Outros Passivos não correntes e correntes, da Demonstração de Posição Financeira, e Gastos com o Pessoal, da Demonstração de Resultados por natureza, linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento.

2.11. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos

afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da sociedade de acordo com as regras fiscais, e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

A partir de 2006 a empresa optou pela Aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, sendo o Grupo de Tributação a 2016 constituído pelas seguintes sociedades participadas Sonae Indústria de Revestimentos, S.A., Maiequipa – Gestão Florestal, S.A., Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A e Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. sendo registado em cada uma das subsidiárias o respetivo impacto e o ganho resultante do RETGS na sociedade mãe. Em 2016, o Grupo de tributação reduziu em 7 sociedades: Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A., Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A., Sonae Industria PCDM S.A, Siaf Energia, S.A, Imoplamac - Gestão de Imóveis, S.A, Agloma Investimentos, SGPS, S.A., e Somit Imobiliária, S.A, uma vez que todas estas sociedades foram alienadas. Entrou 1 sociedade nova, a Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. constituída no final de 2015.

Em 2017, entraram para o Grupo de Tributação Especial de Sociedades, as sociedades Sonae Indústria – Management Services, S.A. e a Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A., constituídas em 2016.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as

diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. No que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

2.13. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados à data do relato.

A partir de 2011, os serviços de gestão passaram a ser desempenhados por outra empresa do grupo pelo que não era reconhecido qualquer valor na rubrica do rédito.

A partir de 2016, com a reestruturação tais serviços passaram a ser de novo prestados pela empresa.

A partir de 2017 e resultante novamente de uma reestruturação, a sociedade passou apenas a prestar serviços de gestão.

Os dividendos obtidos de investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os juros obtidos de concessão de empréstimos são registados no período a que dizem respeito, tendo em conta o período decorrido até ao final de cada exercício.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.14. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de outros rendimentos operacionais e outros gastos operacionais.

2.15. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do relato dessas mesmas transações, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

	2017
GBP	0,8872

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato são refletidos nas demonstrações financeiras (eventos ajustáveis). Os eventos após a data do relato que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do relato são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais (eventos não ajustáveis).

2.17. Gestão de risco

a) Risco de crédito

i) Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Sonae Indústria, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a Sonae Indústria:

- Criou uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;
- Implementou processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando diariamente a exposição efetiva;
- Criou mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).
- Utiliza agências de *rating* de crédito;
- Recorre aos meios das companhias de seguros e legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

Para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas, a Sonae Arauco promove, numa base anual, um “fórum de Gestão de Risco de Crédito de Clientes”. Durante 2017 a Sonae Arauco também implementou um projeto de grupo para rever e otimizar as práticas atuais do grupo.

ii) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, a Sonae Indústria detém outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e

saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com instituições financeiras envolvem preferencialmente contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada

com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

b) Risco de mercado

i) Risco de Taxa de Juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro, uma vez que a maior parte da sua dívida é denominada nesta divisa.

Regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceções a esta política, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os seguintes princípios são observados:

- Os derivados não são utilizados com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos;
- A sociedade apenas contrata derivados com Instituições Financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*;
- Os derivados contratados replicam exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente são sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado;
- Cotações de duas Instituições Financeiras são obtidas antes da contratação de derivados de taxa de juro (Nota 20.2.1).

ii) Outros riscos de preço

A 31 de dezembro de 2017 a sociedade não detinha ativos significativos classificados como disponíveis para venda, pelo que este risco não é significativo.

c) Risco de liquidez

Na Sonae Indústria, a gestão de risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis. O risco de liquidez é analisado na nota 20.1.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

2.18. Julgamento e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis e investimentos em empresas do grupo e associadas;
- b) Análise de imparidade das contas a receber;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, ajustamento de justo valor;
- d) Cálculo de provisões e responsabilidade por benefícios pós-emprego;
- e) Cálculo do imposto sobre o rendimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas,

através da Demonstração de Resultados, de forma prospetiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.19 Justo Valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A Sonae Indústria SGPS aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Sonae Indústria SGPS utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

2.20 Eventos Relevantes

Nada de especial a assinalar.

3 Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	3 1.12.17		
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	38.099	133.355	171.454
Aquisições			0
Saldo final	<u>38.099</u>	<u>133.355</u>	<u>171.454</u>
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas			
Saldo inicial	38.029	133.160	171.189
Depreciação do Exercício	40	160	200
Saldo final	<u>38.069</u>	<u>133.320</u>	<u>171.389</u>
Valor Líquido	<u>30</u>	<u>35</u>	<u>65</u>
	3 1.12.16		
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	38.099	133.355	171.454
Transferências			0
Saldo final	<u>38.099</u>	<u>133.355</u>	<u>171.454</u>
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas			
Saldo inicial	37.985	132.766	170.751
Depreciação do Exercício	44	394	438
Saldo final	<u>38.029</u>	<u>133.160</u>	<u>171.189</u>
Valor Líquido	<u>70</u>	<u>195</u>	<u>265</u>

4. Instrumentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e passivos financeiros reconhecidos na demonstração de posição financeira, correspondem às seguintes categorias da IAS 39:

	NOTA:	Empréstimos e contas a receber	Ativos disponíveis para venda	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IAS 39	Total
31.12.17						
Ativos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda	5		121.425	121.425		121.425
Outros Ativos não correntes	7	18.286.113		18.286.113		18.286.113
Ativos correntes						
Clientes	8	173.689		173.689		173.689
Outras dívidas de terceiros	8	4.876.328		4.876.328		4.876.328
Outros Ativos correntes	9				623.878	623.878
Caixa e equivalentes de caixa	10	80.338		80.338		80.338
Total		23.416.468	121.425	23.537.893	623.878	24.161.771
31.12.16						
Ativos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda	5		122.990	122.990		122.990
Outros Ativos não correntes	7	9.412.467		9.412.467		9.412.467
Ativos correntes						
Clientes	8	176.451		176.451		176.451
Outras dívidas de terceiros	8	12.546.236		12.546.236		12.546.236
Outros Ativos correntes	9				495.976	495.976
Caixa e equivalentes de caixa	10	16.1532		16.1532		16.1532
Total		22.296.686	122.990	22.419.676	495.976	22.915.652

		Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IAS 39	Total
31.12.17					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela de curto prazo	12	159.536.306	159.536.306		159.536.306
Outros passivos não correntes	14		0	3.17.547	3.17.547
Passivos correntes					
Empréstimos bancários - parcela corrente e de empréstimos não correntes	12	11.900.000	11.900.000		11.900.000
Empréstimos bancários correntes	12	1.750.000	1.750.000		1.750.000
Fornecedores	15	157.506	157.506		157.506
Outras dívidas a terceiros	16	5.742.537	5.742.537		5.742.537
Outros passivos correntes	17			1629.268	1629.268
Total		179.086.349	179.086.349	1946.815	18.1033.164
31.12.16					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela de curto prazo	12	179.422.837	179.422.837		179.422.837
Outros passivos não correntes	13			1.399.949	1.399.949
Passivos correntes					
Empréstimos bancários correntes	12	1.750.000	1.750.000		1.750.000
Fornecedores	15	167.285	167.285		167.285
Outras dívidas a terceiros	16	5.792.204	5.792.204		5.792.204
Outros passivos correntes	17			1.364.183	1.364.183
Total		187.132.326	187.132.326	2.764.132	189.896.458

5. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos pode ser decomposta como segue:

	31.12.17		31.12.16	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Investimentos em Subsidiárias				
Saldo em 1 de Janeiro	244.831.903	-	275.462.311	-
Aquisições durante o período	4.621.105	-	3.832.080	-
Alienações durante o período	-	-	-34.462.488	-
Outros	-4.000.000	-	-	-
Saldo final do período	245.453.009	-	244.831.903	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 18)	-24.061.473	-	-21.308.888	-
	<u>221.391.535</u>	<u>-</u>	<u>223.523.015</u>	<u>-</u>
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos				
Saldo em 1 de Janeiro	1.088.400.304	-	1.087.554.828	-
Aquisições durante o período	-	-	845.476	-
Outros	-635.476	-	0	-
Saldo final do período	1.087.764.828	-	1.088.400.304	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 18)	-860.391.259	-	-892.491.770	-
	<u>227.373.569</u>	<u>-</u>	<u>195.908.534</u>	<u>-</u>
	<u>448.765.104</u>	<u>-</u>	<u>419.431.549</u>	<u>-</u>

5.1 Investimentos em subsidiárias

5.1.1 Movimento do período

Durante o ano de 2017, registaram-se os seguintes movimentos:

Subsidiárias	Valor
Aumentos	4.621.105
- Aumento de capital	700.000
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	700.000
- Cobertura de prejuízos	3.921.105
- Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	1.165.452
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	688.267
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	1.965.808
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.	101.577
Diminuições	4.000.000
- Redução de capital	4.000.000
- Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	4.000.000

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Subsidiárias	31 Dezembro de 2017		31 Dezembro de 2016	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Taiber, Tableros Alglomerados Ibéricos S.L.			65.292	
- Sonae Arauco Portugal, S.A. (EX Sonae Indústria - Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A.)			3.497.787	
- Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	4.000.000			
- Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.			18.169.378	
- Somit Imobiliária, S.A.			10	
- Imoplamac - Gestão de Imóveis, S.A.			6.000.000	
- Sif Energia, S.A.			5.000	
- Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A.			1.720.021	
- Agloma Investimentos, SGPS, S.A.			5.000.000	
- Agloma Imobiliária y Servicios, S.L.			5.000	5.000
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	1.965.808			682.627
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.	101.577			50.000
- Glunz UK				1
- Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		1.165.452		470.570
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		1.388.267		2.623.882
	<u>4.000.000</u>	<u>4.621.105</u>	<u>34.462.488</u>	<u>3.832.081</u>

5.1.2 Valorização das participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade detinha as seguintes participações em subsidiárias incluídas na rubrica de Investimentos em Subsidiárias:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	100,00%	3.438.885	609.712	2.829.172	2.829.172	22.073
Movelpartes - Componentes para Indústria do Mobiliário, S.A.	100,00%	9.297.933	6.794.065	2.503.868	92.793	-1.338.241
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	100,00%	18.552.828	10.195.530	8.357.298	7.962.193	626.372
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	100,00%	4.639.689	4.239.694	399.995	399.995	-600.005
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	100,00%	2.070.895	2.070.895	0	-271.901	-1.021.901
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	100,00%	151.577	151.577	0	-60.862	-89.582
Glunz UK	100,00%	1	0	1	22.261	44.774
Megantic BV	100,00%	207.300.000	0	207.300.000	78.485.026	16.918.698
Sonae RE, Societé Anonyme	0,04%	1.200	0	1.200	12.002.059	-48.581
		245.453.008	24.061.473	221.391.535		

a) Estima-se que o montante pelo qual o custo de aquisição das participações financeiras, na Sonae Industria Revestimentos S.A., na Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário S.A., na Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A., na Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A. e na Sonae Indústria – Management Services, S.A se encontra registado, é superior à sua quantia recuperável, tendo sido reconhecidas perdas por imparidade no exercício e em anos anteriores (Nota 18).

b) Foram realizados testes de imparidade à data de 30 de novembro de 2017, relativos às empresas Sonae Industria Revestimentos S.A. e Movelpartes - Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A. que consistiram em determinar o valor de uso através do método dos fluxos de caixa descontados. Para tal, foram efetuadas projeções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e atualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), recalculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) para cada segmento relatóvel, antes de impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes fatores de risco, bem como a taxa de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos da Alemanha adicionadas de um prémio de risco em cada país considerado. A utilização de um período de 5 anos para projeção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a atividade do grupo está sujeita. Os fluxos de caixa considerados têm por base o Plano de Negócios do Grupo, que inclui projeções atualizadas anualmente de forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que o Grupo atua.

Pressupostos:

2017

	SIR	Movelpartes
Taxa de desconto (antes imposto)	11,48%	11,45%
Vendas (CAGR)	5,12%	18,54%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,00%	1,00%
Período de projecção dos fluxos de caixa	5 anos	5 anos
Conclusões do Teste	Sem imparidade	Sem imparidade

2016

	SIR	Movelpartes
Taxa de desconto (antes imposto)	11,68%	9,31%
Vendas (CAGR)	0,40%	10,30%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,00%	1,00%
Período de projecção dos fluxos de caixa	5 anos	5 anos
Conclusões do Teste	Sem imparidade	Sem imparidade

Na sequência dos testes realizados, não foi necessário proceder a qualquer ajustamento às perdas por imparidade já existentes.

c) As ações da Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A., encontram-se penhoradas para garantia de um empréstimo (Nota 12).

5.2 Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade detinha a seguinte participação em empreendimento conjunto, incluída na rubrica de Investimentos em Subsidiárias e Empreendimento Conjuntos:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Sonae Arauco, S.A.	50,00%	1.087.764.828	860.391.259	227.373.569	249.281.675	25.629.081

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Empreendimento Conjunto	31 Dezembro de 2017		31 Dezembro de 2016	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Sonae Arauco, S.A. (Nota 26)	0	4.921.962	0	210.000

À data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor recuperável do investimento na Sonae Arauco, S.A., foi estimado com base nos seguintes pressupostos:

2017

	Segmentos geográficos e de negócio		
	Península Ibérica	Alemanha	África do Sul
Taxa de desconto (antes de imposto) (a)	9,44%	7,99%	13,72%
Taxa de crescimento da perpetuidade (b)	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (c)			
Total de rendimentos líquidos	2,22%	1,55%	5,41%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2,10%	1,94%	6,39%

(a) taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC) calculadas através da metodologia CAPM (valores antes de impostos)
 (b) Taxa de crescimento utilizada para extrapolar os Fluxos de Caixa na perpetuidade
 (c) Taxa média de crescimento composta, incluindo perpetuidade

2016

	Segmentos geográficos e de negócio		
	Península Ibérica	Alemanha	África do Sul
Taxa de desconto (antes de imposto) (a)	9,67%	8,46%	14,65%
Taxa de crescimento da perpetuidade (b)	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (c)			
Total de rendimentos líquidos	2,24%	2,75%	5,13%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2,86%	3,48%	6,46%

(a) taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC) calculadas através da metodologia CAPM (valores antes de impostos)
 (b) Taxa de crescimento utilizada para extrapolar os Fluxos de Caixa na perpetuidade
 (c) Taxa média de crescimento composta, incluindo perpetuidade

Foi registada uma reversão de imparidade no montante de 32.100.511 euros relativa à sua participada Sonae Arauco, S.A. (Nota 26).

5.3 Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de investimentos disponíveis para venda pode ser decomposta como segue:

	31.12.17		31.12.16	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Ativos disponíveis para venda				
Justo valor em 1 de Janeiro	122.990	-	122.922	-
Aquisições durante o período	0	-	68	-
Outros	- 1.565	-	-	-
Justo valor no final do período	121.425	-	122.990	-

Os investimentos disponíveis para venda referem-se a participações financeiras que não cumprem os critérios para serem classificadas como subsidiárias ou associadas e têm a seguinte discriminação:

	31.12.17	31.12.16
Unidades de Participação INEGI	109.976	109.976
Unidades de Participação CTIMM	5.986	5.986
Unidades de Participação PIEP	5.000	5.000
Unidades de Participação PINUS		1.496
Unidades de Participação BIOMASSA	297	297
Depósito garantia	167	167
Fundo de compensação	0	68
	121.425	122.990

6. Ativos por impostos diferidos

O detalhe dos Ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de acordo, com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<u>IMPOSTOS DIFERIDOS- SALDOS</u>			
	31.12.17		31.12.16	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Prejuízos Fiscais Reportáveis	-	-	0	-
Outros	281.811	-	223.353	-
	<u>281.811</u>	<u>-</u>	<u>223.353</u>	<u>-</u>
	<u>IMPOSTOS DIFERIDOS- MOVIMENTOS</u>			
	31.12.17		31.12.16	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Saldo inicial	223.353	-	2.652.466	-
Efeito em resultados:				
Prejuízos Fiscais Reportáveis	-	-	-1.511.726	-
Outros	58.458	-	-917.388	-
Sub Total (Nota 27)	<u>58.458</u>	<u>-</u>	<u>-2.429.114</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>281.811</u>	<u>-</u>	<u>223.353</u>	<u>-</u>

O montante incluído em “Outros” diz respeito a benefícios fiscais SIFIDE 2016 da entidade Sonae Indústria de Revestimentos, S.A..

Em 2017, não foi registado ativo para imposto diferido sobre os prejuízos fiscais gerados no Grupo de Tributação Especial de Sociedades (cerca de 585.400 euros) por não haver perspectiva da sua recuperabilidade.

7. Outros Ativos não correntes

O detalhe dos outros Ativos não correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	31.12.17	31.12.16
Empréstimos concedidos a empresas do grupo (Nota 2.2 e 2)	18 286 113	9 412 467
Perdas de Imparidade Acumuladas	18 286 113	9 412 467
Instrumentos financeiros	18 286 113	9 412 467

Decomposição dos suprimentos concedidos no final do período:

Empresas	2017	2016
	Saldo final	Saldo final
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	532.880	445.900
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	906.000	906.000
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	6.498.567	8.060.567
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	10.348.666	
	<u>18.286.113</u>	<u>9.412.467</u>

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de suprimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 com as empresas Maiequipa – Gestão Florestal, S.A e Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A..

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo têm vencimento de médio e longo prazo e no final do ano venciam juros à taxa de 4.579%.

Os empréstimos têm previstas condições de taxa de juro mas não determinam condições de reembolso, isto é, o reembolso é efetuado mediante as disponibilidades de cada uma das empresas, não sendo, neste momento, possível prever a sua data, nem sendo expectável que o seu reembolso ocorra no próximo ano.

8. Cientes ,Outras dívidas de terceiros e Ativos por imposto corrente

8.1) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	31.12.17	31.12.16
Clientes, conta corrente	173 689	176 451
	173 689	176 451

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as contas correntes de Clientes tinham as seguintes maturidades:

	31.12.17	31.12.16
Não vencido	151.488	124.020
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 30 dias	22.038	52.431
>90 dias	163	
	22.201	52.431
Total	173.689	176.451

8.2) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as Outras dívidas de terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.17	31.12.16
Outras dívidas de terceiros		
Empresas Grupo - Juros (nota 21)	744.498	94.202
Empresas Grupo - IRC Grupo (nota 21)	138.350	346.644
Empresas Grupo - Em préstimos (Nota 8.2.1)	3.990.164	12.055.959
Outros		15.000
	4.873.012	12.511.805
Outros devedores	3.315	34.431
Total (Nota 8.2.2)	4.876.328	12.546.236

8.2.1) Decomposição das operações financeiras concedidas no final do período:

Empresas	2017	2016
	Saldo final	Saldo final
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	9.000	13.000
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	3.677.500	209.000
Glunz UK	303.664	602.026
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		11.231.933
Total (Nota 21)	3.990.164	12.055.959

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 com as empresas Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A., Sonae Indústria – Management Services, S.A. e Glunz UK.

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo sob a forma de operações financeiras têm vencimento a curto prazo e no final do ano venciam juros à taxa de juro de 4,579%.

8.2.2) A maturidade dos outros devedores é a seguinte:

	ANTIGUIDADE DE DEVEDORES DIVERSOS		ANTIGUIDADE DE FORNECEDORES (SALDOS ACTIVOS)		TOTAL OUTROS DEVEDORES	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Vencido mas sem registo de impiedade						
< 30 dias			129	959	129	959
'30 - 90 dias						
>90 dias		25.492	3.187	7.980	3.187	33.472
	-	25.492	3.315	8.939	3.315	34.431
Total	-	25.492	3.315	8.939	3.315	34.431

8.3) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os Ativos por impostos correntes tinham a seguinte decomposição:

	31.12.17	31.12.16
Impostos corrente a receber		
Imposto sobre o rendimento	613.260	826.041
	613.260	826.041

9. Outros Ativos correntes

O detalhe dos outros Ativos correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	31.12.17	31.12.16
Acréscimos de Rendimentos	134.131	342.077
Custos Diferidos	489.747	153.900
	623.878	495.976
Ativos não abrangidos pela IAS 39	623.878	495.976

A rubrica de Acréscimos de rendimentos diz respeito a juros a receber de empréstimos concedidos às suas participadas.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.12.17	31.12.16
Numerário	1.989	1.889
Depósitos bancários	78.348	159.643
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	80.338	161.532

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

11. Capital Próprio

Capital Social

Em maio de 2017, a sociedade efetuou uma operação de redução de capital para cobertura de prejuízos acumulados, na sequência da qual o capital social passou de 812 107 574,17 euros para 253 319 797,26 euros, sem alteração do número de ações existentes.

Em julho de 2017, a sociedade realizou uma operação de reagrupamento das 11 350 757 250 ações que passaram a representar o seu capital social, após a extinção de 167 ações que foram doadas pela acionista Migracom, SGPS, S.A.. Esta operação de reagrupamento produziu efeitos a 31 de julho de 2017 e incluiu a aplicação de um coeficiente de 1:250, segundo o qual cada conjunto de 250 (duzentas e cinquenta) ações, com código ISIN PTS3P0AM0017, correspondeu a uma nova ação, com código ISIN PTS3P0AM0025.

Em consequência, à data de 31 de dezembro de 2017, o capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, ascendia a 253 319 797,26 euros (812 107 574,17 euros, em 31 de dezembro de 2016) e era representado por 45 403 029 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal (11 350 757 417 ações, em 31 de dezembro de 2016).

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2017 e 2016, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade e suas filiais não detinham quaisquer ações próprias.

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2017:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.	42,66
Pareuro BV	25,83

O Capital Próprio a 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem a seguinte decomposição:

	2017	2016
Capital Social	253.319.797	812.107.574
Reserva Legal	0	3.131.757
Outras Reservas e Resultados Acumulados	36.149.790	-561.919.534
Reservas Livres	0	20.145.630
Reservas Outras	0	245.913.105
Resultados Transitados	0	-698.415.145
Resultado Líquido do Exercício	36.149.790	-129.563.124
Outro Rendimento Integral Acumulado	0	-23.641
	<u>289.469.587</u>	<u>253.296.157</u>

Em 2017 os resultados líquidos negativos do exercício e parte do prejuízo gerado em exercícios anteriores não coberto pela redução de capital social, foram cobertos com a aplicação de reservas livres no montante de 20.145.629,80 euros, de reservas de fusão no montante de 245.913.105,07 euros e de reservas legais no montante de 3.131.756,77 euros.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. O valor a 31.12.2016 foi utilizado para cobertura de prejuízos acumulados.

12. Empréstimos Obtidos

12.1 Empréstimos Bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

NOTAS	31.12.17				31.12.16			
	Custo amortizado		Valor Nominal		Custo amortizado		Valor Nominal	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Outros empréstimos- Papel Comercial	13.650.000	158.985.161	13.650.000	160.100.000	1.750.000	179.422.837	1.750.000	180.900.000
Descobertos bancários		551.145		551.145				
Total	13.650.000	159.536.306	13.650.000	160.651.145	1.750.000	179.422.837	1.750.000	180.900.000

Os empréstimos (valor nominal) são reembolsáveis nos seguintes anos:

	31.12.17	31.12.16
2016		
2017		1.750.000
2018	13.650.000	1.900.000
2019	17.801.145	38.000.000
2020	45.850.000	44.000.000
2021	97.000.000	97.000.000
	174.301.145	182.650.000

As taxas de juro médias verificadas para cada classe de endividamento indicado no mapa anterior, foram as seguintes:

	2017	2016
Empréstimos Bancários		6,450%
Empréstimos obrigacionistas		5,370%
Outros empréstimos- Papel Comercial	4,591%	4,614%

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos.

a) Empréstimos Bancários à data de 31 de dezembro de 2017:

Empresa(s)	Financiamento	Data inicial de contratação	Vencimento à data de 31.12.2017	Divisa	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2017 (EUR)	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2016 (EUR)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2018 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR	€ 1.750.000	€ 1.500.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre julho de 2018 e janeiro de 2020	EUR	€ 7.500.000	€ 0
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ²⁾	maio de 2016	amortizável entre maio de 2019 e maio de 2021	EUR	€ 143.500.000	€ 175.000.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre janeiro de 2018 e julho de 2019 ⁴⁾	EUR	€ 4.000.000	€ 4.900.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre julho de 2017 e julho de 2018	EUR	€ 1.000.000	€ 1.250.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ³⁾	dezembro de 2016	amortizável entre junho de 2018 e dezembro de 2019	EUR	€ 16.000.000	€ 0
	Outros			EUR	€ 551.145	€ 0
	Total				€ 174.301.145	€ 182.650.000

Notas Adicionais

1) Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis.

2) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das suas subsidiárias Megantic B.V. e Tafisa Canada Inc., ações detidas pela Megantic BV.

Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de Dívida Financeira calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, comprometendo-se também com um nível máximo do rácio "Dívida Líquida/ EBITDA" para a Tafisa Canada Inc., calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc.. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

3) No âmbito deste financiamento, a Sonae Indústria SGPS, S.A. deu em garantia as ações da sua subsidiária Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A..

Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Total do Capital Próprio/ Total do Ativo"). Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2016 (inclusive) até ao término do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

Eventos subsequentes

4) Em fevereiro de 2018, por acordo entre as partes, a maturidade da totalidade deste financiamento passou a ser julho de 2019.

A 31 de dezembro de 2017, os rácios associados aos empréstimos mencionados anteriormente cumpriam os limites contratualmente estabelecidos.

12.2 Fluxos de Caixa

Os passivos financeiros (valor nominal) derivados das atividades de financiamento divulgadas na nota 12, apresentam a seguinte decomposição:

<u>Demonstração Consolidada de Posição Financeira</u>	31.12.2017				Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Outros	
Passivos não correntes:					
Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	180 900 000	551 145		(20 800 000)	160 651 145
Passivos correntes:					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	250 000			11 650 000	11 900 000
Empréstimos bancários correntes	1 500 000	835 900 000	844 800 000	9 150 000	1 750 000
Empréstimos correntes a subsidiárias	4 541 000	604 000			5 145 000
Total	187 191 000	837 055 145	844 800 000		179 446 145
 <u>Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa</u>		Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a		
Atividades de financiamento:					
Empréstimos obtidos		837 055 145	844 800 000		
Total		837 055 145	844 800 000		

13. Benefícios pós-emprego

Durante o ano de 2017, várias pessoas foram transferidas para outra empresa do Grupo Sonae Indústria bem como a responsabilidade pelo pagamento de um plano de benefícios futuros e por conseguinte foi anulada a provisão existente para esse efeito no montante de 91.528 euros, por contrapartida de proveitos operacionais no montante de 67.887 euros e outro rendimento integral no montante de 23.641 euros.

14. Outros Passivos não Correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.17	31.12.16
Outros Passivos não Correntes		
Remunerações a Liquidar	317.547	1.399.949
Passivos não abrangidos pela IFRS7	317.547	1.399.949

O valor inscrito na rubrica “remunerações a liquidar “ diz respeito à responsabilidade assumida pela empresa do plano de incentivos de médio e longo prazo registado linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento, atribuído em 2015 , 2016 e 2017.

Em 2017, procedeu-se à anulação do excesso de estimativa registada em 2016 como Passivo não corrente, no montante de cerca de 807.316 euros.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da sociedade. As contas de fornecedores têm as seguintes maturidades:

	MATURIDADE DE FORNECEDORES C/C	
	31.12.17	31.12.16
A Pagara		
< 90 dias	157.191	164.590
> 180 dias	315	2.695
	157.506	167.285

16. Outras dívidas a terceiros e Outros impostos e contribuições

16.1) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as Outras Dívidas a Terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.17	31.12.16
Outras dívidas a terceiros		
Empresas Grupo - IRC Grupo (Nota 21)	225.770	272.805
Empresas Grupo - Outras Operações (Nota 21)	0	635.476
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo (Nota 21)	5.145.000	4.541.000
Outros	371.767	342.915
Instrumentos financeiros	5.742.537	5.792.196
Outros credores	0	8
	5.742.537	5.792.204

O empréstimo obtido de empresas do grupo diz respeito à operação financeira concedida pela Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. no montante de 5.054.500 euros, com

vencimento de curto prazo e no final do ano vencia juros à taxa de 2,429% e pela Sonae Indústria – Management Services, S.A. no montante de 90.500 euros com vencimento de curto prazo e no final do ano vencia juros à taxa de 0,729%.

Em cumprimento do disposto no artº 5º nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 com as empresas Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. e Sonae Indústria – Management Services, S.A..

A maturidade das outras dívidas a terceiros é a seguinte:

31.12.17	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Empresas do Grupo	225.770	90.500	5.054.500	5.370.770
Maturidade dos Fornecedores de imobilizado correntes	371.767	-	-	371.767
	<u>597.537</u>	<u>90.500</u>	<u>5.054.500</u>	<u>5.742.537</u>

31.12.16	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Empresas do Grupo	908.281	-	4.541.000	5.449.281
Maturidade dos Fornecedores de imobilizado correntes	342.915	-	-	342.915
	<u>1.251.196</u>	<u>-</u>	<u>4.541.000</u>	<u>5.792.196</u>

16.2) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os Passivos por imposto corrente e Outros impostos e contribuições tinham a seguinte decomposição:

	31.12.17	31.12.16
Passivos por imposto corrente	22 602	83 885
Imposto sobre o rendimento	0	51.549
Retenções Imposto	22.602	32.335
Outros Impostos e contribuições	20.939	28.832
Imposto s/ Valor acrescentado	10.979	9.942
Contribuições para a segurança social	9.835	18.639
Outros	126	251
Passivos não abrangidos pela IAS 39	<u>43.541</u>	<u>112.716</u>

17. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.17	31.12.16
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a Liquidar	544.144	463.242
Seguros a Liquidar	20.358	0
Juros a liquidar	1.027.316	722.928
Fornecimentos e Out serv	37.450	178.013
Passivos não abrangidos pela IAS 39	<u>1.629.268</u>	<u>1.364.183</u>

18. Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

31.12.2017	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Reversões	Saldo final
	Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	913.800.658	3.105.657		32.453.583	884.452.732
	Provisões Não Correntes (Nota 13)	91.528		91.528		0
	Provisões Correntes		3.275.719			3.275.719
		913.892.186	6.381.376	91.528	32.453.583	887.728.451
31.12.2016	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Reversões	Saldo final
	Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	698.524.071	217.415.807	2.139.220		913.800.658
	Provisões Não Correntes (Nota 13)		91.528			91.528
		698.524.071	217.507.335	2.139.220	0	913.892.186

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente Ativo (Nota 26).

Foram criadas provisões para outros riscos e encargos de 3.275.719 euros: 2.250.000 euros relativos a 50% de gastos legais e reclamações estimados pela Sonae Arauco Deutschland relativamente a processos em contencioso com clientes e 1.025.719 euros relativos a 50% de juros estimados a suportar pela Sonae Arauco Deutschland relativamente a processos de cartel a liquidar em 2018.

Tal como descrito na nota 29 a Sonae Indústria, SGPS assumiu a obrigação de compensar a Sonae Arauco por determinadas perdas incorridas pela sociedade Sonae Arauco Deutschland nas quais se incluem os gastos acima referidos.

19. Loações operacionais

À data de balanço a sociedade detinha contratos irrevogáveis de locação operacional, cujas rendas vencem como se segue:

	31.12.17	31.12.16
Vencíveis em 2017		31.308
Vencíveis em 2018	13.224	25.059
Vencíveis em 2019	1.102	10.410
	14.326	66.777

20. Riscos financeiros

20.1 Riscos de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.17 c) no que diz respeito ao endividamento bruto referido na nota 12 pode ser analisado como segue:

2017			2016				
Riscos Financeiros			Riscos Financeiros				
	Maturidade de do endividamento Bruto	Juros	Total		Maturidade de do endividamento Bruto	Juros	Total
2017			0	2017	1.750.000	7.111.757	8.861.757
2018	13.650.000	6.258.329	19.908.329	2018	1.900.000	7.056.751	8.956.751
2019	17.801.145	5.855.085	23.656.230	2019	38.000.000	6.187.883	44.187.883
2020	45.850.000	4.549.634	50.399.634	2020	44.000.000	4.561.050	48.561.050
2021	97.000.000	1.559.494	98.559.494	2021	97.000.000	1.555.233	98.555.233
	174.301.145	18.222.541	192.523.686		182.650.000	26.472.674	209.122.674

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2017 e 2016 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2018 (2017) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2017 (2016) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

À data de 31 de Dezembro de 2017, a Sonae Indústria, SGPS,S.A. dispunha, nos contratos de empréstimos bancários acima referidos, de limites não utilizados com vencimentos para além de 31 de Dezembro de 2018 no valor de EUR 31,5 milhões

20.2 Risco de Mercado

20.2.1 Risco de taxa de juro

Na análise do risco da taxa de juro na nota 2.17 b) foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados do exercício de 2017 e 2016, no caso de ter ocorrido uma variação de +0,75% em relação às taxas de juro e de -0,75% em relação às taxas de juro fixadas durante esses exercícios.

Riscos Financeiros						
2017			2016			
	"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)		"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)	
		0,75%	-0,75%		0,75%	-0,75%
Endividamento Bruto						
Intragrupo	-5.145.000	-54.302	54.302	-4.541.000	-172.978	172.978
Externo	-174.301.145	-1.120.964	1.120.964	-182.650.000	-970.223	970.223
	-179.446.145	-1.175.266	1.175.266	-187.191.000	-1.143.201	1.143.201
Empréstimos concedidos a empresas do grupo	22.231.424	173.416	-173.416	21.468.426	514.981	-514.981
	22.231.424	173.416	-173.416	21.468.426	514.981	-514.981
		-1.001.850	1.001.850		-628.220	628.220

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75% corresponde a 48,9 vezes o desvio padrão daquela variável em 2017 (16,6 vezes em 2016).

21. Partes relacionadas

21.1 Saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2017 e 2016 podem ser detalhados como se segue:

Saldos	Clientes		Fornecedores		Outras dívidas a Terceiros		Outros Activos não correntes		Outras dívidas de terceiros	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
- Agloma Investimentos	173.526	176.451	113.557	110.197	5.373.957	5.449.281	18.286.113	9.412.467	4.873.012	12.496.815
- Ecociclo										
- Euroresinas		1.763								
- Imoplamac										
- Sonae Arauco Portugal	1.439	39.615	16.733	11.170						
- Maiequipa			5.558	5.558	9.015	8.416	532.880	445.900	30.274	49.448
- Movelpartes	3.593	1.710			56.349	63.027	906.000	906.000	3.727.632	263.192
- Somit Imobiliária										
- Sif Energia						3.187				
- Sonae Indústria Revestimentos	19.374	3.205	10.109	10.109	5.214.011	4.742.363			127.355	338.037
- Sonae ,sgps			49.000	49.000						
- Sind - Management services			2.988		90.500				3.166	
- Sonae Arauco		25.296				635.476				
- Taiber										-5.884
- Sonae Arauco Deutschland			97							
- Solinca Investimentos Turísticos			830	150						
- Sonaecenter II			28.017	27.813						
- Sonae RP										
- Sonae Arauco France	105.044									
- Imosede			55							
- Henco Consultoria risco										
- Tafisa Canadá	44.076	104.862								
- Nos			170	739						
- Mds Consulting				5.658						
- Frases e Frações					895		6.498.567	8.060.567	375.769	4.576
- Glunz UK									317.344	615.513
- Parcelas e Narrativas							10.348.666		291.472	11.231.933

Transacções	Prestações de Serviços		Fornecimentos e Serviços externos		Juros auferidos		Juros Suportados	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
- Agloma Investimentos	293.832	458.769	314.023	205.994	1.080.347	3.699.690	84.285	245.480
- Ecociclo						203		
- Euroresinas		10.032						3.443
- Imoplamac						58.949		54.362
- Sonae Arauco Portugal		58.823	137.064	100.137		22.1419		
- Maiequipa						39.067		
- Movelpartes	4.404	4.655			23.668	45.888		6.409
- Somit Imobiliária					153.129	5.025	2	
- Sif Energia			18.137					13.353
- Sonae Indústria Revestimentos	24.972	18.242					61.027	65.403
- Sonaecenter II			67.924	41.748				
- Sonae ,sgps			50.000	50.000				
- Sind - Management services			29.148			827	417	
- Sonae Arauco			235	46		194.793		
- Taiber						2.484.083		
- Sonae Arauco Deutschland			97					
- Solinca Investimentos Turísticos			3.706	1.137				
- Nos			5.814	9.956				
- Digitmarket			1.627					
- Imosede			271	2.970				
- Tafisa Canadá	264.456	367.017						
- Glunz UK					21.946	13.477		
- Megantic							12.767	100.608
- Frases e Frações					375.761	295.093	9.704	1.812
- Parcelas e Narrativas					505.016	341.693	368	90

21.2 As remunerações dos órgãos sociais são detalhadas da seguinte forma:

Gastos incorridos com remunerações do Conselho de Administração:

	2017	2016
Benefício curto prazo	552.557	699.541
Benefício médio prazo	72.172	1.399.949
	<u>624.729</u>	<u>2.099.490</u>

Em 2017, foi efetuada uma correção à estimativa criada em 2016 relativo ao plano de incentivos de médio e longo prazo no montante de cerca de 807.316 euros. Este proveito está reclassificado em outros rendimentos e ganhos (Nota 24).

22. Remuneração órgãos de fiscalização

Remuneração do Conselho Fiscal, Assembleia Geral e Comissão de Vencimentos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração fixa	37.700	37.700

Honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC Lda.

Honorários Totais referentes revisão legal de contas	12.375
--	--------

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o montante anual auferido pelos respetivos membros de forma individual são apresentados no relatório de governo da sociedade.

23. Prestações de serviços

As prestações de serviços têm o seguinte detalhe:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviço de Gestão	293.832	
Serviço Finanças Corporativas		161.595
Serviço Jurídico-Legal		133.744
Serviço Controlo de Gestão		92.834
Outros		70.595
TOTAL	<u>293.832</u>	<u>458.768</u>

No início de 2017, várias áreas funcionais passaram para outra sociedade do Grupo Indústria, tendo a empresa apenas prestado serviços no âmbito da gestão.

24. Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

Os outros rendimentos e ganhos são detalhados como segue:

	31.12.17	31.12.16
Proveitos Suplementares	204.606	29.861
Ganhos na alienação investimentos não correntes	0	5.243.699
Outros rendimentos operacionais	905.264	104.868
	1.109.870	5.378.428

A rubrica “ outros rendimentos operacionais” diz respeito essencialmente à anulação de parte da estimativa do plano de incentivos de médio e longo prazo no montante de cerca de 807.316 euros (Nota 21).

Os outros gastos e perdas são detalhados como segue:

	31.12.17	31.12.16
Perdas na alienação investimentos não correntes		3 102 155
Impostos	142.938	225.649
Outros gastos operacionais	23.989	57.661
	166.926	3.385.464

25. Resultados financeiros

	31.12.17	31.12.16
Gastos financeiros:		
Juros suportados (Nota 20 e 21)	7.028.725	14.806.655
Diferenças de câmbio	266	80.205
Outros	1.588.686	1.502.169
Gastos Financeiros	8.617.677	16.389.028
Resultados financeiros	-6.907.025	-12.553.002
	1.710.652	3.836.027
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos (Nota 21)	1.082.163	3.699.569
Diferenças de câmbio favoráveis	41.665	38.570
Outros	586.824	97.888
	1.710.652	3.836.027

A variação nas rubricas de juros suportados e juros obtidos decorre essencialmente da reestruturação do grupo em 31 de maio de 2016 e amortizações de empréstimos em 2017 (Nota 2.21 e 5).

26. Ganhos ou perdas relativos a Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

No exercício de 2017 e 2016 a sociedade teve os seguintes resultados relativos a investimentos:

	2017	2016
Dividendos	22.396.693	101.472.142
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	1.162.735	230.893
Sonae Arauco, S.A.	5.661.957	75.013.749
Megantic, B.V	15.572.000	26.227.500
Reversão Perda de Imparidade	32.453.583	2.139.220
Reversão perda imparidade participação da Ecociclo, S.A. (Nota 5)		691.359
Reversão perda imparidade participação da Sonae Arauco Portugal, S.A. (Nota 5)		1.447.861
Reversão perda imparidade participada da Maiequipa, S.A. (Nota 5)	353.072	
Reversão perda imparidade participação da Sonae Arauco, S.A. (Nota 5)	32.100.511	
Ganhos relativos a investimentos	54.850.276	103.611.362
Outras Perdas em Investimentos	- 4.921.962	0
Sonae Arauco, S.A.	- 4.921.962	
Registo Perda de Imparidade	- 3.105.657	- 217.415.807
Registo perda imparidade participação da Sonae Arauco, S.A. (Nota 5)		- 214.059.298
Registo perda imparidade participação da Sims, S.A. (Nota 5)	- 151.577	
Registo perda imparidade participação da Frases e Frações, S.A. (Nota 5)	- 1.565.812	- 2.673.882
Registo perda imparidade participação da Parcelas e Narrativas, S.A. (Nota 5)	- 1.388.268	- 682.627
Perdas relativas a investimentos	- 8.027.619	- 217.415.807
Resultado relativo a investimentos	46.822.657	- 113.804.445

A rubrica “Outros perdas em investimentos”, no montante de 4.921.962 euros diz respeito a gastos incorridos pelo empreendimento conjunto Sonae Arauco, S.A. que, no âmbito do acordo de parceria celebrado com o grupo Arauco, são contratualmente transferíveis para a Sonae Indústria, SGPS, S.A..

27. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados como segue:

	31.12.17	31.12.16
Imposto corrente	108.741	295.095
Imposto diferido (Nota 6)	58.458	(2.429.114)
	167.200	(2.134.019)
Imposto corrente Ajust.ano ante	(291.281)	(148.165)
	(124.081)	(2.282.183)
Imposto corrente	(182.540)	146.930
Imposto diferido	58.458	(2.429.114)

A reconciliação da taxa nominal com a taxa efetiva é como se segue:

	2017	2016
Resultado Antes de Impostos	36.273.871	- 127.280.940
Taxa de Imposto	21%	21%
Imposto sobre Rendimento	- 7.617.513	26.728.997
Ajustamentos ao imposto sobre rendimento		
Perda imparidade ativos financeiros	- 652.188	- 45.657.319
Reversão de perda imparidade ativos financeiros	6.815.253	
Provisões para outros riscos e encargos	- 678.609	
Dividendos	4.703.305	21.309.150
Encargos não fiscalmente aceites	- 1.033.612	
Mais e menos valias sobre alienação participação financeira		449.724
Tributação Autónoma e Derrama S Ind SGPS	- 5.242	- 9.057
Encargos financeiros não dedutíveis	- 1.322.827	- 2.415.607
Anulação IDA'S não recuperáveis		- 2.429.114
Ativo por imposto diferido registado	- 58.458	
Outros (diferenças permanentes)	17.093	- 110.792
	167.200	- 2.134.019
Taxa Efetiva de imposto	0,5%	- 1,7%

Os encargos não fiscalmente aceites referem-se às outras perdas em investimento no valor de 4.921.962 euros (Nota 26).

28. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios apresentados, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.17	31.12.16
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	36 149 790	- 129 563 124
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	36 149 790	- 129 563 124
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	45 403 029	11350 757 417
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	45 403 029	11350 757 417
Resultado por ação	0,79620	- 0,01141

Durante o exercício não se registaram resultados referentes a operações em descontinuação.

29. Contingências

Em outubro de 2010, a Sonae Industria, SGPS, S.A. recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação, em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, S.A., no valor de 74 milhões de euros, apenas

deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S.A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S.A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. apresentou garantias bancárias no montante de 8.701.741 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo IRC 2014, onde até à data apenas foi apresentada reclamação graciosa.

De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade das referidas impugnações judiciais e reclamação graciosa serem julgadas improcedentes é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes da estimativa de imposto corrente registado nas presentes demonstrações financeiras.

A fiança da Sonae Indústria, SGPS, S.A. prestada a favor do Instituto de Segurança Social no montante de 5.049.804 euros caducou uma vez que o processo da Sonae Arauco Portugal, SA (Ex Sonae Indústria PCDM) foi concluído de forma favorável à sociedade. A fiança da Sonae Industria, SGPS, S.A. prestada a favor do Instituto de Segurança Social no montante de 321.858 euros para caução da contingência que a Sonae Arauco Portugal, S.A. tem com esta entidade ainda se mantém, dado que o processo de reclamação ainda não está concluído.

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. tem um aval prestado a favor do Montepio de 1.090.248 euros no âmbito de um contrato de leasing imobiliário celebrado entre a subsidiária Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e o Montepio.

A ex-subsidiária, Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação

das leis da concorrência, no seguimento da qual as ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já conheceram o desfecho durante os anos de 2015, 2016 e 2017 tendo sido registados os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras individuais de cada empresa e, quando aplicável, nas demonstrações financeiras consolidadas da participada Sonae Arauco S.A. (em cujo perímetro de consolidação estas ex-subsidiárias estão incluídas). Nos termos do contrato de subscrição de ações da Sonae Arauco S.A., celebrado pela Sonae Arauco, Sonae Indústria, SGPS,S.A. e as empresas do Grupo Arauco, Inversiones Arauco Internacional Limitada e Celulosa Arauco y Constitución SA, a Sonae Indústria, SGPS, SA assume a obrigação de compensar a Sonae Arauco por quaisquer perdas resultantes destes processos os quais, serão objeto de compensação por parte da Sonae Indústria, SGPS, S.A.. Para os processos ainda em curso, as reclamações apresentadas especificamente às ex -subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH ascendem a um montante de 31,5 milhões de euros de contingência máxima. Existem outros processos em que as estas ex-subsidiárias estão envolvidas conjuntamente com outros produtores alemães, cujos montantes ascendem a 42,7 milhões de euros de contingência máxima. De acordo com o parecer dos advogados de estas ex-subsidiárias, à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras individuais, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser estabelecidos.

A sociedade Darbo SAS, ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S. A. localizada em França, foi vendida em 3 de julho de 2015 a uma subsidiária da Gramax Capital, tendo sido excluída das demonstrações financeiras separadas do Grupo, nessa data. Esta sociedade foi apresentada à insolvência no Tribunal de Comércio de Dax, em França, em setembro de 2016, tendo sido declarada, pelo referido tribunal, a sua liquidação, em outubro do mesmo ano.

Na sequência do referido processo, 110 ex-trabalhadores da sociedade Darbo apresentaram diversas ações judiciais no Tribunal de Trabalho de Dax, em França, contra, entre outras, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. e a Gramax Capital, por meio das quais reclamam indemnizações por alegado despedimento sem justa causa, num montante total de 13 653 917,28 euros. Os mesmos ex-trabalhadores apresentaram, ainda, no Tribunal Cível de Dax, uma ação judicial contra as sociedades vendedora e compradora, bem como contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., pela qual reclamam a anulação da venda da Darbo SAS e o pagamento de indemnizações por alegados danos sofridos, no mesmo montante reclamado perante o Tribunal de Trabalho de Dax (13 653 917,28 euros). À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras separadas, os processos judiciais encontram-se a decorrer, não sendo possível prever se

do seu desfecho resultará alguma responsabilidade a registar futuramente no passivo da Sonae Indústria.

30. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de Abril de 2018.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.12.2017	31.12.2016
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	10	146 469 904	148 065 694
Goodwill	13	347 082	347 082
Ativos intangíveis	11	142 979	270 689
Propriedades de investimento	12	6 001 043	6 251 947
Investimentos em empreendimentos conjuntos	9	205 616 464	195 908 535
Investimentos disponíveis para venda	9	130 487	130 821
Ativos por imposto diferido	14	1 462 160	1 364 497
Outros ativos não correntes	15		442 298
Total de ativos não correntes		<u>360 170 119</u>	<u>352 781 563</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	17	16 998 114	18 138 293
Clientes	18	13 591 178	15 193 129
Outras dívidas de terceiros	19	285 410	303 310
Ativos por imposto corrente		1 677 850	1 090 204
Outros impostos e contribuições	21	2 096 256	3 246 215
Outros ativos correntes	20, 25	2 128 573	1 951 835
Caixa e equivalentes de caixa	22	4 084 771	4 795 077
Total de ativos correntes		<u>40 862 152</u>	<u>44 718 063</u>
Ativos não correntes detidos para venda	16		<u>1 535 588</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>401 032 271</u>	<u>399 035 214</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	23.1	253 319 797	812 107 574
Reserva legal	23.2		3 131 757
Outras reservas e resultados acumulados	23.3	(182 494 467)	(759 319 894)
Outro rendimento integral acumulado	23.4	55 287 278	54 418 718
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		<u>126 112 608</u>	<u>110 338 155</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>126 112 608</u>	<u>110 338 155</u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	24, 26	197 650 071	214 868 703
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente	24, 26	898 793	1 132 741
Benefícios pós-emprego	28	962 252	1 110 071
Outros passivos não correntes	27	2 122 999	3 554 341
Passivos por imposto diferido	14	20 568 786	20 754 938
Provisões	32	1 983 940	1 933 644
Total de passivos não correntes		<u>224 186 841</u>	<u>243 354 438</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	24, 26	11 949 858	390 967
Empréstimos bancários correntes	24, 26	1 750 000	1 500 000
Parcela corrente dos credores por locações financeiras não correntes	24, 26	500 227	417 272
Fornecedores	29	19 626 920	23 050 212
Passivos por imposto corrente		53 391	2 422 190
Outros impostos e contribuições	30	734 383	699 465
Outros passivos correntes	25, 31	12 842 324	16 862 515
Provisões	32	3 275 719	
Total de passivos correntes		<u>50 732 822</u>	<u>45 342 621</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>401 032 271</u>	<u>399 035 214</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
		<u> </u>	<u> </u>
Vendas	38	229 768 280	239 555 683
Prestações de serviços	38	1 209 951	1 301 165
Outros rendimentos e ganhos	35, 38	7 058 706	5 756 786
Custo das vendas	32, 38	(121 786 487)	(125 721 669)
Variação da produção	32, 38	89 205	(537 841)
Fornecimentos e serviços externos	38	(48 310 684)	(49 498 574)
Gastos com o pessoal	38	(24 814 767)	(27 872 095)
Amortizações e depreciações	10, 11, 12	(12 561 647)	(12 065 676)
Provisões e perdas por imparidade (aumentos / reduções)	32, 38	(3 881 626)	(3 546 011)
Outros gastos e perdas	36, 38	<u>(3 790 083)</u>	<u>(4 733 384)</u>
Resultado operacional		22 980 848	22 638 384
Rendimentos financeiros	39	1 407 191	4 707 115
Gastos financeiros	39	(13 018 615)	(21 213 172)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	5	<u>10 353 561</u>	<u>5 512 158</u>
Resultado antes de impostos das operações que continuam		21 722 985	11 644 485
Imposto sobre o rendimento	40	<u>(6 457 254)</u>	<u>(8 565 782)</u>
Resultado depois de impostos das operações que continuam		15 265 731	3 078 703
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	6, 41		7 930 251
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>15 265 731</u>	<u>11 008 954</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Empresa-Mãe			
Operações que continuam		15 265 731	3 078 703
Operações descontinuadas			<u>7 930 251</u>
Acionistas da Empresa-Mãe		15 265 731	11 008 954
Resultados por ação			
Das operações que continuam:			
Básico	42	<u>0.3362</u>	<u>0.0003</u>
Diluído	42	<u>0.3362</u>	<u>0.0003</u>
Das operações descontinuadas:			
Básico	42		<u>0.0007</u>
Diluído	42		<u>0.0007</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Resultado líquido consolidado do exercício (a)		<u>15 265 731</u>	<u>11 008 954</u>
Outro rendimento integral consolidado			
Rubricas que ulteriormente poderão ser transferidas para resultado			
Variação da reserva de conversão monetária	23.4	(4 240 137)	4 275 995
Variação no justo valor de ativos disponíveis para venda	9		8 508
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	5	(618 288)	4 416 002
Rubricas que ulteriormente não poderão ser transferidas para resultado			
Revalorização de ativos fixos tangíveis	10	5 796 847	
Remensurações de planos de benefícios definidos	28	106 021	(149 140)
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	5	1 360 282	(1 313 640)
Imposto sobre o rendimento referente a rubricas que não serão reclassificadas	14	(1 536 165)	
Outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto (b)		<u>868 560</u>	<u>7 237 725</u>
Rendimento integral total consolidado do exercício (a) + (b)		<u><u>16 134 291</u></u>	<u><u>18 246 679</u></u>
Rendimento integral total consolidado atribuível a:			
Acionistas da Empresa-mãe		<u>16 134 291</u>	<u>18 246 679</u>
		<u><u>16 134 291</u></u>	<u><u>18 246 679</u></u>
Outro rendimento integral transferido para resultado líquido no exercício		<u><u></u></u>	<u><u>(36 592 671)</u></u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Outro rendimento integral acumulado	Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da Empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total dos capitais próprios
Notas	23.1	23.2	23.3	23.4			
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	812 107 574	3 131 757	(759 319 894)	54 418 718	110 338 155		110 338 155
Rendimento integral total consolidado do exercício			15 265 731		15 265 731		15 265 731
Resultado líquido consolidado do exercício				868 560	868 560		868 560
Outro rendimento integral consolidado do exercício							
Total			15 265 731	868 560	16 134 291		16 134 291
Redução de capital social	(558 787 777)	(3 131 757)	561 919 534		(359 838)		(359 838)
Outros			(359 838)				(359 838)
Saldo em 31 de dezembro 2017	253 319 797		(182 494 467)	55 287 278	126 112 608		126 112 608

	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Outro rendimento integral acumulado	Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da Empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total dos capitais próprios
Notas	23.1	23.2	23.3	23.4			
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	812 107 574	3 131 757	(801 248 687)	43 785 859	57 776 503	(106 611)	57 669 892
Rendimento integral total consolidado do exercício			11 008 954		11 008 954		11 008 954
Resultado líquido consolidado do exercício				7 237 725	7 237 725		7 237 725
Outro rendimento integral consolidado do exercício							
Total			11 008 954	7 237 725	18 246 679		18 246 679
Plano de incentivos de médio prazo			(166 190)		(166 190)		(166 190)
Alteração de método			35 060 569	(35 060 569)			
Transferência para Resultado líquido consolidado do exercício				36 592 671	36 592 671		36 592 671
Outros			(3 974 540)	1 863 032	(2 111 507)	106 611	(2 004 896)
Saldo em 31 de dezembro 2016	812 107 574	3 131 757	(759 319 894)	54 418 718	110 338 155		110 338 155

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

		<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas		6
Recebimento de clientes		229 521 296	548 207 712
Pagamentos a fornecedores		171 336 178	436 529 074
Pagamentos ao pessoal		26 210 054	78 109 973
Fluxos gerados pelas operações		<u>31 975 064</u>	<u>33 568 665</u>
Pagamento / (recebimento) de imposto sobre o rendimento		10 397 236	5 528 064
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		<u>2 178 634</u>	<u>(941 559)</u>
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u><u>23 756 462</u></u>	<u><u>27 099 042</u></u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2 517	240
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		211 695	2 208 917
Subsídios ao investimento		29 008	
Dividendos	9	5 661 957	
Aumento de capital (Sonae Arauco, SA)			<u>137 500 000</u>
		<u>5 905 177</u>	<u>139 709 157</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		2 076	219 469
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		11 082 685	14 731 599
Propriedades de investimento			131 191
Outros	5	<u>4 921 962</u>	
		<u>16 006 723</u>	<u>15 082 259</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u><u>(10 101 546)</u></u>	<u><u>124 626 898</u></u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		67 558	414 066
Empréstimos obtidos	24.3	<u>855 828 995</u>	<u>1182 770 925</u>
		<u>855 896 553</u>	<u>1183 184 991</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		9 381 619	26 054 507
Empréstimos obtidos	24.3	859 631 085	1311 613 957
Amortização de contratos de locação financeira	24.3	<u>427 939</u>	<u>3 322 952</u>
		<u>869 440 643</u>	<u>1340 991 416</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u><u>(13 544 090)</u></u>	<u><u>(157 806 425)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u><u>110 826</u></u>	<u><u>(6 080 485)</u></u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>(821 132)</u>	<u>7 318</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	22	4 795 077	15 808 205
Caixa e seus equivalentes das sociedades excluídas, à data de 31.05.2016			<u>4 939 961</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	22	<u><u>4 084 771</u></u>	<u><u>4 795 077</u></u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO ANUAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A. tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas notas 4 e 5 (“Grupo”).

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. é incluída no perímetro de consolidação da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, de forma consistente para todos os exercícios apresentados, são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2017 e adotadas pela União Europeia.

2.1.1. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, entraram em vigor as seguintes normas e interpretações que foram adotadas pela União Europeia:

IAS 7 (alteração), Demonstração dos Fluxos de Caixa (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram e as que não deram origem a movimentos de caixa, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa;

IAS 12 (alteração), Imposto sobre o Rendimento – Reconhecimento de ativos por impostos diferidos sobre perdas potenciais (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, de estimar os lucros tributáveis futuros quando existirem diferenças temporárias dedutíveis e de avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos quando existirem restrições na lei fiscal.

A aplicação destas normas não produziu efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2. A 31 de dezembro de 2017 estavam emitidas e adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações que não foram aplicadas, dado apenas serem de aplicação obrigatória em exercícios posteriores:

IFRS 4 (alteração), Contratos de Seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer em Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes de a nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora;

IFRS 9 (nova), Instrumentos Financeiros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma substitui as diretrizes incluídas na IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura;

IFRS 15 (nova), Rédito de Contratos com Clientes, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade registre o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos cinco passos”;

IFRS 15 (alteração), Rédito de Contratos com Clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição;

IFRS 16 (nova), Locações (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um

impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

A Sociedade analisou o efeito que poderá resultar da aplicação destas normas. Em relação à IFRS 9, que é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo identificou a área da imparidade de ativos financeiros como aquela que será mais afetada pela aplicação desta nova norma. Neste contexto, o Grupo definiu uma nova metodologia para determinar as imparidades de ativos financeiros. Se esta metodologia estivesse a ser utilizada, a imparidade de clientes viria aumentada em cerca de 3 500 euros, à data de 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento insignificante do montante das imparidades de clientes acumuladas registadas a esta data (nota 18). No que diz respeito às restantes normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo não estima efeitos significativos decorrentes da sua aplicação.

2.1.3. À data de 31 de dezembro de 2017, estavam emitidas as seguintes normas, de aplicação em exercícios posteriores, que ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

IAS 40 (alteração) Transferência de Propriedades de Investimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência;

IFRS 2 (alteração), Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas

financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal;

IFRS 9 (alteração), Elementos de Pré-pagamento com Compensação Negativa (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados;

IAS 28 (alteração), Investimentos de Longo Prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração esclarece que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estejam a ser mensurados através do método da equivalência patrimonial, são contabilizadas segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas antes de ser efetuado qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo;

IFRS 17 (nova), Contratos de Seguros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma irá revogar a norma IFRS 4 – Contratos de seguros e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O

reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva;

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28;

Melhorias às normas 2015 – 2017, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11;

IFRIC 22 (nova), Operações em Moeda Estrangeira e Contraprestação Antecipada (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

IFRIC 23 (nova), Incerteza no Tratamento de Imposto sobre o Rendimento (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento que se refere aos requisitos de mensuração e registo a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o Rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no valor esperado ou no valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

O grupo ainda não finalizou a análise dos efeitos que a futura adoção destas normas poderá provocar nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 4) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros, que se encontram registados de acordo com os critérios descritos na nota 2.13, e para os terrenos e edifícios, que se encontram registados pelo seu valor revalorizado, tal como descrito na nota 2.3.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente, controlo, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação por integração global.

O Grupo detém o controlo de entidades nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: (i) tem poder sobre a entidade; (ii) está exposto a, ou tem direitos sobre, resultados variáveis por via do seu envolvimento com a entidade e; (iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a entidade para afetar o montante dos seus resultados.

O capital próprio e o rendimento integral destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada de Posição Financeira e na Demonstração Consolidada de Resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capital próprio são atribuídas aos detentores de interesses que não controlam, de acordo com a sua participação, mesmo que esta rubrica apresente valores negativos.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, em relação ao justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, é reconhecido como *goodwill* (notas 2.2.c e 13). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de acionistas que não controlam são registados inicialmente pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados, ou alternativamente, pelo justo valor da respetiva participação na subsidiária adquirida.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As empresas incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na nota 4.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em associadas

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (empresas que o Grupo controla em conjunto com entidades terceiras, sendo o controlo conjunto estabelecido contratualmente ou por acordo parassocial, com reflexo nas estruturas governativas destas entidades) e em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, mas não

detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas - geralmente investimentos que representam entre 20% e 50% do capital de uma empresa) foram valorizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo nas rubricas Investimentos em empreendimentos conjuntos ou Investimentos em associadas, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) da entidade, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício ou de outro rendimento integral, e pelos dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da entidade, na data de aquisição, é registado em Investimentos em empreendimentos conjuntos ou em Investimentos em associadas, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras da entidade para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

É feita uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos e em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da entidade excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é apresentado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a entidade.

Os ganhos não realizados com empreendimentos conjuntos ou com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nestas entidades, por contrapartida do respetivo investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na nota 5.

c) Goodwill

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, são reconhecidas como *goodwill* (nota 13).

O *goodwill* dos investimentos em subsidiárias sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado.

O valor de *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade de *goodwill* verificadas no exercício são registadas na Demonstração Consolidada de Resultados do exercício, na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas.

As diferenças negativas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária

adquirida, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras cuja moeda funcional não é o euro, são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do relato, e os gastos e rendimentos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Outras reservas e resultados acumulados.

O valor de *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada ou liquidada, a Reserva de conversão monetária acumulada é reclassificada para a Demonstração Consolidada de Resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Libra inglesa	0.8872	0.8761	0.8562	0.7763
Rand sul-africano	14.8060	14.9993	14.4571	17.2325
Dólar canadiano	1.5039	1.4631	1.4188	1.4647
Dólar americano	1.1993	1.1272	1.0541	1.1061

Fonte: Bloomberg

2.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção de terrenos e edifícios, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo seu valor revalorizado, deduzido das depreciações, no caso dos edifícios, e das perdas de imparidade acumuladas.

O incremento resultante da revalorização é registado em Outro rendimento integral do exercício em que a mesma ocorra, sendo posteriormente transferido para a rubrica Outras reservas e resultados acumulados, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, à medida que o bem revalorizado for depreciado e/ou alienado.

O valor revalorizado será revisto sempre que se conclua que o mesmo difere significativamente do justo valor dos ativos revalorizados, não excedendo, contudo, um período de cinco anos entre revalorizações sucessivas.

O Grupo regista como ativo fixo tangível os componentes de elementos de equipamento básico que têm vidas úteis significativamente diferentes das dos respetivos ativos principais, ou que só podem ser utilizados num ativo principal específico. A depreciação destes componentes é efetuada separadamente tendo em consideração as respetivas vidas úteis estimadas identificadas.

As despesas de reparação e manutenção são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

As depreciações começam a ser registadas quando os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 40
Equipamento básico	2 - 25
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento administrativo	4 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	5

Os ativos fixos em curso incluem os ativos fixos tangíveis em fase de construção e encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são transferidos para as diversas rubricas de ativos fixos tangíveis, tendo em consideração a sua natureza, e depreciados, a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são revistos anualmente.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis identificáveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem controláveis pelo Grupo e se o seu valor puder ser razoavelmente mensurado.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são escrituradas na Demonstração Consolidada de Resultados quando incorridas (nota 37).

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e

para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incursas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de programas informáticos são registados como gastos na Demonstração Consolidada de Resultados, quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre três e seis anos.

2.5. Locações

Os contratos de locação, em que o Grupo age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens locados, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos mesmos bens.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira pelo menor valor entre o justo valor dos ativos locados e o valor dos pagamentos mínimos de locação financeira. Adicionalmente, os juros incluídos nas rendas, as depreciações e perdas por imparidade são registados na Demonstração Consolidada de Resultados como gastos do exercício a que respeitam. As depreciações e perdas por imparidade são calculadas e registadas nos termos previstos na nota 2.3 para os ativos fixos tangíveis. Nos casos em que não exista certeza razoável quanto à aquisição dos bens locados no termo do contrato, o período de depreciação será o menor entre a vida útil esperada e o prazo considerado no contrato de locação.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas vencidas são registadas como gasto na Demonstração Consolidada de Resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. São constituídas, essencialmente, por terrenos e edifícios de operações descontinuadas em relação aos quais o Grupo celebrou contratos de arrendamento com entidades terceiras.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota 2.3. para os ativos fixos tangíveis.

2.7. Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados na rubrica Ativos Não Correntes Detidos para Venda, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas situações em que o seu valor contabilístico seja recuperado principalmente através de uma operação de venda, em vez de através do seu uso continuado.

Considera-se que o valor contabilístico será recuperado através de uma operação de venda nas situações em que o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes, e se estima que a ocorrência de uma transação de venda no prazo de um ano é altamente provável.

Na classificação de ativos não correntes como detidos para venda podem ser considerados ativos não correntes individuais ou grupos de ativos não correntes, que constituem grupos para alienação, nas situações em que os ativos compreendidos num determinado grupo são incluídos na mesma transação de venda. Os grupos para alienação podem, ainda, incluir ativos correntes e passivos, desde que incluídos na mesma transação de venda. Os ativos correntes e não correntes e os passivos são apresentados, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas rubricas Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Passivos Diretamente Associados a Ativos Não Correntes Detidos para Venda, respetivamente.

Os ativos não correntes detidos para venda e os grupos para alienação são mensurados ao menor do custo e do justo valor menos custos estimados de venda.

As depreciações dos ativos depreciables cessam após a respetiva classificação como Ativo Não Corrente Detido para Venda.

2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração Consolidada de Resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira e são creditados na Demonstração Consolidada de Resultados em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9. Imparidade dos ativos não correntes, exceto Impostos diferidos

É efetuada uma avaliação de imparidade, à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

A avaliação de imparidade é efetuada individualmente para cada ativo. No caso dos ativos fixos tangíveis que não possuam a capacidade de produzir fluxos de caixa autonomamente, a avaliação de imparidade é efetuada para a unidade geradora de caixa nos quais os mesmos se incluam (nota 32). Nas situações em que a unidade geradora de caixa inclua ativos intangíveis sem vida útil definida, a avaliação de imparidade é concretizada, independentemente da existência de eventos que indiquem que o montante pelo qual a unidade geradora de caixa se encontra registada possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é contabilizada uma perda por imparidade na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração Consolidada de Resultados. No caso de ativos fixos tangíveis que tenham sido revalorizados, as perdas por imparidade que se verificarem são registadas em outro rendimento integral, na rubrica Revalorização de ativos fixos tangíveis, da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, até esgotarem o montante do ativo acrescentado pela revalorização, sendo qualquer excesso sobre esse montante registado na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração Consolidada de Resultados.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes, conhecedoras e interessadas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A reversão de perdas por imparidade contabilizadas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente registada tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é registada na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria contabilizada (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. As perdas por imparidade do *goodwill* não são reversíveis.

2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por

empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são contabilizados como gasto do exercício.

2.11. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização da capacidade produtiva).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como gastos operacionais nas rubricas de Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados, subprodutos e trabalhos em curso, respetivamente.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

O aumento e a utilização ou reversão de provisões são reconhecidos na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados

2.13. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo classificam-se como segue:

- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda;
- Investimentos detidos até à maturidade.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira como investimentos correntes.

O Grupo classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida que o Grupo tem intenção e capacidade de manter até essa data.

Todas as compras e vendas destes investimentos são registados à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago.

Após o registo inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital de outras entidades que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica Resultados financeiros da Demonstração Consolidada de Resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados em Outro rendimento integral, na Demonstração Consolidada de Rendimento Integral, e incluídos na rubrica Outro Rendimento Integral Acumulado, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda

por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é reclassificado(a) para a Demonstração Consolidada de Resultados.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e apresentadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, registadas na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados, por forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebida. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade registadas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

As dívidas de terceiros são apresentadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira como ativos correntes, exceto quando o respetivo vencimento é superior a doze meses da data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, situações em que são apresentadas como ativos não correntes.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica Gastos financeiros, da Demonstração Consolidada de Resultados, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas inicialmente ao justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

f) Instrumentos derivados

O Grupo pode utilizar instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Quando utilizados pelo Grupo, os instrumentos derivados definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juros ("swaps") de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da Demonstração Consolidada de Resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são contabilizadas em Outro rendimento integral, na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, e na rubrica Outro rendimento integral acumulado, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros, da Demonstração Consolidada de Resultados, no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros, quando existentes, é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados, nos termos indicados na nota 25.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor registadas em Outro rendimento integral acumulado, são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem; as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados.

O Grupo utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de “hedge accounting”, mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos

e saldos a receber, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Estes instrumentos derivados em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são registados pelo seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, nos termos descritos na nota 25, afetam diretamente a rubrica Resultados financeiros da Demonstração Consolidada de Resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizados registados na Demonstração Consolidada de Resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da Demonstração Consolidada de Resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da Demonstração Consolidada de Resultados.

Os instrumentos derivados são apresentados nas rubricas Outros ativos não correntes, Outros ativos correntes, Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em Outras reservas incluída em Outras reservas e resultados acumulados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

2.14. Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado na nota 28, o Grupo assumiu, através de algumas subsidiárias, compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram planos de benefícios definidos, tendo sido constituídos para o efeito fundos de pensões autónomos.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o "Projected Unit Credit Method".

As remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência, das alterações de pressupostos atuariais demográficos e financeiros e da diferença entre o retorno real e a quota-parte do juro líquido são registadas em outros rendimentos integrais, no Capital próprio.

O juro líquido é determinado pela aplicação da taxa de desconto, derivada das taxas de juro de obrigações de *rating* elevado, ao valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo do plano.

Os custos por responsabilidades passadas são registados imediatamente como gasto do exercício.

As responsabilidades por benefícios pós-emprego registadas à data de relato representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, ajustado pelas remensurações e reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões.

2.15. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de ocorrer uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja considerada remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado e a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para

efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em outro rendimento integral, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.17. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são registados na Demonstração Consolidada de Resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na Demonstração Consolidada de Resultados com referência à respectiva fase de acabamento à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.18. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e intangíveis e de investimentos, são apresentadas na Demonstração Consolidada de Resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas.

2.19. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada

subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data de cobrança, pagamento ou à data de encerramento das demonstrações financeiras, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos operacionais, no caso de transações de natureza operacional, ou como rendimentos e gastos financeiros, no caso de transações de natureza financeira, na Demonstração Consolidada de Resultados. As diferenças de câmbio relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio, são registadas igualmente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 2.13.f)).

2.20. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio prazo

A Sociedade e as suas subsidiárias atribuem, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, uma remuneração definida em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, a ser paga após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuída, se manter em funções no final deste período.

Esta remuneração, que consiste numa obrigação pecuniária, é registada nas rubricas Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

2.21. Eventos subsequentes

Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração Consolidada de Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas (eventos registáveis). Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data da Demonstração Consolidada de Posição Financeira são divulgados no anexo

às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (eventos não registáveis).

2.22. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo, tendo em consideração o sistema interno de relato de informação financeira (nota 44).

2.23. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis do ativo fixo tangível e intangível (notas 2.3, 2.4, 10, 11 e 12);
- b) Análise de imparidade das contas a receber (notas 18 e 19);
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, ajustamento de justo valor e, no caso dos inventários, ao valor realizável líquido (nota 9, 17 e 32);
- d) Cálculo das responsabilidades por benefícios pós-emprego (nota 28);
- e) Cálculo de provisões e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis (nota 32);
- f) Cálculo do imposto sobre o rendimento (nota 40).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas, através da Demonstração Consolidada de Resultados, de forma prospetiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.24. Classificação de rubricas de natureza operacional quanto à sua recorrência

O Grupo divulga informação sobre a recorrência dos eventos contabilizados em rubricas de natureza operacional, com exceção dos registados em amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade, mas incluindo as perdas por imparidade em clientes, tendo em vista proporcionar aos leitores das suas demonstrações financeiras consolidadas informação adicional que permita melhor avaliar a tendência de resultados futuros.

Desta forma, são classificados como não recorrentes os eventos que pela sua natureza são infrequentes, incomuns, excepcionais, únicos ou residuais, em relação aos quais não há expectativas de ocorrerem regularmente no contexto da atividade normal da empresa. Em particular, o Grupo classifica como tal, os rendimentos provenientes de indemnização de seguros, os gastos resultantes de multas e coimas e os rendimentos e ganhos relacionados com a descontinuação de ativos, ou desta decorrentes, designadamente:

- Mais-valias e menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis;
- Gastos de reestruturação;
- Gastos com a terminação da relação laboral com trabalhadores;
- Rendimentos e ganhos de uma entidade, ou parte de uma entidade, incluída na consolidação, após a mesma ter sido classificada internamente como inativa.

Todos os eventos que não sejam classificados como não recorrentes, são classificados como recorrentes.

2.25. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. O justo valor resultante corresponde ao nível 2 da hierarquia do justo valor, conforme definido na IFRS 13. Nas situações em que as referidas técnicas recorrem, maioritariamente ou exclusivamente, a informação não observável nos mercados, o justo valor resultante corresponde ao nível 3 da hierarquia estabelecida pela norma anteriormente mencionada.

2.26. Gestão do risco

a) Risco de crédito

i) Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Sonae Indústria, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de riscos de crédito, na Sonae Indústria, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco:

- Dispõem localmente (em cada país) de comitês de análise e acompanhamento do risco de crédito;
- Possuem equipas exclusivamente dedicadas à gestão do crédito a clientes e à gestão das respetivas cobranças;
- Implementaram processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Estabelecem e acompanham os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando diariamente a exposição efetiva;
- Criaram mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como seguros de crédito, cartas de crédito e garantias bancárias);

- Utilizam agências de *rating* de crédito;
- Recorrem aos meios das companhias de seguros e legais disponíveis para recuperação de crédito, quando aplicável.

Para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas, a Sonae Arauco promove, numa base anual, um “Fórum de Gestão de Risco de Crédito de Clientes”. Durante 2017, a Sonae Arauco também implementou um projeto de grupo para rever e otimizar as práticas anuais do Grupo.

ii) Ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, as empresas do Grupo detêm outros ativos financeiros relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com instituições financeiras envolvem preferencialmente contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

b) Riscos de mercado

i) Risco de taxa de juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável, na sua Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro, uma vez que a maior parte da sua dívida é denominada nesta divisa.

Regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o “cash flow operacional antes de juros líquidos”, que cria uma cobertura natural ao nível do “cash flow operacional após juros líquidos” para a Sonae Indústria. A lógica por detrás deste princípio é a seguinte:

- Na sua atividade operacional, a Sonae Indústria encontra-se exposta maioritariamente à área do Euro e, como referido anteriormente, a sua exposição principal no que se refere à variação de taxa de juro também se concentra na divisa Euro.
- A atividade operacional da Sonae Indústria é cíclica, sendo positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com os ciclos do setor da construção (e também do setor do mobiliário). Tal facto deve-se essencialmente à natureza dos seus produtos e ao facto de serem bens duráveis e do tipo *commodity*, com um desempenho superior quando as condições económicas são favoráveis.
- Sob condições económicas normais, quando se verificam fortes níveis da atividade económica e da procura, a inflação tende a aumentar. Tendo em conta que o Banco Central Europeu (BCE) tem como missão fundamental garantir a estabilidade dos preços, o BCE intervém normalmente no sentido de aliviar tensões inflacionistas através do recurso à subida das taxas de juro. Efeitos opostos ocorrem quando se verificam níveis fracos de atividade e de procura, com menores pressões sobre os preços.
- Quando a atividade e a procura são fortes na zona do Euro, a Sonae Indústria tende a desempenhar de forma superior ao nível operacional, gerando *cash flow* operacional mais elevado. Ao mesmo tempo, quando as condições económicas são favoráveis, o BCE tende a subir as taxas de juro de modo a refrear a procura e prevenir aumentos de preços, o que

se reflete, para a Sonae Indústria, em juros líquidos suportados mais elevados, criando-se uma cobertura natural ao nível do “*cash flow* operacional após juros líquidos”. O mesmo princípio (mas com sinais opostos) aplica-se em situações económicas recessivas.

- A Sonae Indústria entende que, para além da taxa de juro do Euro, estes mesmos princípios se aplicam para as restantes taxas de juro às quais o Grupo se encontra exposto, tais como as da libra esterlina, dólar canadiano ou do rand sul-africano (apesar de reconhecer que em mercados emergentes o comportamento das taxas de juro é influenciado por outros efeitos não diretamente relacionados com as condições económicas domésticas).

Como exceção a esta política, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os seguintes princípios são observados:

- Os derivados não são utilizados com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos;
- O grupo apenas contrata derivados com Instituições Financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*;
- Os derivados contratados replicam exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente são sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado;
- Cotações de pelo menos duas instituições financeiras são obtidas antes da contratação de derivados de taxa de juro.

ii) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, presente em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de câmbio. As Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira e a Demonstração Consolidada de Resultados encontram-se exposto a risco de câmbio de

translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio.

O risco de transação emerge, essencialmente, quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respetivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* cambial natural, reduzindo o risco de transação do Grupo. Em linha com este raciocínio, como princípio, as subsidiárias da Sonae Indústria apenas contratam dívida financeira denominada na respetiva divisa local.

Como regra do Grupo, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais.

Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados cambiais com objetivos de negociação, geração de proveitos ou fins especulativos.

O risco de conversão monetária emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro) terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos ativos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas devido ao facto de a conversão ser efetuada em períodos diferentes a taxas de câmbio diferentes.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de capitais próprios em subsidiárias não Euro, não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Pressupõe-se, também, que a cobertura de transações não acrescenta valor a longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de *cash flows* positivos e negativos em subsidiárias não Euro, são contabilizados como Capitais Próprios, na rubrica Outro rendimento integral acumulado.

Algumas subsidiárias da Sonae Indústria concedem ou recebem financiamento intragrupo em divisas distintas da sua divisa local. Quando se verificam estas situações, o financiamento intragrupo é sempre denominado na divisa funcional da outra contraparte do Grupo. A política da Sonae Indústria é cobrir de modo sistemático o valor em aberto destes financiamentos intragrupo, de modo a reduzir a volatilidade nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esta volatilidade resulta do facto de não existir uma compensação dos ganhos ou perdas registadas na Demonstração de resultados de uma das contrapartes do Grupo com um ativo ou passivo intragrupo denominado noutra divisa que não a sua divisa funcional (ganho ou perda registado como consequência da alteração do valor do seu ativo ou passivo denominado em divisa estrangeira), do lado da outra contraparte do Grupo. Ao não existir esta compensação, as contas consolidadas são também afetadas.

Estas coberturas cambiais de financiamentos intragrupo são feitas atualmente através de contratos *forward* de taxa de câmbio, levados a cabo pela subsidiária exposta ao risco cambial e renovados consistentemente numa base semestral. Cotações de pelo menos duas instituições financeiras são obtidas antes da contratação destes derivados. Estes derivados de cobertura cambial não são utilizados com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos.

A análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio está incluída na nota 26.

iii) Outros riscos de preço

A 31 de dezembro de 2017, o Grupo não detinha investimentos significativos classificados como disponíveis para venda.

c) Risco de liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso a gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

A análise do risco de liquidez está incluída na nota 26.

3. EVENTOS RELEVANTES

Em outubro de 2017, as unidades industriais de Mangualde e Oliveira do Hospital, controladas pela Sonae Arauco, S. A., sociedade na qual a Sonae Indústria detém uma participação de 50% do seu capital, foram atingidas pelos graves incêndios florestais que afetaram a região central de Portugal. Em consequência, os respetivos parques de madeiras, os equipamentos instalados nesses parques e os sistemas elétricos e de cablagens sofreram danos significativos, que deixaram estas unidades industriais inoperacionais. Estima-se que as suas atividades possam ser retomadas na totalidade durante o primeiro semestre de 2018.

Ambas as unidades industriais dispõem de apólice de seguro que assegurará indemnizações pelos danos patrimoniais sofridos e perdas de exploração decorrentes de inatividade.

Os resultados do Grupo Sonae Arauco, cuja quota-parte de 50% foram registados nestas demonstrações financeiras consolidadas por aplicação do método da equivalência patrimonial (nota 5), incluem os seguintes efeitos decorrentes deste evento:

- Perdas em inventários no montante de 3 032 958 euros, bem como ganho pela respetiva indemnização estimada, reduzida da franquia aplicável, no montante de 1 032 958 euros;
- Perda por imparidade referente aos ativos fixos tangíveis danificados, no montante de 7 663 093 euros, assim como ganho pela respetiva indemnização, estimada pelo mesmo montante;
- Ganho por indemnização para perdas de exploração resultantes de inatividade, que foram estimadas num montante de 7 299 053 euros.

4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		31.12.2017		31.12.2016		
		Direto	Total	Direto	Total	
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Glunz UK Holdings, Ltd.	Liverpool (Reino Unido)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Glunz Uka GmbH	M eppen (Alemanha)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Isoroy, SAS	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Movelpartes - Comp. para a Indústria do Mobiliário, SA	Paredes (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Novodecor (Pty) Ltd	Woodmead (África do Sul)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Poliface North America	Lac Mégantic (Canadá)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Sonae Indústria - Management Services, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Sonae Indústria - Soc. Gestora de Participações Sociais, SA	Maia (Portugal)	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Sonae Indústria de Revestimentos, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Tafisa Canadá Inc	Lac Mégantic (Canada)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Tafisa France S.A.S.	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)

a) Controlo detido por maioria de votos;

A percentagem direta de capital detido refere-se à participação direta de uma sociedade do grupo da subsidiária em questão.

A percentagem total de capital detido refere-se à detida pela empresa-mãe até à subsidiária em questão.

5. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os empreendimentos conjuntos, suas sedes sociais e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO			
		31.12.2017		31.12.2016	
		Direto	Total	Direto	Total
Sonae Arauco, SA	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	50.00%	50.00%
Agepan Eiweiler Management, GmbH	Eiweiler (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Aglom Imobiliaria y Servicios, S. L	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Aglom Investimentos, SGPS, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
1) Sonae Arauco Beeskow GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
GHP Glunz Holzwerkstoffproduktions GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
2) Sonae Arauco Deutschland GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
3) Glunz Service GmbH	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00% a)
Impaper Europe GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Imoplamac – Gestão de Imóveis, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Laminate Park GmbH & Co. KG	Eiweiler (Alemanha)	50.00%	25.00%	50.00%	25.00% b)
3) OSB Deutschland	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00% a)
Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
4) Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais – Energias, S.A.	Mangualde (Portugal)	-	-	100.00%	50.00% a)
Somit – Imobiliária, S.A.	Mangualde (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Sonae Arauco France	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
5) Sonae Arauco Portugal, SA	Mangualde (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
6) Sonae Arauco South Africa (Pty) Ltd	Woodmead (África do Sul)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
7) Sonae Arauco Netherlands B. V.	Woerden (Países Baixos)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
8) Sonae Arauco (UK), Ltd.	Liverpool (Reino Unido)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
9) Sonae Arauco Espana - Soluciones de Madera, S. L	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Tafiber. Tableros de Fibras Ibéricas, S.L	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
10) Tafisa U.K, Ltd.	Liverpool (Reino Unido)	-	-	100.00%	50.00% a)
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
11) Sonae Arauco Suisse SA	Tavannes (Suíça)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)
Tecmasa. Reciclados de Andalucía, S. L	Madrid (Espanha)	50.00%	25.00%	50.00%	25.00% b)
Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00% a)

a) Sociedade incluída no perímetro de consolidação da Sonae Arauco, S.A.;

b) Sociedade cujo investimento está registado nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, S.A. por aplicação do método da equivalência patrimonial, dado estar classificada como empreendimento conjunto desta sociedade.

- 1) Ex-BHW Beeskow Holzwerkstoffe GmbH
- 2) Ex-Glunz AG
- 3) Sociedade fusionada na Sonae Arauco Deutschland GmbH
- 4) Sociedade alienada em 12 de outubro de 2017
- 5) Ex-Sonae Indústria – Prod. e Comerc. Derivados Madeira, S. A.
- 6) Ex-Sonae Novobord (Pty) Ltd
- 7) Ex-Sonae Tafibra International, B. V.
- 8) Ex-Sonae Industria (UK) Ltd.
- 9) Ex-Tableros Tradema, S.L
- 10) Sociedade liquidada em 22 de junho de 2017
- 11) Ex-Tafibra Suisse SA

A percentagem direta de capital detido refere-se à participação direta de uma sociedade do grupo da subsidiária em questão.

A percentagem total de capital detido refere-se à detida pela empresa-mãe até à subsidiária em questão.

As ações destas sociedades não estão cotadas, razão pela qual não é possível identificar o justo valor de nível um das respetivas participações financeiras.

Os ativos líquidos e os resultados líquidos destas sociedades que constituem empreendimentos conjuntos, cuja quota-parte foi registada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas por aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme indicado na nota 2.2.b), detalham-se como segue:

Sonae Arauco - Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016
Ativos não correntes	486 460 459	516 229 548
Ativos correntes (sem caixa e equivalentes de caixa)	203 319 660	181 815 850
Caixa e equivalentes de caixa	26 708 564	29 903 996
Passivos financeiros não correntes	181 836 027	204 590 512
Outros passivos não correntes	82 277 751	95 963 697
Passivos financeiros correntes	29 796 341	21 836 327
Outros passivos correntes	173 296 890	176 328 520

Sonae Arauco - Consolidado				
	31.12.2017	31.12.2016	31.05.2016	
		(a)	(b)	(a) - (b)
Rendimentos e ganhos operacionais	846 696 381	831 690 131	353 636 452	478 053 678
Gastos e perdas operacionais	(797 604 346)	782 279 238	327 383 577	454 895 661
Depreciações e amortizações	(43 550 736)	45 988 781	18 872 798	27 115 983
Rendimentos financeiros - juros	740 714	674 217	318 751	355 466
Gastos financeiros - juros	(8 052 634)	13 807 322	7 846 417	5 960 905
Imposto sobre o rendimento	(8 725 379)	3 189 140	3 538 028	(348 888)
Resultado das operações que continuam	25 629 081	20 175 245	9 150 930	11 024 315
Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas				
Quota-parte do Grupo no resultado líquido	12 814 541			5 512 158
Quota-parte do grupo no outro rendimento integral	741 994			3 102 362

A rubrica Ganhos e perdas relativos a empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Resultados, apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Quota-parte do Grupo no resultado líquido consolidado dos empreendimentos conjuntos	12 814 541	5 512 158
Outros ganhos e perdas em empreendimentos conjuntos	<u>(2 460 980)</u>	<u>5 512 158</u>
	<u>10 353 561</u>	<u>5 512 158</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, Outros ganhos e perdas em empreendimentos conjuntos inclui 50% de determinados gastos incorridos pelo empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A. que, no âmbito do acordo de parceria celebrado com o Grupo Arauco, são contratualmente transferidos para a Sonae Indústria, SGPS, S. A.. O montante correspondente aos restantes 50% desses gastos foi incluído em Quota-parte do Grupo no resultado líquido consolidado dos empreendimentos conjuntos, por aplicação do método da equivalência patrimonial.

6. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Às datas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Investimentos em empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, incluía o investimento nas sociedades mencionadas na nota 5, mensurado pelo método da equivalência patrimonial, através do qual o valor do investimento vai sendo alterado pela registo da quota-parte da Sonae Indústria nos resultados consolidados, no outro rendimento integral consolidado e nas outras variações dos capitais próprios consolidados da Sonae Arauco, S. A..

Em 31 de maio de 2016, a então subsidiária Tableros de Fibras, S.A. (atualmente denominada Sonae Arauco, S. A.) efetuou um aumento de capital integralmente subscrito e realizado pelo Grupo Arauco, na sequência do qual a Sonae Arauco, S. A. e as suas subsidiárias identificadas na nota 5 foram excluídas da consolidação, dado terem sido classificadas nessa data como empreendimentos conjuntos. A partir de então, estas sociedades passaram a ser registadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Indústria, SGPS, S. A.. Os resultados destas sociedades referentes ao período de cinco meses concluído em 31 de maio de 2016, no montante de 7 930 251 euros, foram apresentadas na rubrica Resultados depois de impostos das operações descontinuadas, na Demonstração Consolidada de Resultados (nota 41). Os resultados destas sociedades registados após 31 de maio de 2016 foram

contabilizados por equivalência patrimonial na rubrica Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos, nas Demonstrações Consolidadas de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. registou o justo valor do seu investimento na Sonae Arauco, S. A., que foi estimado em 185 981 068 euros, com referência à data de 31 de maio de 2016. A determinação deste justo valor implica o ajustamento dos ativos e passivos identificáveis da Sonae Arauco, S. A. e respetivas subsidiárias pelo seu justo valor, com referência à data de 31 de maio de 2016, para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. Com base em avaliações externas, o ajustamento do justo valor dos ativos imobiliários ascende a 10 000 000 euros pelo que o goodwill final apurado de 80 975 628 euros deveria ser ajustado neste montante. No entanto, e como o registo deste ajustamento se traduziria num acréscimo anual do gasto de depreciação de 100 000 euros, dos quais 50% seriam atribuíveis à Sonae Indústria, SGPS, S.A., atendendo à falta de relevância deste montante, a Sonae Indústria optou por não corrigir o resultado líquido consolidado da Sonae Arauco, S.A., para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial desde 31 de maio de 2016.

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício concluído em 31 de dezembro de 2016 inclui os fluxos de caixa das entidades classificadas como operações descontinuadas, que se encontram detalhados na nota 41.

7. CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nas Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira, às datas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:

	Empréstimos e contas a receber	Ativos registados a justo valor por resultados	Ativos disponíveis para venda	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IAS 39	Total
31.12.2017						
Ativos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda			130 487	130 487		130 487
Ativos correntes						
Clientes	13 591 178			13 591 178		13 591 178
Outras dívidas de terceiros	77 425			77 425	207 985	285 410
Outros ativos correntes		1 645		1 645	2 126 928	2 128 573
Caixa e equivalentes de caixa	4 084 771			4 084 771		4 084 771
Total	17 753 374	1 645	130 487	17 885 506	2 334 913	20 220 419

	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Sub-total	Activos não abrangidos pela IAS 39	Total
31.12.2016					
Ativos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda		130 821	130 821		130 821
Outros ativos não correntes	442 298		442 298		442 298
Ativos correntes					
Clientes	15 193 129		15 193 129		15 193 129
Outras dívidas de terceiros	209 171		209 171	94 139	303 310
Outros ativos correntes				1 951 835	1 951 835
Caixa e equivalentes de caixa	4 795 077		4 795 077		4 795 077
Total	20 639 675	130 821	20 770 496	2 045 974	22 816 470

	Passivos registados a justo valor por resultados	Passivos ao custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IAS 39	Total
31.12.2017					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente		197 650 071	197 650 071		197 650 071
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente		898 793	898 793		898 793
Outros passivos não correntes				2 122 999	2 122 999
Passivos correntes					
Empréstimos bancários		13 699 858	13 699 858		13 699 858
Credores por locações financeiras		500 227	500 227		500 227
Fornecedores		19 626 920	19 626 920		19 626 920
Outros passivos correntes	71 838	2 652 307	2 724 145	10 118 179	12 842 324
Total	71 838	235 028 176	235 100 014	12 241 178	247 341 192

	Passivos registados a justo valor por resultados	Passivos ao custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IAS 39	Total
31.12.2016					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente		214 868 703	214 868 703		214 868 703
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente		1 132 741	1 132 741		1 132 741
Outros passivos não correntes		2 000 000	2 000 000	1 554 341	3 554 341
Passivos correntes					
Empréstimos bancários		1 890 967	1 890 967		1 890 967
Credores por locações financeiras		417 272	417 272		417 272
Fornecedores		23 050 212	23 050 212		23 050 212
Outros passivos correntes	431 254	3 673 936	4 105 190	12 757 325	16 862 515
Total	431 254	247 033 831	247 465 085	14 311 666	261 776 751

Os ativos e passivos não abrangidos pela IAS 39 são constituídos, essencialmente, por saldos a receber e a pagar ao Estado, saldos a receber e a pagar aos empregados do Grupo e rubricas de acréscimos e diferimentos.

Não existem saldos compensados de ativos e passivos financeiros.

8. JUSTO VALOR

A utilização do justo valor na elaboração das presentes demonstrações financeiras pode ser resumida da seguinte forma:

8.1. Ativos e passivos financeiros

	Ativos financeiros				Descrição das técnicas de valorização utilizadas	
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor			Total
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não quantificado *		
31.12.2017						
Ativos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda	-		130 487	130 487	-	
Ativos correntes						
Clientes	-		13 591 178	13 591 178	-	
Outras dívidas de terceiros	-		77 425	77 425	-	
Outros ativos correntes	2	1 645		1 645	nota 20, 25	
Caixa e equivalentes de caixa	-		4 084 771	4 084 771	-	
		1 645	17 883 861	17 885 506		
31.12.2016						
Ativos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda	-		130 821	130 821	-	
Outros ativos não correntes	-		442 298	442 298	-	
Ativos correntes						
Clientes	-		15 193 129	15 193 129	-	
Outras dívidas de terceiros	-		209 171	209 171	-	
Caixa e equivalentes de caixa	-		4 795 077	4 795 077	-	
Total			20 770 496	20 770 496		

	Passivos financeiros				Descrição das técnicas de valorização utilizadas	
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor			Total
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não quantificado *		
31.12.2017						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	-		197 650 071	197 650 071	-	
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela cc	2		201 156	697 637	nota 24	
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	-		13 699 858	13 699 858	-	
Credores por locações financeiras	2		107 615	392 612	nota 24	
Fornecedores	-		19 626 920	19 626 920	-	
Outros passivos correntes	2	71 838		2 652 307	nota 25, 31	
Total		71 838	308 771	234 719 405	235 100 014	
31.12.2016						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	-		214 868 703	214 868 703	-	
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente	2		1 132 741	1 132 741	nota 24	
Outros passivos não correntes	-		2 000 000	2 000 000	-	
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	-		1 890 967	1 890 967	-	
Credores por locações financeiras	2		417 272	417 272	nota 24	
Fornecedores	-		23 050 212	23 050 212	-	
Outros passivos correntes	2	431 254		3 673 936	nota 25, 31	
Total		431 254	1 550 013	245 483 818	247 465 085	

* Dado estimar-se que não difere materialmente do valor contabilístico.

8.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são registadas ao custo, conforme referido na nota 2.6. O respetivo justo valor encontra-se divulgado na nota 12.

8.3. Ativos fixos tangíveis

Os terrenos e edifícios estão registados pelo seu valor revalorizado, determinado à data de 31.12.2017. A política de avaliação destes ativos, no que à sua periodicidade diz respeito, está indicada na nota 2.3.

O valor revalorizado dos terrenos e edifícios é apresentado na nota 10.

8.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos incluídos nesta rubrica estão valorizados pelo respetivo justo valor menos custos estimados de venda, conforme descrito na nota 2.7.

A hierarquia de justo valor está descrita na nota 2.25.

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
	<u>Não correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação		
Saldo inicial	36 969 914	36 969 914
Saldo final	<u>36 969 914</u>	<u>36 969 914</u>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>36 969 914</u>	<u>36 969 914</u>
Valor líquido dos investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação	<u><u>36 969 914</u></u>	<u><u>36 969 914</u></u>
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
	<u>Não correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos em empreendimentos conjuntos		
Saldo inicial	195 908 535	5 695 259
Efeito de alteração de perímetro		(5 695 259)
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial	15 369 886	195 908 535
Dividendos	<u>(5 661 957)</u>	
Saldo final	<u><u>205 616 464</u></u>	<u><u>195 908 535</u></u>
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
	<u>Não correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos disponíveis para venda		
Saldo inicial	134 810	1 171 674
Aquisição	2 076	5 042
Alienação	(2 410)	
Efeito de alteração de perímetro		(1 050 414)
Variação do justo valor		<u>8 508</u>
Saldo final	<u>134 476</u>	<u>134 810</u>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>3 989</u>	<u>3 989</u>
Valor líquido dos investimentos disponíveis para venda	<u><u>130 487</u></u>	<u><u>130 821</u></u>

O montante incluído na rubrica Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação refere-se à ex-subsidiária Tarnaise des Panneaux, detida indiretamente pela Sonae Indústria, SGPS, SA em 100% do seu capital. Em 2001, o Grupo Sonae Indústria apresentou em tribunal um pedido de insolvência desta sociedade, que se encontra a decorrer desde então e que configura uma situação de perda de controlo da entidade, razão pela qual tem sido excluída do perímetro de consolidação. A Demonstração Consolidada de Posição Financeira inclui uma imparidade pelo valor total da participação financeira nesta sociedade.

A análise de imparidade ao valor da rubrica Investimentos em empreendimentos conjuntos encontra-se detalhada na nota 5.2 das demonstrações financeiras separadas da Sociedade, não se tendo concluído sobre a existência de qualquer perda por imparidade a registar nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos disponíveis para venda são constituídos por investimentos financeiros que não cumprem os critérios para serem classificados como investimentos em subsidiárias ou em associadas e são registados ao custo de aquisição, que se estima não ser materialmente diferente do seu justo valor.

10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2017							
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
Ativo Bruto:								
Saldo inicial	91 307 802	272 235 761	2 612 591	143 635	3 621 704	218 223	3 971 483	374 111 199
Investimento			288 181				10 947 162	11 235 343
Desinvestimento	(14 505)	(3 116 953)	(373 755)	(47 398)	(102 388)	(3 477)		(3 658 476)
Revalorização	9 532 969							9 532 969
Transferências e reclassificações	332 735	7 734 041	185 424		71 991		(6 750 151)	1 574 040
Variações cambiais	(4 025 002)	(14 285 639)	(131 279)		(112 752)	(43)	(261 202)	(18 815 917)
Saldo final	97 133 999	262 567 210	2 581 162	96 237	3 478 555	214 703	7 907 292	373 979 158
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:								
Saldo inicial	33 296 782	186 752 575	2 251 161	141 110	3 397 687	206 190		226 045 505
Depreciações do exercício	2 227 653	9 654 342	116 885	794	83 600	3 412		12 086 686
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados	1 281 964	227 670						1 509 634
Desinvestimento	(14 505)	(2 989 182)	(372 770)	(47 303)	(97 617)	(3 477)		(3 524 854)
Reversão de perdas por imparidade	(663 222)	(356 208)						(1 019 430)
Revalorização	3 736 123							3 736 123
Transferências e reclassificações		68 267						68 267
Variações cambiais	(1 521 433)	(9 668 542)	(101 708)		(100 988)	(6)		(11 392 677)
Saldo final	38 343 362	183 688 922	1 893 568	94 601	3 282 682	206 119		227 509 254
Saldo final líquido	58 790 637	78 878 288	687 594	1 636	195 873	8 584	7 907 292	146 469 904

31.12.2016

	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos activos fixos tangíveis
Activo Bruto:								
Saldo inicial	646 791 354	1370 041 227	10 931 046	13 196 327	26 896 730	10 287 939	21 556 726	2099 701 349
Variações do perímetro de consolidação	(545 967 605)	(1084 104 786)	(8 457 368)	(12 973 716)	(22 926 895)	(9 512 382)	(12 933 945)	(1696 876 697)
Investimento	149 455						13 319 373	13 468 828
Desinvestimento	(16 128 393)	(44 896 995)	(472 880)	(108 958)	(649 981)	(721 067)		(62 978 274)
Transferências e reclassificações	1 632 069	14 330 704	469 620	14 704	169 205	162 105	(18 391 798)	(1 613 391)
Variações cambiais	4 830 922	16 865 611	142 173	15 278	132 645	1 628	421 127	22 409 384
Saldo final	91 307 802	272 235 761	2 612 591	143 635	3 621 704	218 223	3 971 483	374 111 199
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:								
Saldo inicial	377 423 482	1034 831 385	10 313 762	12 541 503	25 818 573	9 218 418	774 498	1470 921 621
Variações do perímetro de consolidação	(339 676 366)	(839 839 024)	(7 912 407)	(12 402 841)	(22 092 857)	(8 456 307)	(774 498)	(1231 154 300)
Depreciações do exercício	5 870 079	24 713 179	198 250	96 203	201 901	172 910		31 252 522
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados	3 478 160	550 325						4 028 485
Desinvestimento	(15 464 338)	(44 567 245)	(471 939)	(108 958)	(647 894)	(720 884)		(61 981 258)
Transferências e reclassificações						(7 874)		(7 874)
Variações cambiais	1 665 765	11 063 955	123 495	15 203	117 964	(73)		12 986 309
Saldo final	33 296 782	186 752 575	2 251 161	141 110	3 397 687	206 190		226 045 505
Saldo final líquido	58 011 020	85 483 186	361 430	2 525	224 017	12 033	3 971 483	148 065 694

As variações do perímetro de consolidação ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se aos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, das subsidiárias nas quais se verificou perda de controlo, à data de 31 de maio de 2016 (notas 5 e 6).

Em conformidade com a política contabilística divulgada na nota 2.3, o Grupo efetuou, à data de 31 de dezembro de 2017, uma revalorização de terrenos e edifícios, cujo valor foi determinado por entidade avaliadora independente. Como consequência desta revalorização, o valor líquido dos terrenos e edifícios foi aumentado em 5 796 847 euros, através de outro rendimento integral. Ainda em consequência desta revalorização, foram registadas perdas por imparidade em terrenos e edifícios, no montante de 1 281 964 euros, e revertidas perdas por imparidade em terrenos e edifícios, no montante de 663 222 euros. O valor das depreciações do exercício não foi alterado pela revalorização. Os métodos de avaliação utilizados incluem, principalmente, o método comparativo de mercado, o método do custo e o método de rendimento, e os valores de mercado estimados correspondem ao nível dois da hierarquia de justo valor. O método comparativo de mercado consiste em comparar o ativo objeto de avaliação com outros ativos de características semelhantes, recentemente transacionados ou que se encontrem à venda no mercado, tendo em consideração as diferenças que possam afetar o valor. O método do custo consiste em utilizar o custo de substituição de um dado ativo como indicador do respetivo valor de mercado. O método do rendimento consiste em determinar o valor de mercado a partir do valor descontado dos fluxos de caixa projetados, tendo em consideração o maior e melhor uso futuro do ativo.

As transferências e reclassificações incluem principalmente os ativos que estavam classificados como Ativos não correntes detidos para venda (nota 16).

As variações cambiais resultam, principalmente, da conversão para euros dos ativos fixos tangíveis das subsidiárias cuja moeda funcional é o dólar canadiano (CAD).

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram capitalizados juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, no âmbito das condições definidas na nota 2.10.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha hipotecado ativos fixos tangíveis no montante de 128 604 501 euros (133 392 714 euros em 31 de dezembro de 2016), como garantia de empréstimos obtidos no montante de 37 380 912 euros (39 578 123 euros em 31 de dezembro de 2016).

À mesma data, não existiam compromissos assumidos para aquisição de elementos do ativo fixo tangível.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis cujo valor contabilístico é nulo devido a estarem totalmente depreciados ou em imparidade ascendia a 83 176 910 euros (88 499 930 euros em 31 de dezembro de 2016). Adicionalmente, o valor contabilístico líquido dos ativos fixos tangíveis que, à data de 31 de dezembro de 2017, se encontravam inativos, era de 5 480 815 euros (5 706 140 euros em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 dezembro de 2016, os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Grupo com recurso a locação financeira apresentavam o seguinte detalhe:

	31.12.2017					31.12.2016
	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Outras variações	Saldo Final	Saldo Final
Ativo Bruto:						
Terrenos e edifícios	5 121 453				5 121 453	5 121 453
Equipamento Básico	213 490			(12 080)	201 410	213 490
Equipamento de transporte	1 306 175	288 181	(318 193)	(73 093)	1 203 070	1 306 175
Equipamento administrativo	328 014		(27 047)	(17 828)	283 139	328 014
Saldo Final	6 969 132	288 181	(345 240)	(103 001)	6 809 072	6 969 132
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:						
Terrenos e edifícios	554 702	106 949			661 651	554 702
Equipamento Básico	43 931	13 816		(2 860)	54 887	43 931
Equipamento de transporte	1 306 175	4 803	(318 193)	(65 414)	927 371	1 306 175
Equipamento administrativo	321 732	1 290	(22 673)	(17 624)	282 725	321 732
Saldo Final	2 226 540	126 858	(340 866)	(85 898)	1 926 634	2 226 540
Saldo final líquido	4 742 592	161 323	(4 374)	(17 103)	4 882 438	4 742 592

Os pagamentos mínimos de locação financeira são apresentados na nota 24.2

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2017							Total	
	Custos de desenvolvimento		Patentes, Royalties e outros direitos		Programas informáticos		Ativos intangíveis em curso		Total ativos intangíveis
	Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente		
Ativo Bruto:									
Saldo inicial	40 493	89 514	1 828 556	119 823		1 828 556	249 830	2 078 386	
Investimento					107 162	107 162		107 162	
Desinvestimento			(3 803)			(3 803)		(3 803)	
Transferências e reclassificações			107 162		(107 162)				
Variações cambiais			(82 583)			(82 583)		(82 583)	
Saldo final	40 493	89 514	1 849 332	119 823		1 849 332	249 830	2 099 162	
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:									
Saldo inicial	40 493	63 039	1 584 342	119 823		1 584 342	223 355	1 807 697	
Amortizações do exercício		6 073	217 983			217 983	6 073	224 056	
Desinvestimento			(3 803)			(3 803)		(3 803)	
Variações cambiais			(71 767)			(71 767)		(71 767)	
Saldo final	40 493	69 112	1 726 755	119 823		1 726 755	229 428	1 956 183	
Saldo final líquido		20 402	122 577			122 577	20 402	142 979	

31.12.2016

	Custos de desenvolvimento		Patentes, Royalties e outros direitos		Programas informáticos		Outros ativos intangíveis		Ativos intangíveis em curso		Total ativos intangíveis		Total
	Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente		
Ativo Bruto:													
Saldo inicial	184 848	3 771 845	14 547 305	3 225 963	63 454	2 617 771	823 418	14 610 759	10 623 845				25 234 604
Variações do perímetro de consolidação	(106 423)	(4 188 115)	(12 987 840)	(3 143 141)	(63 454)	(2 331 407)	(439 663)	(13 051 294)	(10 208 749)				(23 260 043)
Investimento						741 705	306 089						1 047 794
Desinvestimento	(37 932)	(160 502)											(198 434)
Transferências e reclassificações		655 455		36 332		(1 028 069)	(689 844)						(1 026 126)
Variações cambiais		10 831	269 091	669									280 591
Saldo final	40 493	89 514	1 828 556	119 823									2 078 386
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:													
Saldo inicial	184 848	3 288 639	13 289 422	2 552 490	63 454	1 652 723		13 352 876	7 678 700				21 031 576
Variações do perímetro de consolidação	(106 423)	(3 151 659)	(12 290 302)	(2 506 444)	(63 454)	(1 505 275)		(12 353 756)	(7 269 801)				(19 623 557)
Amortizações do exercício		82 377	337 580	73 571		58 813		337 580	214 761				552 341
Desinvestimento	(37 932)	(160 502)											(198 434)
Reversão de perdas de imparidade						(24 028)			(24 028)				(24 028)
Transferências e reclassificações						(182 233)			(182 233)				(182 233)
Variações cambiais		4 184	247 642	206					247 642				252 032
Saldo final	40 493	63 039	1 584 342	119 823					1 584 342				1 807 697
Saldo final líquido		26 475	244 214						244 214				270 689

As variações do perímetro de consolidação ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se aos ativos intangíveis e respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, das subsidiárias nas quais se verificou perda de controlo, à data de 31 de maio de 2016 (notas 5 e 6).

Em 31 de dezembro de 2017, o valor bruto dos ativos intangíveis totalmente amortizados ou em imparidade ascendia a 818 633 euros (653 726 euros em 31 de dezembro de 2016).

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Custo	Total	Custo	Total
Ativo Bruto:				
Saldo inicial	37 254 929	37 254 929	37 123 738	37 123 738
Investimento			131 191	131 191
Saldo final	37 254 929	37 254 929	37 254 929	37 254 929
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:				
Saldo inicial	31 002 982	31 002 982	30 672 761	30 672 761
Depreciações do exercício	250 904	250 904	330 221	330 221
Saldo final	31 253 886	31 253 886	31 002 982	31 002 982
Saldo final líquido	6 001 043	6 001 043	6 251 947	6 251 947

	31.12.2017	31.12.2016
Rendas de propriedades de investimentos	377 303	216 344
Custos operacionais diretos	257 172	171 891

À data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica Propriedades de investimento compreendia o terreno e os edifícios da unidade industrial de Betanzos, em Espanha, que se encontra arrendada a terceiros. Estes ativos estão registados ao custo histórico. O seu justo valor foi determinado por entidade independente, com referência à data de 24 de maio de 2017, e ascendia a 6,3 milhões de euros (nível dois da hierarquia de justo valor). O justo valor foi estimado através de uma abordagem de desenvolvimento e de uma abordagem de rendimento. À data de 31 de dezembro de 2017, a Sonae Indústria estimava que o justo valor não se havia alterado significativamente.

13. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos no valor do *Goodwill* foram os seguintes:

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo Bruto:		
Saldo Inicial	347 082	82 584 032
Variações do perímetro de consolidação		82 026 263
Variações cambiais		- 210 687
Saldo Final	<u>347 082</u>	<u>347 082</u>
Perdas por Imparidade Acumuladas:		
Saldo Inicial		1 700 000
Variações do perímetro de consolidação		1 700 000
Saldo Final		<u>1 700 000</u>
Valor líquido	<u>347 082</u>	<u>347 082</u>

Os montantes apresentados como variações do perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referem-se ao *goodwill* registado na consolidação das sociedades nas quais ocorreu perda de controlo, à data de 31 de maio de 2016 (notas 5 e 6). Tal como referido nestas notas, o investimento na Sonae Arauco, S. A. (ex-Tableros de Fibras. S. A.) passou a ser mensurado pelo método de equivalência patrimonial, que prevê que qualquer *goodwill* existente seja incluído na rubrica Investimento em empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira (nota 2.2.b).

Devido ao reduzido valor de *goodwill* registado na Demonstração Consolidada de Posição financeira, a Sociedade entendeu não efetuar análise de imparidade ao respetivo valor, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, de acordo com as diferenças temporárias subjacentes, é o seguinte:

	Ativos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Homogeneização de Amortizações e Depreciações			18 126 186	19 775 606
Provisões não Aceites Fiscalmente	54 222	15 837		
Imparidade de Ativos	1 059 442	1 057 012		
Prejuízos Fiscais Reportáveis	66 685	68 295		
Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis			2 441 232	977 511
Outras diferenças temporárias	281 811	223 353	1 368	1 821
	<u>1 462 160</u>	<u>1 364 497</u>	<u>20 568 786</u>	<u>20 754 938</u>

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo inicial	1 364 497	28 358 134	20 754 938	55 427 496
Efeito em resultado das operações continuadas:				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em resultado:				
Homogenização de amortizações e depreciações			(546 661)	(1 990 643)
Provisões não aceites fiscalmente	38 258	(5 166)		
Imparidade de ativos	2 430	780 052		
Revalorização de ativos fixos tangíveis			(13 880)	(13 373)
Prejuízos fiscais reportáveis		(1 511 727)		
Outros impostos diferidos	58 459	(917 387)	(404)	(62)
Subtotal (nota 40)	99 147	(1 654 228)	(560 945)	(2 004 078)
Efeito em resultado das operações descontinuadas:				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em resultado:				
Homogenização de amortizações e depreciações				137 795
Provisões não aceites fiscalmente		(116 222)		
Imparidade de ativos		(256 828)		
Prejuízos fiscais reportáveis		1 438 154		
Anulação de ativos fixos tangíveis		(450)		
Revalorização de ativos fixos tangíveis				1 886 522
Outros impostos diferidos		(1 682 926)		233 460
Subtotal		(618 272)		2 257 777
Efeito em outro rendimento integral:				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em outro rendimento integral:				
Revalorização de ativos fixos tangíveis			1 536 165	
Subtotal			1 536 165	
Efeito de conversão monetária	(1 484)	48 864	(1 161 372)	1 606 740
Variações do perímetro de consolidação		(24 770 001)		(36 532 997)
Saldo final	<u>1 462 160</u>	<u>1 364 497</u>	<u>20 568 786</u>	<u>20 754 938</u>

Homogeneização de amortizações e depreciações refere-se à diferença entre as amortizações e depreciações relevantes para efeitos contabilísticos e as relevantes para efeitos fiscais.

Em conformidade com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, o Grupo efetua anualmente uma avaliação dos ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis, tendo por base projeções de resultados efetuadas para os cinco anos seguintes.

De acordo com a estimativa de resultado fiscal do exercício de 2017 e com as declarações fiscais do exercício de 2016 das empresas que registam ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais, os mesmos eram reportados como segue:

Caducidade	31.12.2017		31.12.2016	
	Prejuízo fiscal	Activos por imposto diferido	Prejuízo fiscal	Activos por imposto diferido
Sem caducidade	238 162	66 685	243 910	68 295
Total	238 162	66 685	243 910	68 295

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos, podem ser detalhados como segue:

Caducidade	31.12.2017		31.12.2016	
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto
2017			117 849	23 570
2018	11 447 823	2 403 207	11 447 823	2 403 207
2019	119 987	23 997	119 987	23 997
2020	125 939	25 188	125 844	25 169
2021	123 549	24 710	121 939	24 388
2022	4 074 921	842 861	1 287 230	257 446
2023	456 536	91 307	456 536	91 307
2024	71 379	14 276	71 379	14 276
2026	116 802	23 360		
2027	33 325	6 998	33 325	6 998
2028	5 528 711	1 161 029		
	22 098 972	4 616 933	13 781 912	2 870 358
Sem caducidade	762 164 101	236 304 881	767 282 034	237 367 433
Total	784 263 073	240 921 814	781 063 946	240 237 791

Os montantes apresentados como crédito de imposto referem-se ao ativo por imposto diferido que não foi registado nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, dado as condições requeridas pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro para tal não estarem preenchidas. Futuramente, esse ativo por imposto diferido poderá ser registado, parcialmente ou pela totalidade do valor em cima quantificado, na situação de as condições exigidas para tal pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro serem preenchidas.

Os ativos por impostos diferidos são compensados com o valor dos passivos por impostos diferidos nas situações em que:

- i) A Empresa geradora das respetivas diferenças temporárias tenha capacidade legal para compensar os saldos ativos com os saldos passivos do imposto sobre o rendimento corrente; ou
- ii) Os ativos e passivos por impostos diferidos apurados estão relacionados com o imposto sobre o rendimento a pagar à mesma Entidade fiscal:
 - (a) por uma entidade; ou
 - (b) por diferentes entidades que pretendem receber/ pagar imposto numa base líquida.

15. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros ativos não correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	
	Valor Bruto	Valor Líquido
Clientes e Outros Devedores	442 298	442 298
Instrumentos Financeiros	442 298	442 298
Total	<u>442 298</u>	<u>442 298</u>

ANTIGUIDADE DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES NÃO CORRENTES E DE EMPRÉSTIMOS A PARTES RELACIONADAS	
31.12.2016	
Não vencido	442 298
Total	442 298

Em 31 de dezembro de 2017, não existiam ativos registados na rubrica Ativos não correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

16. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em dezembro de 2015, foram reclassificados como Ativos não correntes detidos para venda os ativos fixos tangíveis (equipamentos) da unidade industrial de Souselas, em Portugal, que se encontra inativa, dado estarem disponíveis para venda imediata e existir, nessa data, a expectativa de completar uma transação de venda num prazo de doze meses. Dado que estas expectativas acabaram por não se concretizar, os referidos ativos foram reclassificados na rubrica Ativos fixos tangíveis, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de Dezembro de 2017.

17. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Inventários da Demonstração Consolidada de Posição Financeira detalhava-se como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Mercadorias	1 467 476	1 562 647
Produtos acabados e intermédios	7 408 605	7 667 357
Produtos e trabalhos em curso	576 291	587 122
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	8 496 688	9 231 599
	17 949 060	19 048 725
Perdas acumuladas em inventários (Nota 32)	950 946	910 432
	16 998 114	18 138 293

Os inventários do grupo são constituídos, principalmente, por madeira, placas cruas e revestidas e produtos químicos.

18. CLIENTES

À data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de Clientes da Demonstração Consolidada de Posição Financeira podia decompor-se como segue:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Cientes	14 008 405	417 227	13 591 178	15 770 699	577 570	15 193 129

	31.12.2017	31.12.2016
Não vencido	11 501 044	11 933 384
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	1 565 094	2 468 345
30 - 90 dias	73 456	216 126
+ 90 dias	308 625	364 722
	1 947 175	3 049 193
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	113 242	
90 - 180 dias	110 877	207 342
180 - 360 dias		126 980
+ 360 dias	336 067	453 800
	560 186	788 122
Total	14 008 405	15 770 699

19. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outras dívidas de terceiros, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Outros devedores	59 076	59 076	209 171	209 171
Partes relacionadas	18 349	18 349		
Instrumentos financeiros	77 425	77 425	209 171	209 171
Outros devedores	207 985	207 985	94 139	94 139
Activos não abrangidos pela IAS 39	207 985	207 985	94 139	94 139
Total	285 410	285 410	303 310	303 310

	ANTIGUIDADE DE OUTROS DEVEDORES E DE PARTES RELACIONADAS	
	31.12.2017	31.12.2016
Não vencido	10 852	
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	28 682	150 423
30 - 90 dias		15 372
+ 90 dias	37 891	43 376
	<u>66 573</u>	<u>209 171</u>
Total	<u>77 425</u>	<u>209 171</u>

A rubrica Outros devedores inclui adiantamento a fornecedores no montante de 173 309 euros (70 710 euros, a 31 de dezembro de 2016).

20. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica Outros ativos correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é o seguinte:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Instrumentos derivados	1 645	1 645		
Instrumentos financeiros	1 645	1 645		
Acréscimo de rendimentos	287 210	287 210	402 038	402 038
Gastos diferidos	1 839 718	1 839 718	1 549 797	1 549 797
Activos não abrangidos pela IAS 39	2 126 928	2 126 928	1 951 835	1 951 835
Total	<u>2 128 573</u>	<u>2 128 573</u>	<u>1 951 835</u>	<u>1 951 835</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo não detinha quaisquer instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa. Os montantes incluídos no quadro anterior referem-se a instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de resultados (nota 25).

A rubrica Gastos diferidos inclui um montante de 929 454 euros referente à periodização de gastos com seguros (827 000 euros a 31 de dezembro de 2016).

21. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (ATIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros impostos e contribuições podia decompor-se como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Outros impostos e contribuições:		
Imposto sobre o valor acrescentado	1 180 718	1 741 841
Outros	<u>915 538</u>	<u>1 504 374</u>
	<u><u>2 096 256</u></u>	<u><u>3 246 215</u></u>

22. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe da rubrica Caixa e equivalentes de caixa, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira e da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, era o seguinte:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Numerário	6 556	6 536
Depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria	<u>4 078 215</u>	<u>4 788 541</u>
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de posição financeira	<u>4 084 771</u>	<u>4 795 077</u>
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de fluxos de caixa	<u><u>4 084 771</u></u>	<u><u>4 795 077</u></u>

A 31 de dezembro de 2017, o montante de caixa e equivalentes de caixa expressos em moeda diferente da moeda funcional do Grupo ascendia a 3 548 078 euros (3 338 195 euros, em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria ascendia a 4 078 215 euros (4 788 541 euros, em 31 de dezembro de 2016). Existia apenas um depósito de montante superior a 1 000 000 euros, efetuado numa instituição financeira com nível de *rating* Aa2 (Moody's).

23. CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio consolidado é composto pelas seguintes rubricas:

23.1. CAPITAL SOCIAL

Em maio de 2017, a Sociedade efetuou uma operação de redução de capital social para cobertura de prejuízos acumulados, no montante de 558 787 776,91 euros, na sequência da qual o capital social passou de 812 107 574,17 euros para 253 319 797,26 euros, sem alteração do número de ações existentes.

Em julho de 2017, a Sociedade realizou uma operação de reagrupamento das 11 350 757 250 ações que passaram a representar o seu capital social, após a extinção de 167 ações doadas pela acionista Migracom, SGPS, S.A.. Esta operação de reagrupamento produziu efeitos a 31 de julho de 2017 e incluiu a aplicação de um coeficiente de 1:250, segundo o qual cada conjunto de 250 (duzentas e cinquenta) ações, com código ISIN PTS3P0AM0017, correspondeu a 1 (uma) nova ação, com código ISIN PTS3P0AM0025.

Em consequência, à data de 31 de dezembro de 2017, o capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, ascendia a 253 319 797,26 euros (812 107 574,17 euros, em 31 de dezembro de 2016) e era representado por 45 403 029 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal (11 350 757 417 ações, em 31 de dezembro de 2016)

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

23.2. RESERVA LEGAL

A rubrica Reserva legal inclui a reserva da Sociedade-mãe constituída e utilizada nos termos dos artº. 295 e 296 do Código das Sociedades Comerciais.

Em maio de 2017, a Sociedade utilizou a totalidade da reserva legal, no montante de 3 131 757 euros, para cobertura de prejuízos acumulados.

23.3. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui:

- As reservas da Sociedade-mãe e a quota-parte atribuível ao Grupo das reservas das entidades incluídas na consolidação, constituídas nos termos dos respetivos estatutos ou por proposta dos respetivos Conselhos de Administração, aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas;
- Os resultados acumulados de exercícios anteriores da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação, cuja aplicação ainda não foi efetuada;
- O resultado líquido do exercício corrente da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação;
- Os ajustamentos de consolidação a qualquer das componentes anteriores.

Em maio de 2017, a Sociedade efetuou uma cobertura de prejuízos acumulados, no montante de 561 919 534 euros, por redução de capital social e de reserva legal.

23.4. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL ACUMULADO

A rubrica Outro rendimento integral acumulado tem a seguinte composição:

- A reserva de conversão monetária, resultante da transposição para Euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em moeda funcional diferente;
- A variação do justo valor dos ativos disponíveis para venda (nota 8);
- O saldo de instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 25);
- O efeito da remensuração das obrigações de benefícios definidos (nota 28);
- Revalorização de ativos fixos tangíveis (notas 2.3, 2.9 e 10);
- Quota-parte do Grupo no outro rendimento integral acumulado dos empreendimentos conjuntos;

- Os ajustamentos de consolidação a qualquer dos componentes anteriores.

	Outro rendimento integral acumulado						Total
	Atribuível aos accionistas da empresa-mãe						
	Conversão monetária	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos		Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral	
Que ulteriormente poderá ser transferido para resultado				Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
Saldo em 1 de janeiro de 2017	11 114 057	6 367 184	(192 092)	4 468 623	33 694 328	(1 033 382)	54 418 718
Outro rendimento integral consolidado do período	(4 240 137)	5 796 847	106 021	(618 288)	1 360 282	(1 536 165)	868 560
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6 873 920</u>	<u>12 164 031</u>	<u>(86 071)</u>	<u>3 850 335</u>	<u>35 054 610</u>	<u>(2 569 547)</u>	<u>55 287 278</u>

	Outro rendimento integral acumulado						Total	
	Atribuível aos accionistas da empresa-mãe							
	Conversão monetária	Ativos disponíveis para venda	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos			Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral
Que ulteriormente poderá ser transferido para resultado					Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	(31 461 322)	96 733	106 260 850	(6 260 935)		1 388 833	(26 238 300)	43 785 859
Outro rendimento integral consolidado do exercício	4 275 995	8 508	(105 241)	(99 895 009)	(149 140)	4 416 002	(1 313 640)	7 237 725
Alteração de método				6 218 070	52 621	33 619 135	25 049 855	(35 060 569)
Transferido para Resultado líquido consolidado do exercício	36 592 671							36 592 671
Outros	<u>1 706 713</u>		1 343	(87)			155 063	1 863 032
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>11 114 057</u>	<u>6 367 184</u>	<u>(192 092)</u>	<u>4 468 623</u>	<u>33 694 328</u>	<u>(1 033 382)</u>	<u>54 418 718</u>	

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Reserva de conversão monetária refere-se, essencialmente, à subsidiária Tafisa Canada Inc.

O movimento ocorrido em Reserva de revalorização refere-se à revalorização de ativos fixos tangíveis, efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (notas 2.3 e 10).

24. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2017			
	Custo Amortizado		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	11 949 858		11 949 858	
Empréstimos bancários	1 750 000	197 650 071	1 750 000	199 012 843
Credores por locações financeiras	500 227	898 793	500 227	898 793
Endividamento bruto	<u>14 200 085</u>	<u>198 548 864</u>	<u>14 200 085</u>	<u>199 911 636</u>

31.12.2016

	Custo Amortizado		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	390 967		390 967	
Empréstimos bancários	1 500 000	214 868 703	1 500 000	216 670 580
Credores por locações financeiras	417 272	1 132 741	417 272	1 132 741
Endividamento bruto	2 308 239	216 001 444	2 308 239	217 803 321

O perfil de vencimento destes financiamentos encontra-se detalhado na nota 26.

Existem contratos de locação financeira sujeitos a taxa de juro fixa. À data de 31 de dezembro de 2017, foi calculado o justo valor dos pagamentos mínimos de locação financeira, que não apresenta diferenças materialmente relevantes em relação aos montantes registados na rubrica Credores por locações financeiras, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

As taxas de juro médias verificadas para cada classe de endividamento indicada no mapa anterior, foram as seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos bancários	4.23%	4.25%
Obrigações		5.37%
Locações financeiras	<u>5.18%</u>	<u>5.30%</u>

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos.

O montante total em dívida, a 31 de Dezembro de 2017, em financiamentos relativamente aos quais os respetivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida, no caso de mudança acionista, era de cerca de 165 milhões de euros (79% do valor contabilístico do endividamento líquido consolidado).

24.1. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

A rubrica Empréstimos bancários do quadro da nota 24 inclui as rubricas Empréstimos bancários não correntes - líquidos da parcela corrente, Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes e Empréstimos bancários

correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e detalhava-se, às datas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, como segue:

31.12.2017				
Sociedade	Não corrente	Corrente		Total
		Parcela de curto prazo	Curto prazo	
Sonae Indústria-SGPS,SA	160 651 145	11 900 000	1 750 000	174 301 145
Tafisa Canada Inc.	34 361 698	49 858		34 411 556
Sonae Industria de Revestimentos,SA	4 000 000			4 000 000
	199 012 843	11 949 858	1 750 000	212 712 701

31.12.2016				
Sociedade	Não corrente	Corrente		Total
		Parcela de curto prazo	Curto prazo	
Sonae Indústria-SGPS,SA	180 900 000	250 000	1 500 000	182 650 000
Tafisa Canada Inc.	35 770 580	140 967		35 911 547
	216 670 580	390 967	1 500 000	218 561 547

Os montantes detalhados nos quadros anteriores correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 24.

Os empréstimos bancários não correntes, a respetiva parcela corrente e os empréstimos bancários correntes, detalham-se como segue:

Empresa(s)	Financiamento	Data de início	Data de vencimento (com referência à data de 31.12.2017)	Divisa	Montante em dívida à data de 31.12.2017 (EUR)	Montante em dívida à data de 31.12.2016 (EUR)
Tafisa Canada Inc.	Empréstimo Bancário (Revolving) ¹⁾	julho de 2011	amortizações entre março de 2017 e maio de 2021	CAD	33 380 912	34 678 123
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2018 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR	1 750 000	1 500 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre julho de 2018 e janeiro de 2020	EUR	7 500 000	
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ²⁾	maio de 2016	amortizável entre maio de 2019 e maio de 2021	EUR	143 500 000	175 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre janeiro de 2018 e julho de 2019 ³⁾	EUR	4 000 000	4 900 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre julho de 2017 e julho de 2018	EUR	1 000 000	1 250 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ⁴⁾	dezembro de 2016	amortizável entre junho de 2018 e dezembro de 2019	EUR	16 000 000	
Sonae - Indústria de Revestimentos, S. A.	Empréstimo bancário	setembro de 2017	amortizável entre março de 2019 e setembro de 2022	EUR	4 000 000	N/A
Outros				EUR	1 581 789	1 233 424
Total				EUR	212 712 701	218 561 547

- 1) Este contrato obriga ao cumprimento de dois rácios financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc: um rácio de Passivo Financeiro / (Capital Próprio + Passivo Financeiro) e outro de "Free Cash Flow" / Serviço da Dívida. Estes rácios são testados trimestralmente até ao termo do financiamento e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo;
- 2) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das subsidiárias Megantic B. V. e Tafisa Canada Inc. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de dívida financeira, calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, comprometendo-se também com um nível máximo do rácio Dívida Líquida / EBITDA para a Tafisa Canada Inc, calculado com base nas demonstrações financeiras individuais desta subsidiária. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo;
- 3) Em fevereiro de 2018, por acordo entre as partes, o vencimento da totalidade deste empréstimo foi alterado para julho de 2019;
- 4) No âmbito deste financiamento, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. deu em garantia as ações da sua subsidiária Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S. A., cujos ativos líquidos contribuem para o ativo líquido consolidado num montante de 9 353 768 euros. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de autonomia financeira (Total do Capital Próprio / Total do Ativo). Este rácio é testado anualmente, a partir de 31 de dezembro de 2016, inclusive, até ao termo do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

N/A – empréstimos que não existiam à data de 31 de dezembro de 2016.

Os montantes detalhados no quadro anterior correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 24.

Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis.

À data de 31 de dezembro de 2017, os rácios associados aos empréstimos, mencionados anteriormente, cumpriam os limites contratualmente estabelecidos.

À mesma data, nos contratos de empréstimos bancários referidos anteriormente, o Grupo dispunha de limites não utilizados, com vencimentos posteriores a 31 de dezembro de 2018, no montante de cerca de 46,7 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2017, além das hipotecas referidas na nota 10, existiam outros ativos onerados como garantia de passivos do Grupo no montante de 26 613 983 euros (27 014 465 euros a 31 de dezembro de 2016). Estes ativos eram principalmente constituídos por inventários e contas de terceiros.

24.2. CREDORES POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos de locação financeira		Valor actual dos pagamentos mínimos de locação financeira	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
2017		492 123		417 272
2018	559 407	488 176	500 227	435 104
2019	518 451	444 764	482 791	413 495
2020	367 105	293 417	355 254	284 142
2021	61 472		60 748	
	<u>1 506 435</u>	<u>1 718 480</u>	<u>1 399 020</u>	<u>1 550 013</u>
Credores por locação financeira - corrente			500 227	417 272
Credores por locação financeira - não corrente			<u>898 793</u>	<u>1 132 741</u>

Os ativos registados ao abrigo de contratos de locação financeira são apresentados na nota 10.

24.3. FLUXOS DE CAIXA

Os montantes apresentados nas rubricas Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos, das atividades de financiamento da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, incluem as renovações das emissões de papel comercial referidas na nota 24.1.

Os passivos financeiros (valor nominal) derivados das atividades de financiamento, divulgados na nota 24, apresentam a seguinte decomposição:

31.12.2017						
Demonstração Consolidada de Posição Financeira	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Variação cambial	Outros	Saldo final
Passivos não correntes:						
Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	216 670 581	19 928 995	14 728 550	(2 041 096)	(20 817 087)	199 012 843
Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente	1 132 741	288 181	427 938	(6 890)	(87 301)	898 793
Outros empréstimos						
Passivos correntes:						
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	390 967		102 536	(5 661)	11 667 088	11 949 858
Empréstimos bancários correntes	1 500 000	835 900 000	844 800 000		9 150 000	1 750 000
Parcela corrente dos credores por locação financeira não correntes	417 272			(4 345)	87 300	500 227
Outros empréstimos						
Total	220 111 561	856 117 176	860 059 024	(2 057 992)		214 111 721
Movimentos que não afetam os fluxos de caixa:						
Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente (-)		288 181				288 181
Total	220 111 561	855 828 995	860 059 024	(2 057 992)		213 823 540
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa		Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a			
Atividades de financiamento:						
Empréstimos obtidos		855 828 995	859 631 085			
Credores por locações financeiras			427 939			
Total		855 828 995	860 059 024			

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Outros ativos correntes	Outros passivos correntes	
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2016
Derivados ao justo valor através de resultados:			
"Forwards" de taxa de câmbio (notas 20 e 31)	1 645	71 838	431 254
	1 645	71 838	431 254

25.1. Derivados ao justo valor através de resultado

São constituídos por derivados de taxa de câmbio ("forwards"), em relação aos quais não foi aplicada contabilidade de cobertura.

A determinação do justo valor dos "forwards" de taxa de câmbio é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas, quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos, e teve por base a atualização, para a data de relato, do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato (segundo nível da hierarquia de justo valor). O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa

de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação (taxa de câmbio “forward” determinada entre a data da avaliação e data de maturidade do contrato, obtida com recurso a informação de mercado).

Os ganhos e perdas correspondentes à variação do justo valor foram registados na rubrica Ajustamentos para o justo valor de instrumentos financeiros registados ao justo valor através de resultados (notas 35 e 36), a que corresponde uma perda líquida de 150 913 euros (uma perda líquida de 906 348 euros, em 2016).

Os instrumentos derivados registados ao justo valor através de resultados, detidos pelo grupo à data de 31 de dezembro de 2017, vencem integralmente durante o exercício de 2018.

25.2. Derivados ao justo valor através de reservas

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram contratados instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de reservas.

26. RISCOS FINANCEIROS

26.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.26., c), no que diz respeito ao endividamento bruto referido na nota 24, pode ser analisado como segue:

	31.12.2017		
	Maturidade do endividamento bruto (nota 24)	Juro	Total
2018	14 200 085	7 399 956	21 600 041
2019	19 483 418	6 958 108	26 441 526
2020	47 404 736	5 608 920	53 013 656
2021	131 641 142	1 977 866	133 619 008
2022	1 199 482	17 031	1 216 513
2023	182 858		182 858
	<u>214 111 721</u>	<u>21 961 881</u>	<u>236 073 602</u>

	31.12.2016		
	Maturidade do endividamento bruto (nota 24)	Juro	Total
2017	2 308 239	8 113 825	10 422 064
2018	2 571 220	7 970 960	10 542 180
2019	38 603 796	7 073 251	45 677 047
2020	44 474 443	5 426 771	49 901 214
2021	131 868 424	1 850 572	133 718 996
2022	190 301		190 301
Após 2022	95 137		95 137
	<u>220 111 560</u>	<u>30 435 379</u>	<u>250 546 939</u>

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2018 (2017) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2017 (2016) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

26.2. Risco de mercado

26.2.1. Risco de taxa de juro

Na análise do risco de taxa de juro, descrito na nota 2.26., b), i), foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados antes de impostos dos exercícios de 2017 e 2016, no caso de ter ocorrido uma variação de +0,75 pontos percentuais e de -0,75 pontos percentuais em relação às taxas de juro que foram refixadas durante esses exercícios:

Análise de sensibilidade						
2017			2016			
	"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)		"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)	
		0.75%	-0.75%		0.75%	-0.75%
Endividamento bruto						
EUR	179 391 401	(1 133 789)	1 133 789	184 113 032	(976 566)	976 566
CAD	34 720 320	(275 480)	275 480	35 998 529	(294 174)	294 174
	<u>214 111 721</u>	<u>(1 409 269)</u>	<u>1 409 269</u>	<u>220 111 561</u>	<u>(1 270 740)</u>	<u>1 270 740</u>

A análise de sensibilidade evidenciada no quadro anterior exclui descobertos bancários e os empréstimos que não estão sujeitos a variação da taxa de juro.

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75 pontos percentuais corresponde a 48,9 vezes o desvio padrão daquela variável de 2017 (16,6 vezes, em 2016).

26.2.2. Risco de taxa de câmbio

Em relação ao risco de taxa de câmbio, descrito na nota 2.26, b), ii), foram efetuadas:

- a) Análises de sensibilidade aos saldos denominados em moeda diferente da moeda funcional de cada sociedade incluída na consolidação, considerando uma variação de +1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2017 e 2016 de cada moeda, em relação ao Euro.

- i) Empréstimos (-) líquidos de aplicações de tesouraria (+)

	Montante denominado em moeda estrangeira	Contra-valor em Euros	Análise de sensibilidade (EUR)	
			31.12.2016	31.12.2016
			<u>2016</u>	
			-1%	1%
GBP	280 000	327 034	(3 270)	3 270
ZAR	17 428 273	1 205 514	(12 055)	12 055

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não detinha quaisquer saldos de empréstimos ou aplicações de tesouraria denominados numa moeda diferente das moedas funcionais das suas subsidiárias.

ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	2017		2016	
					-1%	1%	-1%	1%
USD	1 555 938	(1 364 129)	1 297 372	(1 294 122)	(12 974)	12 974	12 941	(12 941)
ZAR	20 259 303	24 878 393	1 368 313	1 720 838	(13 683)	13 683	(17 208)	17 208
GBP	(22 527)		(25 390)		254	(254)		

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2017 e 2016 teriam no valor líquido das diferenças de câmbio incluídas nas notas 35, 36 e 39.

- b) Análise de sensibilidade aos instrumentos derivados contratados para cobertura do risco de câmbio identificado no ponto anterior, considerando uma variação de +1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2017 e 2016 de cada moeda, em relação ao Euro.

i) Empréstimos líquidos de aplicações de tesouraria

	Montante denominado em moeda estrangeira	Contra-valor em Euros	Análise de sensibilidade (EUR)	
	31.12.2016	31.12.2016	2016	
			-1%	1%
ZAR	17 428 273	1 205 514	12 055	(12 055)

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não detinha quaisquer derivados para cobertura de saldos de empréstimos ou aplicações de tesouraria denominados em moedas diferentes das moedas funcionais das suas subsidiárias.

ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	2017		2016	
					-1%	1%	-1%	1%
ZAR	20 770 117	23 993 072	1 402 814	1 659 601	14 028	(14 028)	16 596	(16 596)

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2017 e 2016 teriam na cobertura dos montantes identificados na alínea a).

26.2.3. Risco de crédito

No que diz respeito ao risco de crédito, descrito na nota 2.26, a), este encontra-se refletido, essencialmente, nos montantes escriturados nas rubricas Clientes (nota 18) e Outras dívidas de terceiros (nota 19). Não se verificaram diferenças relevantes entre os valores registados nesta rubrica e o respetivo justo valor estimado.

27. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Outros credores		<u>2 000 000</u>
Instrumentos financeiros		2 000 000
Outras dívidas a terceiros	<u>2 122 999</u>	<u>1 554 341</u>
Passivos não abrangidos pela IAS 39	2 122 999	1 554 341
Total	<u><u>2 122 999</u></u>	<u><u>3 554 341</u></u>

31.12.2016	<u>Após 2019</u>	<u>Total</u>
Maturidade dos Outros Credores não correntes	<u>2 000 000</u>	<u>2 000 000</u>
	<u><u>2 000 000</u></u>	<u><u>2 000 000</u></u>

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes inclui o montante de 1 189 166 euros (1 119 940 euros à data de 31 de dezembro de 2016) referente ao diferimento de rendimentos com subsídios ao investimento.

28. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Diversas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente em função do número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente.

O valor atual das responsabilidades por benefícios definidos é avaliado anualmente através de estudos atuariais realizados com base no método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos atuariais utilizados nas avaliações efetuadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	Portugal	
	31.12.2017	31.12.2016
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,0%
Taxa de rendimento do fundo	2,50%	3,0%
Taxa técnica atuarial	2,75%	2,5%
Taxa de crescimento das pensões	0,0%	0,0%

Os planos de benefícios, constituídos em exercícios anteriores por diversas sociedades do Grupo, são os seguintes:

Portugal:

Diversas sociedades do Grupo dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído, gerido por entidade terceira e calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, com base em estudos atuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de três sociedades contratados até 31 de dezembro de 1994 que, durante o tempo de vida após o momento da reforma, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. Os trabalhadores abrangidos têm a possibilidade de optar pelo recebimento de uma quantia no momento de reforma, em alternativa à renda mensal.

A taxa técnica atuarial de 2,75%, utilizada no cálculo da responsabilidade por benefícios definidos das subsidiárias portuguesas, foi obtida a partir das curvas de rendimento das obrigações corporativas de cupão zero de elevada qualidade, da zona euro, acrescida de um *spread*, determinado com base no índice iTraxx Europe Main.

A duração média estimada da obrigação por benefícios definidos registada pelas subsidiárias portuguesas é de 21 anos.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2017, o passivo por benefícios definidos ascendia a 962 252 euros (1 070 475 euros a 31 de dezembro de 2016).

O principal risco a que estes planos de benefícios definidos expõem o Grupo é o risco de liquidez. À data de 31 de dezembro de 2017, os ativos afetos aos planos representavam 38% (37% em 31 de dezembro de 2016) da obrigação de benefícios definidos. Este risco é, contudo, mitigado pelo facto de as obrigações de benefícios definidos do Grupo terem um prazo médio de vencimento bastante longo, e pelo facto de os trabalhadores abrangidos não reterem direito aos benefícios no caso de cessarem a relação de trabalho com o Grupo.

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 no valor presente das obrigações de benefícios definidos pode ser decomposto como segue:

	31.12.2017		31.12.2016		
	Plano com fundo constituído	Total	Plano sem fundo constituído	Plano com fundo constituído	Total
(+) Saldo inicial do valor presente das obrigações de benefícios definidos	1 757 059	1 757 059	798 854	32 002 161	32 801 015
(+) Custo de juros	6 482	6 482		44 203	44 203
(+) Custo do serviço corrente	8 590	8 590		50 690	50 690
(+) Remensurações:					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	(74 487)	(74 487)		288 035	288 035
Resultantes de alterações de pressupostos demográficos					
Resultantes de ajustamentos de experiência	(97 460)	(97 460)		(138 895)	(138 895)
(+) Custos reconhecidos por serviços passados	(39 596)	(39 596)			
(+) Variação de perímetro de consolidação				(759 260)	(31 287 989)
(=) Saldo final do valor presente das obrigações de benefícios definidos	<u>1 560 588</u>	<u>1 560 588</u>	<u>39 594</u>	<u>1 717 466</u>	<u>1 757 059</u>

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o justo valor dos ativos dos planos registou os seguintes movimentos:

	31.12.2017	31.12.2016
(+) Saldo inicial do justo valor dos ativos do plano	646 988	6 543 224
(+) Rendimento de juros	17 274	17 729
(+) Remensurações	(65 926)	38 297
(+) Variação de perímetro de consolidação		(5 952 262)
(=) Saldo final do justo valor dos ativos do plano	<u>598 336</u>	<u>646 988</u>

Os ativos afetos aos planos de benefícios definidos não incluem ativos ocupados ou utilizados pelo Grupo nem incluem ativos mobiliários emitidos pela Sociedade e suas subsidiárias.

À data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor das responsabilidades por benefícios definidos reconhecidos na Demonstração Consolidada de Posição Financeira é detalhado como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
(+) Valor presente das obrigações de benefícios definidos	1 560 588	1 757 059
(-) Justo valor dos ativos do plano	<u>598 336</u>	<u>646 988</u>
(=) Passivo de benefícios definidos	<u><u>962 252</u></u>	<u><u>1 110 071</u></u>

A sensibilidade da obrigação por benefícios definidos é a seguinte:

	2017			2016		
	Base de			Base de		
	-0,5 pp	valorização	+0,5 p	-0,5 pp	valorização	+0,5 p
Obrigação por benefícios definidos	1 714 065	1 560 588	1 423 958	1 898 231	1 717 466	1 557 399

A base de valorização refere-se à taxa técnica atuarial incluída nos pressupostos atuariais divulgados anteriormente.

29. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Fornecedores, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, apresentava as seguintes maturidades:

	MATURIDADE DE FORNECEDORES	
	31.12.2017	31.12.2016
A Pagar a		
< 90 dias	19 589 609	22 988 942
90 - 180 dias	11 591	19 533
> 180 dias	<u>25 720</u>	<u>41 737</u>
	<u><u>19 626 920</u></u>	<u><u>23 050 212</u></u>

30. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (PASSIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros impostos e contribuições, incluída no passivo corrente, apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Outros Impostos e contribuições		
Imposto sobre o valor acrescentado	247 234	187 864
Contribuições para a segurança social	203 737	231 147
Outros	<u>283 412</u>	<u>280 454</u>
	<u><u>734 383</u></u>	<u><u>699 465</u></u>

31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Instrumentos financeiros derivados	71 838	431 254
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	2 155 951	2 511 973
Outros credores	<u>496 357</u>	<u>1 161 966</u>
Instrumentos financeiros	2 724 146	4 105 193
Outros credores	488 389	292 949
Gastos a pagar:		
Seguros	14 105	
Gastos com o pessoal	4 318 109	6 687 970
Encargos financeiros	1 049 512	635 463
Descontos de quantidade	3 305 322	3 506 541
Fornecimentos e serviços externos	346 339	553 128
Outros	268 090	763 925
Rendimentos diferidos:		
Subsídios ao investimento	173 377	168 412
Outros	<u>154 935</u>	<u>148 934</u>
Passivos não abrangidos pela IAS 39	10 118 178	12 757 322
Total	<u><u>12 842 324</u></u>	<u><u>16 862 515</u></u>

31.12.2017	<u>< 90 dias</u>	<u>90 - 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>	<u>Total</u>
Derivados		71 838		71 838
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	2 155 951			2 155 951
Maturidade dos Outros Credores correntes	448 854	1 616	45 887	496 357
	<u>2 604 805</u>	<u>73 454</u>	<u>45 887</u>	<u>2 724 146</u>

31.12.2016	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Derivados		431 254		431 254
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	2 465 276	45 838	859	2 511 973
Maturidade dos Outros Credores correntes	455 737	631	705 598	1 161 966
	<u>2 921 013</u>	<u>477 723</u>	<u>706 457</u>	<u>4 105 193</u>

32. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foi o seguinte:

Descrição	31.12.2017					Saldo final
	Saldo inicial	Variação cambial	Aumento	Reversão	Outras Variações	
Perdas por imparidade:						
Propriedades de investimento	2 259 929					2 259 929
Ativos fixos tangíveis	5 861 104		1 509 634	(1 019 431)	(45 153)	6 306 154
Ativos intangíveis	19 242					19 242
Clientes	577 570	(9 691)	113 705	(8 701)	(255 656)	417 227
Subtotal perdas por imparidade	<u>8 717 845</u>	<u>(9 691)</u>	<u>1 623 339</u>	<u>(1 028 132)</u>	<u>(300 809)</u>	<u>9 002 552</u>
Provisões:						
Processos judiciais em curso	738 644		553 000	(542 300)		749 344
Outras	1 195 000		3 275 719		39 596	4 510 315
Subtotal provisões	<u>1 933 644</u>		<u>3 828 719</u>	<u>(542 300)</u>	<u>39 596</u>	<u>5 259 659</u>
Subtotal perdas por imparidade e provisões	<u>10 651 489</u>	<u>(9 691)</u>	<u>5 452 058</u>	<u>(1 570 432)</u>	<u>(261 213)</u>	<u>14 262 211</u>
Outras perdas:						
Investimentos	36 973 903					36 973 903
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	910 432	(6 405)	561 787	(514 868)		950 946
Total	<u>48 535 824</u>	<u>(16 096)</u>	<u>6 013 845</u>	<u>(2 085 300)</u>	<u>(261 213)</u>	<u>52 187 060</u>

Descrição	31.12.2016							Saldo final
	Saldo inicial	Variação cambial	Variação de perímetro	Aumento	Utilização	Reversão	Outras Variações	
Perdas por imparidade:								
Propriedades de investimento	2 259 929							2 259 929
Ativos fixos tangíveis	41 690 361		(25 299 027)	4 028 485			(14 558 715)	5 861 104
Goodwill	1 700 000		(1 700 000)					
Ativos intangíveis	366 436		(319 243)			(24 028)	(3 923)	19 242
Outros ativos não correntes	10 931 182						(10 931 182)	
Clientes	25 345 784	32 614	(25 064 264)	1 606 216		(934 953)	(407 827)	577 570
Outras dívidas de terceiros	3 502						(3 502)	
Subtotal perdas por imparidade	<u>82 297 194</u>	<u>32 614</u>	<u>(52 382 534)</u>	<u>5 634 701</u>		<u>(958 981)</u>	<u>(25 905 149)</u>	<u>8 717 845</u>
Provisões:								
Processos judiciais em curso	1 523 885	(24 284)	(347 703)		(421 271)		8 017	738 644
Garantias a clientes	549 120	(27)	(607 393)	58 300				
Reestruturações	1 492 766		(210 000)		(1 282 766)			
Outras	6 945 108		(5 494 474)	73 634	(329 268)			1 195 000
Subtotal provisões	<u>10 510 879</u>	<u>(24 311)</u>	<u>(6 659 570)</u>	<u>131 934</u>	<u>(2 033 305)</u>		<u>8 017</u>	<u>1 933 644</u>
Subtotal perdas por imparidade e provisões	<u>92 808 073</u>	<u>8 303</u>	<u>(59 042 104)</u>	<u>5 766 635</u>	<u>(2 033 305)</u>	<u>(958 981)</u>	<u>(25 897 132)</u>	<u>10 651 489</u>
Outras perdas:								
Investimentos	36 985 875		(25 642)	13 670				36 973 903
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	4 401 009	11 788	(3 354 143)	1 386 275		(1 521 603)	(12 894)	910 432
Total	<u>134 194 957</u>	<u>20 091</u>	<u>(62 421 889)</u>	<u>7 166 580</u>	<u>(2 033 305)</u>	<u>(2 480 584)</u>	<u>(25 910 026)</u>	<u>48 535 824</u>

Na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, as perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

Os aumentos e utilizações/reversões de provisões e perdas por imparidade encontram-se incluídos nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Perdas	Ganhos	Perdas	Ganhos
Custo das vendas	336 768	(306 232)	393 164	(173 465)
Variação da produção	225 019	(208 636)	188 237	(208 917)
Provisões e perdas por imparidade	5 452 058	(1 570 432)	4 045 743	(499 730)
Resultado das operações descontinuadas			2 539 436	(3 631 777)
Total (Demonstração Consolidada de Resultados)	6 013 845	(2 085 300)	7 166 580	(4 513 889)

As provisões e perdas por imparidade registadas na rubrica Resultados das operações descontinuadas, da Demonstração Consolidada de Resultados, estão incluídas nas seguintes rubricas detalhadas na nota 41:

	31.12.2016	
	Perdas	Ganhos
Custo das vendas (operações descontinuadas-nota 41)	310 399	(708 418)
Variação da produção (operações descontinuadas-nota 41)	494 475	(430 803)
Provisões e perdas por imparidade (operações descontinuadas-nota 41)	1 677 258	(2 425 832)
Resultados relativos a investimentos (operações descontinuadas-nota 41)	13 670	
Gastos com pessoal (operações descontinuadas-nota 41)	43 634	(66 724)
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	2 539 436	(3 631 777)

32.1. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos registados em perdas por imparidade podem ser resumidos como segue:

- As perdas por imparidade registadas em resultado do exercício de 2017 estão incluídas na coluna "Aumentos" do quadro em cima;
- As perdas por imparidade revertidas no exercício de 2017 estão incluídas na coluna "Reversão" do quadro em cima;
- A coluna "Outras variações", inclui as reduções referentes a alienações e abates;

32.2. Provisões

À data de 31 de dezembro de 2017, os saldos de provisões podiam decompor-se como segue:

- Provisões para processos judiciais em curso: o montante registado de 749 344 euros refere-se, principalmente, a litígios com ex-trabalhadores de unidades industriais desativadas. Não é possível estimar o período em que estas provisões serão utilizadas;
- Outras Provisões: inclui, designadamente, 1 195 000 euros para responsabilidades de natureza ambiental e 3 275 719 euros para responsabilidades, contratualmente estabelecidas, com o empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A..

Durante o exercício, não foram registados montantes significativos relativos à contabilização de provisões pelo valor atual das responsabilidades estimadas.

33. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

À data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o Grupo detinha contratos irrevogáveis de locação operacional cujas rendas vencem como segue:

	Pagamentos mínimos de locação operacional	
	31.12.2017	31.12.2016
2017		1 439 605
2018	1 245 701	1 047 738
2019	305 735	276 525
2020	81 162	41 362
2021	295	313
	<u>1 632 893</u>	<u>2 805 543</u>

Durante o exercício concluído em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registou na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da Demonstração Consolidada de Resultados, rendas referentes a contratos de locação operacional no montante de 2 245 000 euros (2 806 000 euros no exercício de 2016).

34. PARTES RELACIONADAS

34.1. Os saldos e transações registados durante o exercício com entidades relacionadas, podem ser resumidos como segue:

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Outras filiais da empresa-mãe	100 248	137 543	405 851	2 320 894
Empreendimentos conjuntos	537 449	598 675	1 496 292	2 145 323

Transações	Rendimentos		Gastos	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Outras filiais da empresa-mãe	68 483	49 831	1 045 866	1 088 270
Empreendimentos conjuntos	3 921 967	21 889 682	16 066 435	28 627 822

Os rendimentos e gastos registados em resultado de transações com partes relacionadas referem-se a atividades operacionais.

34.2. A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade pode ser decomposto como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Benefícios de curto prazo	953 595	825 261
Benefícios de médio prazo	143 935	1 399 949
	<u>1 097 530</u>	<u>2 225 210</u>

Os montantes divulgados no quadro anterior referem-se às remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S. A. que foram registadas na rubrica Gastos com pessoal, das Demonstrações Consolidadas de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Às datas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não havia benefícios pós-emprego atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade.

34.3. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade registou nas presentes demonstrações financeiras consolidadas os seguintes gastos com honorários da sociedade de revisores oficiais de contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda e respetiva rede internacional:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Honorários totais referentes à revisão legal das contas anuais	88 329	201 260
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	2 000	2 093
Honorários totais referentes a outros serviços	9 500	
	<u>99 829</u>	<u>203 354</u>

35. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, da Demonstração Consolidada de Resultados dos exercícios de 2017 e 2016, detalha-se como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Ganhos na alienação de investimentos não correntes	1 601	314
Ganhos na alienação e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	216 901	939 917
Rendimentos suplementares	2 228 983	2 087 401
Subsídios ao investimento	165 877	149 254
Restituição de impostos	6 172	24 844
Diferenças de câmbio favoráveis	1 955 406	2 174 845
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	242 041	250 663
Outros	<u>2 241 725</u>	<u>129 548</u>
	<u>7 058 706</u>	<u>5 756 786</u>

36. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica Outros gastos e perdas, da Demonstração Consolidada de Resultados dos exercícios de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Impostos	1 412 494	1 417 785
Perdas na alien. e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	123 828	337 576
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 586 701	1 449 985
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	392 954	1 157 011
Outros	<u>274 106</u>	<u>371 027</u>
	<u>3 790 083</u>	<u>4 733 384</u>

37. GASTOS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Durante o exercício de 2017, o Grupo registou em diversas rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados, gastos em investigação e desenvolvimento no montante de 48 686 euros (71 794 euros no exercício de 2016).

38. RUBRICAS OPERACIONAIS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

As rubricas de natureza operacional da Demonstração Consolidada de Resultados apresentam a seguinte decomposição quanto à sua recorrência:

	31.12.2017	31.12.2016
	Recorrente	Recorrente
	<u> </u>	<u> </u>
Vendas	229 766 809	239 555 683
Prestação de serviços	1 209 951	1 301 165
Outros rendimentos e ganhos	4 766 617	4 811 068
Custo das vendas	(121 786 487)	(125 721 193)
Variação da produção	89 205	(537 841)
Fornecimentos e serviços externos	(47 899 989)	(49 118 127)
Gastos com o pessoal	(24 286 323)	(27 544 328)
Perdas por imparidade em clientes - (aumentos)/reduções	(105 004)	16 050
Outros gastos e perdas	<u>(3 637 349)</u>	<u>(4 392 460)</u>
Resultado operacional recorrente antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>38 117 430</u>	<u>38 370 017</u>
Resultado operacional não recorrente antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>1 201 687</u>	<u>(103 895)</u>
Resultado operacional total antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>39 319 117</u>	<u>38 266 122</u>

A classificação de itens quanto à sua recorrência é efetuada de acordo com os critérios divulgados na nota 2.24.

39. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	18 575	21 036
relativos a empréstimos a empresas relacionadas	<u>1 968</u>	<u>2 964 350</u>
	20 543	2 985 386
Diferenças de câmbio favoráveis		
relativas a empréstimos	112 439	374 244
relativas a caixa e equivalentes de caixa	<u>614 918</u>	<u>1 152 251</u>
	727 357	1 526 495
Descontos de pronto pagamento obtidos	70 062	100 893
Outros rendimentos e ganhos financeiros	<u>589 229</u>	<u>94 341</u>
	<u>1 407 191</u>	<u>4 707 115</u>
Gastos financeiros:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(8 120 074)	(10 469 313)
relativos a obrigações não convertíveis		(5 315 242)
relativos a contratos de locação financeira	(74 995)	(87 656)
relativos a empréstimos de empresas relacionadas		(256 683)
outros	<u>(12 482)</u>	<u>(1 461)</u>
	(8 207 551)	(16 130 355)
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
relativas a empréstimos	(160 123)	(381 583)
relativas a caixa e equivalentes de caixa	<u>(1 229 364)</u>	<u>(1 209 914)</u>
	(1 389 487)	(1 591 497)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(1 805 941)	(1 872 557)
Outros gastos e perdas financeiros	<u>(1 615 636)</u>	<u>(1 618 763)</u>
	<u>(13 018 615)</u>	<u>(21 213 172)</u>
Resultados financeiros	<u>(11 611 424)</u>	<u>(16 506 057)</u>

40. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2017 e 2016 são detalhados como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto corrente	7 117 346	8 915 632
Imposto diferido	<u>(660 092)</u>	<u>(349 850)</u>
	<u>6 457 254</u>	<u>8 565 782</u>

A reconciliação do resultado consolidado antes de impostos das operações que continuam com o imposto sobre o rendimento do exercício consolidado pode ser apresentada da seguinte forma:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Resultado antes de imposto das operações que continuam	21 722 985	13 728 121
Taxa imposto	<u>21,00%</u>	<u>21,00%</u>
Imposto expectável	4 561 827	2 882 905
Dif ⁹ . em taxas de imposto estrangeiras	1 511 951	1 791 203
Efeito de impostos provinciais/municipais	8 142	22 082
Ajustamentos de consolidação	(2 768 819)	(1 168 819)
Diferenças permanentes		
Custos não dedutíveis	1 879 384	50 686
Proveitos não tributados	(71 891)	(178 450)
Prejuízos fiscais reportáveis		
Ativo por imposto diferido não registado (não conformidade IAS 12)	605 868	3 645 560
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis cujo imposto diferido não foi registado em exercícios anteriores	(386 680)	(451 702)
Imposto diferido revertido		1 511 726
Efeito de alteração das taxas de imposto	6 256	(296 812)
Benefícios fiscais		892 122
Outros	1 111 216	(134 719)
Imposto sobre o rendimento	<u>6 457 254</u>	<u>8 565 782</u>

O montante apresentado em Ajustamentos de consolidação diz respeito, principalmente, à quota-parte do resultado líquido consolidado do empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A., registada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas por meio do método da equivalência patrimonial.

As empresas do Grupo estão sujeitas às seguintes taxas de imposto sobre os lucros:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Nacional</u>	<u>Provincial</u>	<u>Nacional</u>	<u>Provincial</u>
Portugal	21%		21%	
Canadá	15%	11.80%	15%	11.90%
África do Sul	28%		28%	

41. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Resultados depois de impostos das operações descontinuadas, da Demonstração Consolidada de Resultados, inclui o resultado líquido dos cinco primeiros meses de 2016 das sociedades que à data de 31 de maio de 2016 foram classificadas como empreendimentos conjuntos (notas 5 e 6).

Esta rubrica pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2016</u>
Vendas	339 858 763
Prestação de serviços	830 586
Outros rendimentos e ganhos	8 744 363
Custo das vendas	(167 993 678)
Variação da produção	2 711 434
Fornecimentos e serviços externos	(84 495 943)
Gastos com o pessoal	(51 864 328)
Amortizações e depreciações	(20 069 407)
Provisões e perdas por imparidade - (aumentos) / reduções	748 574
Outros gastos e perdas	<u>(3 206 691)</u>
Resultado operacional	25 263 673
Resultado financeiro	(13 888 033)
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas	222 216
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	74 869
Resultados relativos a investimentos	<u>(13 670)</u>
Resultado antes de impostos das operações descontinuadas	11 659 055
Imposto sobre o rendimento	<u>(3 728 804)</u>
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	<u><u>7 930 251</u></u>

A rubrica Outros rendimentos e ganhos do quadro anterior inclui, nomeadamente, o montante de 38 676 813 euros referente ao registo do investimento no empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A. pelo seu justo valor. Inclui, ainda, o montante de -36 592 671 euros respeitante à reserva de conversão reclassificada para resultado líquido na sequência da perda de controlo, por parte do Grupo, nas entidades indicadas na nota 5.

Os fluxos de caixa referentes às operações descontinuadas, que foram incluídos linha a linha na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, detalham-se da seguinte forma:

	<u>31.12.2016</u>
Actividades operacionais	(10 966 545)
Actividades de investimento	4 809 572
Actividades de financiamento	178 279 233

42. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.2017		31.12.2016		
	Resultado líquido		Resultado líquido		
	das operações que continuam	total	das operações que continuam	das operações descontinuadas	total
Resultados					
<i>Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe)</i>	15 265 731	15 265 731	3 078 703	7 930 251	11 008 954
<i>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</i>	<u>15 265 731</u>	<u>15 265 731</u>	<u>3 078 703</u>	<u>7 930 251</u>	<u>11 008 954</u>
Número de ações					
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, básico</i>	45 403 029	45 403 029	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, diluído</i>	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>	<u>11 350 757 417</u>	<u>11 350 757 417</u>	<u>11 350 757 417</u>
<i>Resultado básico por ação</i>	<u>0.3362</u>	<u>0.3362</u>	<u>0.0003</u>	<u>0.0007</u>	<u>0.0010</u>
<i>Resultado diluído por ação</i>	<u>0.3362</u>	<u>0.3362</u>	<u>0.0003</u>	<u>0.0007</u>	<u>0.0010</u>

43. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul.

O sistema interno de relato ao órgão decisor da Sonae Indústria enfoca nas atividades desenvolvidas. As atividades conexas à atividade principal apresentam-se materialmente irrelevantes para efeitos de relato segmental, razão pela qual o Grupo entende apresentar um único segmento.

O rédito consolidado deriva, principalmente, da produção e venda de painéis aglomerados de madeira e seus derivados.

44. CONTINGÊNCIAS

Em outubro de 2010, a Sonae Industria, SGPS, SA recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação, em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, SA, no valor de 74 milhões de euros, apenas deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, SA apresentou garantias bancárias no montante de 8 701 741 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo IRC 2014, onde até à data apenas foi apresentada reclamação graciosa.

De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade de as referidas impugnações judiciais e reclamação graciosa serem julgadas improcedentes é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes de estimativa para imposto corrente, nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

A fiança da Sonae Indústria, SGPS, S. A. prestada a favor do Instituto de Segurança Social, no montante de 5 049 804 euros, caducou, uma vez que o processo da Sonae Arauco Portugal, S. A. (ex-Sonae Indústria, PCDM, S. A.) foi concluído de forma favorável à sociedade. A fiança da Sonae Indústria, SGPS, S. A. prestada a favor do Instituto de Segurança Social, no montante de 321 858 euros, para caução da contingência que a Sonae Arauco Portugal, S. A. tem com esta entidade, ainda se mantém, dado que o processo de reclamação ainda não está concluído.

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. tem um aval prestado a favor do Montepio, no montante de 1 090 248 euros, no âmbito de um contrato de locação imobiliária

celebrado entre a subsidiária Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e o Montepio.

A ex-subsidiária Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência, no seguimento da qual as ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já conheceram o desfecho durante os anos de 2015, 2016 e 2017, tendo sido registados os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras individuais de cada empresa e nas demonstrações financeiras consolidadas da participada Sonae Arauco, S. A. (em cujo perímetro de consolidação estas ex-subsidiárias estão incluídas). Nos termos do contrato de subscrição de ações da Sonae Arauco, S. A., celebrado por esta sociedade, pela Sonae Indústria SGPS S.A. e pelas empresas do Grupo Arauco, Inversiones Arauco Internacional Limitada e Celulosa Arauco y Constitucion SA, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. assume a obrigação de compensar a Sonae Arauco, S. A. por quaisquer perdas resultantes destes processos. Para os processos ainda em curso, as reclamações apresentadas especificamente às ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH ascendem a um montante de 31,5 milhões de euros de contingência máxima. Existem outros processos em que estas ex-subsidiárias estão envolvidas, conjuntamente com outros produtores alemães, cujos montantes ascendem a 42,7 milhões de euros de contingência máxima. De acordo com o parecer dos advogados destas ex-subsidiárias, à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser estabelecidos.

A sociedade Darbo SAS, ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S. A. localizada em França, foi vendida em 3 de julho de 2015 a uma subsidiária da Gramax Capital, tendo sido excluída das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, nessa data. Esta sociedade foi apresentada à insolvência no Tribunal de Comércio de Dax, em França, em setembro de 2016, tendo sido declarada, pelo referido tribunal, a sua liquidação, em outubro do mesmo ano.

Na sequência do referido processo, 110 ex-trabalhadores da sociedade Darbo apresentaram diversas ações judiciais no Tribunal de Trabalho de Dax, em França,

contra, entre outras entidades, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. e a Gramax Capital, por meio das quais reclamam indemnizações por alegado despedimento sem justa causa, num montante total de 13 653 917,28 euros. Os mesmos ex-trabalhadores apresentaram, ainda, no Tribunal Cível de Dax, uma ação judicial contra as sociedades vendedora e compradora, bem como contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., pela qual reclamam a anulação da venda da Darbo SAS e o pagamento de indemnizações por alegados danos sofridos, no mesmo montante reclamado perante o Tribunal de Trabalho de Dax (13 653 917,28 euros). À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, os processos judiciais encontram-se a decorrer, não sendo possível prever se do seu desfecho resultará alguma responsabilidade a registar futuramente no passivo consolidado do Grupo Sonae Indústria.

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

Das três linhas de produção de painéis crus que pararam na sequência dos incêndios florestais que afetaram as fábricas da Sonae Arauco em Portugal, em outubro de 2017, a linha 1 e a linha 2 de MDF de Mangualde retomaram a produção em janeiro e março, respetivamente, e em relação à linha de PB de Oliveira do Hospital, é esperado que retome a produção no início de abril. O horizonte temporal para a conclusão do investimento na nova linha de MDF em Mangualde não foi afetado pela interrupção na sequência dos incêndios florestais e é esperado que a nova linha esteja operacional no final do terceiro trimestre de 2018.

46. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 5 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S. A. deliberou que as presentes demonstrações financeiras consolidadas sejam submetidas a aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae Indústria, SGPS, SA (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 473.822.011 euros e um total de capital próprio de 289.469.587 euros, incluindo um resultado líquido de 36.149.790 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae Indústria, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Mensuração de Investimentos Financeiros em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

Conforme referido na nota 5 às demonstrações financeiras separadas, a Sonae Industria, SGPS, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias e empreendimentos conjuntos no valor de 448.765.104 euros, mensuradas a custo de aquisição, as quais são analisadas à data de cada relato no sentido de serem detetados indicadores de eventuais perdas por imparidade. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado, tendo, à data de 31 de dezembro de 2017, sido elaborados modelos de avaliação da recuperabilidade de participações no valor de 238.234.735 euros, como referido nas notas 5.1.2) b) e 5.2.

As avaliações do justo valor das referidas participações foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em conta os respetivos montantes e os respetivos impactos nas demonstrações financeiras separadas (reversão de perdas por imparidade no valor de 32.100.511 euros e perdas de imparidade no valor de 3.105.657 euros), e porque requerem um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado com impacto nas projeções de fluxos de caixa, e diferenciais de justo valor de imóveis de algumas participadas.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.6, 5.1.2 b), 5.2 e 26 das demonstrações financeiras separadas.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras; (ii) a avaliação dos métodos e pressupostos relevantes utilizados para a quantificação do valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos (iii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto e taxas de crescimento, nomeadamente face à avaliação externa do empreendimento conjunto do ano transato, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos para a revisão das taxas de desconto, assim como (iv) análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes.

Foi ainda dado particular enfoque à adequabilidade das divulgações relativas à valorização das participações financeiras em subsidiárias e empreendimentos conjuntos, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável.

Litígios e contingências

Conforme referido na nota 29 às demonstrações financeiras separadas, encontram-se em curso diversos processos de natureza fiscal e legal, realçando-se os processos instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência contra duas subsidiárias do empreendimento conjunto, Sonae Arauco, S.A., da inteira responsabilidade da Sonae Industria, SGPS, S.A., face à existência do direito de regresso total sobre a Sonae Indústria, SGPS, S.A., concedido no âmbito da entrada no capital do outro parceiro, assim como as ações judiciais instauradas por ex-trabalhadores da ex-subsidiária, Darbo SAS, alienada em 2015.

Não é possível, à data de encerramento das contas, estimar o desfecho dos processos referidos acima, cujos valores máximos ascendem, respetivamente, a cerca de 31,5 milhões de euros e cerca de 42,7 milhões de euros conjuntamente com outros produtores de painéis de madeira, e a 13,6 milhões de euros.

Os litígios e contingências foram considerados uma matéria relevante na nossa auditoria tendo em conta os montantes associados, o elevado grau de julgamento por parte da gestão, e pelo facto de se tratarem de processos de complexa avaliação, estando os desfechos dependentes de potenciais desenvolvimentos futuros e conseqüentemente, o cálculo de eventuais responsabilidades, se vierem a ser determinadas, está sujeito a um elevado fator de imprevisibilidade.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.11, 2.18 e 29 das demonstrações financeiras separadas.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros, a identificação das situações geradoras de possíveis contingências à data de relato financeiro, a compreensão da sua natureza, inquérito à gestão sobre o julgamento efetuado quanto ao respetivo desfecho, à natureza e situação dos processos de contencioso existentes, assim como a obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo dos consultores jurídicos externos, quando aplicável. Efetuámos a avaliação da objetividade e competência desses consultores jurídicos, em particular no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido as suas confirmações sobre este facto.

Verificámos ainda a adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras separadas, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Outra informação – indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa - secções 3.5 e 5 do relatório de gestão)

O órgão de gestão é responsável pela preparação e compilação dos indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa) incluídos nas secções 3.5 e 5 do relatório de gestão, pelo facto de a Gestão considerar que esta informação possibilita uma visão mais compreensiva do negócio subjacente da Sonae Indústria. A outra informação compreende as referidas secções do relatório de gestão, mas não inclui as restantes secções do mesmo, nem as demonstrações financeiras e a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e o relato sobre outros requisitos legais e regulamentares não cobrem a informação constante das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre esta outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras e do nosso relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante das referidas secções é materialmente inconsistente com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, exceto secções 3.5 e 5, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante, com exceção da apresentada nas secções 3.5 e 5, é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Sonae Indústria, SGPS, SA pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2006 para um mandato compreendido entre 2006 e 2008, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017.

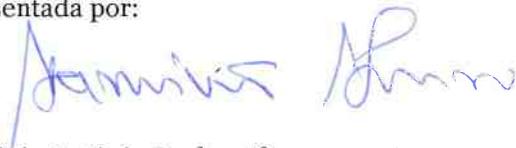
b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 5 de abril de 2018.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

5 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Indústria, SGPS, SA (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 401.032.271 euros e um total de capital próprio de 126.112.608 euros, incluindo um resultado líquido de 15.265.731 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae Indústria, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Mensuração de Investimentos em Empreendimentos Conjuntos

Como referido nas notas 2.2 b) e 5 às demonstrações financeiras consolidadas, o grupo detém um investimento significativo no empreendimento conjunto Sonae Arauco, S.A., no valor de 205.616.464 euros, mensurado através do método de equivalência patrimonial, tendo sido reconhecido em Ganhos relativos a empreendimentos conjuntos o valor de 10.353.561 euros.

Como referido na nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas, os resultados do empreendimento conjunto incluem estimativas de indemnizações por danos patrimoniais sofridos (8.696.051 euros) e perdas de exploração (7.299.053 euros) a receber da companhia de seguros decorrentes da inatividade das unidades operacionais de Mangualde e Oliveira do Hospital, controladas pelo empreendimento conjunto, na sequência dos incêndios florestais ocorridos em Portugal.

Estas indemnizações foram consideradas matérias relevantes na nossa auditoria, dada a magnitude do impacto do sinistro nas demonstrações financeiras consolidadas do empreendimento conjunto e, consequentemente, na quota-parte reconhecida pela Sonae Indústria, SGPS, S.A. a 31 de dezembro de 2017, e o grau de julgamento por parte da gestão na sua quantificação.

Como referido na nota 6 às demonstrações financeiras consolidadas, a diluição da participação na Sonae Arauco, S.A. em 2016, com a consequente alteração de controlo para controlo conjunto, resultou na revalorização desse interesse, tendo dado origem a um goodwill de 80.975.630 euros incluído na rubrica de Investimentos Financeiros em empreendimentos conjuntos. Como referido na nota 2.9 às demonstrações financeiras consolidadas, são efetuados testes de imparidade a um investimento sempre que se verifique a existência de indícios de imparidade.

Relativamente à revisão das estimativas das indemnizações a receber, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos procedimentos utilizados pela gestão para quantificação das estimativas; (ii) conciliação das estimativas efetuadas com as cláusulas e condições constantes da apólice de seguro em vigor à data do sinistro, assim como (iii) confirmação da existência da apólice e das respetivas coberturas junto da seguradora.

No que diz respeito à análise de imparidade, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos métodos e pressupostos relevantes utilizados para a quantificação do valor recuperável da participação financeira no empreendimento conjunto, (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto e taxas de crescimento, face à avaliação externa do ano transato, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos para a revisão das taxas de desconto, assim como (iii) análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes.

Foi ainda dado enfoque à adequabilidade das divulgações relativas ao empreendimento conjunto, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Esta análise, baseada na metodologia dos fluxos de caixa descontados, foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o valor do goodwill implícito no respetivo interesse à data de 31 de dezembro de 2017, e o elevado grau de julgamento na determinação do seu valor recuperável, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2 b), 2.9, 3, 5 e 6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Litígios e contingências

Conforme referido na nota 44 às demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se em curso diversos processos de natureza fiscal e legal, realçando-se os processos instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência contra duas subsidiárias do empreendimento conjunto, Sonae Arauco, S.A., da inteira responsabilidade da Sonae Indústria, SGPS, S.A., face à existência do direito de regresso total sobre a Sonae Indústria, SGPS, S.A., concedido no âmbito da entrada no capital do outro parceiro, assim como as ações judiciais instauradas por ex-trabalhadores da ex-subsidiária, Darbo SAS, alienada em 2015.

Não é possível, à data de encerramento das contas, estimar o desfecho dos processos referidos acima, cujos valores máximos ascendem, respetivamente, a cerca de 31,5 milhões de euros e cerca de 42,7 milhões de euros conjuntamente com outros produtores de painéis de madeira, e a 13,6 milhões de euros.

Os litígios e contingências foram considerados uma matéria relevante na nossa auditoria, tendo em conta os montantes associados, o elevado grau de julgamento por parte da gestão, e pelo facto de se tratarem de processos de complexa avaliação, estando os desfechos dependentes de potenciais

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros, a identificação das situações geradoras de possíveis contingências à data de relato financeiro, a compreensão da sua natureza, inquérito à gestão sobre o julgamento efetuado quanto ao respetivo desfecho, à natureza e situação dos processos de contencioso existentes, assim como a obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo dos consultores jurídicos externos, quando aplicável. Efetuámos a avaliação da objetividade e competência desses consultores jurídicos, em particular no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido as suas confirmações sobre este facto.

Verificámos ainda a adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

desenvolvimentos futuros e, conseqüentemente, o cálculo de eventuais responsabilidades, se vierem a ser determinadas, está sujeito a um elevado fator de imprevisibilidade.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.12, 2.15 e 44 das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração de ativos fixos tangíveis

Como referido nas políticas contabilísticas do grupo (nota 2.3), a política de mensuração subsequente dos terrenos e edifícios corresponde ao modelo de revalorização, sendo o justo valor dos referidos ativos determinado através de avaliações efetuadas por uma entidade independente. Em consequência das revalorizações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de ativos fixos tangíveis foi aumentada em 5.796.847 euros através de outro rendimento integral e diminuída em 618.742 euros através do resultado do período relativamente a desvalorizações de algumas unidades operacionais inativas e sem perspectivas de alienação a curto prazo, cujo valor contabilístico ascende a 5.480.815 euros, como divulgado na nota 10 às demonstrações financeiras consolidadas.

A avaliação do justo valor dos terrenos e edifícios, em particular dos itens inativos, foi considerada uma matéria relevante de auditoria pelo facto de não existirem transações recentes nem um mercado ativo, e conseqüentemente requerer um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.3, 10 e 32 das demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos de auditoria sobre esta matéria relevante incluíram, entre outros, a obtenção das avaliações externas, assim como a avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos referidos bens e a sua adequabilidade para uso na determinação do valor contabilístico para fins das demonstrações financeiras consolidadas e para itens inativos. Efetuámos ainda a avaliação da objetividade e competência do consultor, em particular no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido a sua confirmação sobre este facto.

Foi ainda dado particular enfoque à revisão da adequabilidade das divulgações, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Outra informação – indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa - secções 3.5 e 5 do relatório de gestão)

O órgão de gestão é responsável pela preparação e compilação dos indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa) incluídos nas secções 3.5 e 5 do relatório de gestão, pelo facto de a Gestão considerar que esta informação possibilita uma visão mais compreensiva do negócio subjacente da Sonae Indústria. A outra informação compreende as referidas secções do relatório de gestão, mas não inclui as restantes secções do mesmo, nem as demonstrações financeiras consolidadas e a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relato sobre outros requisitos legais e regulamentares não cobrem a informação constante das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre esta outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e do relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante das referidas secções é materialmente inconsistente com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e ávliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, exceto as secções 3.5 e 5, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante, com exceção da apresentada nas secções 3.5 e 5, é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae Indústria, SGPS, SA pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2006 para um mandato compreendido entre 2006 e 2008, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017.



b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 5 de abril de 2018.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

5 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Accionistas da
Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas separadas e consolidadas da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua actividade e das suas participadas, tendo efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis operacionais da área financeira, em especial o CFO, da auditoria interna e gestão de riscos. Mantivemos igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal, sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das contas aos documentos de prestação de contas separadas e consolidadas da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações de posição financeira separada e consolidada, em 31 de Dezembro de 2017, as demonstrações separadas e consolidadas dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidadas e separadas do rendimento integral, as demonstrações consolidadas e separadas de alterações no Capital Próprio e as demonstrações consolidadas e separadas dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 emitido pelo Conselho de Administração e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que a informação constante nas demonstrações financeiras em apreço, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se informa que o relatório sobre o governo das sociedades produzido cumpre o disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O relatório de gestão as demonstrações de posição financeira, separada e consolidada, em 31 de Dezembro de 2017, as demonstrações separadas e consolidadas dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidadas e separadas do rendimento integral, as demonstrações consolidadas e separadas de alterações no Capital Próprio e as demonstrações consolidadas e separadas dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Maia, 5 de Abril de 2018

O Conselho Fiscal,

Manuel Heleno Sismeiro

António Augusto Almeida Trábulo

Óscar José Alçada da Quinta